

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANDERSON FIORESI DE SOUSA

**O PAPEL DO *DISCLOSURE* DE SUSTENTABILIDADE NA PROMOÇÃO DE
ACCOUNTABILITY CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DO CASO DA SAMARCO A
PARTIR DOS CAPITAIS DE BOURDIEU.**

VITÓRIA

2023

ANDERSON FIORESI DE SOUSA

**O PAPEL DO *DISCLOSURE* DE SUSTENTABILIDADE NA PROMOÇÃO DE
ACCOUNTABILITY CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DO CASO DA SAMARCO A
PARTIR DOS CAPITAIS DE BOURDIEU.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Annor da Silva Júnior

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S725p Sousa, Anderson Fioresi de, 1980-
O papel do disclosure de sustentabilidade na promoção de
accountability corporativa. : Uma análise do caso da Samarco a
partir dos capitais de Bourdieu. / Anderson Fioresi de Sousa. -
2023.
233 f. : il.

Orientador: Annor da Silva Junior.
Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Divulgação de informação. 2. Sustentabilidade. 3.
Responsabilidade social da empresa. 4. Poder. I. Silva Junior,
Annor da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 657

ANDERSON FIORESI DE SOUSA

O PAPEL DO DISCLOSURE DE SUSTENTABILIDADE NA PROMOÇÃO
DE ACCOUNTABILITY CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DO CASO DA SAMARCO A
PARTIR DOS CAPITAIS DE BOURDIEU

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Contábeis da Universidade Federal do
Espírito Santo (PPGCon/UFES), como requisito
parcial para obtenção do título de Doutor em
Ciências Contábeis.

Aprovado em 06 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. Annor da Silva Junior
Universidade Federal do Espírito Santo - Orientador

Prof.^a Dr.^a Kátia Cyrlene de Araújo Vasconcelos
Universidade Federal do Espírito Santo - Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Letícia Dias Fantinel
Universidade de Brasília - Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Mara Vogt
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Amanda Soares Zambelli Ferretti
Fucape Business School - Membro Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANNOR DA SILVA JUNIOR - SIAPE 1800434
Departamento de Ciências Contábeis - DCC/CCJE
Em 06/12/2023 às 17:11

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/850929?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
KATIA CYRLENE DE ARAUJO VASCONCELOS - SIAPE 3151856
Departamento de Administração - DAd/CCJE
Em 07/12/2023 às 09:39

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/851362?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LETICIA DIAS FANTINEL - MATRÍCULA 1618662
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 07/12/2023 às 10:09

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/851383?tipoArquivo=O>

A Grazielle, Gustavo e Lara, que me
significam e me sustentam.

A Ana e Zé Antônio (em memória), que me
presentearam com a vida e sempre apoiaram
meus passos incondicionalmente.

AGRADECIMENTO

Começo agradecendo a dádiva da vida.

À Grazielle, companheira que, mesmo quando não podia me compreender, esteve comigo, ouviu meus compartilhamentos, minhas elocubrações. Meu suporte.

Ao meu orientador, Professor Dr. Annor da Silva Junior, pelo profissionalismo, serenidade, atenção, disponibilidade e confiança ao orientar e compartilhar experiências ao longo desta história.

Aos membros da banca que disponibilizaram tempo e esforço neste trabalho de compartilhamento e avaliação: Profa. Dra. Kátia Cyrlene de Araujo Vasconcelos, Profa. Dra. Amanda Soares Zambelli Ferretti, Profa. Dra. Mara Vogt e Profa. Dra. Letícia Dias Fantinel. Estendo este agradecimento, ainda, ao Prof. Dr. Rafael Borim de Souza e à Profa. Dra. Fernanda Filgueiras Sauerbronn, que juntamente com as professoras Mara e Letícia participaram da qualificação e contribuíram profundamente para o aperfeiçoamento da pesquisa.

Registro um agradecimento especial à professora Letícia pelas leituras parciais, trocas e sugestões que iluminaram momentos de muitas dúvidas.

À CABF, por mediar o acesso ao território de Mariana-MG, e às pessoas que disponibilizaram tempo e compartilharam suas histórias, fundamentais para a pesquisa.

Aos colegas da primeira turma de doutorado do PPGCon-Ufes, Paulo, Douglas, Thiago, Wesley e Leandro. As conversas, seminários, artigos e todos os compartilhamentos fazem parte desta construção. Obrigado pelo apoio.

Aos professores do PPGCon-Ufes pelos compartilhamentos e pelas parcerias no enfrentamento dos desafios oriundos de uma primeira turma de doutorado.

À Aline Vargas, bem como aos demais colegas da Secretaria Unificada dos Programas de Pós-graduação (SUPG) da Ufes, que prontamente sanaram dúvidas e demandas ao longo do doutorado.

Ao PPGCon-Ufes pelo apoio financeiro para realização do trabalho de campo.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo, que ao conceder afastamento das atividades laborais possibilitou a realização do doutorado com a diligência devida.

[...] o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza.

Ailton Krenak

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo investigar como a dinâmica envolvendo capitais, numa perspectiva bourdieusiana, possibilita ou restringe o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa. O estudo adentra às discussões sobre a sustentabilidade e articula os principais conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu para problematizar o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de um processo de *accountability* corporativa que alcance partes interessadas normalmente mais distanciadas, ou seja, as comunidades afetadas pelas atividades corporativas. Delineia-se a sustentabilidade como um processo social, histórico, político e ideológico, que ocorre num espaço social, em termos bourdieusianos, no qual a noção legítima de sustentabilidade está em jogo e, uma vez reconhecida, molda as relações de força no espaço social, bem como o processo participativo. Argumenta-se que as relações de poder no espaço social podem tanto possibilitar, quanto restringir o papel do *disclosure* de sustentabilidade como promotor da *accountability*, dependendo da noção simbólica de sustentabilidade reconhecida como legítima. Em relação aos métodos empregados, o estudo tem como base a realidade social como histórica e dialeticamente constituída pelas dinâmicas entre estruturas sociais objetivas e estruturas incorporadas subjetivamente pelos agentes. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com abordagem interpretativa que investigou o problema de pesquisa a partir de um estudo de caso, qual seja, a Samarco Mineração e sua relação histórica com outros agentes na cidade de Mariana-MG. Os dados foram constituídos a partir de entrevistas com pessoas moradoras de Mariana-MG, observação de campo e documentos. A análise de narrativas foi o método empregado para análise e interpretação dos dados. As interpretações criam um sentido de que o *disclosure* de sustentabilidade da Samarco configura um discurso sobre sustentabilidade direcionado a mercados dispostos a recebê-lo e reconhecê-lo como legítimo em função da dominação simbólica da noção de sustentabilidade no espaço social investigado, que é uma noção de sustentabilidade economicamente orientada e mitigadora de problemas sociais e ambientais, a qual molda o processo de *accountability* corporativa. A implicação é que o *disclosure* de sustentabilidade, por um lado, pode ser entendido como promotor de uma *accountability* para um mercado envolvido no jogo do campo econômico limitada a noção de que o fornecimento de informação promove *accountability*. Por outro lado, a noção de sustentabilidade, que valoriza questões sociais e ambientais, prevalente em outros campos que atravessam as comunidades afetadas pela Samarco, implica necessidades e demandas que não

são reconhecidas pelos agentes no jogo do campo econômico e nem no *disclosure* de sustentabilidade. Neste sentido, o *disclosure* de sustentabilidade da Samarco funciona como mecanismo que reproduz uma *doxa* de sustentabilidade economicamente orientada a um mercado que valoriza e reconhece essa forma de falar sobre sustentabilidade, formado por detentores e operadores de capital financeiro e por parte das pessoas em Mariana-MG mais engajadas no jogo do campo econômico e não responde as demandas de comunidades menos engajadas nesse jogo.

Palavras-chave: *Disclosure* de Sustentabilidade. *Accountability*. Capital. Poder Simbólico. Bourdieu.

ABSTRACT

The research aimed to investigate how the dynamics involving capital, in a Bourdieusian approach, enables or limits the role of sustainability disclosure in promoting corporate accountability. The study delves into discussions on sustainability and articulates the main concepts of Pierre Bourdieu's social theory to discuss the role of sustainability disclosure in promoting a process of corporate accountability that reaches typically more distant stakeholders, i.e. the communities affected by corporate activities. Sustainability is defined as a social, historical, political, and ideological process that takes place in a social space, in Bourdieusian terms, in which the legitimate notion of sustainability is at stake and, once recognized, shapes the power relations in the social space, as well as the participatory process. It is argued that power relations in the social space can either enable or limit the role of sustainability disclosure as a catalyst for accountability, depending on the symbolic notion of sustainability that is recognized as legitimate. The methods used in this study are based on social reality as historically and dialectically constituted by the dynamics between objective social structures and structures subjectively embodied by agents. It is a qualitative study with an interpretive approach that investigated the research problem based on a case study, namely Samarco Mineração, and its historical relationship with other agents in the city of Mariana-MG. The data was gathered from interviews with people living in Mariana-MG, field observation, and documents. The method used to analyze and interpret the data was narrative analysis. The interpretations make sense of the fact that Samarco's sustainability disclosure constitutes a discourse on sustainability aimed at markets willing to receive it and recognize it as legitimate because of the symbolic domination of the notion of sustainability in the social space investigated, which is an economically-oriented notion of sustainability that mitigates social and environmental problems, which shapes the process of corporate accountability. The implication is that sustainability disclosure, on the one hand, can be understood as promoting accountability for a market involved in the game of the economic field limited to the notion that providing information promotes accountability. On the other hand, the notion of sustainability, which values social and environmental issues, prevalent in other fields that cross the communities affected by Samarco, implies needs and demands that are not recognized by the agents in the game of the economic field or in sustainability disclosure. In this sense, Samarco's sustainability disclosure works as a mechanism that reproduces a doxa of sustainability that is economically oriented towards a market that values and recognizes this way of talking about sustainability made up of holders and operators of financial capital and part of the people in

Mariana-MG who are more engaged in the game of the economic field, and does not respond to the demands of communities that are less engaged in this game.

Palavras-chave: Sustainability Disclosure. Accountability. Capital. Symbolic Power. Bourdieu.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	95
----------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	48
Figura 2	71
Figura 3	74
Figura 4	77
Figura 5	79
Figura 6	87
Figura 7	88
Figura 8	89
Figura 9	90
Figura 10	97
Figura 11	103
Figura 12	109
Figura 13	113
Figura 14	131
Figura 15	190
Figura 16	196

LISTA DE SIGLAS

A4S	<i>Accounting for Sustainability</i>
Aciam	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CIF	Comitê Inter Federativo
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSA	Contabilidade Social e Ambiental
CTCPDCS	Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social
CTEI	Câmara Técnica de Economia e Inovação
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DP	Defensoria Pública
FNE	Fase de Negociação Extrajudicial
GIRD	Grupo Interdefensorial do Rio Doce
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IIRC	<i>International Integrated Report Concil</i>
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não Governamental
P4P	Projeto Quarta Pelotização
PIM	Programa de Indenização Mediada
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
Sasb	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
TBL	<i>Triple bottom line</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
WCED	<i>Commission on Environment and Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 PERCURSO TEÓRICO	27
2.1 TEORIA SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU	27
2.1.1 Campo e habitus	28
2.1.2 Capitais	29
2.1.3 <i>Doxa</i> , violência simbólica e <i>hysteresis</i>	34
2.1.4 Comunicação e linguagem na perspectiva bourdieusiana	35
2.1.5 Pesquisas que articularam a teoria bourdieusiana no campo da contabilidade	36
2.2 SUSTENTABILIDADE COMO PROCESSO SOCIAL E PERSPECTIVAS PARA OUTRAS FORMAS DE CONTABILIDADE	40
2.2.1 Breve histórico das discussões sobre sustentabilidade	40
2.2.2 Posicionamento ontológico da sustentabilidade nesta tese	43
2.2.3 <i>Disclosure</i> de sustentabilidade	48
2.3 <i>ACCOUNTABILITY</i> NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	52
2.3.1 Uma revisão da literatura sobre <i>accountability</i> no campo da contabilidade	53
2.3.2 Uma leitura bourdieusiana do processo de <i>accountability</i> e do papel do <i>disclosure</i> de sustentabilidade	71
3 PERCURSO METODOLÓGICO	80
3.1 PREMISSAS FILOSÓFICAS DA PESQUISA	80
3.1.1 Sobre a reflexividade	81
3.2 ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO	82
3.2.1 Estudo de caso	82
3.3 CONSTRUÇÃO DOS DADOS	85
3.3.1 Dados documentais	87
3.3.2 Entrevistas	91
3.3.3 Observações de campo	96
3.3.4 Questões de validade	97
3.3.5 Sobre a dificuldade de acesso ao território e reflexividade na pesquisa.	98
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	99
3.4.1 Narrativas	99
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	105

4.1 O TERRITÓRIO DA MINERAÇÃO COMO ESPAÇO DE LUTAS E A DISPUTA PELA NOÇÃO LEGÍTIMA DE SUSTENTABILIDADE	105
4.1.1 A Samarco, a mineração e o poder simbólico	106
4.1.2 Agentes de distintos campos no espaço social em Mariana	112
4.1.3 Espaço social e habitus.....	127
4.2 A DINÂMICA DOS CAPITAIS DA SAMARCO E DE OUTROS AGENTES NO TERRITÓRIO DE MARIANA	132
4.2.1 O capital econômico e a dependência da mineração	132
4.2.2 O capital cultural.....	141
4.2.3 O capital social.....	146
4.2.4 Limites e lutas por participação	152
4.3 NARRATIVAS SOBRE PARTICIPAÇÃO NO <i>DISCLOSURE</i> DE SUSTENTABILIDADE DA SAMARCO FRENTE AO PROCESSO PARTICIPATIVO EM MARIANA.	173
4.3.1 Contradições nas noções de participação nas narrativas da Samarco e de outros agentes	174
4.3.2 A noção objetiva de participação imposta pelo critério da materialidade no <i>disclosure</i> de sustentabilidade.....	181
5 DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO <i>DISCLOSURE</i> DE SUSTENTABILIDADE NA PROMOÇÃO DE <i>ACCOUNTABILITY</i> CORPORATIVA	186
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
7 REFERÊNCIAS	205
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	225
APÊNDICE B – Protocolo Para Entrevistas.....	227
APÊNDICE C – Roteiro Para Entrevistas	228
ANEXO A – Parecer Consubstanciado CEP	230

1 INTRODUÇÃO

A questão relacionada à capacidade de o *disclosure* de sustentabilidade promover *accountability* tem suscitado debate no campo da contabilidade nos últimos anos (Brown, 2009; Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019; Gray, 2006; Lai *et al.*, 2018; Larrinaga *et al.*, 2002; Unerman & Bennett, 2004; Villiers & Sharma, 2017). Pode-se pensar em formas distintas de *accountability* (Sinclair, 1995), sendo que na literatura contábil sua concepção é normalmente apreendida como noção de informação que gera transparência para reduzir assimetria de informações (Gray, 1992; Healy & Palepu, 2001). Compreendida dentro do debate sociopolítico da responsabilidade social corporativa (Djelic & Etchanchu, 2017; Faria & Sauerbronn, 2008), a *accountability* está mais relacionada ao controle social da organização¹ (Valor, 2005).

A pesquisa em contabilidade, numa abordagem mais tradicional, costuma abordar a temática da *accountability* nas discussões sobre governança corporativa baseada preponderantemente na abordagem teórica da agência (Jensen & Meckling, 1976), associando a *accountability* ao processo de solução de conflitos de interesse nas diversas relações entre agente e principal (Brennan & Solomon, 2008). Nesta vertente, o discurso predominante parece professar a promoção da *accountability* como uma (quase) consequência lógica do processo de *disclosure* difundindo uma noção reducionista, na qual a simples produção da informação pressupõe *accountability*.

Numa perspectiva mais ampla, a pesquisa em Contabilidade Social e Ambiental (CSA) compreende que *accountability* diz respeito ao dever da organização de fornecer resposta ou justificativa daquelas ações pelas quais é considerada responsável (Cooper & Owen, 2007). Essa abordagem implica dar respostas a uma ampla gama de partes interessadas, inclusive a sociedade em geral e comunidades afetadas pelas atividades corporativas (Gray *et al.*, 1996). Boa parte das pesquisas em CSA, no entanto, se apoia em abordagens econômicas para a discussão e desenvolvimento do *disclosure* de sustentabilidade, principalmente na teoria dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010), o que implica, por vezes, uma aproximação destas pesquisas com a perspectiva de *accountability* da contabilidade tradicional, ou seja, como resultado do fornecimento de informações às partes interessadas (Gray, 1992).

Esforços empreendidos em investigações mais críticas em CSA avançaram no sentido de desenvolver relatórios que pudessem melhorar a capacidade do *disclosure* de

¹ Os termos organização, corporação e empresa serão utilizados intercaladamente dependendo do contexto para se referir a grandes corporações com impacto para a sustentabilidade.

sustentabilidade em promover *accountability* corporativa inclusive para a sociedade e comunidades afetadas pelas atividades de grandes corporações (Belal *et al.*, 2015; Cooper & Owen, 2007; Gray, 2006; Larrinaga *et al.*, 2002). Nesta perspectiva, compreende-se que *accountability* no contexto da sustentabilidade não se limita a produção de informações, mas refere-se a um processo que envolve elementos como participação, relações de poder, necessidade de regulação, sendo a informação apenas um componente deste processo (Cooper & Owen, 2007; Larrinaga *et al.*, 2002).

Uma linha de investigação baseada em uma abordagem sociopolítica tem avançado nas críticas à pesquisa em CSA alegando se tratar de uma abordagem que tem desenvolvido modelos de *disclosure* sem contestação do modelo econômico neoliberal, baseado na busca de consenso entre partes com poderes reconhecidamente desiguais (Brown, 2009; Brown & Dillard, 2013a, 2015; Dillard & Vinnari, 2019; George *et al.*, 2021). Essa abordagem, a contabilidade dialógica crítica, tem se desenvolvido no sentido de reconhecer o caráter político inerente ao processo de *accountability* reconhecendo a pluralidade de demandas, o antagonismo dos interesses e a impossibilidade de consenso, de tal modo que o processo de *accountability* deve ser dialógico (Brown, 2009).

Não obstante tais esforços, as relações de poder que influenciam as possibilidades de participação da sociedade e de comunidades em decisões corporativas que lhes afetam é reconhecidamente um dos problemas centrais tanto para o processo de *accountability* quanto para a produção de um *disclosure* de sustentabilidade que contribua para esse processo e que ajude a levar respostas às demandas dessas comunidades (Larrinaga *et al.*, 2002; Gray, 2006; Cooper & Owen, 2007; Brown, 2009). Na perspectiva desta tese as relações de poder importam na medida em que, ao se distanciar das pesquisas que investigam o tema a partir de abordagens econômicas preocupadas em gerar valor para os *stakeholders*, foca prioritariamente na sociedade e comunidades afetadas pelas atividades de grandes corporações que promovem externalidades sociais e ambientais significativas.

Seguindo o caminho sugerido por Shenkin e Coulson (2007), esta tese se propõe a investigar a temática do processo de *accountability* corporativa no contexto da sustentabilidade a partir de uma perspectiva sociológica e política baseada na lente teórica de Pierre Bourdieu. Bourdieu (2008) propõe compreender a realidade social a partir de espaços sociais que representam microcosmos, dentro dos quais posição e ação dos agentes são determinadas em função de capitais que acumulam. Estes espaços, chamados de campo, relativamente autônomos por possuírem regras específicas de funcionamento, apresentam características homólogas ao campo econômico, porém neles predominam capitais que constituem seu valor e

seus lucros em representatividades simbólicas (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Além das relações materiais de dominação, a teoria social de Pierre Bourdieu também está preocupada com os efeitos do simbólico nas relações de dominação. Neste sentido, Shenkin e Coulson, (2007) sugerem que a posse e a articulação dos capitais econômico, cultural e social, convertidos em capital simbólico, podem estar associados a diferentes formas de comunicação, aquela formal que é expressa nos relatórios corporativos, e aquela informal que é praticada nas próprias relações sociais. Assim, ao abordar a problemática do processo de *accountability* corporativa sob uma perspectiva bourdieusiana, atenta-se para as relações de poder que constituem historicamente o processo de *accountability*, bem como constituem as condições de produção do *disclosure* de sustentabilidade.

Esta tese, portanto, reconhece que a promoção de *accountability* corporativa no contexto da sustentabilidade se constitui como um processo que depende de engajamento, participação e diálogo (Belal *et al.*, 2015; Cooper & Owen, 2007; Gray, 1992; Larrinaga *et al.*, 2002). No entanto, enfatiza o caráter político e não consensual desse processo, na medida em que as demandas são plurais e, por vezes, antagônicas (Brown *et al.*, 2015; Brown & Dillard, 2013b). Ademais, busca problematizar de forma central as relações materiais e simbólicas de poder, sob uma abordagem teórica bourdieusiana, como forma de compreender o processo de *accountability* e o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção desse processo.

Importa notar que o processo de *accountability* corporativa ao qual o *disclosure* de sustentabilidade se relaciona está vinculado ao contexto da sustentabilidade na medida em que *accountability* para uma ampla gama de *stakeholders* pressupõe dar e demandar razões (Roberts & Scapens, 1985) não apenas pelo desempenho econômico, mas pelas condutas relacionadas a questões sociais e ambientais (Gray, 2006). Assim, a pesquisa também delinea teoricamente sobre sustentabilidade entendendo-a como um processo social, histórico, político e ideológico (Borim-de-Souza *et al.*, 2018; Bourdieu, 2013; Brown & Dillard, 2013a, 2013b; Zaroni *et al.*, 2021). Sob tal perspectiva, e do ponto de vista bourdieusiano, argumenta-se que a constituição simbólica da noção de sustentabilidade está em disputa entre os agentes de distintos campos, possuidores das diferentes formas de capital, e que a imposição de uma noção legítima de sustentabilidade molda o processo participativo componente da *accountability*.

Ao se afiliar a uma perspectiva bourdieusiana, a pesquisa se posiciona filosoficamente sob uma ontologia historicista e relacional, na qual a realidade social se constitui historicamente pela dialética entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas nos agentes (Bourdieu, 1990, 2008). Tal postura implica assumir as tecnologias contábeis como sistemas discursivos que nunca são neutros, mas que sempre refletem as estruturas sociais que expressam, ao mesmo

tempo que ajudam a produzi-las (Everett, 2002). Neste sentido, entende-se o *disclosure* de sustentabilidade como mecanismo discursivo, ele mesmo uma forma de capital simbólico nas disputas sobre a noção de sustentabilidade, de tal modo que seu papel na promoção de *accountability* está necessariamente vinculado às relações de forças que moldam a noção de sustentabilidade, bem como o processo participativo.

Para empreender a pesquisa é necessário delimitar o espaço social que será investigado. Neste sentido, a pesquisa se utiliza de um estudo de caso qualitativo (Stake, 2005) da empresa Samarco Mineração S.A.² A Samarco é uma mineradora com uma história de mais de 40 anos em Mariana-MG³, marcada por um dos maiores desastres socioambientais do mundo, o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, em 2015 (Rede de Pesquisa Rio Doce [RPRD], 2018). O caso da Samarco contempla um conjunto de fatores, tais como, atividade altamente geradora de danos sociais e ambientais; alta representatividade simbólica na cidade de Mariana; responsabilidade por um desastre que promoveu uma ruptura do poder simbólico da empresa e que acirrou as disputas em torno das questões sociais e ambientais; e fatores que contribuem para o entendimento das disputas materiais e simbólicas em torno da sustentabilidade. Disputas que influenciam o processo de *accountability*, inclusive na sua dimensão discursiva, ou seja, o *disclosure* de sustentabilidade.

Com base nas argumentações expostas, a questão de pesquisa que orienta a investigação proposta nesta tese assim se expressa: **como a dinâmica envolvendo capitais, na perspectiva bourdieusiana, possibilita ou restringe o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa?** Para alcançar o objetivo final, qual seja, analisar como a dinâmica envolvendo capitais, na perspectiva bourdieusiana, possibilita ou restringe o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa, as etapas da investigação passam pela compreensão do espaço social a partir da lente teórica bourdieusiana. Neste sentido, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- (1) Mapear os principais agentes sociais participantes das disputas relacionadas à sustentabilidade no âmbito do caso Samarco, bem como seus capitais mais relevantes;
- (2) Identificar a disposição de capitais e como eles são articulados nas disputas relacionadas à sustentabilidade no âmbito do caso Samarco; e
- (3) Interpretar as narrativas da Samarco no *disclosure* de sustentabilidade e sua

² Doravante, Samarco.

³ Doravante, Mariana.

relação com promoção de *accountability* a partir das relações de força determinadas pelas articulações de capital no âmbito do caso Samarco.

Do ponto de vista metodológico, além de adotar como estratégia o estudo de caso, a pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa com abordagem interpretativa (Flick, 2009). Para a construção dos dados a pesquisa utilizou os métodos de entrevistas, observações de campo e pesquisa e análise documental. Por fim, para a interpretação dos dados foi utilizado o método de análise de narrativas (Riessman, 2008).

Alvesson e Sandberg (2011) argumentam que a maioria dos estudos têm buscado justificativa nos *gaps* existentes na literatura sem, contudo, se preocupar em desafiar as suposições teóricas existentes. Como contraponto, os autores oferecem a noção de problematização como método para gerar uma questão de pesquisa, processo no qual o pesquisador identifica, articula e desafia suposições teóricas existentes (Alvesson & Sandberg, 2011). Assim, a pesquisa proposta surge e fundamenta suas justificativas a partir da problematização em três eixos teóricos acerca do *disclosure* de sustentabilidade.

Primeiro, em termos do que Alvesson e Sandberg (2011) chamam de suposições paradigmáticas, a pesquisa busca confrontar as premissas filosóficas e metodológicas do paradigma econômico-financeiro da contabilidade, o qual tem atrelado a pesquisa contábil quase exclusivamente a abordagens econômicas e positivistas (Carnegie *et al.*, 2021). A presente pesquisa confronta essa posição articulando as noções de *accountability* e de sustentabilidade baseadas em uma perspectiva sociopolítica com abordagem interpretativa.

A segunda suposição que é desafiada por esta pesquisa é em nível teórico e diz respeito à abordagem dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010). Nos termos de Alvesson e Sandberg (2011), trata-se de um desafio a um pressuposto interno, ou seja, aquele que pode ser visto dentro de uma escola teórica como não problemático. Neste sentido, pesquisas no campo da contabilidade social e ambiental ainda se valem em demasia da teoria dos *stakeholders* para dar suporte às discussões sobre o *disclosure* de sustentabilidade (Parker, 2005). O posicionamento desta tese, no entanto, confronta essa abordagem na medida em que entende que ela reduz a problemática da sustentabilidade e da *accountability* a um problema de maximização de valor aos *stakeholders* para além dos acionistas (Freeman *et al.*, 2010), não reconhecendo os aspectos sociais, políticos, históricos e ideológicos desses processos (Brown & Dillard, 2013a; Dillard & Vinnari, 2019; Parker, 2005; Shenkin & Coulson, 2007).

A pesquisa enfrenta ainda a perspectiva teórica da legitimidade (Deegan, 2002). Sobre este aspecto, é pressuposto sob a lente da teoria da legitimidade que os *disclosure* de

sustentabilidade podem ser entendidos como meios de construção, manutenção e legitimação de ideologias, instituições e arranjos políticos e econômicos (Deegan, 2002). Não obstante, a presente pesquisa se atém às dinâmicas sociais de poder e suas implicações para o *disclosure* de sustentabilidade, enquanto a abordagem da legitimidade concentra-se em explicar a motivação para a divulgação de tais relatórios (Deegan, 2002).

A relevância desta pesquisa pode ser apreendida nas suas implicações para problemas da sociedade na medida em que aborda questões atuais e com repercussão social, tais como sustentabilidade, *accountability* corporativa e relações de poder. Além disso, do ponto de vista científico, a pesquisa é relevante pois gera contribuições de caráter teórico, metodológico e prático. Do ponto de vista teórico a contribuição pode ser vista no uso da abordagem bourdieusiana para compreensão da relação entre o *disclosure* de sustentabilidade e a *accountability* no contexto da sustentabilidade. As pesquisas que relacionam a prática contábil com a abordagem bourdieusiana têm destacado temas como auditoria, profissão contábil, controle gerencial, contabilidade social e tecnologias contábeis (Andon *et al.*, 2015; Borsatto Junior & Dal Vesco, 2021; Jayasinghe & Wickramasinghe, 2011; Lupu & Empson, 2015; Killian & O'Regan, 2016; Malsch *et al.*, 2011; Stringfellow *et al.*, 2015). A presente pesquisa se coloca nessa discussão articulando as temáticas sustentabilidade corporativa, *disclosure* de sustentabilidade e *accountability* corporativa ainda pouco exploradas sob a lente teórica de Pierre Bourdieu.

Nesta perspectiva, a pesquisa responde a diversos chamados para estudos que: (1) explorem outras teorias que melhor expliquem o que é reportado pelas organizações, bem como a reação dos *stakeholders* a tais divulgações (Deegan, 2002); (2) aproveitem a lente teórica de Pierre Bourdieu na investigação sobre poder e dominação relacionados à responsabilidade social corporativa (Malsch *et al.*, 2011); e (3) articulem holisticamente os conceitos centrais da teoria de Pierre Bourdieu (campo, capital e *habitus*), aspecto escasso tanto na literatura internacional (Malsch *et al.*, 2011), quanto na nacional (Vogt *et al.*, 2019).

A pesquisa também oferece algumas contribuições metodológicas que merecem destaque. A esse respeito, a própria teoria proposta por Pierre Bourdieu traz implicações operacionais para a pesquisa na medida em que sua abordagem pressupõe a análise do espaço social como ponto de partida para compreensão das condições de produção do fenômeno contábil (Bourdieu & Wacquant, 1992; Everett, 2002), o que na pesquisa em contabilidade, no Brasil, ainda é pouco explorado. Ademais, o uso dos instrumentos de análise de narrativas representa uma quebra de paradigma na pesquisa contábil sendo que sua aplicação é ainda pouco utilizada e pode contribuir para a difusão deste instrumento como possibilidade de

compreensão das práticas contábeis (Beattie, 2014; Czarniawska, 2017; Dornelles & Sauerbronn, 2019).

Do ponto de vista prático, a pesquisa contribui para que gestores e preparadores do *disclosure* de sustentabilidade ampliem sua compreensão sobre a *accountability* corporativa enquanto um processo que molda e é moldado pelo *disclosure* de sustentabilidade. Contribui, ainda, no âmbito das políticas públicas gerando compreensão para sociedade civil, poder público e outros agentes sobre seus papéis no processo de disputa pelo poder num espaço social onde se luta pela noção legítima de sustentabilidade, com implicações sobre a forma de pensar, ver e produzir *disclosure* de sustentabilidade, voluntário, obrigatório ou mesmo involuntário.

O campo da profissão contábil também pode se beneficiar das discussões desta pesquisa no que tange o papel da tecnologia contábil para a sustentabilidade (Bebbington *et al.*, 2007a). Neste sentido, a pesquisa contribui para ampliar o debate acerca das possibilidades de avanço de uma contabilidade tradicionalmente econômica e financeira para uma contabilidade social, dialógica e crítica (Brown *et al.*, 2015; Dillard & Vinnari, 2019). Finalmente, as abordagens epistemológica, teórica e metodológica adotadas na pesquisa também representam contribuição para o Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCon-Ufes) ao qual a pesquisa está vinculada, bem como para o campo de pesquisa em contabilidade como um todo, na medida em que apresenta possibilidades de produção de pesquisa ainda pouco convencionais para a área.

Além desta introdução, a pesquisa está estruturada da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico; a seção 3 aborda os aspectos metodológicos enquanto, a seção 4 apresenta uma descrição e análise dos dados; na seção 5 apresenta-se a discussão e interpretações a partir dos dados analisados e da base teórica, enquanto na seção 6 são tecidas considerações sobre a pesquisa.

2 PERCURSO TEÓRICO

Nesta seção são articulados teoricamente três temas que formam a base teórica para as proposições desta tese, a saber: (1) teoria social de Pierre Bourdieu; (2) sustentabilidade e *disclosure* de sustentabilidade; e (3) *accountability*. Primeiro apresenta-se a teoria social de Pierre Bourdieu, bem como alguns dos principais conceitos utilizados por esse autor, os quais serão articulados nesta tese. Além disso, são apresentadas pesquisas que se valeram da lente teórica de Pierre Bourdieu para investigações de distintos fenômenos relacionados ao campo da contabilidade. Na subseção seguinte, apresenta-se uma evolução e as disputas em torno da noção de sustentabilidade, bem como o posicionamento ontoepistemológico da tese sobre o tema. Ainda nesta subseção, apresenta-se o desenvolvimento dos *disclosures* de sustentabilidade na literatura contábil e delineia-se algumas implicações das disputas pela criação e estruturação deste tipo de *disclosure* para o contexto da sustentabilidade enquanto processo sociopolítico. Finalmente, apresenta-se uma revisão da literatura sobre *accountability* corporativa no âmbito das pesquisas em contabilidade e oferece-se uma estrutura a fim de situar o tema para sua articulação no contexto da sustentabilidade. Ademais, delineia-se o processo de *accountability* corporativa sob a lente teórica de Pierre Bourdieu.

2.1 TEORIA SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU

Pierre Bourdieu, filósofo social francês, desenvolveu extensa obra sobre uma sociologia da prática pautada fundamentalmente na observação empírica de práticas particulares (Grenfell, 2018). Sua abordagem para compreensão das práticas dos agentes sociais busca superar as dualidades sociológicas como estrutura e ação, objetivismo e subjetivismo, micro e macro, a partir da articulação de três conceitos fundamentais e interdependentes, quais sejam, campo, *habitus* e capital (Misoczky, 2003; Thiry-Cherques, 2006).

Crítico ao objetivismo, que tenta explicar as ações sociais em sua totalidade a partir das estruturas sociais, Pierre Bourdieu também não adere ao subjetivismo fenomenológico, mas tenta encontrar um intermédio entre essas vertentes, ao qual chamou de construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista (Bourdieu, 1990; Corcuff, 2001). Bourdieu (1990) afirma que a percepção do mundo social é produzida a partir de uma dupla estruturação; por um lado, têm-se um aspecto mais objetivo, no qual agentes e instituições são dotados de propriedades que organizam objetivamente o espaço social como estruturas objetivas (campos sociais), e se configura como um sistema simbólico que se pauta numa lógica de diferenciação

(capitais); por outro, sob um aspecto mais subjetivo, a percepção é estruturada a partir dos esquemas de percepção, estruturas incorporadas (*habitus*), as quais expressam o estado das relações de poder simbólico (Bourdieu, 1990, 2008).

2.1.1 Campo e *habitus*

Em sua tentativa de superar a oposição objetivo e subjetivo Pierre Bourdieu concebe, a partir das noções de campo e *habitus*, as instituições de maneira relacional, ou seja, como configurações de relações entre agentes individuais e coletivos, que são mutáveis em função dos seus *habitus* (Corcuff, 2001). Os campos, de acordo com Pierre Bourdieu, são redes de relações sociais, sistemas estruturados de posições sociais dentro dos quais ocorrem lutas ou manobras por acesso a recursos, ou capitais (Everett, 2002). Nos termos de Pierre Bourdieu, analiticamente

um campo pode ser definido como uma rede de relações objetivas entre posições que são objetivamente definidas, na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação presente e potencial (*situs*) na estrutura de distribuição das espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda o acesso às vantagens específicas que estão em jogo no campo, bem como à sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 97, tradução nossa).

Corcuff (2001) explica que, na perspectiva bourdieusiana, a ação histórica se dá através do encontro entre a história objetivada nas coisas, que interpreta como sendo as instituições, e a história incorporada nos agentes, o *habitus*. Para o autor o *habitus* são as estruturas sociais da subjetividade da pessoa, as quais determinam suas disposições, ou inclinações, a agir de certo modo, e que são decorrentes das condições objetivas de existência da sua trajetória social (Corcuff, 2001).

O *habitus*, porém, não deve ser compreendido como mero reprodutor das estruturas sociais das quais ele próprio é produto (Corcuff, 2001), uma vez que os campos foram concebidos para pensar o mundo de forma relacional e estão sempre em mudança (Everett, 2002). Ao mesmo tempo em que é produto da história, o *habitus* produz as práticas, portanto, a própria história, de tal modo que estando no princípio da continuidade e regularidade das práticas sociais, também está no princípio das transformações, reguladas segundo uma lógica específica dos organismos nos quais estão incorporadas, sem que estes possam explicá-las, uma vez que é fruto da história e não de determinações mecânicas (objetivismo) ou puramente

interior (subjetivismo) (Bourdieu, 2013).

As relações de poder estão no centro da construção teórica de Pierre Bourdieu, na medida em que o campo é concebido como um espaço “no interior do qual há uma luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar esse jogo” (Bourdieu, 1990, p. 119). O autor sustenta que “em qualquer campo [...] há uma luta pelo monopólio da legitimidade” (Bourdieu, 1990, p. 52). Vasconcellos (2002) explica que o campo representa um espaço que é de conflitos e dominação, composto por agentes que estão dispostos em posições hierarquicamente definidas em função dos capitais que acumulam, os quais representam formas de poder (Vasconcellos, 2002).

Ademais, os agentes ocupam mais de um campo social simultaneamente de modo que múltiplos campos, tais como o econômico, o político, o das artes, etc., podem disputar um espaço social comum, formando um campo de poder (Thomson, 2018). Nos termos de Bourdieu (2008), o campo de poder

é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos tipos de capital para poder dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (Bourdieu, 2008, p. 52).

Além disso, estes campos não são nivelados, de modo que alguns podem ser dominantes em função de atividades em outros campos (Thomson, 2018). Pierre Bourdieu sugere que os campos de capital cultural são dominados pelo poder político e econômico exercido de maneira estrutural através de mecanismos tal como o mecanismo de mercado (Thomson, 2018).

2.1.2 Capitais

Os capitais, por sua vez, são recursos que podem ser possuídos por indivíduos, grupos de indivíduos, estabelecimentos, uma comunidade, um país, etc. (Lebaron, 2017). Pierre Bourdieu, ao estudar diversos campos como economia, política, arte, educação, mídia, dentre outros, propôs que, de forma similar ao que ocorre com o capital monetário no campo econômico, diferentes tipos de capital estão em jogo em espaços sociais, os quais têm princípios particulares de funcionamento (Bourdieu, 1986; Moore, 2018). Neste sentido, o capital é visto não apenas em sua forma reconhecida na teoria econômica, que para Pierre Bourdieu é apenas um caso particular do mundo social, mas também em suas formas imateriais e economicamente desinteressadas, ou seja, cultural e social (Bourdieu, 1986). Bourdieu (1986) sustenta que:

Na verdade, é impossível explicar a estrutura e o funcionamento do mundo social a menos que se reintroduza o capital em todas as suas formas e não apenas na forma reconhecida pela teoria econômica. A teoria econômica permitiu que lhe fosse imposta uma definição da economia das práticas que é a invenção histórica do capitalismo; e ao reduzir o universo das trocas à troca mercantil, que é objetiva e subjetivamente orientada para a maximização do lucro, ou seja, (economicamente) autointeressada, ela implicitamente definiu as outras formas de troca como não econômicas e, portanto, desinteressadas. Em particular, ela define como desinteressadas as formas de troca que garantem a transubstanciação por meio da qual os tipos mais materiais de capital - aqueles que são econômicos no sentido restrito - podem se apresentar na forma imaterial de capital cultural ou capital social e vice-versa (Bourdieu, 1986, pp. 15-16, tradução nossa).

Pierre Bourdieu sugere que o capital se apresenta em três formas fundamentais a depender do campo em que funciona (Bourdieu, 1986): (1) econômico (dinheiro e bens); (2) cultural (conhecimento, gostos, estética, linguagem); e (3) social (rede de relações). Além disso, uma vez convertidos em elementos simbólicos com sentido de prestígio, quaisquer dos tipos de capitais anteriores se convertem em um quarto tipo de capital, o capital simbólico (Thomson, 2018). São estes capitais que conferem significado a um jogo competitivo que ocorre dentro destes espaços sociais e funciona como uma espécie de energia que movimenta o campo (Moore, 2018). Assim, do mesmo modo que no campo econômico o acúmulo de capital econômico estabelece as posições dos agentes e, conseqüentemente, a estrutura de poder naquele campo, no campo acadêmico, por exemplo, tal estrutura é determinada pelo acúmulo de capital cultural – diplomas, obras produzidas, erudição, etc. (Thomson, 2018).

2.1.2.1 Capital econômico

Ao propor que o funcionamento do mundo social não se reduz às trocas econômicas, mas que essas são apenas uma dimensão de uma ciência geral da economia das práticas que não se limita às práticas socialmente reconhecidas como econômicas (Bourdieu & Wacquant, 1992) Pierre Bourdieu compreende que a noção de capital simbólico é fundamental para entender como a sociedade valoriza e reconhece recursos que não são puramente econômicos. Neste sentido, Pierre Bourdieu adota um sentido mais amplo do termo capital diferenciando o capital econômico do capital simbólico (Moore, 2018).

O capital econômico consiste na forma elementar da acumulação de riqueza material,

tais como dinheiro, propriedades, ativos financeiros, entre outros, e do funcionamento de uma economia capitalista, servindo de base para as formulações de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1986; Everett, 2002; Moore, 2018). É a forma imediata e diretamente convertível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade (Bourdieu, 1986). Moore (2018) esclarece que a diferença fundamental entre os capitais econômico e simbólico é a natureza instrumental e egoísta, que no primeiro é transparente, um interesse assumido nas taxas de lucro, enquanto no segundo, essa natureza é negada em forma de desinteresse (Moore, 2018).

2.1.2.2 Capital cultural

Pierre Bourdieu se valeu da noção de capital cultural inicialmente como hipótese teórica para investigar a desigualdade dos resultados escolares de crianças de diferentes classes sociais (Bourdieu, 1986; Bourdieu & Passeron, 1992). O pressuposto era de que as crianças com origens em famílias das classes sociais mais elevadas herdavam um patrimônio cultural diverso, tais como, domínio da língua, cultura geral, posturas corporais, disposições estéticas, bens culturais (livros, obras de arte, etc.), dentre outros, que se convertem em vantagens para o desempenho escolar em relação a outras crianças de classes sociais inferiores (Nogueira, 2017). Tais vantagens são possíveis, sob esta perspectiva, na medida em que as instituições de ensino reproduzem a cultura tida como legítima, a qual emana das próprias classes sociais dominantes (Nogueira, 2017).

Posteriormente, a noção de capital cultural não fica restrita aos limites da análise escolar e é articulado nos estudos sobre os efeitos da riqueza cultural nas classificações e hierarquias sociais, tornando-se fundamental para um pensamento multidimensional do mundo social para além da divisão baseada na riqueza econômica (Bourdieu, 2007a; Nogueira, 2017). Neste sentido, a noção de capital cultural rompe com a ideia de que apenas o capital em sua forma material é detentor de valor e enfatiza que o acúmulo de bens culturais tais como conhecimento, gosto, qualificações, entre outros, também são detentores de valor (Everett, 2002). Neste sentido, existem outros espaços nos quais os agentes podem obter lucros (não econômicos), os quais Pierre Bourdieu propõe que funcionam também como um mercado, por exemplo, o campo acadêmico (Bourdieu, 1986).

O capital cultural se apresenta sob três formas: (1) incorporado, que se apresenta na forma de disposições entranhadas ao corpo, tornando-se as propriedades físicas das pessoas, por exemplo, posturas corporais, habilidades linguísticas, competências intelectuais, preferências estéticas; (2) objetivado, o qual se apresenta na forma de bens materiais, tais como,

livros, artefatos culturais, entre outros; e (3) institucionalizado, que se apresenta na forma de reconhecimento institucional das competências culturais adquiridas, por exemplo, diplomas, certificados, etc. (Bourdieu, 1986; Nogueira, 2017).

Importa notar que, diferente do capital econômico, a aquisição ou transmissão do capital cultural pressupõe um processo de acumulação lenta que requer tempo, até mesmo em sua forma objetivada, pois o que é transmitido, neste caso, é o bem cultural material, mas não necessariamente o que constitui a apropriação específica do aspecto cultural (Nogueira, 2017). Everett (2002) explica que o capital cultural geralmente é obtido de forma menos direta do que o capital econômico, uma forma mais disfarçada de capital. É esse disfarce que leva ao não reconhecimento da “arbitrariedade cultural”, ou seja, da imposição de uma cultura dominante, disfarce que torna o capital cultural mais duradouro, menos conversível e mais suscetível a atritos do que o capital econômico (Everett, 2002).

2.1.2.3 Capital social

O capital social surge no desenvolvimento dos trabalhos de Pierre Bourdieu para dar conta dos efeitos sociais aparentes em casos em que diferentes indivíduos podem lucrar de forma desigual a partir de um capital (econômico ou cultural) “segundo o grau em que eles podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo (família, antigos alunos de escolas de ‘elite’, clube seletivo, nobreza, etc), mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital” (Bourdieu, 2007, p. 67). O fato de estar vinculado a certos grupos – por exemplo, família, clubes, classes profissionais – compostos por agentes, até certo ponto homogêneos, potencializa os ganhos advindos dos capitais econômico, cultural e simbólico possuídos por esses agentes. Neste sentido, “o capital social é a soma de recursos, reais ou virtuais, aos quais um indivíduo ou grupo tem direito em virtude de possuir uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento mútuos” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 119).

Importante notar que a posse do capital social não se reduz apenas ao fato de estar inserido em uma rede de relações qualquer, mas depende de uma vinculação que configure uma espécie de posse coletiva, na qual cada um dos membros participa e auferir lucros do capital possuído individualmente pelos outros membros (Saint Martin, 2017). Trata-se de uma vinculação a redes duradouras de relações, que são formadas por agentes com propriedades comuns e unidos por ligações permanentes e úteis, a qual tende a exercer um efeito multiplicador sobre as outras formas de capital (Bourdieu, 2007b).

O capital social não é independente das – e nem redutível às – outras formas de capital, ou seja, para que ele exerça algum efeito é necessário que os membros do grupo sejam detentores das outras formas de capital (econômico e cultural), ao mesmo tempo em que a posse das outras formas de capital não garante o acúmulo do capital social (Saint Martin, 2017). Ademais, os membros se mantêm solidários ao grupo em função dos lucros que tal filiação lhes rende (Bourdieu, 1986).

Importante para o escopo desta tese é notar que a noção de capital social não se limita, apesar de também se referir a elas, a redes formalmente institucionalizadas, tais como, família, clubes, associações, etc., mas alcança relações mais amplas entre organização e comunidades. Neste sentido, como alude Lebaron (2017), é possível conceber o capital social “no plano de um bairro, de uma ‘comunidade’ ou de qualquer entidade político-administrativa” (Lebaron, 2017, p. 102). Destaca-se também o capital político como uma variante do capital social (Everett, 2002), uma vez que as formas de representação política conferem a capacidade a alguns agentes de produzir benefícios não econômicos a partir da operacionalização dos recursos coletivos (Bourdieu & Wacquant, 1992).

2.1.2.4 Capital simbólico

Se, por um lado, Pierre Bourdieu compreende que as trocas econômicas representam apenas uma dimensão do funcionamento de um mundo social que apresenta outras formas de trocas simbólicas (Bourdieu & Wacquant, 1992), daí uma distinção entre o econômico e o simbólico; por outro, também compreende que o capital simbólico se forma a partir de qualquer das outras formas de capital quando estas passam a reconhecidas como legítimas (Everett, 2002). Nos termos Pierre Bourdieu, o capital simbólico é a “forma que uma ou outra destas espécies adota quando é compreendida através de categorias de percepção que *reconhecem* [grifo do autor] a sua lógica específica ou, se preferirem, *ignoram* [grifo do autor] a arbitrariedade da sua posse e acumulação” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 119, tradução nossa).

Os recursos simbólicos que um agente detém e que são valorizados dentro de um determinado contexto cultural ou social têm papel importante nas relações de poder e na reprodução de hierarquias (Everett, 2002). Esses recursos incluem prestígio, reconhecimento, reputação, símbolos culturais, conhecimento e outras formas de capital que não são materiais, mas têm um valor social significativo. É o capital simbólico que dá a um agente o poder de impor a visão legítima do mundo social e somente sob esta forma é que o poder pode ser

exercido de forma duradoura (Everett, 2002). Em outros termos, para Pierre Bourdieu, não é apenas através da acumulação do capital econômico que a dominação é exercida, mas principalmente, através do capital simbólico, forma que permite que a arbitrariedade do acúmulo das outras formas de capital seja reconhecida como legítima pelos agentes do campo.

2.1.3 *Doxa*, violência simbólica e *hysteresis*

Esse reconhecimento do simbólico perpetua-se como legítimo porque todo campo funciona a partir de um *doxa*, que pode ser compreendida como sendo as verdades inquestionáveis dentro do campo, o senso e a linguagem comum, uma crença compartilhada que permite aos agentes explicar o *modus operandi* do campo sem refletir a respeito (Deer, 2018). É essa noção de *doxa* como uma espécie de conjunto de crenças compartilhadas que sustenta o poder simbólico, mas que também é alimentado pelo capital simbólico que, uma vez percebido e reconhecido como tal, “torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder às ‘expectativas coletivas’ [grifo do autor], socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico” (Bourdieu, 2008, p. 170).

A *doxa*, ao mesmo tempo está inserida no campo e ajuda a caracterizar este campo e o *habitus*. Cumpre o papel de colocar os agentes sob a sujeição do poder simbólico, de modo a não questionarem sua legitimidade nem a dos que o exercem (Deer, 2018). Uma sujeição desconhecida às regras do jogo, uma vez que se conhecem as regras, mas não a lógica de sua produção. Assim, os agentes dominados no campo, ao não compreenderem a lógica de produção dessa dominação, sofrem o que Pierre Bourdieu chama de violência simbólica (Deer, 2018). Um tipo de violência que não é física e que conta, necessariamente, com a cumplicidade do dominado, o qual vê como natural as representações e ideias sociais dos dominantes (Vasconcellos, 2002).

Importa notar que, pelo fato de a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu não ser determinístico, se constituindo nas, e condicionando as, interações sociais (Thiry-Cherques, 2006), a *doxa* do campo não é imutável. Assim, Pierre Bourdieu aborda a questão da mudança social através da noção de *hysteresis* (Bourdieu & Wacquant, 1992), que se refere a um descompasso momentâneo entre o campo e o *habitus*, o qual ocorre em situações específicas, particularmente, em momentos de crises, mas também evidentes em situações de sofrimento social (Hardy, 2018). O efeito de *hysteresis* permite algum nível de superação da *doxa* e oferece oportunidades para mudanças de posições no campo, o que pode ocorrer apenas durante algum

período, na medida em que o encaixe entre campo e *habitus* tende a se restabelecer devido a tendência de conservação característica do *habitus* (Hardy, 2018).

2.1.4 Comunicação e linguagem na perspectiva bourdieusiana

Pierre Bourdieu também incorpora a linguagem em sua análise sociológica (Bourdieu, 1996; Girardi Jr, 2017), de tal sorte que pensar o processo de comunicação ou informação a partir de sua abordagem teórica requer compreender a sua forma de pensar a linguagem. Essa compreensão também é de peculiar oportunidade na medida em que as proposições desta tese acerca do papel do *disclosure* de sustentabilidade no processo de *accountability* passam pela compreensão das relações entre estrutura social e processo comunicativo entre organização e outros agentes.

Para Pierre Bourdieu, uma fala nunca é apenas um processo comunicativo entre um enunciador e um receptor (Girardi Jr, 2017). São as condições de produção da fala que determinam o “que”, o “por que” e o “para quem” algo é dito, de modo que há uma “interdependência entre a forma linguística e a estrutura da relação social na qual e para a qual tal forma linguística foi produzida” (Bourdieu, 1996, p. 68). Girardi Jr (2017) explica que, neste sentido, a fala depende de condições sociais particulares, de tal modo que ao falar, uma pessoa não fala com qualquer um, sobre qualquer coisa, de qualquer maneira, mas segue rituais que garantam condições suficientes para que seja ouvida (Girardi Jr, 2017).

O que Bourdieu (1996) propõe é que, sob a mesma lógica da sua teoria do campo, os discursos ocorrem como uma relação dialética entre um *habitus* linguístico, e certos mercados simbólicos, predispostos a receber o discurso de acordo com uma formação de preços válido para este mercado (Bourdieu, 1996; Girardi Jr, 2017). Neste sentido, a fala não ocorre no vazio. Quando falam, os agentes o fazem a partir de posições que ocupam no espaço discursivo, as quais também estão inseridas numa complexa cadeia de rituais institucionais no interior dos campos sociais histórica e socialmente constituídos (Girardi Jr, 2017). Em outras palavras, cada campo social tem também seu mercado linguístico e seu gênero discursivo que valora o que é falado (Girardi Jr, 2017). Importa lembrar, ainda, que quanto mais oficial a situação de fala, maior é a determinação do discurso pelas regras do mercado em questão (Bourdieu, 1996).

Uma implicação subjacente é que as relações linguísticas são sempre também relações de poder simbólico (Bourdieu & Wacquant, 1992). Pierre Bourdieu defende que “toda troca linguística contém o potencial de um ato de poder, ainda mais quando envolve agentes que ocupam posições assimétricas na distribuição do capital relevante” (Bourdieu & Wacquant,

1992, p. 145, tradução nossa). Neste sentido, em função das relações históricas de poder no interior dos campos sociais, um enunciador fala quando é dotado de autoridade social para fazê-lo, e a um público que reconhece essa autoridade em graus variados (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Toda eficácia de uma fala depende das condições de produção externas às questões puramente linguísticas desse discurso, ou seja, depende das condições sociais de dominação, as quais conferem a estrutura que alicerça todo o uso da linguagem, que é tida como legítima (Bourdieu, 1996). Assim, qualquer um pode enunciar, mas o efeito, o poder simbólico, depende das condições sociais que legitimam a fala (Bourdieu, 1996). Quando o dominante é dotado de autoridade para falar, ou seja, quando fala a língua dominante, exerce poder simbólico. A linguagem não dominante pode até ser usada pelos dominantes, mas apenas quando isso lhes render lucros simbólicos (Bourdieu, 1996).

O discurso, sob tal lógica, implica efeitos de eufemismo que esconde estruturalmente o interesse expressivo dos enunciados e de censura, imposta pelo mercado linguístico, na fala (Barreiros, 2023). Isso ocorre, pois, se há um mercado que coloca preços no que é falado, os agentes sociais falam a partir de escolhas que antecipam os lucros simbólicos de se dizer ou não alguma coisa, mesmo que sem consciência disso, um senso prático acerca da aceitabilidade e possibilidade de suas falas (Bourdieu, 1996, 2013; Girardi Jr, 2017). Assim, compreender os processos de comunicação (porque algo é ou não é dito, quem diz e para quem, o que significa, etc.), requer compreender toda a estrutura das relações objetivas que definem as posições dentro do campo, as formas específicas de censura que são impostas nestas relações, as trajetórias e disposições linguísticas (*habitus*) dos que ocupam essas posições (Bourdieu & Wacquant, 1992).

2.1.5 Pesquisas que articularam a teoria bourdieusiana no campo da contabilidade

A abordagem sociológica de Pierre Bourdieu fornece uma lente para analisar como sistemas de dominação são reproduzidos e se modificam sem a necessária consciência dos atores (Malsch *et al.*, 2011). Apesar de as tecnologias de contabilidade estarem implicadas nesse processo, essa abordagem é ainda incipiente na pesquisa do campo contábil (Malsch *et al.*, 2011; Lourenço & Sauerbronn, 2018), não obstante a existência de trabalhos que a têm aplicado em contextos distintos (Alberti-Alhtaybat *et al.*, 2021; Andon *et al.*, 2015; Borsatto Junior & Dal Vesco, 2021; Farjaudon & Morales, 2013; Jayasinghe & Wickramasinghe, 2011; Killian & O'Regan, 2016; Semeen *et al.*, 2016; Silberman *et al.*, 2016; Stringfellow *et al.*, 2015; Vogt *et*

al., 2019).

Jayasinghe e Wickramasinghe (2011), por exemplo, analisaram o processo de mudança no mecanismo de governança de um projeto de política pública para redução da pobreza de uma vila de pescadores no Sri Lanka. Tal mudança referia-se a um novo mecanismo de alocação de recursos (*development accounting*), baseado na lógica neoliberal, revestida de uma forma mais participativa e menos burocrática e orientada para a comunidade ante ao processo centralizado no governo local até então (Jayasinghe & Wickramasinghe, 2011). Os autores utilizaram abordagem bourdieusiana para mostrar que, aldeões, políticos, profissionais e trabalhadores sociais configuravam agentes em luta no que chamaram de campo das políticas de redução da pobreza e que o novo mecanismo, além de não diminuir a pobreza – objetivo do projeto – contribuiu para sua reprodução (Jayasinghe & Wickramasinghe, 2011).

Farjaudon e Morales (2013) também fizeram uso da abordagem bourdieusiana, neste caso, para examinar o papel da contabilidade na produção de consenso. O argumento dos autores é que a contabilidade desempenha papel central no processo de definição e reprodução dos interesses dos agentes dominantes, de modo que, através de uma linguagem que produz consenso e sistemas de classificação que determinam o que deve ou não deve ser valorizado, desencoraja conflitos e resistências (Farjaudon & Morales, 2013). Nesta perspectiva, os autores afirmam que a contabilidade produz violência simbólica que consolida assimetrias nas posições de poder, através do estabelecimento do que é consensual, de modo que os interesses dominantes sejam reproduzidos com o consentimento daqueles que mais tem a perder no processo (Farjaudon & Morales, 2013).

Alguns trabalhos utilizaram a abordagem de Pierre Bourdieu para investigar as relações dos profissionais de contabilidade como um campo. Stringfellow *et al.* (2015) identificam como as grandes empresas de auditoria (*Big Four*), mesmo frente a falhas, crises e críticas, mantêm um sistema de dominação no qual mecanismos de discurso eufemístico, ritos de instituição e socialização normalizam sistemas simbólicos que incapacitam e restringem as pequenas firmas. Andon *et al.* (2015), por sua vez, investigaram novos espaços de auditoria fora do tradicional domínio da área, tais como auditoria para o meio ambiente, governamental, esportiva, etc., e argumentaram que estes espaços estabelecem interseções que formam uma estrutura institucional fortemente apoiada no campo mais tradicional da auditoria. Os autores argumentam, ainda, que esses novos espaços podem ser conduzidos por atores de fora do campo tradicional da auditoria, configurando um campo de lutas dentro da classe profissional. Ademais, os novos atores podem ser capazes de controlar ou evitar a capacidade das tradicionais firmas profissionais de contabilidade para adaptar e colonizar os novos espaços

(Andon *et al.*, 2015).

Em linha com a proposta desta tese, outras pesquisas recorreram aos conceitos de Pierre Bourdieu para compreender o fenômeno da divulgação de informações corporativas. Neste sentido, Killian e O'Regan (2016) e Semeen *et al.* (2016) utilizaram a noção de poder simbólico no contexto da divulgação de informações sociais. Killian e O'Regan (2016) exploraram como tais relatórios geraram legitimidade para uma organização dentro de uma comunidade local e revelaram o papel essencial da própria comunidade nesse processo. Considerando contabilidade social como o processo de registro e reporte de questões para além dos aspectos econômicos os autores analisaram um conjunto de relatórios emitidos diretamente para a comunidade, os quais contavam não apenas com a participação, mas também incluía fotos, histórias e outros elementos dos atores da comunidade. Os autores concluíram que a contabilidade social produziu uma narrativa que adquiriu poder simbólico, direcionando legitimidade e poder para a organização, ao mesmo tempo que reestruturou o relacionamento social da comunidade, sua própria identidade e os padrões de *accountability* (Killian & O'Regan, 2016).

Semeen *et al.* (2016), por sua vez, forneceram ideias de como organizações de comércio justo (*Fairtrade Organizations*) – ou seja, aquelas que atuam dentro de uma cadeia com princípios e práticas comerciais entendidas como socialmente justas – utilizaram um *disclosure* de impacto social, com estratégias de retórica e de silêncio, como mecanismo de poder simbólico, de modo a contribuir para que tais organizações mantivessem o domínio sobre os *stakeholders* no campo do comércio justo. Ainda com foco nos relatórios corporativos, Alberti-Alhtaybat *et al.* (2021) investigaram como uma organização pioneira na prática de produzir relatórios de sustentabilidade no Oriente Médio desenvolveu um *habitus* da sustentabilidade. Os autores destacam que a organização, através de suas práticas de sustentabilidade, bem como dos *disclosures* de sustentabilidade, contribui de forma significativa para o desenvolvimento de um *habitus* de sustentabilidade naquela região (Alberti-Alhtaybat *et al.*, 2021).

A pesquisa em contabilidade no Brasil aplicando as noções de Pierre Bourdieu ainda é escassa. Vogt *et al.* (2021) ao analisarem a coerência na utilização da abordagem bourdieusiana nos estudos nacionais na literatura de contabilidade encontraram poucos trabalhos, que em grande parte utilizaram a referida abordagem de forma parcial ou subsidiária (Vogt *et al.*, 2021). Em geral, esses trabalhos abordaram principalmente o campo contábil, acadêmico e profissional, sob uma perspectiva limitada priorizando o conceito de capital social para articular a pesquisa (Vogt *et al.*, 2021).

Lourenço e Sauerbronn (2018) também oferecem, através de um ensaio teórico bibliográfico, uma discussão sobre a utilização da teoria de Pierre Bourdieu na literatura

contábil no Brasil. As autoras, na verdade, têm um objetivo mais amplo e, ao tomarem como referência as lentes teóricas de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, discorrem sobre os principais conceitos das teorias destes autores e analisam trabalhos que fizeram uso de tais abordagens. Um ponto central enfatizado diz respeito às limitações da orientação positivista predominante na pesquisa contábil nacional e as possibilidades de investigar os fenômenos organizacionais a partir de abordagens da prática social (Lourenço & Sauerbronn, 2018).

Em uma investigação recente no campo da contabilidade no Brasil que se fundamentou na teoria bourdieusiana, Borsatto Junior e Dal Vesco (2021) investigaram como os sistemas de controle gerencial se configuram como instrumento de poder. Através de um estudo de caso os autores articularam os conceitos propostos por Pierre Bourdieu, bem como as noções de pacote de sistema de controle gerencial (Malmi & Brown, 2008). Com dados coletados em entrevistas e observação a interpretação foi de que os sistemas de controle atuam como sistemas simbólicos de poder estabelecendo as normas de funcionamento do campo (Borsatto Junior & Dal Vesco, 2021).

Se a abordagem de Pierre Bourdieu ainda é pouco explorada na pesquisa contábil, no campo dos estudos organizacionais seu uso é mais maduro (Everett, 2002; Lourenço & Sauerbronn, 2018). Como ressaltam Lourenço e Sauerbronn (2018), o pesquisador pode se valer da maior maturidade da pesquisa organizacional para obter referências sobre como instrumentalizar o ferramental teórico oferecido por Pierre Bourdieu. Neste sentido, Ferreira *et al.* (2020) oferecem uma abordagem útil para os propósitos da presente pesquisa. Os autores propuseram que os movimentos em torno do conceito de sustentabilidade – os quais emergiram como crítica às bases práticas e filosóficas do paradigma capitalista atual – formam um campo, nos termos de Pierre Bourdieu, e com base no contexto de uma organização investigaram a *doxa* do campo que discute a sustentabilidade (Ferreira *et al.*, 2020). Os autores verificaram que a *doxa* do campo não corrobora o desenvolvimento sustentável e tem seus pilares na manutenção e continuidade de um desenvolvimento prioritariamente econômico (Ferreira *et al.*, 2020).

Observa-se que as poucas pesquisas relacionando a abordagem bourdieusiana com a contabilidade estão mais concentradas na análise do campo contábil e nos fenômenos relacionados à contabilidade gerencial (Lourenço & Sauerbronn, 2018; Vogt *et al.*, 2021). Não foram encontradas referências, no Brasil, a pesquisas que articulem os conceitos de Pierre Bourdieu para compreensão do papel da evidência contábil nas relações da organização com a sociedade. A atenção para investigar o fenômeno contábil numa perspectiva que insere a organização num contexto social mais amplo tem sido requerida e pelos estudos no campo da

contabilidade e a teoria social de Pierre Bourdieu apresenta-se como um caminho para tal empreendimento (Everett, 2002; Vogt *et al.*, 2021).

2.2 SUSTENTABILIDADE COMO PROCESSO SOCIAL E PERSPECTIVAS PARA OUTRAS FORMAS DE CONTABILIDADE

2.2.1 Breve histórico das discussões sobre sustentabilidade

O tema sustentabilidade tem sido debatido intensamente nas últimas décadas, tanto no contexto acadêmico, quanto no meio profissional. Trata-se de um tema transdisciplinar (Kates, 2016), considerado por alguns um mantra (Dyllick & Hockerts, 2002), por vezes reconhecido como um campo científico distinto (Kajikawa *et al.*, 2007; Kates, 2016). Não obstante, é tido como um conceito caracterizado pela ausência de clareza, marcado por uma diversidade de interpretações, e de difícil operacionalização como práticas corporativas (Meuer *et al.*, 2020; Purvis *et al.*, 2019).

Mebratu (1998) destaca três períodos marcantes para o desenvolvimento do tema. O primeiro se refere ao período antes da Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento de Estocolmo, ocorrida em 1972, marcado pela busca de explicações para o surgimento da preocupação com a sustentabilidade. As explicações nesta fase se fundavam, principalmente, a partir de três perspectivas: tradições religiosas, limite para o crescimento econômico e escala de organização. A primeira estava ligada à ideia do humano em harmonia com a natureza. A segunda, fundada no debate econômico, era caracterizada pela noção de que o crescimento econômico diminui no longo prazo devido à escassez de recursos naturais. Já a terceira, referia-se a questão da escala de organização, a qual sustentava a noção de que o tamanho das burocracias – pública e privada – aliado ao desenvolvimento de um sistema tecnocrático configuravam um problema para o desenvolvimento sustentável, visto que geram impessoalidade, insensibilidade e desejo de poder e, consequente, indiferença em relação às dimensões social e ambiental (Mebratu, 1998). Ademais, o debate acerca da sustentabilidade neste período esteve intrincado às discussões sobre responsabilidade social corporativa (RSC), sendo comum os dois termos serem tratados como tendo o mesmo significado (Dyllick & Hockerts, 2002; Montiel, 2008).

O segundo período se estendeu até 1987, influenciado principalmente pelos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (*World Commission on Environment and Development* – WCED) organizado pelas Nações Unidas

(Gladwin *et al.*, 1995; Mebratu, 1998). Após a Conferência de Estocolmo parecia ter havido um consenso acerca do desequilíbrio ecológico e de que os danos causados pelas atividades humanas tornariam essas mesmas atividades insustentáveis. Isso levou à necessidade de uma visão mundial para servir de base para um consenso global, o que ajudou a cunhar o termo desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998). A realização da WCED deu origem ao Relatório *Brundtland*, conhecido também como Nosso Futuro Comum, o qual foi responsável pela difusão do conceito de desenvolvimento sustentável referenciado pelos organismos internacionais e pelas grandes corporações (Claro *et al.*, 2008; Gladwin *et al.*, 1995; Mebratu, 1998).

O terceiro período, após 1987, marca uma intensificação das discussões acadêmicas e questões práticas em torno do termo sustentabilidade e vê, através do trabalho de Elkington (1997), a difusão do conceito do *triple bottom line* (TBL) (Mebratu, 1998; Purvis *et al.*, 2019). Marquesan e Figueiredo (2018) destacam que o movimento ambientalista deste período embalou um conjunto de trabalhos acadêmicos, os quais refletiam sobre a relação organização-natureza e pareciam indicar uma mudança de paradigma no campo dos estudos organizacionais. Foi um período de muitas proposições de definições sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (Gladwin *et al.*, 1995).

A ideia difundida pela WCED, que focava no desenvolvimento sustentável, firmou-se como a mais amplamente aceita e endossada por empresas, governos e organizações das mais diversas (Gladwin *et al.*, 1995) e sugeriu que o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Essa noção de desenvolvimento sustentável na visão de Lélé (1991) se distingue da ideia de sustentabilidade. Para este autor a noção de sustentabilidade tem sua origem na preocupação com recursos naturais renováveis, como extração florestal e indústria da pesca, o que acaba por enfatizar uma conotação ecológica ao termo, enquanto o desenvolvimento sustentável surge preponderantemente como uma noção de desenvolvimento econômico preocupado em preservar os recursos naturais (Lélé, 1991).

Se não há consenso acerca do conceito de sustentabilidade, dois aspectos parecem estar presentes em, praticamente, todas as abordagens: (1) sustentabilidade envolve três dimensões fundamentais, quais sejam, econômica, ambiental e social (no âmbito corporativo incorporado na ideia do TBL); e (2) orientação para o futuro (Munck & Souza, 2011; Purvis *et al.*, 2019). No campo contábil estes dois aspectos são comumente abordados, numa perspectiva corporativa, a partir de uma abordagem econômica através da teoria dos *stakeholders*, amparada

na ideia de que os aspectos social e ambiental, bem como orientação para futuro dizem respeito a preocupações para além dos resultados financeiros aos *shareholders* (Freeman *et al.*, 2010).

Apesar dos esforços para melhorar a definição e operacionalização da sustentabilidade observados nas últimas décadas, vertentes críticas confrontam a eficácia deste processo apontando a articulação dos agentes dominantes e captura conceitual do tema (ver Marquesan & Figueiredo, 2018). O argumento principal é que a noção de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade difundida pelos organismos internacionais têm promovido uma sustentabilidade fundada prioritariamente no crescimento econômico, funcionando como mecanismo de institucionalização de uma sustentabilidade com viés econômico, disfarçado de socialmente e ambientalmente correto, neutralizando críticas e despolitizando o tema (Purvis *et al.*, 2019).

Marquesan e Figueiredo (2018) defendem que a ideia de sustentabilidade suplantou as ideias de ecologia e ambientalismo, consideradas revolucionárias para o contexto capitalista no final do século XX, e ajudou a difundir uma noção ambígua com pouca representatividade para enfrentar o *status quo*. Nesta perspectiva, a noção de sustentabilidade imposta por entidades supranacionais e grandes multinacionais contribui para um distanciamento dos indivíduos e das organizações em relação ao ambiente natural, distanciamento este que promove bases para o discurso do desenvolvimento sustentável dominado por uma perspectiva gerencialista (Marquesan & Figueiredo, 2018).

Sobre este aspecto, pode-se observar que o sistema de educação também tem sido capturado pelo modo economicista de pensar a sustentabilidade. Silva Junior *et al.* (2018) e Silva Junior *et al.* (2019) mostram que a noção de sustentabilidade forjada numa ética predominantemente econômica tem sido impregnada nas mentes desde a formação de profissionais de administração e contabilidade. Os autores explicam que a sustentabilidade ainda se difunde, entre os estudantes dessas áreas, muito mais como um discurso do que como prática e opera sob uma lógica oportunista e utilitária (Silva Junior *et al.*, 2018; Silva Junior *et al.*, 2019).

Diniz *et al.* (2020) reforçam a crítica acerca da eficácia das práticas de sustentabilidade argumentando que ações aceitas quase consensualmente como modelos de responsabilidade empresarial e reforçadas através de premiações diversas servem de *slogan* para mascarar outras práticas deliberadamente despreocupadas com a sustentabilidade. Os autores mostram que por trás da tentativa de corporações de evidenciar um ‘ser sustentável’ há o lado obscuro representado por práticas moralmente inaceitáveis, violências civis e administrativas, comumente negligenciadas (Diniz *et al.*, 2020).

2.2.2 Posicionamento ontológico da sustentabilidade nesta tese

No breve histórico da seção anterior sobre as discussões em torno do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade pode-se perceber um movimento em busca de melhor especificação e consenso, além de um movimento crítico que compreende esse movimento como uma articulação político-social de captura do tema. Alguns estudos nas últimas décadas se empenharam em analisar e sistematizar teoricamente as vertentes que discutem o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade (Borim-de-Souza *et al.*, 2015; Gladwin *et al.*, 1995; Lélé, 1991; Mebratu, 1998). Esse conjunto de pesquisas contribui para um delineamento e posicionamento onto-epistemológico da sustentabilidade coeso aos objetivos desta pesquisa.

No início dos anos 1990, ou seja, pouco tempo depois da WCED, Lélé (1991) chamou a atenção para a ausência de uma estrutura teórica e analítica rigorosa, bem como a falta de clareza semântica e conceitual do termo desenvolvimento sustentável. O autor alertava para o fato de que organizações como *World Bank*, *Asian Development Bank* e *Organization for Economic Cooperation and Development* rapidamente adotavam uma nova retórica ideologicamente enviesada, na qual problemas como pobreza e degradação ecológica eram mal caracterizados, ao mesmo tempo em que as soluções sugeridas focavam em técnicas econômicas, ignorando aspectos sociopolíticos e culturais (Lélé, 1991). A partir de uma revisão crítica da literatura sobre desenvolvimento sustentável o autor enfatiza o problema da clareza semântica e identifica algumas fraquezas de conceito e de raciocínio sobre o tema (Lélé, 1991).

Em seu trabalho Lélé (1991) ofereceu três interpretações para a sustentabilidade, as quais têm sido articuladas por pesquisas subsequentes a fim de melhor compreensão epistemológica do tema (Borim-de-Souza *et al.*, 2015, 2019; Ferreira *et al.*, 2020; Lélé, 1991; Zanoni *et al.*, 2021): (1) sustentabilidade literal que, interpretada simplesmente como um desenvolvimento continuado indefinidamente, pode ser associada à retórica do crescimento econômico, na medida em que omite os objetivos e meios para se alcançar mudança, condição inerente da ideia de desenvolvimento; (2) sustentabilidade ecológica, que ligada ao movimento ambiental significa a existência de condições ecológicas necessárias ao bem estar humano no presente e para as gerações futuras; e (3) sustentabilidade social, ligado à preocupação de assegurar valores sociais, tradições, instituições, culturas, bem como outras características sociais, porém, sob uma perspectiva interdisciplinar que ofereça soluções às questões tanto sociais, quanto ambientais e econômicas (Borim-de-Souza *et al.*, 2015; Lélé, 1991).

Gladwin *et al.* (1995) realizaram uma análise paradigmática dos estudos sobre o tema desenvolvimento sustentável no campo dos estudos organizacionais. Os autores tomam por base a divisão conceitual e dissociação inerente entre humanidade e mundo natural como o *status* ontológico estabelecido sobre o tema no campo dos estudos organizacionais e colocam a referida dualidade em questão. Os autores inicialmente investigam uma definição de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e sugerem que o desenvolvimento sustentável é um processo para o alcance do desenvolvimento humano (Gladwin *et al.*, 1995). A compreensão é de que o desenvolvimento humano está sujeito a cinco restrições, quais sejam, *inclusiveness, connectivity, equity, prudence, e security* (Gladwin *et al.*, 1995). Em síntese, o fundamento é que o desenvolvimento não pode ser sustentável num mundo onde as escolhas humanas são crescentemente excludentes, desconectadas das questões sociais e ecológicas, promotoras de desigualdade, imprudentes e despreocupadas com ameaças disruptivas (Gladwin *et al.*, 1995).

A partir desta concepção de desenvolvimento sustentável, Gladwin *et al.* (1995) examinam dialeticamente dois paradigmas convencionais dentro do campo dos estudos organizacionais: (1) paradigma tecnocêntrico, considerado pelos autores como a visão dominante, que emerge junto com a teoria social liberal do século XVII e incorpora a racionalidade de mercado e o viés de dominação humana sobre a natureza, além de assumir o crescimento econômico e a inovação tecnológica contínua; e (2) paradigma ecocêntrico que, ligado à causas ecológicas, rejeita a dominação da natureza pelo homem. Ademais, os autores propuseram um terceiro paradigma, emergente e integrativo, nomeado *sustaincêntrico*, que pode ser entendido como desdobramento dialético da disputa entre os paradigmas convencionais (Gladwin *et al.*, 1995).

Também movido pela imprecisão conceitual de desenvolvimento sustentável, bem como pelos desdobramentos políticos daí surgidos, Mebratu (1998) oferece uma análise sistemática das definições e interpretações representativas do termo. O autor categorizou as definições de sustentabilidade em três vertentes principais: (1) versão institucional, representada pelos movimentos de entidades multilaterais e que, em geral, é baseada na satisfação de necessidades e nas perspectivas econômica e tecnocrata; (2) versão ideológica, baseada no que o autor chama de versões ambientais de ideologias clássicas, como ecoteologia, ecofeminismo e ecossocialismo, as quais em geral se opõe ao modo estrutural capitalista de exploração da natureza; e (3) versão acadêmica, que é uma resposta do campo científico em busca de reflexão e melhor especificação das conceituações das diversas correntes. O autor

afirma que a premissa que liga todas as definições é a aceitação da crise ambiental e que mudanças são necessárias para superá-la (Mebratu, 1998).

Borim-de-Souza *et al.* (2015) e Zanoni *et al.* (2021) associaram epistemologicamente o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade a esses estudos anteriores. Borim-de-Souza *et al.* (2015), com o objetivo de integração das escolas da teoria da gestão comparativa e de pesquisa sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, fornecem uma reflexão teórica que integra as abordagens explicativas do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade contribuindo para um posicionamento epistemológico coerente. Ao fazê-lo, os autores demonstram como os estudos anteriores se alinham e caracterizam três polos de compreensão epistemológica da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

O primeiro grupo, que integra o tecnocentrismo (Gladwin *et al.*, 1995), a visão institucional (Mebratu, 1998) e a sustentabilidade literal (Lélé, 1991) está ligado a uma visão mais objetiva, uma racionalidade positivista, que vê o mundo natural como um ser passivo a ser explorado. Além disso, entende que as soluções para crises relacionadas a sustentabilidade são encontradas a partir do próprio desenvolvimento econômico e tecnológico, discurso apropriado e reproduzido pelas instituições em suas diversas formas de se organizar e comunicar (Borim-de-Souza *et al.*, 2015; Gladwin *et al.*, 1995; Lélé, 1991; Mebratu, 1998). Em geral, as características deste polo representam o *status quo* do sistema capitalista.

O segundo grupo, integra o ecocentrismo (Gladwin *et al.*, 1995), a visão ideológica (Mebratu, 1998), e a sustentabilidade ecológica (Lélé, 1991). Suas características estão mais alinhadas a noção subjetiva do mundo, onde o dualismo humanidade/natureza é superado. O planeta é vivo e o ser humano é parte integrante deste sistema. Por conseguinte, é crítico ao modo de exploração capitalista e ao crescimento econômico em função da exploração da natureza, pois acreditam que a humanidade não está acima dos seres não humanos, mas está submetida aos resultados e limites do ambiente natural (Borim-de-Souza *et al.*, 2015; Gladwin *et al.*, 1995; Lélé, 1991; Mebratu, 1998). Do ponto de vista político, este polo representa um enfrentamento ao *status quo* revelando as críticas sobre a definição e operacionalização predominantes da sustentabilidade observados nas últimas décadas (Marquesan & Figueiredo, 2018) e uma disputa pela captura do significado do conceito (Mebratu, 1998).

O terceiro grupo é formado pelas categorias articuladas nos estudos anteriores que de algum modo buscaram propor uma relação dialética entre as abordagens objetiva e subjetiva. Ele integra o sustaincentrismo (Gladwin *et al.*, 1995), a visão acadêmica (Mebratu, 1998), e a sustentabilidade social (Lélé, 1991). Suas características estão relacionadas a elementos como interdisciplinaridade, natureza dinâmica e cíclica de modo que as partes e o todo não são

analisados separadamente; leva em conta tanto a perspectiva objetiva do mundo quanto a subjetiva (Borim-de-Souza *et al.*, 2015; Gladwin *et al.*, 1995; Lélé, 1991; Mebratu, 1998).

Partindo desse delineamento teórico, Zanoni *et al.* (2021) contextualizaram a sustentabilidade ontológica e epistemologicamente assumindo posições num *continuum* que vai desde abordagens mais funcionalistas à abordagens construtivistas. Argumentam que pensar a sustentabilidade sob uma abordagem bourdieusiana implica apreender tanto os elementos estruturais, ligados à extremidade funcionalista, quanto os elementos subjetivos dos agentes, ligados à extremidade construcionista (Zanoni *et al.*, 2021).

Sob esta perspectiva, os autores propuseram três grupos, os quais chamaram de sustentabilidade frágil, sustentabilidade suficiente e sustentabilidade resistente, associando-os a orientações ontológicas, epistemológicas e sociológicas e relacionando-os ao pensamento bourdieusiano. Para tanto, os autores partem da oposição das perspectivas ontoepistemológicas objetivista/estruturalista (sustentabilidade frágil) e subjetivista/construcionista (sustentabilidade resistente) para assumirem a prática da sustentabilidade como um processo dialético entre a estrutura objetiva e a ação subjetiva (sustentabilidade suficiente) (Zanoni *et al.*, 2021).

A sustentabilidade frágil se alinha às características do primeiro polo e está, então, associada à perspectiva objetivista e estruturalista, na qual a ação independente do indivíduo. A história é reificada nas estruturas, que representam os ideais capitalistas (Zanoni *et al.*, 2021). Afiliados a esse grupo creditam “às estruturas organizacionais ou ao Estado a responsabilidade de conter uma possível crise ambiental por meio do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico” (Zanoni *et al.*, 2021, p. 9).

A sustentabilidade resistente, por outro lado, tem como referência as características do segundo polo, estando associada à perspectiva subjetivista e construcionista, na qual a ação social é construída a partir da percepção do indivíduo a partir de uma história que é incorporada nas mentes e nos corpos (Bourdieu, 2013; Zanoni *et al.*, 2021). Aqui a sustentabilidade é uma construção social que considera os valores sociais e naturais se contrapondo à ideologia capitalista por meio da defesa de elementos como mudança no estilo de vida, redução da exploração dos recursos naturais e alteração dos padrões de consumo (Zanoni *et al.*, 2021).

Assim como nos estudos anteriores, o terceiro grupo, ou seja, a sustentabilidade suficiente, representa uma visão da sustentabilidade a partir de uma relação dialética entre as abordagens objetiva e subjetiva. Nos termos de Zanoni *et al.* (2021), com base em Bourdieu (2013), a sustentabilidade aqui é entendida como “uma discussão que se dá a partir da história

objetiva, por conta da valorização da estrutura econômica, mas também da história incorporada, pois valoriza as contribuições dos agentes que estão no campo” (Zanoni *et al.*, 2021, p. 9).

Ao adotar uma abordagem bourdieusiana esta tese se alinha às proposições de Zanoni *et al.* (2021) sobre sustentabilidade apreendendo a realidade a partir da relação histórica e dialética entre estrutura e agente (Bourdieu, 2013). Neste sentido, a sustentabilidade é entendida como um processo social, histórico, político e ideológico (Borim-de-Souza *et al.*, 2018; Bourdieu, 2013; Brown & Dillard, 2013a, 2013b; Zanoni *et al.*, 2021). Em termos bourdieusianos, a tese adere ao argumento de que as disputas sobre questões sociais e ambientais, ou seja, disputas sobre sustentabilidade, se passam em espaços de relações de força entre diversos campos, nos quais os agentes, possuidores de diferentes capitais e que são dominantes em seus campos, disputam a noção legítima de sustentabilidade (Bourdieu, 2008; Mebratu, 1998; Zanoni *et al.*, 2021). A noção legítima de sustentabilidade é aquela imposta pelos dominantes arbitrariamente em função do poder simbólico, com o consentimento dos demais agentes que, por desconhecerem tal arbitrariedade, a reconhecem como legítima (Bourdieu, 1989).

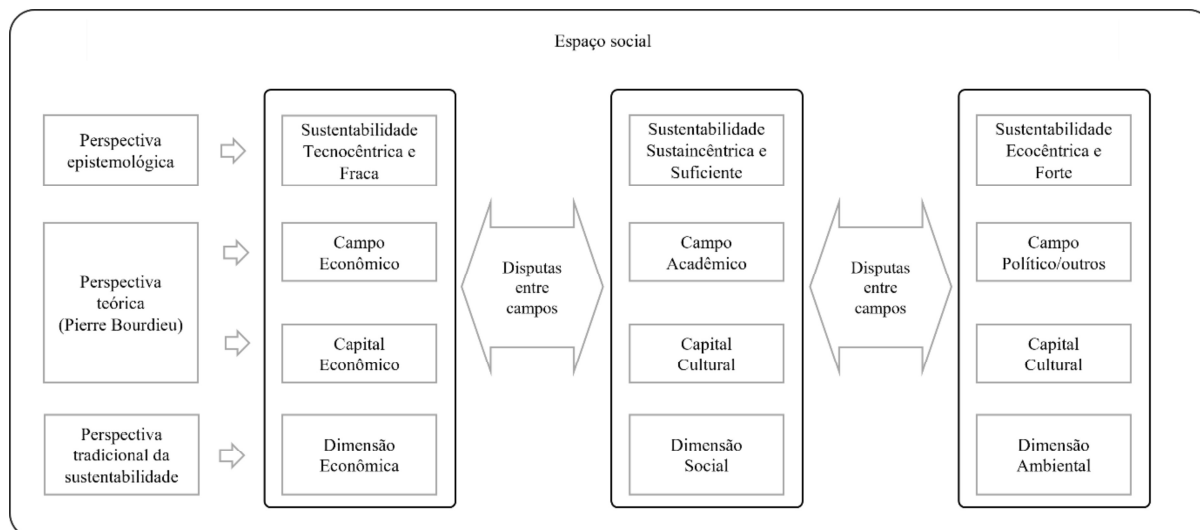
Esta disputa político-ideológica sobre a sustentabilidade pode ser entendida como a base para a discussão da *accountability* proposta na tese. Argumento que a imposição de uma sustentabilidade frágil, tecnocêntrica, economicamente orientada por parte de empresas mineradoras (como a Samarco), dominantes no campo econômico, também impõe uma noção legítima de sustentabilidade orientada para o desenvolvimento econômico. Por conseguinte, a estrutura social tende a promover uma *accountability* de forma instrumental, como mera prestação de contas ao investidor de capital financeiro (Shenkin & Coulson, 2007). Por outro lado, a imposição de uma sustentabilidade resistente, ecocêntrica e com visão voltada para os aspectos ambientais, por parte de entidades sociais e movimentos ativistas representaria um ideal de não exploração socio-ambiental e uma pretensa prescindibilidade de *accountability* para com a sociedade.

Seguindo a perspectiva bourdieusiana e entendendo a sustentabilidade suficiente como uma noção historicamente construída na relação entre a imposição de um sistema econômico capitalista (estrutura objetiva) e as disposições incorporadas nos agentes (subjetividade), argumenta-se que as disputas materiais e simbólicas a respeito das questões de sustentabilidade podem ser vistas como a interseção das forças entre esses extremos. É tendo essa interseção como premissa que o contexto da sustentabilidade proposto nesta tese deve ser visto como disputa entre agentes de campos diversos, possuidores de distintos capitais, com interesses e demandas econômicas, sociais e ambientais plurais, por vezes antagônicas e inerentemente

conflituosas. A Figura 1 apresenta este contexto da sustentabilidade, que é base para fundamentação das discussões sobre *accountability* como será desenvolvido nesta tese.

Figura 1

Espaço de disputa sobre sustentabilidade.



Fonte: Elaborado com base em Borim-de-Souza *et al.* (2015), Gladwin *et al.* (1995), Lélé (1991), Mebratu (1998) e Zanoni *et al.* (2021).

Importa notar que esta perspectiva busca superar a noção idealista de conceber as três dimensões da sustentabilidade como possuindo a mesma relevância. De um ponto de vista objetivista, a perspectiva econômica tende a prevalecer sobre as demais, de modo que o campo econômico (que aborda a sustentabilidade numa perspectiva tecnocêntrica) tende a dominar os demais campos (político, acadêmico, ativismo) que lutam por uma noção de sustentabilidade com maior ênfase nas questões sociais e ambientais. Neste sentido, não há o que se falar em integração, equidade, equilíbrio, ou algo do tipo, sobre as dimensões da sustentabilidade; mas sim um movimento dialético entre as dimensões representado nas e pelas práticas, resultado das lutas e conflitos entre os agentes dentro de seus campos e entre os campos.

2.2.3 Disclosure de sustentabilidade

Esta subseção se ocupa em apresentar uma breve evolução no desenvolvimento de relatórios contábeis preocupados em divulgar informações que ultrapassam a perspectiva econômica, bem como delinear implicações das disputas em torno da criação e estruturação deste tipo de relatório para o contexto da sustentabilidade enquanto processo sociopolítico. Esse

tipo de relatório se difundiu na forma dos relatórios de sustentabilidade, porém, dada a existência de outras formas de relatar questões sociais e ambientais, no âmbito desta tese quaisquer tipos de relatórios voltados à divulgação de questões sociais e ambientais são tratados como *disclosure* de sustentabilidade.

O *disclosure* diz respeito a divulgação de dados corporativos e, sob uma abordagem econômica, é tratado na pesquisa em contabilidade financeira como elemento fundamental para o processo de tomada de decisão dos provedores de capital financeiro (ver Healy & Palepu, 2001). Sob esta perspectiva, o *disclosure* de sustentabilidade é, normalmente, concebido como parte da estratégia corporativa de divulgação voluntária de informações ancorada em distintas teorias que tentam explicar o papel do *disclosure* voluntário para o mercado de capitais (Healy & Palepu, 2001). A redução de assimetria de informação entre agentes econômicos é tida como a centralidade do *disclosure* voluntário, o qual serve ao gestor como oportunidade para aumentar a transparência ao mercado de capitais (Beattie, 2014).

No contexto da sustentabilidade, no entanto, a concepção de *disclosure* de sustentabilidade é mais ampla e encontra aderência nas pesquisas no âmbito da contabilidade social e ambiental (Gray, 2002). Neste contexto o *disclosure* tende a se referir a todas as formas de divulgação promovidas pela contabilidade com preocupações que extrapolam o aspecto econômico (Gray, 2002). Diversos tipos de *disclosure* de sustentabilidade passaram a ser produzidos pelas companhias, principalmente, a partir dos anos 1990 (Dumay *et al.*, 2016) com notória intensificação nas primeiras décadas do século XXI (Mio, 2020), predominantemente, de forma voluntária (Gray *et al.*, 1996).

Neste mesmo período uma gama cada vez maior de entidades internacionais proponentes de estruturas conceituais e normas contábeis passaram a desenvolver e oferecer padrões de divulgação sobre questões sociais e ambientais em quantidade cada vez maior (Gibassier, 2015; Mio, 2020). De acordo com Villiers e Sharma (2017) a *Global Reporting Initiative* (GRI) foi a primeira organização internacional independente a oferecer uma estrutura padronizada com objetivo declarado de ajudar empresas, governos e outras organizações a compreenderem e reportarem o impacto de suas atividades sobre questões como clima, direitos humanos e corrupção (Villiers & Sharma, 2017). O GRI é uma organização internacional independente, baseada em rede, com propósito de ajudar organizações e governos a comunicar seus impactos sobre as pessoas e o meio ambiente (Villiers & Sharma, 2017). Para tanto, oferece uma estrutura guia pautada em princípios e padrões para preparação do *disclosure* de sustentabilidade.

Mais recentemente, com a promessa de melhor integrar as informações financeiras e não-financeiras, aspecto que não estava no escopo do GRI, foi criado o Relato Integrado, tido como “um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2013, p. 7). A proposta inicial do *International Integrated Report Concil* (IIRC) – organismo criado para empreender a iniciativa do Relato Integrado – previa o documento não como um relatório adicional, mas como um processo, o qual seria holístico e capaz de conectar e reunir os diversos componentes dos relatórios corporativos (Flower, 2015; Mio, 2020). A expectativa era que o Relato Integrado fosse capaz de solucionar diversas falhas dos relatórios financeiros através de sua visão integrada de informações financeiras e não-financeiras úteis para diversos *stakeholders* (Flower, 2015; Dumay *et al.*, 2016).

Além das entidades citadas, o surgimento de outras com objetivo de estabelecer padrões de divulgação de questões sociais e ambientais, bem como as transformações que tem ocorrido entre elas, vem sendo observado por alguns estudiosos como uma arena de disputa por poder, na medida em que essas entidades são predominantemente privadas e lutam por financiamento, por participação de *stakeholders* e por novos adeptos (Gibassier, 2015). A competição entre entidades como *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), *Accounting for Sustainability* (A4S), *International Financial Reporting Standards* (IFRS), além das já citadas, ilustra o fato de que na base das discussões para formulação dos *disclosures* de sustentabilidade pode ser visto um campo de disputa por poder e por dominação do discurso sobre sustentabilidade (Gibassier, 2015; Rupley *et al.*, 2017; Puroila & Mäkelä, 2019)

Aqui é possível delinear as implicações de se articular o contexto da sustentabilidade como um processo sociopolítico para pensar sobre o papel dos *disclosures* de sustentabilidade. O trabalho de padronização e normatização para os *disclosures* de sustentabilidade objetiva estabelecer estrutura consensual sobre o que pode ser considerado relevante em termos de sustentabilidade. O GRI, por exemplo, afirma que o processo de construção de seu padrão normativo conta com a participação de especialistas do mundo inteiro incluindo empresas, sociedade civil, trabalhadores, instituições de investimento, acadêmicos e contadores, em uma *abordagem que busca um consenso* [grifo nosso] (GRI, 2022b) .

Na perspectiva sociopolítica conforme proposta nesta tese, no entanto, a ideia de consenso na determinação do que importa sobre sustentabilidade é contraditória, uma vez que sustentabilidade diz respeito a disputas entre agentes com interesses plurais e, por vezes, antagônicos. Neste sentido, as entidades que oferecem estruturas e normas para *disclosure* de

sustentabilidade, sob a abordagem sociológica bourdieusiana, estão na origem da disputa discursiva por uma imposição da noção legítima de sustentabilidade (Bourdieu & Wacquant, 1992; Gibassier, 2015; Rupley *et al.*, 2017; Puroila & Mäkelä, 2019).

A oferta de estruturas conceituais garante poder simbólico para as entidades que lutam para serem reconhecidas como referência no estabelecimento de normas de divulgação da sustentabilidade. Alguns autores já apontaram que os esforços para o estabelecimento da estrutura para o Relato Integrado, por exemplo, podem ser vistos como fruto de um movimento da profissão contábil para manutenção do seu *status quo* acerca da produção de relatórios corporativos, ameaçado por outras classes de profissionais interessadas no tema (Flower, 2015; Villiers & Sharma, 2017). As estruturas conceituais e normas contábeis direcionadas à sustentabilidade legitimam a atuação de entidades de profissionais como guardiões da asseguaração e validade daquele tipo de reporte e sobre a noção de sustentabilidade, mesmo sem estarem presentes nos locais de atuação das corporações (Gibassier, 2015; Puroila & Mäkelä, 2019).

A oferta de uma estrutura conceitual aliada a um movimento de regulação do reporte de informações para sustentabilidade pode ser visto como um processo em que a classe contábil busca a consolidação do seu espaço no campo que já dominava, o da divulgação de relatórios corporativos, mas que cada vez mais é de interesse de outras áreas. Ao mesmo tempo o movimento pode ser percebido como uma forma de entidades novas buscarem subverter a ordem de poder dentro do campo da profissão contábil, haja vista o tipo de justificativa para o advento do Relato Integrado, tal como, se tornar o padrão dos relatos corporativos, suplantando os relatórios atuais tidos como comunicações numerosas, desconexas e estáticas (IIRC, 2013).

Ao jogar seu jogo dentro do campo contábil e nas disputas com outras classes pelo domínio na área de divulgação de relatórios corporativos, a classe contábil, associada aos detentores de capital que financiam as entidades formuladoras de normas (Gibassier, 2015), está nas disputas sobre o que importa quando se fala de sustentabilidade. Bourdieu (1989) afirma que os sistemas simbólicos exercem poder estruturante apenas se forem estruturados. Neste sentido, os padrões contábeis de comunicação das ações corporativas sobre sustentabilidade podem ser pensados como sistemas simbólicos, ou seja, estrutura estruturada, linguagem formal e dominante para se falar (Bourdieu, 1996) sobre questões de sustentabilidade relacionadas a atividades corporativas, imposta a partir de um mercado simbólico (Bourdieu, 1996) que valoriza a forma de se falar sobre a sustentabilidade e que cumpre o papel político de impor e legitimar a dominação (Bourdieu, 1989).

2.3.1.1 Tipos de *disclosures*: obrigatório, voluntário e involuntário

No contexto da sustentabilidade que é de disputa pelo que importa sobre questões sociais e ambientais, disputas inclusive discursivas, interessa levar em consideração a questão do voluntarismo do *disclosure* de sustentabilidade. Este tipo de evidenciação tem sido pensado sob três formas distintas: (1) o já mencionado *disclosure* voluntário, que se refere a divulgação espontânea pela corporação; (2) o *disclosure* obrigatório, que é aquele exigido por alguma legislação ou órgão regulador e que é visto por muitos como requisito para o processo de *accountability*; e (3) o *disclosure* involuntário, que é a divulgação contra a vontade e sem o consentimento de uma companhia (Skillius & Wennberg, 1998; Fernandes, 2013).

Na perspectiva desta tese, a interrelação entre as formas de *disclosure* voluntário e involuntário pode ser vista numa perspectiva de disputa de poder. Em outras palavras, é possível pensar tais formas de *disclosures* como instrumentos discursivos que corporação e sociedade podem fazer uso para comunicar questões relacionadas a práticas de sustentabilidade da corporação (com implicações para a sociedade) para criar sentido acerca da sustentabilidade. Neste sentido, na medida em que o *disclosure* voluntário da sustentabilidade pode ser gerenciado pelas corporações, a divulgação de informações negativas por terceiros, independente da vontade da corporação, representa um contraponto à tendência desta em privilegiar a divulgação de informações positivas (Fernandes, 2013; Ribeiro *et al.*, 2011). Nos termos desta tese, tanto o *disclosure* voluntário, quanto o involuntário, podem ser compreendidos como instrumentos capazes de produzir significado simbólico e acúmulo de poder simbólico (Bourdieu, 1996; Girardi Jr, 2017), para a corporação e sociedade, respectivamente.

2.3 ACCOUNTABILITY NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

O termo *accountability* remete a um conceito multidisciplinar e de difícil precisão (Sinclair, 1995; Mohammed, 2013). A tradução para o português também já foi objeto de discussões, na medida em que aspectos políticos e culturais no Brasil relacionados a um fraco interesse e participação em questões políticas esvaziam o termo de significação (Campos, 1990; Pinho & Sacramento, 2009). Pode ser pensado como responsabilização, termo que tem sido empregado na literatura de administração pública no Brasil para se referir a *accountability* (Pinho & Sacramento, 2009).

É relevante observar, no entanto, que na língua portuguesa o termo responsabilidade é

utilizado para se referir a dois significados, os quais na língua inglesa são representados por diferentes significantes. Na língua inglesa os termos *responsibility* e *accountability*, apesar de estarem associados à noção de responsabilidade, possuem significados distintos (McGrath & Whitty, 2018), sendo que o primeiro está mais relacionado a obrigação de desempenhar uma tarefa satisfatoriamente (McGrath & Whitty, 2018), enquanto o segundo se refere à justificação de conduta após o fato, dando visibilidade, julgando e sancionando as ações (Grant & Keohane, 2005).

Esta seção apresenta uma revisão da literatura sobre o tema *accountability* no campo de pesquisa de contabilidade corporativa, aborda problemas e desafios para a melhoria do processo de *accountability* no contexto da sustentabilidade e delineia teoricamente uma visão do processo de *accountability* a partir da lente teórica de Pierre Bourdieu a fim de gerar melhor compreensão sobre o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa no contexto da sustentabilidade.

2.3.1 Uma revisão da literatura sobre *accountability* no campo da contabilidade

Dada a amplitude do tema *accountability* e a centralidade que o mesmo tem para esta tese, este tópico foi embasado em uma revisão integrativa da literatura (Torraco, 2005) a fim de melhor situar o tema no debate contábil e suportar as discussões da tese. A revisão integrativa da literatura é um dos processos de sistematização de literatura, mas que agrega a abordagem qualitativa. O procedimento, além de sintetizar, analisa e critica um corpo representativo de literatura sobre um tema em específico (Chueke & Amatucci, 2015).

A revisão integrativa, que agrega técnicas quantitativas e qualitativas, inicialmente identificou e selecionou artigos com ajuda do *software R*, através do pacote *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017) e do método *Ordinatio* (Pagani *et al.*, 2015). Esse conjunto de ferramentas oferece uma forma objetiva de seleção da literatura a partir de critérios pré-estabelecidos, e os classifica em função de indicadores de citação, de classificação de periódicos, além de levar em conta a data de publicação (Pagani *et al.*, 2015; Baldam, 2021).

Após diversas tentativas de combinações de palavras para delimitação de estudos que se referissem à *accountability* corporativa e considerando que as buscas retornaram trabalhos que tratam o tema *accountability*, majoritariamente, de forma secundária, a busca final foi realizada nas bases *Web Of Science* e *Scopus*, para retornar apenas artigos que continham o termo *accountability* no título, sem recorte temporal, limitada aos principais periódicos de contabilidade com base na classificação Q1 do *SCImago Journal Rank* (SJR). Os artigos que

resultaram da busca foram publicados pelos seguintes periódicos: *Accounting Auditing And Accountability Journal*, *Critical Perspectives On Accounting*, *Accounting Organizations And Society*, *Accounting Forum*, *British Accounting Review*, *Management Accounting Research*, *European Accounting Review*, *Accounting And Business Research*, *Journal Of Accounting Research*, *Accounting Review*, *Contemporary Accounting Research* e *Journal Of Accounting And Public Policy*.

Foram lidos os títulos e resumos dos 248 artigos retornados e, a partir desta leitura, aqueles que foram interpretados como não abordando o tema *accountability* de maneira central foram excluídos, o que resultou num total de 58 artigos. A fim de viabilizar a análise mais aprofundada apenas os 15 artigos mais bem classificados de acordo como o método *Ordinatio* (Pagani *et al.*, 2015) serviram de base para a revisão. A eles foram juntados outros artigos seminais e de pesquisadores considerados proeminentes na área de contabilidade social e ambiental, procedimento previsto na revisão integrativa e que a difere das demais formas de revisão sistematizadas da literatura (Chueke & Amatucci, 2015).

Busca semelhante direcionada à pesquisa produzida no Brasil foi realizada nas bases *Scielo* e *Spell*. A busca foi restrita a revistas classificadas no Qualis nos estratos A1, A2, B1 e B2. Na base *Scielo* não foram encontrados artigos em periódicos de contabilidade. Na base *Spell*, por sua vez, foram encontrados 34 artigos dos quais apenas dois (Klann *et al.*, 2014; Masayuki Nakagawa *et al.*, 2007) dizem respeito a *accountability* no âmbito corporativo e passaram a compor a análise, sendo os demais relacionados à gestão pública ou ao terceiro setor.

2.3.1.1 *Accountability* na perspectiva da contabilidade tradicional

No paradigma da contabilidade tradicional, seja nas pesquisas relacionadas ao campo a informação para usuários externos, ou naquelas que tratam da informação para usuários internos, a informação contábil é compreendida, primordialmente, a partir da abordagem de agência econômica (Eisenhardt, 1989). A problemática central, neste caso, é a resolução de conflitos de interesse entre um agente, que se responsabiliza por alguma conduta, e um principal, que tem direito de demandar razões pela conduta (Eisenhardt, 1989). No âmbito da contabilidade financeira, ligada aos usuários externos, a abordagem é orientada a um *stakeholder* específico, qual seja, o acionista, e a *accountability* é interpretada como prestação de contas a este *stakeholder* (Brennan & Solomon, 2008).

Na tradição da contabilidade gerencial, associada à informação para usuários internos,

de modo homólogo, a informação contábil é vista como um mecanismo de redução de assimetria da informação entre unidades, setores e níveis hierárquicos (Roberts & Scapens, 1985). Nesta vertente econômica o discurso predominante parece professar a *accountability* como uma pretensa consequência lógica do processo de *disclosure*, reduzindo-a a termos procedimentais e difundindo uma noção de *accountability* restrita à ideia de informação, ou seja, uma noção de que as relações de *accountability* são totalmente observáveis na informação contábil (Gray, 1992; Shenkin & Coulson, 2007; Brennan & Solomon, 2008; Dillard & Vinnari, 2019).

Considerando que escopo da tese é orientada a uma perspectiva sociopolítica, essa abordagem da contabilidade tradicional sobre *accountability* não foi tratada com maior aprofundamento na revisão da literatura. Vale notar que os dois únicos trabalhos retornados pela busca na literatura nacional (Klann *et al.*, 2014; Masayuki Nakagawa *et al.*, 2007) se enquadram nesta perspectiva, o que revela a carência no debate sobre o tema na pesquisa contábil no Brasil.

2.3.1.2 *Accountability* a partir de abordagens sociológica e ética no âmbito da Contabilidade Gerencial

Uma vertente que aborda *accountability* na literatura contábil se localiza na dimensão intra-organizacional abordando os sistemas de contabilidade gerencial tanto numa perspectiva de prática social, quanto numa perspectiva ética (Roberts, 1991, 2009; Roberts & Scapens, 1985). Roberts e Scapens (1985) elaboraram uma estrutura teórica para analisar a operacionalização do sistema de *accountability* dentro da organização. O estudo se baseou na ideia de contabilidade enquanto prática social a partir da teoria da estrutura de Antony Giddens e, por isso, tem foco nos aspectos sociais e políticos, interpessoais no contexto intraorganizacional (Roberts & Scapens, 1985). Por essa perspectiva, a contabilidade é vista não como um ser autônomo, mas um elemento parte de um complexo contexto, de modo que o entendimento da prática contábil depende do entendimento da realidade organizacional (Roberts & Scapens, 1985).

Os autores focam no impacto que o uso dos sistemas de contabilidade gerencial tem na formação e manutenção de padrões particulares de *accountability*. Argumentam por duas formas de *accountability*: (1) uma face a face, na qual superior e subordinado estão presentes num mesmo contexto (reuniões presenciais, por exemplo) e, por isso, têm um conjunto de informações, para além da contabilidade, que influencia o sistema de responsabilização; (2)

outra num contexto de distância (unidades distintas de uma organização, por exemplo), no qual o sistema de informações contábeis ganha importância por ser um dos poucos, senão o único, recurso para conhecer o outro (Roberts & Scapens, 1985). É nessa última forma que o sistema contábil traz implicações para as relações sociais, por exemplo, no uso pelo superior do sistema contábil de modo coercivo para garantir que seus objetivos sejam alcançados, o que pode resultar em manipulação de informação, pelo subordinado, já que não existem outros recursos como no contexto face a face (Roberts & Scapens, 1985).

Em uma perspectiva da contabilidade enquanto prática social, Roberts (1991) aprofunda a crítica sobre o sistema de contabilidade gerencial através de uma exploração de um conceito de *accountability* que considera mais inclusivo. O autor explora como diferentes formas de responsabilização produzem diferentes sentidos do “eu” e da relação com os outros (Roberts, 1991). A partir de teorias que fundamentam a contabilidade como prática social, e situado no contexto organizacional interno, Robert (1991) avança na ideia de que a *accountability* se apresenta de duas formas, hierárquica e socializante, e relaciona o papel da contabilidade a esse processo. A forma hierárquica diz respeito à contabilidade formal, a qual cumpre o papel de tornar possível responsabilizar o indivíduo mesmo que não seja vigiado (Roberts, 1991). A crítica a esta forma é que ela é individualizadora e promove desintegração, na contramão do que se espera de um sistema contábil gerencial que é orientar a integração dos objetivos aos objetivos organizacionais (Roberts, 1991). A forma socializante, informal, se refere às relações face-a-face, e capaz de moderar a busca de objetivos estratégicos com preocupações éticas (Roberts, 1991). O autor argumenta que as duas formas de *accountability* são independentes e que um processo mais adequado de *accountability* depende de uma interseção entre essas formas (Roberts, 1991).

Roberts, (2009) desenvolve investigação a partir de teorias da psicanálise e aborda *accountability* numa perspectiva do indivíduo. Com base nas noções de Judith Butler no seu livro “*Giving an Account of Oneself*”, o autor argumenta que é simplesmente impossível dar um relato completo de si mesmo e explora o funcionamento da transparência como um meio para responsabilização dentro das organizações (Roberts, 2009). Apesar de abordar a *accountability*, o foco do trabalho é a transparência, sendo que o autor defende que a transparência total não é solução para as falhas corporativas e a considera uma fantasia impossível (Roberts, 2009). Mais ainda, o autor argumenta que o excesso de transparência, em alguns casos (por exemplo, no âmbito do mercado financeiro), pode ter efeito de pânico e minar a confiança no processo de governança, o que seria exatamente o oposto do esperado ao se promover transparência (Roberts, 2009).

Também ligado a uma perspectiva ética, Messner (2009) destaca que grande parte tanto da literatura contábil, quanto do debate público, invoca por maior *accountability* por parte de gestores e organizações e levanta a questão sobre se uma maior *accountability* é sempre e inequivocamente desejável (Messner, 2009). Numa arena em que o interesse principal diz respeito aos impactos do uso da informação contábil na formação e manutenção de padrões particulares de *accountability* dentro da organização, o autor elabora teoricamente a ideia de que *accountability* é naturalmente limitada e o *accountable self* (eu responsável) é opaco, exposto e mediado por si mesmo (Messner, 2009). Para o autor existem situações em que a *accountability* não está ao alcance do indivíduo ou da organização, ou ainda, que numa sociedade complexa e com demandas muitas vezes conflitantes não é possível ser *accountable* sempre. Nestes casos, tal exigência configura uma “violência ética”, conceito articulado a partir dos trabalhos de Judith Butler (Messner, 2009).

2.3.1.3 *Accountability* no âmbito da contabilidade social e ambiental

Uma vertente representativa da pesquisa que aborda o tema *accountability* diz respeito ao campo da CSA. Como parte de seu projeto de desenvolvimento de uma contabilidade social, Gray (1992) explora uma posição ideologicamente centrada na questão ambiental (*Deep Green*) bem como, algumas implicações para alguma forma de contabilidade para a sustentabilidade. O autor parte da noção de que a preocupação com o meio ambiente não ocupava lugar proeminente nos estudos acadêmicos e na prática contábil da época e tenta redirecionar essa omissão investigando as implicações, para a contabilidade, de se colocar a questão ambiental no centro da análise (Gray, 1992).

O Trabalho aborda os princípios da *Deep Green*, uma abordagem na qual a transparência e o direito à informação sobre aquilo que se relaciona com o direito natural e da moral comunitária não estão em questão, e explora como a contabilidade pode articulá-los (Gray, 1992). Embasado em teorias políticas do pluralismo e democracia participativa o autor argumenta que, dado que os direitos natural e moral são incontestáveis, num mundo pluralístico a sociedade tem direito à informação sobre a biosfera e a comunidade sobre aquilo que lhes afeta (Gray, 1992). Assim, o autor recorre à suposição de pluralismo ou democracia participativa, na qual o direito à informação é intrínseco e parece garantir a *accountability*. Apesar de compreender a informação como direito de uma ampla gama de *stakeholders*, há aqui uma visão da *accountability* como resultado da ampliação do acesso à informação por meio da contabilidade, ou seja, atribui-se primordialmente à transparência a função de

promover de *accountability* sem, no entanto, considerar o efetivo uso da informação. Essa visão tende a aproximar a noção de *accountability* na contabilidade social e ambiental daquela observada na contabilidade tradicional, o que é criticado por alguns estudos (Brown & Dillard, 2013a; Shenkin & Coulson, 2007)

Owen *et al.* (2000) se valem de um momento de revitalização do debate sobre auditoria social nos anos 1990, que havia passado por um apogeu nos anos 1970, para analisar criticamente os desenvolvimentos do momento na contabilidade social e ambiental. Os autores delineiam valores fundamentais para a auditoria social tradicional, analisam os desenvolvimentos que sustentam auditorias sociais emergentes e avaliam criticamente tais iniciativas, sendo que a questão central destacada é a captura gerencial do processo de auditoria social (Owen *et al.*, 2000).

O trabalho se baseou na comparação de antigas e novas auditorias sociais e em entrevistas com profissionais e formadores de opinião da área de auditoria social, ética e ambiental. Os autores criticam a abordagem da auditoria social influenciada pelos moldes da corrente dominante do pensamento empresarial, a qual poderia comprometer os ideais democráticos do início do movimento e argumentam que a noção de auditoria social tem apelo estratégico e gerencialista desde sua origem (Owen *et al.*, 2000).

A argumentação é desenvolvida como uma crítica ao fato de que o debate sobre auditoria social estava mais focado nas vantagens administrativas do que na *accountability* e transparência, de tal modo que a auditoria social vinha apenas desempenhando o papel de atender as exigências da organização contratante (Owen *et al.*, 2000). Para os autores, o surgimento de órgãos reguladores e a padronização de relatórios ajudam a promover a captura gerencial e fazem pouco para promover o empoderamento dos participantes não financeiros (Owen *et al.*, 2000). Intrinsecamente, é possível apreender que os critérios de *accountability* para os autores estão relacionados a noção de participação, expressa pelo termo acompanhamento, e verificação, expressa como *feedback*, bem como a necessária implicação de uma reforma institucional (Owen *et al.*, 2000). Toma a ideia de *accountability* de Gray *et al.* (1996), ou seja, o dever de fornecer uma resposta ou justificativa daquelas ações pelas quais é considerado responsável.

Com foco na abordagem ética Shearer (2002), explora as condições éticas necessárias para uma contabilidade social aprimorada para entidades corporativas e não corporativas. Para a autora os esforços da literatura em contabilidade social, por vezes, têm teorizado inadequadamente os pressupostos éticos necessários em relação ao *status* moral das coletividades econômicas. Shearer (2002) parte do problema da globalização e da consequente

“economização” do mundo, para refletir e discutir sobre esses pressupostos éticos. Para a autora o debate se justifica, pois, a medida em que o mercado mundial se expande, se torna mais difundida e controversa a influência da atividade econômica tanto na riqueza e soberania dos Estados-nação, quanto no bem-estar financeiro e social dos indivíduos, e até na renda de entidades corporativas e pessoas que elas empregam. Neste sentido, as forças de mercado exercem disciplina sobre as vidas individuais e coletivas, sendo as pessoas incapazes de controlar e desafiar o sistema que as sustenta (Shearer, 2002).

A autora defende ainda que num sistema econômico global em contínua expansão, é difícil determinar quem está no controle e, até mesmo, se há alguém no controle. O argumento está ligado à ideia de que o capitalismo de livre mercado em uma base global tornou a responsabilização um processo muito difícil, se não, impossível, pois, no âmago de um sistema que caminha por si próprio, confia-se o controle à agência moral dos membros de uma comunidade moral (Shearer, 2002).

Para a autora a agência moral reside na relação entre linguagem e atividade, a qual se constitui ao longo do tempo dentro de uma comunidade moral, de tal modo que, ao relatar sobre si mesmas, as entidades econômicas tornam-se membros desta comunidade moral (Shearer, 2002). A autora afirma que é a representação discursiva da identidade de um agente em relação aos outros que implica a admissão de alguém na comunidade de agentes morais. Neste sentido, as normas de agência moral da comunidade dependem da maneira como a subjetividade e a obrigação intersubjetiva são constituídas no próprio discurso que objetiva prestar contas (Shearer, 2002).

Shearer (2002) ainda argumenta que quando as entidades econômicas prestam contas de si mesmas em termos econômicos, a identidade assim retratada e as obrigações da entidade em relação à comunidade mais ampla dependem das concepções específicas de subjetividade e intersubjetividade que são instanciadas pelo discurso econômico (Shearer, 2002). Em suma, o próprio discurso ajuda a construir a noção do que deve ser passível de responsabilização, de tal modo que o bem da comunidade moral sempre se reduz ao bem da entidade econômica individual (Shearer, 2002).

Com uma abordagem mais pragmática, Larrinaga *et al.* (2002) investigam se a regulação da contabilidade ambiental configura a noção de reforma institucional, considerada pelos autores como condição para *accountability* e, se tal reforma se mostra capaz de aumentar a *accountability* corporativa em relação aos impactos ambientais. Os autores fazem uma distinção entre reforma administrativa e reforma institucional, sendo que a primeira se refere a novas técnicas de contabilidade ambiental, de cunho voluntário, que caracterizaria uma forma de

melhorar o reporte ambiental sem necessariamente depender de regulação, enquanto a segunda, implicaria diálogo discursivo e novas estruturas de governança corporativa, a partir dos quais o relatório ambiental obrigatório seria um elemento fundamental (Larrinaga *et al.*, 2002).

A partir desta diferenciação, os autores argumentam que o desenvolvimento de novas tecnologias de contabilidade social e ambiental por si só não é suficiente para que o *disclosure* ambiental promova a *accountability*. Esse objetivo seria alcançado apenas através de uma reforma institucional, a qual envolve necessariamente, na visão dos autores, a regulação do reporte ambiental (Larrinaga *et al.*, 2002). A pesquisa utiliza o processo de padronização da divulgação ambiental promovida na Espanha naquela época para analisar empiricamente se tal processo poderia ser compreendido como uma reforma institucional.

Larrinaga *et al.* (2002) consideram que a norma espanhola não pode ser considerada uma reforma institucional, na medida em que falta conformidade das empresas, há descaso com a divulgação obrigatória, bem como outros aspectos gerais de norma (Larrinaga *et al.*, 2002). Os autores consideram que houve na verdade uma reforma administrativa, o que não contribui para aumento de *accountability*, devido a alguns aspectos que enfraquecem a norma, tais como a falta de definição sobre a noção de ambiental e a discricionariedade na adaptação dos relatórios, os quais permitem que as companhias divulguem suas informações ambientais praticamente como se fossem voluntárias (Larrinaga *et al.*, 2002). Apesar de não estabelecer explicitamente um conceito ou critérios para *accountability*, é possível inferir, a partir da noção de reforma institucional e dos diversos argumentos, que os autores consideram como elementos fundamentais para a melhoria da *accountability*: a regulação; o diálogo discursivo, ou seja, algum tipo de participação dialógica das partes interessadas no processo de desenvolvimento da regulação; e a capacidade de aplicação efetiva da regulamentação (Larrinaga *et al.*, 2002).

Unerman e Bennett (2004) a partir do reconhecimento de que o diálogo com os *stakeholders* tem papel central para o processo de *accountability*, identificam uma estrutura teórica a fim de determinar um consenso sobre as responsabilidades social, ambiental, econômica e ética da organização e analisam um caso prático sobre como a internet poderia contribuir para o processo dialógico na busca do referido consenso. Apesar de reconhecer que o diálogo tem sido muito aclamado como um elemento fundamental da governança corporativa social, ambiental, econômica e ética e dos mecanismos de *accountability*, Unerman e Bennett (2004) argumentam sobre dois problemas fundamentais em relação às verdadeiras possibilidades de diálogo: (1) a identificação e alcance de uma ampla gama de partes interessadas; e (2) a delimitação de um conjunto consensual de expectativas a partir de uma série de opiniões potencialmente excludentes. A questão central recaía, então, sobre o pouco

debate acerca de como os gestores fazem as escolhas das expectativas a serem atendidas, dado que não é possível atender todas simultaneamente (Unerman & Bennett, 2004).

Neste sentido, os autores exploram uma estrutura teórica, baseada na noção de situação ideal de discurso de Jürgen Habermas, através da qual um conjunto consensual de responsabilidades sociais, ambientais, econômicas e éticas poderia ser determinado e testam essa estrutura a partir de um fórum *web* de uma empresa do setor de exploração de petróleo. A ideia seria avaliar o potencial de interatividade e amplo alcance oferecido pela Internet para contribuir para um debate ético democrático de construção de consenso (Unerman & Bennett, 2004).

Os autores expressam que, normalmente, as decisões corporativas em relação a suas responsabilidades econômica, social e ambiental são tomadas arbitrariamente em função do poder econômico das partes interessadas, de tal modo que atores afetados pela corporação, mas com insuficiente influência econômica não têm seus interesses representados (Unerman & Bennett, 2004). Como alternativa teórica os autores argumentam em favor de um debate democrático, alicerçado por critérios baseados no modelo de situação ideal de discurso, que permita igualdade de participação em busca de um consenso moral intersubjetivo quanto à aceitabilidade de diferentes ações corporativas (Unerman & Bennett, 2004).

A abordagem teórica estabelece, no entanto, e reconhecidamente pelos autores, um conjunto de critérios que torna o processo de diálogo um tanto idealista. Os autores, diante de tal limitação, assumem que apesar da impossibilidade de se alcançar a “situação ideal” na prática, o alcance de alguns critérios já representaria um avanço processual em direção à melhoria da *accountability* (Unerman & Bennett, 2004). Em suas análises empíricas dos diálogos realizados via canais de internet, os autores entendem que o baixo alcance, a pouca participação, o pouco engajamento no debate aberto, além da impossibilidade de se verificar se as postagens influenciaram as decisões, são fatores que não permitem confirmar o caso prático (Unerman & Bennett, 2004).

Diante da insuficiência do caso prático para melhor compreensão do processo de *accountability*, os autores ainda teorizam sobre o que motiva uma corporação a manter um fórum aberto ao público para discussões sobre suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente: a diminuição da exposição na mídia comum. Em outras palavras, a manutenção de um fórum para contato direto com a corporação, se não tem implicações para um processo de *accountability*, ao menos incentivaria que as queixas fossem feitas nele ao invés de serem feitas na mídia, o que diminuiria a exposição da corporação (Unerman & Bennett, 2004). Os autores não estabelecem critérios ou conceitos para *accountability*.

Parker (2005) ao investigar, analisar e criticar a pesquisa contemporânea em contabilidade social e ambiental, apresenta um panorama do cenário teórico estabelecido no debate acadêmico sobre a CSA. O autor destaca dois eixos: (1) CSA como parte da contabilidade tradicional, a qual informa sobre estruturas teóricas tais como a tomada de decisões, a teoria da agência baseada na economia, a teoria dos *stakeholders*, a teoria da legitimidade e a teoria da *accountability* (abordagem econômica); e (2) CSA como cerne do diálogo entre organização e sociedade, que abrange estruturas teóricas tais como teorias de contabilidade associadas à economia política, teorias ecológicas e sociais, teorias feministas e de base comunitária (Parker, 2005).

Parker (2005) argumenta que as teorias têm sido geradas dedutivamente, como um empreendimento excessivamente teórico, o que para o autor indica engajamento limitado com o campo. O autor critica a forma de apreender o campo pelos pesquisadores e argumenta por uma abordagem alternativa para o engajamento, qual seja, pluralismo nas lentes teóricas e metodologias aplicadas a problemas práticos a fim de fugir da crítica pela crítica simplesmente (Parker, 2005).

Focados no processo de mudança organizacional, Adams e McNicholas (2007) realizaram estudo aplicando a metodologia da pesquisa-ação em uma organização para melhorias do processo de construção dos relatórios de sustentabilidade integrado aos relatórios anuais. A pesquisa teve o objetivo de contribuir para a compreensão dos processos corporativos de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade, dos obstáculos enfrentados pelas organizações e da forma como a mudança organizacional rumo a um melhor processo de *accountability* ocorre e pode levar a mudanças no desempenho da sustentabilidade (Adams & McNicholas, 2007).

Adams e McNicholas (2007) se fundamentam na teoria de campo (Lewin, 1947) – que propõe que o *status quo* é representado pela manutenção do equilíbrio de forças opostas, de tal modo que as mudanças de comportamento resultam da ocorrência de forças no ambiente – para argumentar que no desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade corporativa, a mudança pode ocorrer através de modificações no equilíbrio e na força dos fatores contextuais gerais. Para tanto, sugerem que o engajamento das partes interessadas tem o potencial de ser um motor de mudança particularmente poderoso, pois seu propósito é desafiar o papel da empresa na sustentabilidade social e ambiental (Adams & McNicholas, 2007). Apesar de considerar a pressão das partes interessadas como propulsor para mudança, o que já destaca o caráter de disputa inerente à *accountability* em linha com as proposições da tese, os autores não destacam a participação como elemento central para elaboração dos relatórios. O foco da abordagem é

interno à organização e os autores consideram que a organização não utiliza os relatórios para fins de manipulação.

Cooper e Owen (2007), a partir de um contexto de aumento significativo de empresas ostentando credenciais de responsabilidade social e buscando respaldo em seus relatórios de sustentabilidade, avaliam o potencial impacto de uma reforma institucional ocorrida no Reino Unido para o aumento de *accountability* para os *stakeholders*. Apesar de os formuladores de normas alegarem na época uma potencial democratização promovida pelos relatórios sociais corporativos, a literatura acadêmica contábil expressava sérias críticas quanto ao grau de participação dos *stakeholders* no processo de *accountability* (Cooper & Owen, 2007). O engajamento permitido aos *stakeholders* é visto pelos autores como nada além de gestão de *stakeholders* (Cooper & Owen, 2007). A questão que surgia era se a confiança exclusivamente nas iniciativas corporativas em termos de responsabilidade social, premissa que pautava a reforma, implicaria uma reforma institucional que empoderasse os *stakeholders*, de modo que um aumento potencial da *accountability* ocorresse (Cooper & Owen, 2007).

O trabalho de Cooper e Owen (2007) se fundamentou nas teorias de (1) situação ideal de discurso, baseada no trabalho de Jürgen Habermas, sob a perspectiva de que todas as partes interessadas têm o direito de entrar no discurso e apresentar seus pontos de vista e desafiar os pontos de vista dos outros e (2) condições de diálogo, com base na distinção feita por Roberts (1996) entre discussão e diálogo, sob a perspectiva de que o diálogo, não como acordo, mas como compreensão mais rica de questões complexas, é parte do processo de *accountability*, ainda que limitado pelas relações de poder (Cooper & Owen, 2007). Os autores compreendem que, apesar de a situação ideal de discurso e as condições de diálogo serem identificadas na literatura como relevantes para melhorar a *accountability*, a análise de vários relatórios fundamentam o argumento de que tais condições não cumprem o papel de aumentar *accountability* e propõem que apenas uma reforma institucional (nível macro) seria capaz de produzir tal feito (Cooper & Owen, 2007).

Dentre os elementos necessários a um processo de *accountability* Cooper e Owen (2007) destacam: (1) existência de fórum de discussões; (2) entendimento, ou seja, culminância em acordo; (3) verificabilidade das decisões corporativas; (4) decisões devem levar em conta os *stakeholders*; (5) decisões devem ser focadas em interesses difusos, ou seja, primazia nos *stakeholders* ao invés dos *shareholders*; (6) poder, que para os autores é pensado como empoderamento dos *stakeholders* para exercer *accountability*; e (7) facilitação da ação dos *stakeholders* (Cooper & Owen, 2007).

Se apoiando nas discussões sobre a globalização e suas problemáticas implicadas para

os países em desenvolvimento, Belal *et al.* (2015) utilizam o contexto de crescimento econômico em Bangladesh para tentar levantar respostas sobre se existem chances de responsabilizar as empresas por questões ambientais. Os autores exploram a *accountability* como um potencial modo para corrigir as consequências negativas da poluição e degradação ambiental (Belal *et al.*, 2015).

O ponto central da pesquisa está na ideia de que o desenvolvimento econômico promovido pelo modelo capitalista em países em desenvolvimento ocorre através de um alto custo social e ambiental (Belal *et al.*, 2015). Os autores avaliam essa proposição analisando o caso de Bangladesh, país que apresenta um histórico de desenvolvimento econômico relevante nas últimas décadas sob a adoção de políticas neoliberais e que, concomitantemente, experimenta um alto padrão de vulnerabilidade de sua população mais pobre (Belal *et al.*, 2015).

Após entrevistarem diversas partes interessadas tanto corporativas quanto não corporativas, os autores argumentam que o crescimento econômico recente em Bangladesh ocorreu às custas da poluição ambiental (Belal *et al.*, 2015). Em particular, a poluição da água dos principais rios e a poluição do ar afetam a saúde e os meios de subsistência da população de Bangladesh. Os entrevistados parecem estar cientes dos custos ambientais adversos do crescimento econômico, mas o processo de *accountability* parece apenas algo secundário, pois representa custos que não se quer assumir (Belal *et al.*, 2015).

Os autores afirmam ainda que os *stakeholders* entrevistados entendem que as empresas não assumem a responsabilidade por sua poluição ambiental, inclusive aqueles entrevistados relacionados aos negócios que reconheceram que as considerações ambientais não eram uma prioridade, mas secundárias às considerações econômicas (Belal *et al.*, 2015). Os entrevistados corporativos reconhecem a vulnerabilidade, mas não vêem a cumplicidade do setor privado na criação dessa vulnerabilidade (Belal *et al.*, 2015). Para os autores os problemas apontados são inerentes ao sistema capitalista e destacam a necessidade de maior representação da população vulnerável através de Organizações Não Governamentais (ONG's), além de regulação rigorosa como formas de melhorar o processo de *accountability* (Belal *et al.*, 2015).

2.3.1.4 *Accountability* na CSA sob a perspectiva da contabilidade dialógica crítica

Um fluxo de pesquisa emergente que também se preocupa com o debate sobre uma *accountability* ampla para uma gama de *stakeholders*, mas que diverge em diversas perspectivas da abordagem tradicional da CSA investiga e argumenta a respeito da contabilidade dialógica

crítica, fundamentada na teoria democrática do pluralismo agonístico (Mouffe, 2005). Essa abordagem se desenvolve sob uma perspectiva política, conflituosa, na qual o antagonismo é elemento imanente ao processo de *accountability* (Bebbington *et al.*, 2007; Dillard & Vinnari, 2019; Brown, 2009; Brown & Dillard, 2015; Brown *et al.*, 2015).

Pesquisadores ligados a esta corrente alegam que os esforços feitos no campo da contabilidade social e ambiental tradicional na criação e proposição de novas tecnologias de contabilidade mais preocupadas com bases pluralistas e democráticas têm sido baseados em teorizações inadequadas e insuficientemente politizadas (Brown, 2009). Ademais, a tentativa de estabelecer o consenso como premissa política e não reconhecer explicitamente os conflitos entre grupos com perspectivas ideológicas divergentes é tido como uma das principais falhas (Brown & Dillard, 2013a).

Uma das críticas que tem sido feita por essa frente de pesquisa aos trabalhos da CSA é sobre um foco excessivo nos *disclosure* de sustentabilidade, sob o qual poderia se supor que a simples transparência acerca das ações das corporações seria o suficiente para que qualquer parte interessada concluísse pela decisão correta de forma racional (Brown & Dillard, 2013a; Dillard & Vinnari, 2019). A crítica repousa sobre a constatação de que a comunidade de pesquisa em CSA tem atuado conforme os procedimentos e práticas da contabilidade tradicional, focada em aprimorar a divulgação sem, no entanto, levar em consideração as necessidades e interesses das diversas partes interessadas afetadas pelas corporações, bem como o aspecto político inerente a uma sociedade democrática e plural (Dillard & Vinnari, 2019; Brown, 2009; Brown & Dillard, 2013a). Em suma, para esta corrente, este tipo abordagem despolitiza a contabilidade por meio da negação do político, ou quando a política é reconhecida a contabilidade é vista como uma estrutura neutra na qual todos podem perseguir seus interesses (Brown, 2009).

Bebbington *et al.*, (2007) participam deste debate discutindo sobre engajamento na contabilidade social e ambiental e delineando sobre a teoria e filosofia dialógica. Os autores alicerçam a abordagem dialógica na filosofia pedagógica de Paulo Freire que, para os autores, propôs uma estratégia pedagógica para superar as forças opressivas que atuam sobre aqueles a quem tradicionalmente é negada uma educação. Sob tal perspectiva, a educação dialógica pode promover mudança emancipatória em uma ordem social, utilizando projetos educativos destinados a facilitar a conscientização e o diálogo reflexivo de atores. Os autores entendem que a chave para uma *accountability* dialógica é a noção de que é possível resolver as contradições em diferentes visões de mundo, não negando suas diferenças, mas negando a

invasão de uma visão de mundo pela outra e identificando o apoio e a uniformidade que cada visão de mundo oferece à outra (Bebbington *et al.*, 2007).

Posteriormente Brown (2009), fundamentada na teoria democrática avança no sentido de reconhecer a necessidade de novas formas de contabilidade capazes de promover democracia e organização social participativa que levem em consideração o pluralismo e o agonismo. O agonismo é visto como reconhecimento do aspecto conflituoso inerente às relações sociais e políticas e representa disputa entre adversários legítimos, mas não inimigos, com ideias conflitantes dentro da noção de democracia liberal. A autora vê a contabilidade tradicional como uma espécie de contabilidade monológica, ou seja, aquela que possui uma narrativa única e oficial fundada nos pressupostos do capitalismo desprezando perspectivas e subjetividades outras (Brown, 2009).

Como alternativa, Brown (2009) argumenta em favor da contabilidade dialógica. Ao longo do texto percebe-se que a autora reconhece a contabilidade como um discurso que cria sentido exercendo um papel significativo na (re)construção do mundo social. Neste sentido, há a negação de que a contabilidade se reduz à transmissão de informações (Brown, 2009). Esse reconhecimento da possibilidade de vários mundos, discursos, perspectivas fundamenta a contabilidade dialógica, que reconhece a pluralidade e heterogeneidade dos interesses e pensa a sociedade como disputa de narrativas, ante a ideia de narrativa universal (Brown, 2009).

Brown (2009) oferece, então, uma estrutura teórica com oito temas requisitos para se alcançar uma contabilidade dialógica: (1) a necessidade de reconhecer uma diversidade de orientações ideológicas; (2) a importância de evitar o “reducionismo monetário”; (3) abertura à inerente contestabilidade dos cálculos; (4) permissão de acesso a “não especialistas”; (5) garantia de processos participativos eficazes; (6) atenção às relações de poder; (7) reconhecimento do potencial transformador da contabilidade dialógica; e (8) resistência a novas formas de monologismo.

Brown e Dillard (2013a) articulam discussões sobre o que seria a morte do movimento da CSA chamando a atenção para a heterogeneidade evidenciada nesses debates e contextualizando a natureza controversa da CSA. Refletem, ainda, sobre os engajamentos da comunidade de pesquisa da CSA com a sociedade civil utilizando uma abordagem baseada na filosofia política do pluralismo agonístico (Brown & Dillard, 2013a). Os autores consideram que a abordagem da comunidade de pesquisa da CSA tem um escopo técnico e se baseia em uma noção rasa de política, normalmente fundada na busca por consenso (Brown & Dillard, 2013a). Apesar de importante na construção do debate dentro e fora da academia, esse escopo encontra muitos desafios para promover mudanças de longo alcance (Brown & Dillard, 2013a).

O principal problema reside na falha ao estabelecer o consenso como premissa política, em reconhecer explicitamente os conflitos entre grupos com perspectivas ideológicas divergentes (Brown & Dillard, 2013a).

Brown e Dillard (2013a) explicam a noção de engajamento na pesquisa tradicional CSA a partir de uma perspectiva tecnocrática que, baseada na noção iluminista de razão universal – na qual a simples apresentação dos fatos leva à uma conclusão correta – presume que a transparência, ou seja, a divulgação das ações corporativas, é suficiente para a promoção de mudança, pela simples racionalidade (Brown & Dillard, 2013a). Os autores argumentam, ainda, que ao atuar tentando desenvolver tecnologia contábil para oferecer soluções técnicas à problemas complexos e de natureza política, a CSA acaba por apresentar soluções reducionistas, dentro do jogo neoliberal ajudando a disfarçar as interrelações complexas e antagônicas existentes (Brown & Dillard, 2013a). Sobre isso, Shenkin e Coulson (2007) também argumentam que, pior do que ser ineficaz para a mudança social, tal reducionismo contribui para legitimar o modelo neoliberal de atuação das corporações.

Como encaminhamento, Brown e Dillard (2013a) afirmam que a CSA precisa reconhecer sua atuação prevalente pautada num raciocínio tecnocrático que dá aparência de transcender a política. Propõem, então, uma perspectiva inclusiva que considere valores, visões, vozes de grupos heterodoxos e argumentam que tal perspectiva requer uma estratégia de engajamento que incorpore tanto o consenso quanto o dissenso através de relações políticas antagônicas que leve em consideração o pluralismo como forma de operacionalizar uma agenda socioambiental de cunho progressista (Brown & Dillard, 2013a).

Dillard e Vinnari (2019) oferecem uma reflexão sobre o reconhecimento da *accountability* como objetivo principal do processo de evidenciação e transparência. Para os autores, a noção tradicional de *accountability*, ao menos em parte, está associada à ideia de que o sistema de contabilidade tradicional pressupõe a *accountability* como algo imanente ao processo de evidenciação, o que os autores chamam de *accountability* baseada em contabilidade (Dillard & Vinnari, 2019). Nessa perspectiva, o sistema tradicional, capturado pelo neoliberalismo, toma como ponto de partida, implicitamente, a noção de *accountability* para atender as necessidades dos provedores de capital (Dillard & Vinnari, 2019).

Não obstante, para Dillard e Vinnari (2019), tem sido reconhecido que o sistema de contabilidade pode ser desenhado para atender necessidades específicas de *accountability*, situação que fundamenta a proposta dos autores de mudar o foco das deliberações fundamentadas no sistema de contabilidade para deliberações baseadas em processos dialógicos, a partir dos quais a contabilidade passa a ser produzida baseada na *accountability*

(Dillard & Vinnari, 2019). Os autores também se fundamentam a partir da perspectiva da contabilidade dialógica e argumentam por um sistema de contabilidade que estabeleça sua base de funcionamento em função de um conjunto de questões compartilhadas pelas partes interessadas, levando em conta a noção de pluralismo, ao invés de prover informações, alegadas universais, que na verdade são selecionadas para atender exclusivamente aos interesses dos provedores de capital financeiro (Brown, 2009; Brown & Dillard, 2015; Dillard & Vinnari, 2019).

Dillard e Vinnari (2019) propõem uma definição e dimensões de engajamento com base em literatura internacional de governança e ciência política. Referem-se a um processo de *accountability* dialógica crítica, no qual o movimento em busca do reconhecimento das necessidades de informações parte das próprias partes interessadas organizadas em grupos como comitês de ação política, organizações não governamentais e entidades governamentais. O processo se daria por meio da aglutinação de interesses comuns no que os autores chamam de redes de *accountability* (Dillard & Vinnari, 2019). Neste modelo, as redes de *accountability* que se articulam em torno de questões compartilhadas e formulam conjuntos de critérios que alimentam o sistema de *accountability* para avaliar as ações do agente a ser responsabilizado (Dillard & Vinnari, 2019). Nessa perspectiva, contabilidade, evidênciação e transparência são componentes necessários, porém, insuficientes para o processo, de tal modo que o foco do sistema contábil muda “do que pode ser divulgado” para o fornecimento de informações consideradas relevantes de acordo com critérios de avaliação especificados pelas redes de *accountability* (Dillard & Vinnari, 2019).

George *et al.* (2021), alinhados à perspectiva da teoria política agonística para desenvolvimento de uma contabilidade dialógica crítica, abordam os limites da CSA, dentro do modelo neoliberal de atuação, no qual os mecanismos de mercado aliados ao voluntarismo corporativo seriam suficientes para garantir a responsabilidade das grandes corporações. Os autores reconhecem que a divulgação e transparência sozinhas são insuficientes para produzir mudanças sociais desejadas e que a consciência política e o significado da ação política desempenhada pelo ativismo dos movimentos sociais são fundamentais para tal mudança (George *et al.*, 2021).

Os autores teorizam, então, sobre o potencial do contra-relato, ou *disclosure* involuntário, para a construção da contabilidade dialógica, compreendendo que os contra-relatos podem fornecer aos movimentos sociais oportunidades para desafiar a hegemonia neoliberal através da mobilização de distintos públicos e da construção novas realidades sociais (George *et al.*, 2021). Para os autores, o potencial democratizante dos *disclosure* involuntário,

no entanto, ainda é contestado na academia, e as opiniões dos movimentos sociais sobre a contabilidade como uma prática politizante ainda não são bem compreendidos (George *et al.*, 2021).

2.3.1.5 Uma síntese para se (re)pensar *accountability* corporativa na pesquisa contábil

Frente a distintas abordagens acerca da *accountability* (Sinclair, 1995), torna-se importante delinear algum tipo de ordenamento para fins de coerência epistemológica, teórica e metodológica nas proposições da tese. Neste sentido, Grant e Keohane (2005) abordam a discussão sobre *accountability* dentro do debate sobre democracia a partir de uma classificação em dois modelos que, conforme articulados por Dillard e Vinnari (2019), ajudam na constituição do debate sobre *accountability* no campo da contabilidade: (1) modelo de delegação; e (2) modelo de participação (Dillard & Vinnari, 2019; Grant & Keohane, 2005).

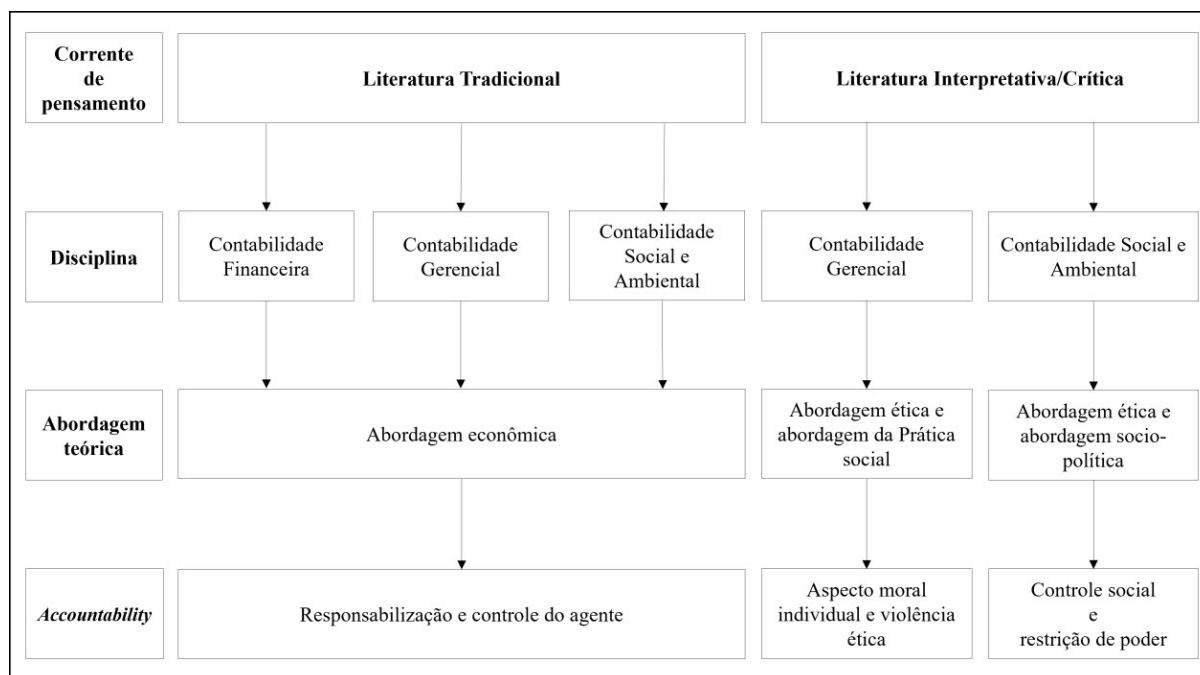
No modelo de delegação, aqueles que confiaram recursos a um agente detentor de poder discricionário sobre tais recursos, têm o direito de responsabilizá-lo com base em critérios por eles definidos (Grant & Keohane, 2005). Esse modelo parece orientar a noção de *accountability* nas pesquisas na literatura contábil tradicional, tanto financeira quanto gerencial, a qual tem como paradigma a abordagem de agência fundada na teoria econômica e, na qual os sistemas de contabilidade tem o papel de gerar informação e garantir transparência, gerando assim, possibilidade de responsabilização nas diversas relações entre principal e agente (Eisenhardt, 1989; Brennan & Solomon, 2008; Roberts & Scapens, 1985).

Nota-se, ainda, a prática de pesquisas no âmbito da CSA que compartilham a mesma visão de *accountability* que a contabilidade tradicional, ou seja, dentro do paradigma da agência econômica, no qual o sistema de contabilidade capturado pelo neoliberalismo gera informações portadoras de *accountability* por si só (Brown & Dillard, 2013a; Dillard & Vinnari, 2019; Parker, 2005) e, portanto, também compartilham a noção de *accountability* pelo modelo de delegação. Pesquisas em CSA sob esta abordagem, apesar de tratarem de questões sociais e ambientais relacionados ao fenômeno contábil, são fundamentadas em abordagens econômicas como teoria de *stakeholders* e da legitimidade, não confrontam o paradigma tradicional e aceitam o sistema de contabilidade como informação universal capaz de reduzir as diferenças entre os atores prescindindo de aspectos como participação, democracia e pluralidade de demandas, entre outros (Dillard & Vinnari, 2019; Gray, 1992; Parker, 2005).

Por outro lado, pesquisas que abordam o tema *accountability* corporativa sob perspectivas sociológica, política e ética, com abordagens mais interpretativas e críticas,

considera a visão de *accountability* da contabilidade tradicional restrita (Bebbington *et al.*, 2007; Belal *et al.*, 2015; Brown, 2009; Brown *et al.*, 2015; Brown & Dillard, 2013b; Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019; Gray, 1992; Messner, 2009; Roberts, 2009, 1991; Roberts & Scapens, 1985; Unerman & Bennett, 2004). Com base na revisão da literatura, duas vertentes são destacadas aqui: (1) contabilidade como prática social nas dimensões intra e interorganizacional, na qual a discussão da *accountability* adentra a abordagem ética na medida em que a prática contábil reflete na constituição da vida organizacional (Roberts & Scapens, 1985); e (2) CSA, preocupada com os impactos sociais e ambientais do sistema capitalista (Messner, 2009), na qual *accountability* está mais voltada para o controle do poder nas relações sociais entre organização e sociedade (Dillard & Vinnari, 2019). Essa corrente compreende *accountability* a partir do modelo participativo, que parte da noção de que aqueles que sofrem os efeitos das ações da organização têm o direito de responsabilizá-la a partir de seus critérios (Dillard & Vinnari, 2019; Grant & Keohane, 2005).

As proposições desta tese são fundamentadas na perspectiva do modelo participativo de *accountability*, alinhada a uma abordagem sociopolítica da CSA, reconhecendo a pluralidade de necessidades, valores e crenças, os quais implicam a *accountability* enquanto um processo social e político, plural e agonístico, como meio para o controle social e restrição do poder das corporações (Brown & Dillard, 2013b). Esta perspectiva, não aceita que a *accountability* corporativa seja compreendida como uma consequência lógica, ou um pressuposto, da aplicação de tecnologias contábeis, mas sim como relações sociais entre pessoas e instituições que são requeridas a explicar e tomar a responsabilidade por suas ações (Sinclair, 1995) num processo nunca consensual, mas sempre conflituoso (Brown & Dillard, 2013b). A partir das discussões propostas, a Figura 2 apresenta uma estrutura com o propósito de situar *accountability* como um conceito dependente de contexto, ideologia e linguagem (Sinclair, 1995) dentro da literatura contábil.

Figura 2*Accountability corporativa na literatura contábil*

Fonte: elaborado com base em Brennan e Solomon (2008), Grant e Keohane (2005), Gray (1992), Messner, 2009, Roberts (2009), e Dillard e Vinnari, 2019, Roberts (1991), Roberts e Scapens (1985), Shearer (2002), Shenkin e Coulson (2007), Sinclair (1995), Unerman e Bennett (2004).

2.3.2 Uma leitura bourdieusiana do processo de *accountability* e do papel do *disclosure* de sustentabilidade

O objetivo deste tópico é propor uma visão do processo de *accountability* corporativa a partir da lente teórica bourdieusiana, ou seja, situando a organização num espaço social de disputas por interesses, materiais e simbólicos, no qual os agentes estão posicionados em função dos capitais possuídos (Bourdieu & Wacquant, 1992). Uma visão que problematiza o processo em que uma organização precisa dar e demandar razões por sua conduta (Roberts & Scapens, 1985) num espaço social de lutas e disputas por interesses conflitantes (Bourdieu, 2019). Esse paralelo entre a abordagem sociológica de Pierre Bourdieu e uma abordagem sociopolítica da *accountability* corporativa lança luz sobre as possibilidades de uma *accountability* ampla, plural e conflituosa, que só pode ocorrer sob uma perspectiva de sustentabilidade enquanto um

processo sociopolítico que ocorre em um espaço de disputas dependente do acúmulo de capitais pelos agentes, no qual está em jogo o monopólio da noção legítima da própria sustentabilidade.

2.3.2.1 Elementos para caracterização de um processo de *accountability*

A literatura mostra que a pesquisa em CSA tem realizado esforços para compreender e estabelecer critérios que garantam um processo de *accountability* para uma ampla gama de *stakeholders*. A ideia de participação, apesar de se apresentar sob diferentes perspectivas, é um componente elementar e a base para o processo de *accountability* em todas as vertentes que abordam os *disclosure* de sustentabilidade (Belal *et al.*, 2015; Brown & Dillard, 2015; Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019; Gray, 1992, 2006; Lai *et al.*, 2018; Larrinaga *et al.*, 2002; Owen *et al.*, 2000).

Outros elementos que são considerados relevantes nas pesquisa em CSA para um processo de *accountability* corporativa que alcance a sociedade e comunidades são: (1) acesso à informação que garanta a verificabilidade das decisões corporativas (Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019; Gray, 1992; Owen *et al.*, 2000); (2) capacidade de influenciar as decisões (Cooper & Owen, 2007); (3) capacidade de sancionar (Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019); (4) poder (Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019); e (5) regulação (Belal *et al.*, 2015; Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019; Lai *et al.*, 2018; Larrinaga *et al.*, 2002), na medida em que iniciativas exclusivamente corporativas não tem sido suficientes para empoderar os *stakeholders* (Cooper & Owen, 2007; Larrinaga *et al.*, 2002).

Como forma de articular essas características da *accountability* sob uma perspectiva sociológica bourdieusiana, toma-se aqui a forma como Cooper e Owen (2007), definiram referenciais, com base nos elementos citados anteriormente, para investigar a *accountability* em relatórios de sustentabilidade. Os autores buscaram dados específicos que evidenciassem (1) como as empresas se envolvem com os *stakeholders* e (2) os efeitos de tal envolvimento para os *stakeholders* (Cooper & Owen, 2007). Essa dualidade – envolvimento e efeito – como dimensões da *accountability* corporativa é uma forma útil de sintetizar os elementos da *accountability*. As noções de participação, poder – as capacidades de influenciar e sancionar podem ser entendidas como formas de poder – e informação estão aí representadas, de tal modo que o envolvimento pode ser pensado como uma dimensão que engloba o processo de participação e disputa de poder, situado nas estruturas sociais, enquanto o efeito deste envolvimento pode ser entendido como uma dimensão comunicativa produzida pelo *disclosure* de sustentabilidade.

Recorrendo a Roberts (1991) em sua teorização sobre *accountability* no ambiente intra-organizacional, sob a perspectiva da contabilidade gerencial, é possível pensar a *accountability* produzida pela contabilidade social e ambiental de forma homóloga ao raciocínio de Cooper e Owen (2007). Roberts (1991) argumenta, para a melhoria do processo de *accountability*, pela necessidade de uma interseção entre um controle formal, relacionado a uma *accountability* hierárquica e individualizante produzida pelo sistema de contabilidade, e um controle informal, o qual se associa a uma *accountability* socializante proveniente de relações face-a-face (Roberts, 1991).

Em ambos os casos, um processo de *accountability* adequado parece requerer uma dimensão de envolvimento, informal, situacional, onde as relações sociais ocorrem, e uma dimensão formal, comunicativa, a qual estabelece um elemento de transparência sobre as ações da empresa, uma vez que a informação, como argumentam Gray (1992) e Cooper e Owen (2007), é considerada imprescindível para completar o que pode ser pensado como um ciclo da *accountability*. Neste sentido, qualquer avaliação do processo de *accountability* requer a análise tanto do envolvimento da organização com o espaço social no qual está inserida a fim de se apreender sobre os aspectos de participação e poder, quanto dos efeitos deste envolvimento, os quais devem estar refletidos no processo de comunicação corporativa atrelado ao aspecto comunicativo.

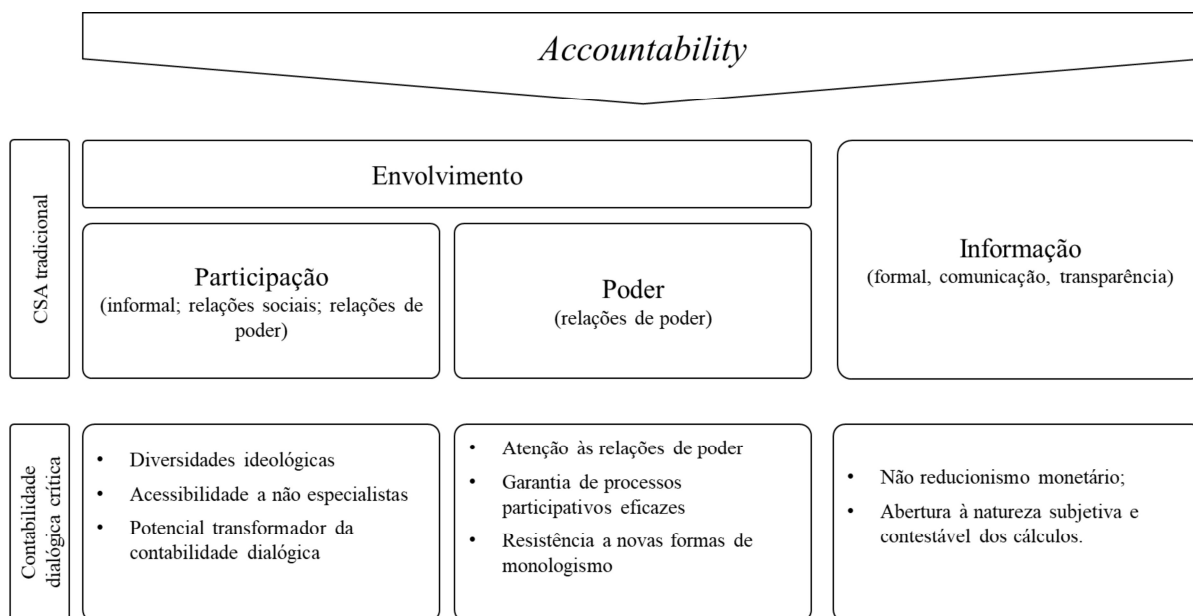
Ademais, apesar de os estudos em CSA terem avançado em relação a alguns elementos-chave para promoção de *accountability*, a abordagem pouco politizada não problematiza suficientemente sobre elementos como participação e poder (Brown & Dillard, 2013a). A abordagem da contabilidade dialógica contribui neste aspecto, na medida em que rejeita a noção de neutralidade política da contabilidade convencional e sua operacionalização dentro da lógica neoliberal de maximização de ganhos para os detentores de capital financeiro (Brown & Dillard, 2013a; Dillard & Vinnari, 2019). Além de reconhecer a pluralidade de interesses da sociedade ela defende que a sociedade deve se pautar pela noção de democracia agonística, ou seja, reconhecer os antagonismos inerentes aos múltiplos interesses, os quais não são vistos como problema, pois se admite que não é possível o alcance de consenso numa sociedade tão diversa e plural (Brown, 2009; Brown & Dillard, 2013b).

Neste sentido, a estrutura teórica proposta por (Brown, 2009) apresenta requisitos considerados importantes para se alcançar um processo de *accountability* a partir da contabilidade dialógica. Tais requisitos se acomodam no desenho proposto das dimensões de envolvimento e informação e podem ser vistos como um esforço para aprofundar as noções

dessas dimensões em direção a uma perspectiva sociopolítica da *accountability*. A Figura 3 ilustra essas dimensões.

Figura 3

Dimensões da accountability



Fonte: elaborado com base em Brown (2009), Brown e Dillard (2013a, 2013b), Cooper e Owen (2007), Dillard e Vinnari (2019), Roberts (1991).

2.3.2.2 Esquema conceitual a partir da teoria bourdieusiana

Shenkin e Coulson (2007) apresentam uma reflexão sobre como o trabalho teórico-social de Pierre Bourdieu poderia contribuir para a produção de conhecimento sobre *accountability*. Assim como a abordagem da contabilidade dialógica, os autores apontam que muitos estudos em CSA têm teorizado sobre *accountability* de forma marginal, com pouco reconhecimento da dimensão política do tema, o que contribui para a sua captura pelas organizações e instituições (Shenkin & Coulson, 2007).

Sob diferentes pontos de vista, as diversas correntes de pesquisadores que investigam a CSA reconhecem que a questão do poder é o maior desafio para um processo de *accountability* amplo. Seja na perspectiva dos processos comunicativos, que defendem a possibilidade de melhorias no processo de *accountability* por meio de mais transparência, embasados em noções de democracia participativa e pluralidade, baseados no diálogo (Belal *et al.*, 2015; Cooper & Owen, 2007; Gray, 1992; Unerman & Bennett, 2004; Unerman & O'Dwyer, 2007); ou ainda,

os trabalhos relacionados ao ideal de um Estado forte, capaz de promover normatização, reformas institucionais, regulação, ou seja, de forçar as organizações a um processo comunicativo que favoreça a uma pluralidade de partes interessadas (Belal *et al.*, 2015; Cooper & Owen, 2007; Larrinaga *et al.*, 2002); e até mesmo, os avanços da corrente dialógica crítica em direção a uma perspectiva de *accountability* a partir de um processo político democrático, porém antagônico e conflituoso (Brown, 2009; Brown *et al.*, 2015; Brown & Dillard, 2013b, 2015), todos reconhecem a desigualdade de poder como problema central.

A abordagem bourdieusiana, ao enfatizar o poder como determinante das posições dos agentes no espaço social que disputa as questões sociais e ambientais, ou seja, no contexto da sustentabilidade e, principalmente, por levar em conta a dimensão simbólica das relações de dominação (Bourdieu, 1986, 2008), oferece uma lente para enxergar o processo de *accountability* corporativa refletido nas próprias lutas pelas questões sociais e ambientais relacionadas às atividades corporativas, lutas que ocorrem no contexto da sustentabilidade enquanto um espaço simbólico de disputa no qual a noção legítima de sustentabilidade está em jogo.

Shenkin e Coulson (2007) teorizam sobre o capital simbólico e argumentam que diferentes formas de comunicação, formal e informal, podem estar associadas ao aumento de determinadas formas de capital. Os autores alertam que na periferia do campo, ou seja, nas comunidades, o simbólico é produzido mais no informal, nas relações, do que no processo comunicativo formal, e defendem que o aumento do capital simbólico pela via informal produz mudanças na hierarquia do espaço social (Shenkin & Coulson, 2007). Para os autores, os discursos simbólicos produzidos nas periferias dos campos – que nesta tese está sendo articulado como dimensão do envolvimento – são incubadoras de conhecimento “que mudam a maneira como os agentes sociais se comunicam, apreciam e agem sobre os objetos culturais” (Shenkin & Coulson, 2007, p. 305, tradução nossa).

Nos termos desta tese, tomando as proposições de Shenkin e Coulson (2007) como referência, as articulações de capitais que ocorrem na dimensão do envolvimento, no informal, neste espaço de lutas por questões sociais e ambientais, inclusive nas disputas discursivas, contribuem para moldar o *habitus* dos agentes, de tal modo que os processos comunicativos formais, o *disclosure* de sustentabilidade, podem estar condicionados aos modos como estes capitais são articulados. Shenkin e Coulson (2007) lembram que na teoria Bourdieusiana a comunicação social raramente é um processo imparcial de compartilhamento e uso da informação, mas o reflexo de uma relação assimétrica entre agentes em luta por interesses. Assim, o *disclosure* de sustentabilidade, comunicação formal, deve ser visto aqui não como

informação que reflete uma realidade objetiva, mas como resultado das articulações de capital e meio formal para falar a língua legítima da sustentabilidade.

As proposições teóricas desta tese com base na literatura da CSA tradicional e na corrente dialógica crítica sugeriram um processo de *accountability* corporativa formado por uma dimensão representativa das relações que ocorrem objetivamente nas estruturas sociais, nomeada nesta pesquisa como envolvimento, e outra dimensão representativa de um processo comunicativo, responsável por promover transparência das informações corporativas aos *stakeholders*, nomeada aqui como informação. Essa perspectiva sugere que na dimensão do envolvimento, se desenrole um processo participativo dialógico determinado pelas relações de poder inerentes, enquanto a dimensão informação fornece dados transparentes para habilitar o próprio processo participativo, criando uma espécie de ciclo de *accountability* corporativa (Cooper & Owen, 2007; Roberts, 1991).

A análise do processo de *accountability* corporativa a partir da lente teórica bourdieusiana apresenta uma perspectiva, na qual o processo participativo que ocorre na dimensão envolvimento é característico de um espaço social de lutas pela dominação material e simbólica. Ou seja, um espaço em que os agentes, posicionados em distintos campos e possuidores de quantidades diferentes de capitais relevantes em seus campos, buscam converter seus capitais, econômico, cultural e social em capital simbólico, em busca da imposição de uma noção legítima sobre as questões de sustentabilidade, na medida em que é o poder simbólico que permite o reconhecimento de algo como legítimo.

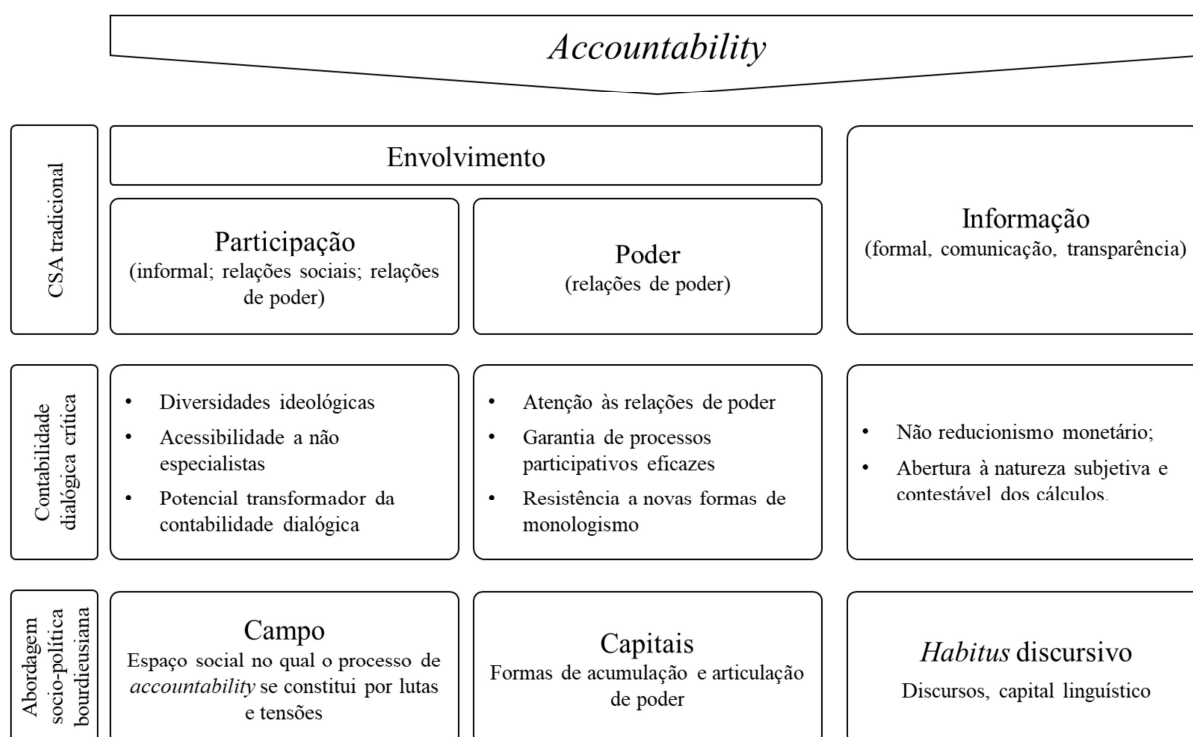
A luta pela imposição de uma noção legítima de sustentabilidade é o que fundamenta o que seria a dimensão envolvimento. Isso porque a proposição de que as comunidades afetadas pelas atividades corporativas, bem como a sociedade como um todo, configuram uma parte interessada em relação a uma organização, apenas é coerente se o que está em jogo são as questões sociais e ambientais inerentes às relações entre esses agentes no espaço social. Em outros termos, no caso da tese, comunidades e sociedade são *stakeholders* das empresas mineradoras porque as questões sociais e ambientais estão em jogo, logo, a luta é por estabelecer o que importa sobre estas questões sociais e ambientais. A luta é por impor a noção legítima de sustentabilidade.

Por essa perspectiva, fundamentada na abordagem bourdieusiana, a dimensão informação do processo de *accountability* não deve ser entendida como um processo comunicativo para fins de transparência, mas como um processo discursivo, o qual, nos termos de Pierre Bourdieu, o que é dito, porque e para quem é dito, é determinado pelas condições sociais de produção deste dizer (Bourdieu, 1996). Esse entendimento traz implicações para o

disclosure de sustentabilidade na medida em que representa a linguagem formal através da qual a empresa fala sobre suas práticas de sustentabilidade. Sob esta perspectiva, neste espaço formal de discurso a empresa fala a partir de escolhas que lhe garantam lucro simbólico para um mercado simbólico disposto a reconhecer e valorar o que é dito da forma que é dito (Bourdieu, 1996). Trata-se de um *habitus* discursivo sobre as questões de sustentabilidade constituído historicamente pelas tensões do mercado simbólico que valoriza o que é dito sobre sustentabilidade. A Figura 4 associa o pensamento bourdieusiano às dimensões de *accountability* propostas nesta tese.

Figura 4

Dimensões de accountability associadas à abordagem bourdieusiana



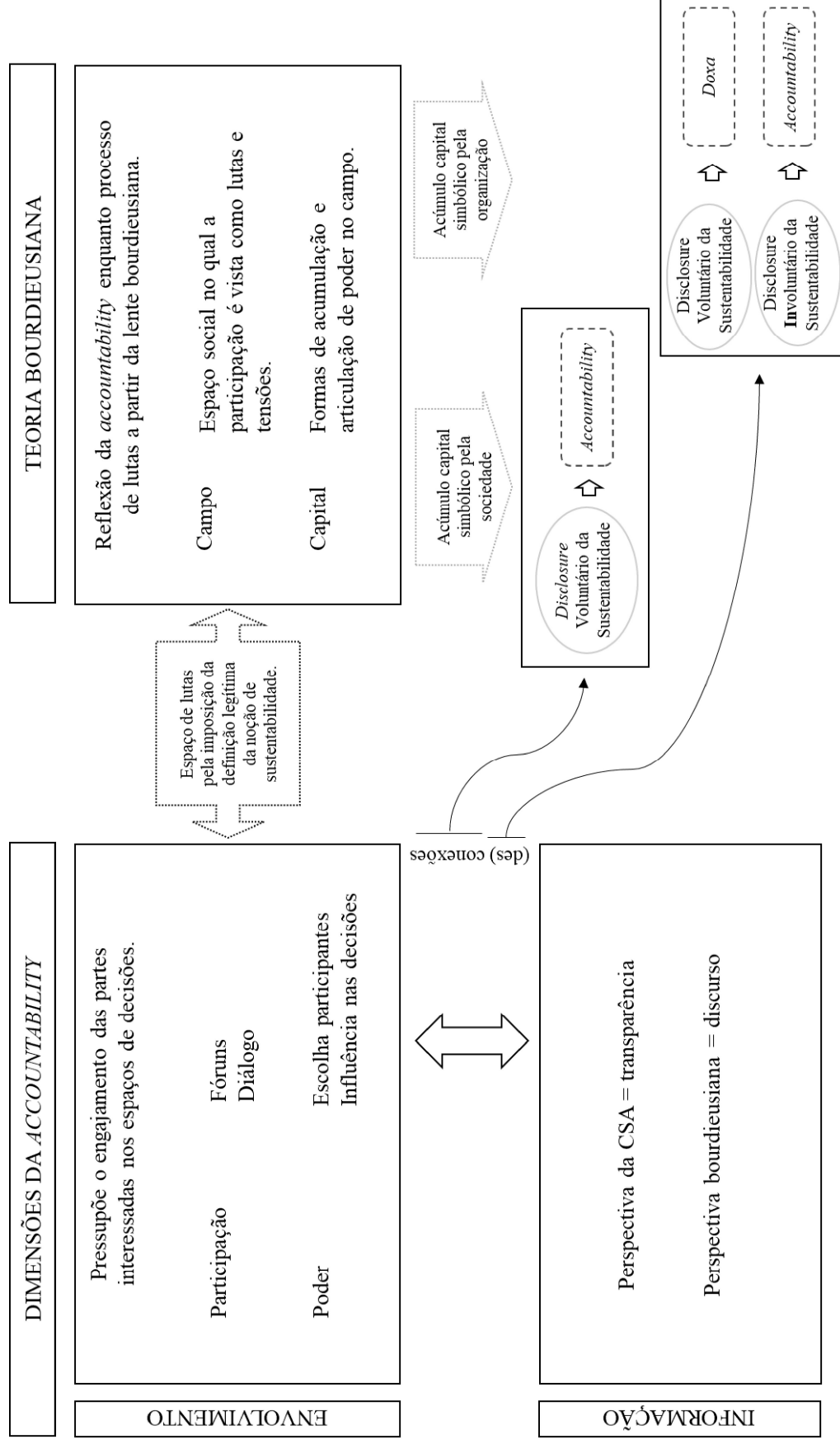
Fonte: elaborado com base em Bourdieu (1986, 1996, 2008), Brown (2009), Brown e Dillard (2013a, 2013b), Cooper e Owen (2007), Dillard e Vinnari (2019), Roberts (1991) e Shenkin e Coulson (2007).

As proposições teóricas articuladas podem ser apreendidas no esquema apresentado na Figura 5. A dimensão da *accountability* relacionada ao envolvimento é visto como relações sociais ocorridas no espaço social, no qual as lutas e disputas representam o próprio processo de *accountability*. A dimensão da *accountability* relacionada a informação, que na perspectiva tradicional da CSA é vista como geradora de transparência para os agentes dos campos, na

perspectiva bourdieusiana é vista como um processo discursivo no qual o *disclosure* de sustentabilidade assume papel de promoção de *accountability* ou *doxa* em função das relações de força entre os agentes que disputam a noção legítima de sustentabilidade. Relações de força que estão implicadas nas (des)conexões entre as lutas, materiais e simbólicas, no espaço social e o discurso no *disclosure* de sustentabilidade da Samarco.

Figura 5

Esquema conceitual da tese



3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção descreve as premissas filosóficas e procedimentais necessárias para a definição de um desenho de pesquisa que seja adequado para lidar com o problema de pesquisa proposto. Os aspectos filosóficos dizem respeito às perspectivas ontológicas e epistemológicas, as quais constituem a visão de mundo através da qual o conhecimento é filtrado, bem como os pressupostos que orientam o processo de pesquisa (Leavy, 2017). Os aspectos procedimentais ou práticos dizem respeito ao como executar a pesquisa (Leavy, 2017), ou seja, referem-se aos delineamentos estratégicos de geração e análise de dados que conduzem ao desenho de pesquisa (Bauer & Aarts, 2013).

3.1 PREMISSAS FILOSÓFICAS DA PESQUISA

O elemento filosófico da pesquisa deve fazer parte das preocupações do pesquisador, na medida em que influencia em sua forma de pensar, de ver o mundo e de agir (Leavy, 2017). São crenças relacionadas à natureza do mundo social, ou ao como proceder para obter conhecimento, ou ainda, a que tipo de conhecimento pode ser considerado válido, que formam a estrutura filosófica da pesquisa e guiam as decisões do pesquisador (Leavy, 2017). Do ponto de vista filosófico esta pesquisa se pauta numa ontologia historicista, na qual o mundo social é construído e reconstruído historicamente na relação dialética entre as estruturas objetivas (campo) e as estruturas incorporadas nos agentes (*habitus*) (Bourdieu, 1990; 2008).

Essa perspectiva se distancia da abordagem positivista que se tornou tradicional no campo da pesquisa em contabilidade na medida em que não se ocupa em estabelecer relações entre variáveis contábeis para explicar uma realidade objetiva. A pesquisa se fundamenta na noção de que as práticas contábeis estão inscritas em realidades sociais construídas histórica e cotidianamente pelos agentes sociais, individuais e coletivos, de modo que se reconhece do ponto de vista epistemológico que as tecnologias e a informação contábil estão implicadas neste conjunto de construções plurais. Corcuff (2001) esclarece que essa historicidade diz respeito ao mesmo tempo aos produtos das elaborações anteriores e aos processos em curso de reestruturação.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa interpretativa e crítica. A dinâmica de capitais num espaço social de disputas sobre questões relacionadas à sustentabilidade no âmbito do caso Samarco, que se pretende analisar, se desenvolve em um mundo social e organizacional complexo, de tal modo que sua compreensão requer um

engajamento holístico por parte do pesquisador, postura que é subjacente ao escopo da pesquisa de natureza qualitativa (Messner *et al.*, 2017).

Para Flick (2009) a pesquisa qualitativa é particularmente relevante ao se estudar as relações sociais devido à pluralização das esferas da vida. Segundo o autor, a atuação do pesquisador social requer aproximação com o que ocorre na esfera da vida a qual está investigando. Nesta perspectiva, mudanças sociais aceleradas e, conseqüente, diversificação das esferas da vida promovem distintos contextos e perspectivas sociais, os quais implicam na impossibilidade de explicar a maior parte dos fenômenos de forma isolada (Flick, 2009).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa é adequada para investigação do fenômeno em estudo por se tratar de uma abordagem aberta à complexidade, na qual os objetos de pesquisa são representados em sua totalidade e não reduzidos a simples variáveis (Flick, 2009). Entende-se que o recorte qualitativo é adequado para apreender de forma holística a complexidade das relações sociais e de poder produzidas e reproduzidas historicamente, requerendo uma perspectiva processual de investigação (Messner *et al.*, 2017). Quanto aos objetivos a presente pesquisa se caracteriza como descritiva, pois visa a produzir descrições profundas sobre significados e contexto da vida social numa perspectiva dos agentes que vivem tal contexto (Leavy, 2017).

3.1.1 Sobre a reflexividade

A reflexividade diz respeito ao processo em que o pesquisador reflete sobre suas próprias condições de produção da pesquisa (Bourdieu & Wacquant, 1992). Everett (2002) explica que o pesquisador deve avaliar as ortodoxias acadêmicas, sobre o porquê escolheu determinado objetivo de estudo e como ele é construído na disciplina. Segundo Everett (2002), esse processo busca extrair as associações implícitas ou os preconceitos que moldaram o processo de produção de conhecimento. Por exemplo, uma pesquisa patrocinada nunca é totalmente desinteressada, bem como, a competitividade no campo de pesquisa, as ambições de carreira, as pressões instituições por publicação, ou mesmo o tempo disponível para observar o mundo social – o que no campo da contabilidade é escasso – tudo isso afeta o conhecimento que é produzido no campo.

No caso do pesquisador desta tese, é importante situá-lo como professor de uma instituição pública situada em uma zona rural que tem a agricultura familiar como atividade econômica preponderante, que tem interesses muito distintos daqueles interesses que moldam a investigação em relação ao modelo predominante do pesquisador no campo contábil

tradicional, ou seja, profissional de contabilidade com carreira em grandes empresas privadas, inseridos num espaço em que a contabilidade é vista primordialmente como instrumento para auxílio à tomada de decisão financeira e gerencial para agentes corporativos ou do mercado de capitais. Neste sentido, o pesquisador nesta tese se posiciona alinhado a uma perspectiva sociopolítica não neutra, que investiga a partir de uma abordagem interpretativa e crítica, que questiona o paradigma contábil atual, o qual compreende a contabilidade como um campo com seus interesses e de forma alguma configura uma tecnologia neutra.

3.2 ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

3.2.1 Estudo de caso

O delineamento da pesquisa deve sempre privilegiar métodos a partir da habilidade que estes têm para atender aos objetivos e responder as questões de pesquisa. Especialmente no caso de pesquisas qualitativas, as escolhas dos métodos para geração e análise de dados deve-se levar em conta as premissas filosóficas estabelecidas (Leavy, 2017). Esta tese propõe a utilização do estudo de caso como estratégia de investigação, tomando a história da Samarco junto ao principal território onde opera como um caso singular capaz de oferecer contribuições para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Stake (2005) afirma que o estudo de caso não deve ser confundido com um método, mas deve ser pensado como a escolha do que será estudado. Trata-se de reconhecer que existe algo especialmente interessante que pode ser aprendido a partir do caso (Stake, 2005). Como será argumentado, acredita-se que a Samarco, situada num espaço social historicamente constituído em Mariana, agrega aspectos relevantes para compreensão do papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa.

Outra questão, que é abordada por Scapens (2004), alerta sobre a importância de distinguir entre a abordagem positiva e a abordagem interpretativa do estudo de caso. A primeira, baseada numa visão objetivista da realidade, vê o estudo de caso de maneira similar aos estudos baseados em técnicas de amostragem e que estão preocupados prioritariamente com a generalização dos resultados para uma população maior de casos. Essa noção se equipara ao que Stake (2005) chama de estudo de caso coletivo, fundamentado na ideia de que o entendimento do caso pode levar à melhor compreensão de outros casos.

Por outro lado, a abordagem interpretativa, alinhada à perspectiva de que a realidade não é objetiva, é tipicamente ancorada nos processos sociais e, ao invés de focar na

generalização dos resultados, está mais preocupada com o desenvolvimento e extensão de teorias (Scapens, 2004). Essa característica de expansão ou generalização teórica do estudo de caso é reafirmada por Stake (2005) ao se referir ao estudo de caso instrumental, que é descrito pelo autor como um estudo profundo de um caso com foco na análise detalhada do contexto e outras atividades externas. Nesta perspectiva, o caso em si representa um interesse secundário desempenhando um papel de suporte para a compreensão de um fenômeno (Stake, 2005).

3.2.1.1 O Caso Samarco

A Samarco Mineração S.A. é uma companhia brasileira, uma *joint venture* controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, cada uma com 50% de participação, que desde 1977 atua na lavra, processamento e comercialização de minério de ferro. A atividade da empresa é primordialmente exportadora sendo o destino de sua produção as indústrias das Américas, Europa, Oriente Médio, Norte da África e Ásia (Samarco, 2022a).

O seu complexo industrial é formado pelo complexo de Germano, em Mariana-MG e Ouro Preto-MG, e pelo complexo de Ubu, em Anchieta-ES. O complexo de Germano abriga as minas, onde ocorre a lavra e o beneficiamento de minério de ferro de baixo teor. Na unidade de Ubu, no município de Anchieta-ES, onde estão situadas suas usinas de pelotização e um terminal portuário próprio ocorrem os processos de preparação e pelotização o escoamento da produção pelo terminal marítimo. As duas unidades são interligadas por três minerodutos com aproximadamente 400 quilômetros de extensão, que transportam o minério em forma de polpa (Samarco, 2022a).

Apesar de manter relações diretas com 29 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em função de abrigarem os minerodutos responsáveis pelo transporte do minério, a Samarco mantém uma relação mais profunda com o território de Mariana, na medida em que aquele é o território que abriga as minas e sofre os maiores efeitos da exploração mineral. Neste sentido, o recorte que a tese utiliza como espaço social, historicamente constituído, de relações sociais e de poder entre a Samarco e outros agentes, limita-se ao território de Mariana.

Relevante para os objetivos desta tese, importa destacar que a história da Samarco no território de Mariana é marcada por um dos maiores desastres socioambiental e socioeconômico do Brasil e do mundo. Trata-se do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, no complexo de Germano, operado pela Samarco no município de Mariana-MG, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 (Carneiro & Souza, 2020). O rompimento da barragem

promoveu um volume de rejeitos de minério de cerca de 60 milhões de metros cúbicos atingindo o subdistrito de Bento Rodrigues, bem como diversas comunidades localizadas na zona rural do Município de Mariana e percorrendo uma distância de mais de 600 km até chegar ao oceano atlântico após ter atingido o Rio Doce (Milanez & Losekann, 2016). Antes desse desastre, a Samarco chegou a ser a quarta empresa maior exportadora do Brasil em 2011 e, em 2014, empregava cerca de 3 mil empregados diretos e 3,5 mil indiretos (Samarco, 2012, 2015).

Teve início, então, um processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem⁴ que já se estende por sete anos. Após movimentos de órgãos como Ministério Público (MP) e Defensorias Públicas (DP) ajuizando ações civis para garantir os direitos de pessoas atingidas pelo rompimento, os governos Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as mineradoras (Samarco e suas controladoras) assinaram um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), o qual estabeleceu um conjunto de programas socioeconômicos e socioambientais sob a justificativa de dar celeridade ao processo de reparação sob a condição de extinção das ações civis (Roland *et al.*, 2018).

O TTAC criou ainda a Fundação Renova (FR), uma entidade privada sem fins lucrativos, com estrutura própria de governança com o objetivo de gerenciar o processo de reparação de forma centralizada (TTAC, 2016). A alegação era de que a gestão centralizada seria mais célere e eficiente (Roland *et al.*, 2018; TTAC, 2016). A partir daí uma história de disputas ocorre em torno do processo de reparação, não apenas em Mariana, mas também junto às populações que vivem ao longo de toda a extensão do Rio Doce.

A atividade minerária é causadora de grandes conflitos políticos e sociais, além de gerar grande degradação ambiental, sendo que os territórios minerados configuram espaços onde se travam muitas lutas materiais e simbólicas indissociáveis das disputas sobre questões relacionadas à sustentabilidade (Milanez & Losekann, 2016; Trocate & Alves, 2020). Para os fins desta tese, entende-se que o espaço minerado em Mariana pode ser visto como um espaço de lutas materiais e simbólicas, um campo nos termos de Pierre Bourdieu (Bourdieu & Wacquant, 1992; Robayo, 2012; Zucarelli, 2021), indissociável das disputas materiais e discursivas sobre questões sociais e ambientais implicadas pela atividade minerária.

O rompimento da barragem revelou a um público maior os problemas sociais e ambientais que ocorrem historicamente no espaço minerado de Mariana e desencadeou um processo de disputas em busca de reparação pelos danos causados pelo rompimento, no qual agentes diversos daquele território ganharam maior legitimidade para demandar da Samarco

⁴ O processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão será chamado doravante apenas de “processo de reparação”.

justificativas para sua conduta no território (Milanez *et al.*, 2019). Acredita-se que a história da Samarco em Mariana, marcada por um desastre que provocou uma ruptura na legitimidade da empresa naquele território (Alves *et al.*, 2020) potencializou as lutas e discussões que contribuem para a compreensão da dinâmica de forças que estão em disputa por questões sociais e ambientais naquele espaço, na medida em que tal ruptura obriga os dominantes a se articularem em busca da restituição de sua legitimidade (Bourdieu, 2019).

Nos termos de Pierre Bourdieu, o desastre em Mariana pode levar a uma situação de *hysteresis*, um momento de descasamento entre o campo e o *habitus*, um efeito que pode engendrar nos agentes uma reflexividade crítica acerca das estruturas sociais em que eles se encontram e podem levar a transformação consciente das estruturas pela ação coletiva (Hardy, 2018). Considerando o delineamento teórico sobre *accountability* é neste espaço de lutas historicamente constituído entre Samarco e outros agentes no território de Mariana, tratado nesta tese como caso Samarco, que se busca apreender as relações de participação e poder (dimensão do envolvimento), bem como as trocas discursivas (dimensão da informação) em torno das questões sociais e ambientais para compreender o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability*.

3.3 CONSTRUÇÃO DOS DADOS

O processo de coleta de dados para a pesquisa qualitativa interpretativa no âmbito das ciências sociais configura um desafio complexo e que não pode ser satisfeito a partir da noção de amostragem estatisticamente aleatória e representativa, dado que as ações e situações em que os indivíduos agem remete a uma população desconhecida não podendo ser estimada (Bauer & Aarts, 2013). Uma forma alternativa para obtenção de dados que seja funcionalmente equivalente a amostragem representativa é a construção de um *corpus* de dados (Bauer & Aarts, 2013).

O *corpus* pode ser compreendido como uma coleção finita de materiais – a qual o analista seleciona com algum nível inevitável de arbitrariedade – com a qual ele irá trabalhar para atender aos objetivos da pesquisa (Bauer & Aarts, 2013). A primeira etapa da pesquisa consiste em mapear o espaço social e as disputas materiais e simbólicas. Essa etapa implica identificar os principais agentes e instituições, os campos aos quais estão vinculados, os capitais acumulados mais relevantes, além de aprender aspectos relacionados às categorias *habitus*, poder simbólico e *doxa*.

Três tipos de instrumentos para coleta de dados foram utilizados: documentos, entrevistas e observação. A utilização desses instrumentos será detalhada mais adiante. Para planejar a construção dos dados, a proposição inicial de entrevistar agentes diversificados posicionados no espaço social, conforme um mapeamento preliminar realizado via sites, notícias, e documentos se apresentou inviável durante o processo de investigação em função da dificuldade de acesso a alguns agentes institucionais relevantes. Agentes institucionais aqui são consideradas as entidades públicas ou privadas de algum modo envolvidas com a história da Samarco em Mariana, principalmente, no âmbito do processo de reparação, dentre as quais destacam-se, Fundação Renova, Ibama, Movimento dos Atingidos por Barragens, Cáritas Brasileira, além da própria Samarco.

Sobre esse processo, em 22/12/2022, foi realizado contato com a Samarco via correspondência eletrônica, direcionada à diretoria de projetos e sustentabilidade apresentando o escopo da pesquisa e solicitando que avaliassem a possibilidade de colaboração com a pesquisa. A mensagem não foi respondida. Outras duas tentativas foram realizadas, a primeira em 09/01/2023, também não respondida, e a segunda em 10/02/2023, através do canal da ouvidoria, a qual também nunca foi respondida.

Procedimento similar foi realizado com outros agentes. Em 10/02/2023, foram enviadas correspondências eletrônicas a três entidades que apresentavam, de acordo com o mapeamento preliminar, alguma proximidade com o processo de reparação. As entidades, as quais serão descritas na seção que apresenta o mapeamento do espaço social, são: (1) Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF); (2) Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais; e (3) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Destas apenas a CABF enviou resposta informando que uma pessoa estava disposta a participar da pesquisa e compartilhou o seu contato. Nova correspondência foi enviada, em 27/02/2023, para as entidades que não haviam respondido e novamente não houve retorno.

Diante desta dificuldade encontrada, optou-se em realizar entrevistas apenas com agentes individuais caracterizados como pessoas residentes no território de Mariana que foram viabilizadas através das articulações com a CABF. Vale ressaltar que são as entrevistas com esses agentes aquelas consideradas mais relevante para apreensão do *habitus*, poder simbólico e *doxa* do espaço social, na medida em que estes são os agentes mais envolvidos com a história da Samarco no território de Mariana. As narrativas de outros agentes identificados foram apreendidas por via documental. Tanto entrevistas como os documentos foram sendo incorporados ao conjunto de dados de forma processual a medida em que se apresentavam num encadeamento proporcionado pelo próprio fluxo da investigação.

3.3.1 Dados documentais

Um conjunto de materiais formado por documentos, sites e notícias compuseram o conjunto de dados como forma tanto de apreender as narrativas de agentes institucionais, quanto de apreender fatos revelados pelas narrativas dos diversos agentes. Do ponto de vista teórico, esses documentos podem ser apreendidos como *disclosures* involuntários, na medida em que revelam aspectos sociais e ambientais relacionados às atividades da Samarco, mas que não são divulgados pela empresa.

No âmbito do processo de reparação as notas técnicas das câmaras técnicas do CIF foram priorizadas dentre os documentos disponíveis no sítio do CIF, pois, apresentam histórico e fundamentação sobre ações da FR e relações entre os diversos agentes, inclusive, o próprio CIF nas disputas travadas durante o processo de reparação. Após fazer leitura dinâmica preliminar de todas as notas técnicas de duas das câmaras técnicas, quais sejam, Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI) e Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (CTCPDCS), foram selecionadas aquelas que constituíam história coerente das disputas com a FR. As notas técnicas destas câmaras foram escolhidas, pois, foram as que pareciam se relacionar com temas que emergiam durante a investigação, no caso, a dependência econômica e o processo participativo. Os demais documentos foram selecionados à medida que correspondiam com questões que emergiam das leituras, entrevistas e observações. A Figura 6 apresenta os documentos no âmbito do processo de reparação analisados na pesquisa.

Figura 6

Documentos no âmbito do processo de reparação utilizados na pesquisa

COD	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO
D01	Termo de transação e ajustamento de conduta - TTAC
D02	Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC-Gov)
D03	Nota técnica 01/2017 do Grupo Interdefensorial do Rio Doce (GIRD)
D04	Nota Pública da CABF sobre decisão judicial que proibiu a realização de reuniões ou manifestações.
D05	Nota técnica 29/2017 da Câmara Técnica de Economia e Inovação do CIF (CTEI)
D06	Nota técnica 44/2018 da Câmara Técnica de Economia e Inovação do CIF (CTEI)
D07	Nota técnica 47/2018 da Câmara Técnica de Economia e Inovação do CIF (CTEI)
D08	Nota técnica 08/2018 da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (CT-CPDCS)

Outro conjunto de dados é oriundo de narrativas produzidas por pesquisadores, os quais dentre os diversos agentes fazem parte das relações no âmbito do processo de reparação. Conforme será detalhado na seção de análise, os textos são de pesquisadores que estão inseridos diretamente no território da mineração, o que faz deles agentes no espaço social construído para a investigação da tese. A Figura 7 apresenta os documentos produzidos por pesquisadores atuantes no território em Mariana.

Figura 7

Documentos produzidos por agentes acadêmicos

COD	IDENTIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO
DA1	Trocate, C., & Alves, M. da S. (2020). Análise da conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários. In M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Eds.). <i>Mineração: realidades e resistências</i> (1. ed.). São Paulo: Expressão Popular.
DA2	Documento produzido, no âmbito do Projeto Brasil Popular, por um grupo de trabalho formado por pessoas atingidas pela mineração, militantes de movimentos populares, trabalhadores da mineração, professoras/es, pesquisadoras/es e representantes do poder público, denominado GT Mineração, o qual teve como objetivo apresentar propostas e diretrizes sobre a questão da mineração no Brasil [Alves, M. da S., Carneiro, K. G., Souza, T. R., Motta, G. M. V., Fantinel, L. M., Iorio, G. S., & Coelho, T. P. (2020). Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: Realidades e resistências. In M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Eds.), <i>Mineração: Realidades e resistências</i> (1.ª ed.). São Paulo: Expressão Popular].
DA3	Milanez, B., Magno, L., & Pinto, R. G. (2019). Da política fraca à política privada: O papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , 35(5), e00051219. doi: 10.1590/0102-311x00051219
DA4	Documento conta as histórias da criação do Movimento pela Soberania popular na Mineração (MAM), dos trabalhos do GT Mineração e da organização dos trabalhadores da mineração. Será utilizado como literatura para elementos históricos da dominação no setor de mineração e identificação de elementos do espaço social [Coelho, T. P., Andrade, M. J. G., Siqueira, L. P. G. de, Freitas, M., & Andrade, L. (2020). O poder e a resistência dos movimentos populares e as alternativas ao modelo mineral brasileiro. In M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Eds.), <i>Mineração: Realidades e resistências</i> (1st ed.). São Paulo: Expressão Popular].
DA5	Documento apresenta relatos de pessoas envolvidas nas lutas no território da mineração constituído partir das experiências dos atingidos, assim como da observação participante de duas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, autoras deste texto. [Jorge, D. P., Oliveira, M. P., Silva, S., & Sousa, V. V. (2020). Poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por desastres criados em Fundão e no Córrego do Feijão. Em M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Orgs.), <i>Mineração: Realidades e resistências</i> (1o ed). São Paulo: Expressão Popular].
DA6	Documento relata sobre o posicionamento científico nas lutas no território da mineração. [Carneiro, K. G., & Souza, T. R. (2020). A resistência no campo de luta acadêmico: Ciência para quem? Para que? In M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Eds.), <i>Mineração: Realidades e resistências</i> (1st ed.). São Paulo: Expressão Popular].
DA7	Documento parte do Dossiê TAC Governança sobre o rompimento da barragem de Fundão produzido pela RPRD e conta história do rompimento sob o ponto de vista das articulações jurídicas. [Roland, M. C., Faria Júnior, L. C. S., Mansoldo, F. F., Senra, L. M., & Ferreira, L. F. (2018). Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas: Uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem

	de Fundão. Versos, 2(1), 3–25].
DA8	Documento parte do Dossiê TAC Governança sobre o rompimento da barragem de Fundão produzido pela RPRD e conta a história da constituição das assessorias técnicas no processo de reparação. [Souza, T. R. de, & Carneiro, K. G. (2018). O papel das assessorias técnicas no TAC governança. Versos, 2(1), 46–63].
DA9	Documento aborda sobre o processo participativo no âmbito do processo de reparação [Losekann, C. (2020). Desafios da participação na reparação de desastres: Entre modelos, públicos e comunidades imaginadas. Ciência e Cultura, 72(2), 34–36. doi: 10.21800/2317-66602020000200010].
DA10	Milanez, B., Souza, T. R. de, Carneiro, K., Roland, M. C., & Losekann, C. (2018). Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce. In C. Losekann & C. Mayorga (Eds.), Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para a universidade e para instituições estatais (p. 216). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.
DA11	Documento parte do Dossiê TAC Governança sobre o rompimento da barragem de Fundão produzido pela RPRD [Souza, T. R. de, & Carneiro, K. G. (2018). O papel das assessorias técnicas no TAC governança. Versos, 2(1), 46–63].
DA12	Artigo acadêmico sobre o "Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale"

A Figura 8 apresenta documentos produzidos por outros agentes.

Figura 8

Documentos produzidos por outros agentes

Cód	Descrição do Documento
DES1	Relatório de dados da assessoria jurídica - Cáritas
DES2	Parecer técnico jurídico geral - Cáritas
DES3	Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco
DES4	Nota do MAB após cinco anos do rompimento da barragem de Fundão
DES5	Reportagem veiculada pelo MAB em se site: https://mab.org.br/2021/03/31/ministerio-publico-e-defensorias-pedem-suspeicao-de-juiz-do-caso-samarco-com-base-em-materias-do-observatorio-da-mineracao/
DPP1	Documento expõe o relato de uma defensora e um defensor públicos que atuaram diretamente no processo de reparação [Campos, R. M. P., & Sobral, M. A. (2018). O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce. In C. Losekann & C. Mayorga (Eds.), Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem].
DPP2	Documento que expõe o ponto de vista de uma promotora e um promotor de justiça sobre a atuação do Ministério Público da comarca de Mariana no processo de reparação [Meneghin, G. de S., & Silva, N. M. da. (2018). A atuação do Ministério Público para garantir a participação dos atingidos no processo de reparação dos direitos violados pelo rompimento da barragem de Fundão operada pela Samarco em Mariana. In C. Losekann & C. Mayorga (Eds.), Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para a universidade e para instituições estatais (p. 216). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem].

A Figura 9 apresenta notícias e sites que compuseram o conjunto de dados analisados.

Figura 9

Notícias e sites utilizados como dados na pesquisa

Cód	Descrição do Documento	Fonte
N01	Narrativa de produtor de leite atingido pelo rompimento.	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/produtores-de-leite-afetados-na-tragedia-de-mariana-esperam-reparacao
N02	Notícia sobre como está a vida de produtores rurais de Mariana (MG) após rompimento da barragem em 2015.	https://www.brasildefato.com.br/2021/09/14/sai-ba-como-esta-a-vida-de-produtores-rurais-de-mariana-mg-apos-rompimento-da-barragem-em-2015
N03	Notícia sobre protestos em Mariana.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/10/19/mariana-atingidos-por-tragedia-fazem-protesto-durante-anuncio-de-entrega-parcial-de-casas-nao-cabe-uma-cama-de-casal.ghtml
N04	Notícia sobre mapa de risco de inundação por barragens no Brasil	https://reporterbrasil.org.br/2023/04/voce-esta-na-rota-da-lama-veja-locais-que-seriam-soterrados-por-rompimento-de-barragens/ Obs. Publicado também no portal UOL(https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/reporter-brasil/2023/04/05/mapa-da-lama-veja-se-sua-casa-seria-soterrada-por-barragem-de-mineracao.htm)
N05	Notícia sobre reprovação de contas da FR pelo MPMG	https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-identifica-irregularidades-no-funcionamento-da-fundacao-renova-e-rejeita-contas-prestadas-referentes-ao-exercicio-de-2019.shtml
N06	Notícia sobre seguro bilionário da Samarco para cobrir perdas com rompimento.	https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/17/interna_gerais,1085797/seguro-bilionario-samarco-mobiliza-atingidos-tragedia-mariana.shtml
N07	Notícia sobre captação de água no Município de Santa Bárbara para atividades da Samarco.	https://defatoonline.com.br/projeto-da-samarco-e-a-polemica-da-agua-em-santa-barbara/
N08	Notícia sobre mineradoras financiando 102 deputados eleitos por Minas Gerais em 2014.	https://www.otempo.com.br/politica/mineradoras-bancaram-102-deputados-eleitos-por-minas-gerais-em-2014-1.2129410
N09	Notícia relacionada N07 sobre captação de água em Santa Bárbara.	https://www.brasildefato.com.br/2017/07/04/pre-feitura-de-santa-barbara-nega-aval-para-samarco-por-conta-de-impacto-ambiental
N10	Notícia sobre atraso em obra do novo Bento Rodrigues.	https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2022/10/19/-atrasada-obra-do-novo-bento-rodrigues-tem-menos-da-metade-das-casas-construidas
N11	Notícia sobre decisão judicial que proíbe protestos de pessoas atingidas.	https://www.brasildefatomg.com.br/2022/07/20/decisao-judicial-que-proibe-protestos-reforca-poder-das-mineradoras-diz-atingida-de-mariana
S01	Página "quem somos" do site Fundação Renova	https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/
S02	Página "Sobre nós" do site Jornal A Sirene	https://jornalasirene.com.br/sobre
S03	Apresentação da estação ferroviária de Mariana-MG	https://turismo.mariana.mg.gov.br/atrativos/culturais/trem-turistico/estacao-ferroviaria-trem-turistico
S04	Sobre a CABF	https://jornalasirene.com.br/a-gente-explica/2021/10/19/nos-somos-a-comissao

S05	Comentários de Integrante da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) de Mariana.	https://jornalasirene.com.br/todas/2021/12/07/perfil-mauro-marcos-da-silva
S06	Página do site da Arquidiocese de Mariana que conta a história da Arquidiocese.	https://arqmariana.com.br/historia/
S07	Página da FR sobre o Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica.	https://www.fundacaorenova.org/programa/desenvolvimento-e-diversificacao-economica/

A análise dos *disclosure* de sustentabilidade da Samarco, considerados como *disclosure* voluntário nesta tese, foi conduzida a partir da perspectiva de se tratar de um discurso falado por um agente que tem autoridade para falar, ou seja, que é reconhecido como legítimo para falar de sustentabilidade, em um mercado que valoriza certa forma de falar, a fala dominante sobre sustentabilidade (Bourdieu, 1996; Girardi Jr, 2017). Para orientar a operacionalização da análise, foram considerados elementos do *disclosure* de sustentabilidade possíveis de relacionar com a noção de participação, na medida em que as interpretações do espaço social e das articulações de capital conduziram a interpretações sobre limites da participação impostos pela relação de forças entre os agentes.

Neste sentido, foram considerados como referenciais para análise dos *disclosures* de sustentabilidade: (1) fala do presidente; (2) apresentação da empresa; (3) materialidade; (4) governança; e (5) outras narrativas, identificadas a partir das leituras dos itens anteriores, que mantinham relação com a noção de participação. Os elementos que orientaram a análise são os propostos por (Barreiros, 2023) com base na abordagem discursiva bourdieusiana (Bourdieu, 1996): eufemismo, o valor do discurso (para quem se está falando), o nível de censura do mercado em questão, o grau de performatividade (se é reconhecido como autoridade legítima para falar).

3.3.2 Entrevistas

A entrevista como forma de coleta de dados é uma das estratégias mais utilizadas na pesquisa qualitativa em contabilidade (Mahama & Khalifa, 2017). As entrevistas não se reduzem a mera recuperação de informações, mas, trata-se de práticas de conversação por meio das quais o entrevistador busca compreender o mundo e explorar o significado que essas entrevistas associam às suas experiências (Mahama & Khalifa, 2017). Para garantir a coerência entre a coleta e a análise de dados, as entrevistas foram conduzidas na forma de entrevistas narrativas, na qual o entrevistado apresenta a história de uma área de interesse da qual tenha participado (Flick, 2009).

No caso desta tese, os entrevistados foram solicitados a contar sobre o caso Samarco. O foco não era a biografia do entrevistado, mas a apreensão do contexto a partir de suas experiências, o que pode ser contado, inclusive, em forma de episódios (Flick, 2009). Por exemplo, não é possível que o entrevistado narre a *doxa* do campo ou o seu próprio *habitus* (ex.: meu *habitus* é assim...), mas é possível que suas histórias expressem como a *doxa* ou o *habitus* se formam (ex.: lá em casa todo mundo era incentivado a trabalhar na mineração; ou, as escolas oferecem cursos de mineração; ou, a empresa leva as crianças para visitar a estrutura dela).

O protocolo de entrevista (APÊNDICE B) foi conduzido e a entrevista organizada de forma semiestruturada agregando um conjunto de questões (APÊNDICE C) que permitiu guiar a conversa sem comprometer o fluxo da narrativa e a flexibilidade para explorar aspectos relevantes e inesperados (Mahama & Khalifa, 2017). Após solicitar aos entrevistados para falarem da história da Samarco em Mariana, os tópicos-guia da entrevista diziam respeito a outros dois aspectos: (1) processo de reparação; e (2) processo comunicativo entre Samarco e comunidades.

3.3.2.1 A operacionalização das entrevistas

Para Riessman (2008), a pesquisa que se utiliza da análise de narrativas, caso desta tese como será descrito adiante, deve considerar que a construção das narrativas ocorre de forma conjunta desde o processo de coleta de dados, passando pela forma como o pesquisador irá narrar suas interpretações, até as narrativas criadas pelos leitores. Neste sentido, passo a utilizar a linguagem pessoal como forma de garantir coerência epistemológica na construção e análise dos dados.

Ao ir a campo, era necessário definir elementos que guiassem a seleção dos entrevistados. A suposição inicial era de que a temática central, ou seja, a história da Samarco em Mariana, como elemento fundamental para se entender o modo de apreensão do espaço social não requeria uma estratificação prévia pormenorizada, na medida em que todas as pessoas que vivenciaram suas histórias de vida em Mariana poderiam contribuir para essa construção. A compreensão do espaço de lutas implica a compreensão das regras do jogo, que só é jogado por aqueles que nasceram no jogo ou passaram por um processo lento de cooptação (Bourdieu, 2013). Em outras palavras, a permanência no campo não ocorre pela vontade, mas pelo longo processo, no qual o agente segue a lógica de funcionamento do campo, necessariamente, sem conhecer tal lógica (Bourdieu, 2013).

As histórias contadas por pessoas pertencentes ao território de Mariana por longo período de vida, alguns nascidos, outros lentamente cooptados pela lógica de funcionamento daquele espaço, são tidas aqui como capazes de revelar tal lógica de funcionamento seja na dimensão contextual (posições suas e de outros agentes, *doxa*) ou na dimensão do próprio agente (*habitus*). Neste sentido, o público-alvo das entrevistas foi definido inicialmente como sendo pessoas maiores de 18 anos e com história de vida em Mariana. Algumas informações sobre estratos sociais mais comumente utilizados (Bauer & Aarts, 2013) tais como, idade, sexo, ocupação e tempo de residência, trajetória, foram coletados a fim de possibilitar o processo reflexivo e a coerência epistemológica com a abordagem bourdieusiana (Bourdieu, 1989).

A partir de uma conversa preliminar por telefone, em 14/02/2023, com a pessoa indicada pela CABF, a qual se identificou como residente de Mariana e pessoa atingida, uma primeira representação foi aventada. Essa pessoa descreveu haver uma divisão na cidade, fruto da longa história do processo de reparação. As pessoas que já haviam garantido o direito de reparação passaram a ser estereotipadas como “atingidas” e vistas por muitos dos que não foram materialmente atingidos pelo rompimento da barragem como privilegiadas, detentoras de bom poder aquisitivo por supostamente receberem grandes valores da Samarco, e até mesmo classificadas como gananciosas. A noção de divisão entre atingidos e não-atingidos serviu, então, para formar os primeiros sentidos e orientar o processo de identificação de potenciais entrevistados.

A partir deste contato inicial e da disponibilidade deste participante em indicar e viabilizar outras entrevistas (no primeiro contato houve a indicação de outro possível participante, que prontamente também se dispôs a participar da pesquisa) foi adotada, então, uma estratégia de ir a campo. A ideia era iniciar um reconhecimento preliminar da região, realizar as duas entrevistas previamente combinadas e, articular e selecionar novas entrevistas a partir de indicações destes primeiros participantes.

Impressões gerais sobre as características da cidade percebidas nos primeiros dois dias foram registradas como observações no Relatório de Observações OB2. As categorias êmicas sugeridas na conversa inicial por telefone, mas que também já se evidenciavam através da análise documental, serviram de referência para as articulações iniciais: (1) pessoas atingidas seriam identificadas a partir da articulação com a CABF; e (2) pessoas não atingidas seriam mapeadas a partir de contato junto a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (Aciam), uma vez que as impressões formadas até o momento sugeriam estas pessoas eram predominantemente ligadas a atividades comerciais e industriais com um cotidiano não tão próximo dos problemas causados pela atividade minerária.

A partir do início das entrevistas o que foi se desenhando foram algumas representações que ajudaram a criar um melhor sentido para compreensão do objeto da pesquisa. Viu-se que a divisão entre atingidos e não-atingidos era problemática, pois a delimitação e conceituação sobre o que é ser um atingido do rompimento da barragem é de difícil, senão impossível, precisão. Posteriormente, pude identificar que essa questão constituía um debate no território e em discussões de acadêmicos que atuam no território (Losekann, 2020).

O fato é que ao questionar os entrevistados sobre sua condição de atingido ou não-atingido, percebi que todos se consideram de algum modo atingido. São desde perdas de bens materiais levados pela lama, passando por perda da renda, como no caso dos trabalhadores da mineração que foram demitidos, queda no volume de negócios e oportunidades econômicas de empreendedores, até sentimentos de tristeza e injustiça em relação à imagem que a cidade legou após o rompimento.

Observei a partir das primeiras conversas que o grupo “trabalhadores da mineração” poderia representar um grupo relevante para os objetivos da pesquisa. Realizei, então, por indicação de um dos entrevistados o contato com pessoas que atuavam no setor de mineração, inclusive na Samarco. As entrevistas com estes trabalhadores da mineração revelaram uma característica distinta do que o pesquisador sabia até então, pois estas pessoas demandam serem reconhecidas como atingidas pela Fundação Renova, visto que muitas perderam sua fonte de renda repentinamente por terem sido demitidos e aqueles que não o foram, ainda assim tiveram perdas tais como, congelamento do salário e suspensão de participação nos lucros do ano em que ocorreu o rompimento. Observou-se que se trata de um grupo numeroso de pessoas nessa situação e que estão numa espécie de interseção entre a percepção inicial de uma divisão entre atingidos e não-atingidos.

Seguindo com a proposta de entrevistar pessoas que, *a priori*, foram consideradas na pesquisa como não-atingidas, contatei a Aciam. A interpretação, após algumas entrevistas e observações, era de que as pessoas com menos apreço à causa dos atingidos eram aquelas mais ligadas aos setores comercial e empresarial da cidade. Seis pessoas surgiram como possíveis entrevistadas a partir desta articulação com a Aciam, mas por questões diversas, foi possível entrevistar apenas três. No período de 10/04/2023 até 14/04/2023 foram realizadas dez entrevistas com pessoas do território de Mariana.

Importante notar que considerando a abordagem epistemológica da pesquisa, não há um número mínimo ou máximo de entrevistas exigido que garanta, *a priori*, o rigor da pesquisa. Alguns critérios podem ajudar na melhor especificação possível para o atingimento dos objetivos da pesquisa. Pode-se destacar como critérios: o esforço envolvido na coleta dos dados,

o número de representações que se quer caracterizar, o tempo disponível para coleta do material e para análise, o nível de profundidade considerando análises automatizadas ou manuais (King, 2004; Bauer & Aarts, 2013).

Na presente pesquisa estes critérios foram levados em conta para decidir pelo fim da busca por entrevistados. A abordagem interpretativa empregada na pesquisa implica que todos os procedimentos sejam realizados prioritariamente de forma manual com a mínima utilização de recursos que automatizam fases da pesquisa a fim de alcançar o nível de profundidade desejável. Toda a análise foi realizada manualmente, sendo que esta operacionalização impôs alto investimento de tempo para a conclusão da pesquisa.

Ademais, ao propor três fontes de coleta de dados, quais seja, documentos, entrevistas e observação, a pesquisa buscou a diversificação e triangulação de informações a fim de ampliar seu rigor metodológico, o que em contrapartida configura mais um fator delimitador de critérios como tempo e esforço para obtenção e análise dos dados. Não obstante, foram percebidas pelo pesquisador evidências que permitiram delinear as principais categorias de análise que eram o objetivo das entrevistas com as pessoas viventes no território de Mariana, quais sejam, *habitus*, poder simbólico e *doxa*, além de histórias que contribuíram para compreensão do espaço social e das articulações de capital.

Ademais, em atenção à ética na pesquisa, o projeto referente a esta tese foi submetido e certificado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sob o nº CAAE 65402922.0.0000.5542, conforme Parecer Consubstanciado CEP nº 5.836.302 (ANEXO A). A Tabela 1 apresenta a caracterização dos entrevistados, que tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios para garantir a confidencialidade, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A). A opção por nomes fictícios, além do anonimato, busca preservar ao leitor o caráter de pessoalidade das narrativas. Ademais, foi mantida uma codificação ordinal das entrevistas junto ao nome fictício como forma de facilitar o relacionamento entre entrevistados e suas falas ao longo do texto.

Tabela 1

Caracterização dos entrevistados

Nomes (Fictícios)	Tempo de residência (anos)	Formação	Setor de atividade mais influente para subsistência
Noah [E1]	41	Superior; área Meio Ambiente	Setor Público
Cris [E2]	35	Superior; área Educação	Setor Público
Lou [E3]	50	Superior; área Serviço Social	Setor Público
Alexis [E4]	43	Superior; área Direito	Mineração
Ariel [E5]	20	Nível médio; Técnico em Infraestrutura	Mineração
Haru [E6]	30	Nível médio	Mineração

Olive [E7]	30	Ensino Fundamental	Atividade de Serviços
Yael [E8]	53	Superior; área Administração e Educação	Comércio, Indústria e Serviços em geral
Akira [E9]	40	Superior; área Direito	Atividade de Serviços
Quinn [E10]	32	Superior; área Turismo	Comércio, Indústria e Serviços em geral

3.3.3 Observações de campo

Durante o trabalho de campo foi possível observar, além das entrevistas, falas informais e conversas que não puderam ser consideradas entrevistas, imagens, elementos culturais, além de ocasiões relevantes. Uma destas ocasiões foi a participação em uma reunião da CABF que ocorre quinzenalmente como um fórum de participação e integração entre a comunidade de atingidos e a FR. Participam desta reunião as pessoas atingidas membros da CABF, representantes da Fundação Renova, representantes da Cáritas – assessoria técnica aos atingidos – e representantes de uma consultoria da FR. As anotações de campo referentes a esta reunião constam no Relatório de Observações OB3. Além desta ocasião, a visita ao escritório da Cáritas em Mariana também proporcionou algumas observações consideradas importantes, cuja anotações estão no Relatório de Observações OB4. Ademais, pequenas observações, seja durante as entrevistas ou durante conversas informais e visitas a distintos locais da cidade, constam nos Relatórios de Observação OB1 e OB2.

Outra ocasião relevante foi que, em 05/07/2023 realizei uma conversa com pessoa que participa da organização do processo de produção dos *disclosures* de sustentabilidade da Samarco. Essa conversa foi viabilizada através de uma articulação entre outubro e dezembro de 2022 que, porém, não havia avançado em 2023, fato que me levou a entender que não haveria possibilidade de conversar com a empresa por esta via e a iniciar a tentativa de contato via mensagens eletrônicas conforme já descrito. No entanto, diante do retorno deste contato e da disponibilidade da pessoa para apreender o escopo da pesquisa, foi realizada a conversa que não atende ao formato da entrevista proposta na tese, motivo pelo qual a apreensões daí tiradas foram tratadas como observação de campo e constam do Relatório de Observações OB5.

Alguns elementos que foram interpretados como relevantes para análise durante as entrevistas, mas que não puderam ser considerados narrativas, foram apreendidos como observações. Nestes casos, além de indicar o nome do entrevistado as citações também serão acompanhadas do código de observação. Ademais, mais detalhes sobre o trabalho de campo e formação dos dados, que foram considerados importantes para interpretação e para as

discussões são apresentados na seção de análise e discussões. A Figura 10 apresenta como as observações foram organizadas.

Figura 10

Observações de campo

Relatórios de Observações	Descrição
OB1	Conversas informais
OB2	Impressões gerais sobre a cidade de Mariana
OB3	Reunião CABF
OB4	Visita a sede da Cáritas em Mariana-MG
OB5	Conversa com representante da Samarco
OB-EN	Observações do entrevistado “nº da entrevista”

3.3.4 Questões de validade

É importante considerar o posicionamento epistemológico, teórico e metodológico da pesquisa e perceber que construção de um *corpus* e amostragem representativa são dois raciocínios distintos e válidos na pesquisa qualitativa. Ao pensar na construção de um *corpus* em uma pesquisa qualitativa interpretativa, como é o caso desta tese, o objetivo não é alcançar uma representatividade, do ponto de vista estatístico, do universo de materiais ou de entrevistados possíveis.

Bauer e Aarts (2013) esclarecem que isso ocorre pelo fato de que a variedade de representações (ou seja, relações sujeito-objeto, tais como, opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas) é desconhecida, o que implica ainda o desconhecimento de qualquer tipo de distribuição (por estratos, tais como, sexo, idade, ocupação, religião) não sendo possível selecionar dados sob uma perspectiva de representatividade. King (2004) alerta ainda para o fato de que neste tipo de pesquisa, no qual os textos são analisados como discursos ou narrativas, o volume de casos não configura fator para garantia de credibilidade do estudo, uma vez que não se pode definir todas as leituras possíveis de um texto e nenhuma leitura deve ser privilegiada em relação a outra.

Neste sentido, o que orientou a formação do presente conjunto de dados foram critérios como a relevância, que diz respeito aos dados serem teoricamente relevantes; a homogeneidade, que diz respeito aos materiais serem separados coerentemente por tipos tais como, entrevistas,

notícias, documentos, etc., o que foi observado durante a operacionalização da pesquisa; e sincronicidade, que está relacionada à atenção ao período histórico dos dados (Bauer & Aarts, 2013).

3.3.5 Sobre a dificuldade de acesso ao território e reflexividade na pesquisa.

Importante para análise é levar em conta as dificuldades para acessar o campo em algumas situações, principalmente em função de ter que lidar com temas e conflitos que tocam profundamente as vidas de diversas pessoas envolvidas. Dificuldades que vão ao encontro das experiências de pesquisadores que estão presentes no território e requereram cuidados na condução da pesquisa. Milanez *et al.* (2018), pesquisadores presentes no território, alertam que trabalhos de campo em comunidades afetadas pela atividade minerária muitas vezes apresentam algumas limitações para serem levados adiante. Entre elas os autores mencionam o medo que alguns atingidos têm de serem reconhecidos como opositores às empresas mineradoras e de receberem implicações em esferas diversas, tais como, negativa de ressarcimentos ou de reconhecimento como “pessoas atingidas”, indenizações desiguais, etc. (Milanez *et al.*, 2018).

Minha experiência em campo logo relevou essa realidade quando fui alertado pelo representante da CABF de que as entidades sociais dificilmente responderiam minhas tentativas de contato sem terem convicção sobre “de que lado estaria”. Ainda, na reunião da CABF que participei (OB3), percebi-me como um verdadeiro estrangeiro, principalmente, no momento em que um participante, pessoa atingida, interrompeu a reunião e pediu gentilmente para o membro da comissão que intercedeu pela minha participação que me apresentasse e explicasse a motivação da minha presença.

Em outra situação, uma pessoa com quem havia feito contato por telefone dias antes de viajar até Mariana e que havia confirmado a intenção de participar da pesquisa por meio de entrevista não atendeu minhas ligações em dois dias diferentes durante minha estadia em campo, antes que eu desistisse. Apesar de ter iniciado o trabalho de campo com essa preocupação em mente, essas situações me fizeram refletir mais sobre as implicações de cada abordagem com os agentes, principalmente, quando se referiam aquelas pessoas consideradas atingidas diretamente pelo desastre. Ademais, as ideias descritas acima também se relacionam com a questão das pesquisas extrativistas, que geram situações de desconforto e sofrimento para as pessoas dos territórios e precisam ser consideradas pelo pesquisador durante as abordagens. Pesquisadores que estão no território explicam:

outro problema comum são as contínuas visitas por diferentes grupos de pesquisadores que não apenas levam ao desgaste emocional dos atingidos, como podem também gerar o sentimento de estarem sendo usados como informantes e fornecedores de dados para o desenvolvimento de trabalhos que, muitas vezes, não retornam às comunidades os resultados alcançados (DA10).

Outro relato em DA10 diz:

Em conversa com uma assessora técnica das pessoas atingidas em Barra Longa, em dezembro de 2017, foi mencionado que houve um momento de grande afluência de pesquisadores, alunos de universidade etc. Tal ‘avalanche’ de entrevistadores, não apenas expunha demasiadamente os atingidos, como também provocava o risco de gerar considerável estresse. Passados dois anos do rompimento, a assessora identificou outro sentimento surgindo entre os atingidos: o de terem sido apenas usados. Em muitos dos casos, os pesquisadores chegavam, coletavam seus dados e iam embora. A maioria não havia desenvolvido vínculo com as comunidades, nem mesmo práticas de devolução dos resultados da pesquisa. Esse cansaço da participação de pesquisas, em certos aspectos, pode ter se transformando em uma predisposição a não participar de atividades promovidas por universidades, mesmo aquelas de extensão ou desenvolvidas em conjunto com as assessorias técnicas (DA10).

Como forma de atenuar esse problema registrei o contato dos participantes que manifestaram interesse em receber algum tipo de retorno sobre o desfecho da pesquisa. Ao final da pesquisa esses participantes serão informados sobre os meios para terem acesso aos resultados da pesquisa. Ademais, todos os participantes receberam os contatos do pesquisador e foram informados sobre a disponibilidade para diálogos em relação à pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

3.4.1 Narrativas

O processo de análise de dados foi conduzido com base no método de análise de narrativas (Riessman, 2008). O estudo das narrativas ganhou evidência nas ciências sociais a partir dos anos 1970 com a virada narrativa, tendo se tornado uma abordagem comum nos estudos acadêmicos nos anos 1990 (Czarniawska, 2017). A partir deste período o debate acadêmico evoluiu em busca de melhor estabelecer as possibilidades e limites sobre o conceito de narrativa. Inicialmente, a ideia predominante girava em torno da narrativa oral que era tida

como um discurso que correspondia a uma sequência temporal de eventos passados. Ao longo dos anos o limite da definição linguística foi superado de modo a incluir no bojo das narrativas as experiências pessoais encontradas em documentos (Chase, 2018).

O pressuposto de que narrativas estariam fundadas primariamente nas formas oral e escrita foi, posteriormente, desafiado com base em pesquisas que tratavam imagens e objetos físicos como textos narrativos socialmente situados. Por esta perspectiva, a narrativa passou também a ser entendida como texto narrativo socialmente situado, definição que leva a atenção do pesquisador, inclusive, para as emoções e comunicações não verbais (Chase, 2018). Nesta pesquisa toma-se a perspectiva de Chase (2018) para delimitar a noção de narrativa como uma forma de comunicação que cria significado através da experiência; é uma forma de compreender as próprias ações e as dos outros; de organizar eventos, objetos, sentimentos ou pensamentos e as relações entre estes ao longo do tempo.

A análise de narrativas configura apenas um componente de um amplo espectro do que se conhece como investigação narrativa (Riessman, 2008). Neste sentido, as narrativas podem ser entendidas tanto como abordagem metodológica quanto teórica (Zaccarelli & Godoy, 2013), sendo que a presente pesquisa tem como foco o uso de narrativas enquanto método de análise. Neste sentido, a análise de narrativas pode ser compreendida como uma técnica utilizada na pesquisa qualitativa para analisar e interpretar alguma forma de comunicação que pode ser textual, oral ou visual (Chase, 2018). Suas principais características são: particularidade na forma de representar situações reais ou imaginárias; ordenamento cronológico na apresentação de acontecimentos; e percepção de relações causais (Dornelles & Sauerbronn, 2019).

A análise de narrativas usa procedimentos metodológicos semelhantes aos de outros tipos de análise qualitativa, porém, o que a diferencia é o foco na integralidade da comunicação e no contexto da narrativa (Chase, 2018; Dornelles & Sauerbronn, 2019; Pletsch *et al.*, 2021). Nesta perspectiva, a história contada forma uma unidade que permite uma análise holística evitando-se a fragmentação que pode limitar a capacidade de análise de características sequenciais e estruturais úteis para compreensão de certos fenômenos (Zaccarelli & Godoy, 2013).

A análise de narrativas é um método adequado e coerente com a abordagem teórico-epistemológica bourdieusiana a qual a tese se vincula na medida em que as narrativas, ao combinarem histórias de vida a contextos sócio-históricos (Muylaert *et al.*, 2014), constituem material discursivo que atende ao que é mais relevante na abordagem discursiva bourdieusiana, ou seja, a dimensão contextual de onde o enunciador fala (Bourdieu, 1996; Barreiros, 2023). Para Muyleart,

[...] as narrações são mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos que outros métodos que utilizam entrevistas. Dessa maneira, o objetivo das entrevistas narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes (Muylaert *et al.*, 2014, p. 196).

Em problemas de pesquisa como o desta tese, no qual importa as questões relacionadas a poder e política, as histórias podem ser vistas como fontes que reproduzem as relações e jogos de poder mostrando como a informações podem ser apresentadas dependendo das audiências (Zacarelli, 2014). Esse entendimento vai ao encontro da abordagem discursiva de Pierre Bourdieu, que compreende os discursos dentro de um mercado linguístico, no qual o que é dito depende do valor que lhe é atribuído no mercado, que pode variar em função da origem social do enunciador, do interesse momentâneo, do *habitus*, etc (Girardi Jr, 2017; Barreiros, 2023). Ademais, ressalta-se que, ao optar pela análise de narrativas, o foco da investigação desta tese não está nas biografias das pessoas, mas busca a apresentação da história de uma área de interesse (Flick, 2009), neste caso a história da Samarco em Mariana.

Quanto à forma de organização da análise, Riessman (2008) oferece uma visão organizada sobre a articulação das narrativas a partir de uma ampla análise e diversos trabalhos que utilizaram este método. A autora propõe três formas básicas de pensar a análise de narrativas, as quais podem ser utilizadas referencialmente, mas também de modo intercambiável. As três formas são análise temática, análise estrutural e análise dialógica (Riessman, 2008).

A análise temática, menos preocupada com a construção da história, tende a manter o foco no conteúdo e a tratar as histórias como casos prontos (Riessman, 2008). Assim, apresenta como tendência produzir uma análise fundada na subjetividade dos falantes se aproximando das escolas interacionistas (Riessman, 2008). Por outro lado, a análise estrutural, está mais preocupada com a forma das narrativas e, epistemologicamente, tende a aproximar a análise de uma abordagem objetivista, na qual a estrutura linguística se sobrepõe as subjetividades para fins de interpretação de seus significados (Riessman, 2008).

A análise dialógica, por sua vez, tende a usar elementos da análise temática e da análise estrutural, além de dar atenção primordial ao contexto de produção das histórias (Riessman, 2008). Em termos epistemológicos, essa postura contribui para que o pesquisador, durante a análise, não perca de vista a postura dialética na investigação inerente à teoria da prática de Pierre Bourdieu, na qual a interrelação entre estrutura objetiva (campo) e a estrutura objetivada (*habitus*) respondem pela compreensão da prática dos agentes (Bourdieu, 2013).

Como procedimento de análise foi realizada análise dialógica (Riessman, 2008), na medida em que se buscou uma abordagem interpretativa de forma ampla e variada que levou em conta as dimensões contextual e individual, expressadas nas condições de produção do espaço social e nos *habitus* dos agentes. Para Riessman (2008) esse método exige uma leitura atenta dos contextos, incluindo a influência do pesquisador, do ambiente e das circunstâncias sociais na produção e interpretação da narrativa. Mais do que compreender o que e o como algo é falado, o foco nesta forma de análise está nos propósitos, ou seja, para quem, quando e porque um enunciado é pronunciado (Riessman, 2008).

A fim de preservar a coerência epistemológica a análise foi conduzida mantendo-se a atenção aos aspectos subjetivos das histórias contadas nos textos narrativos, porém priorizando os aspectos relacionados ao contexto em que tais histórias são produzidas, bem como aos contextos que elas revelam. Neste sentido, Barreiros (2023) oferece um esquema conceitual inspirado na sociologia bourdieusiana interessante para orientação da análise textual, a qual leva em conta dimensões contextual, do agente e discursivas (Barreiros, 2023). O esquema serviu como referência para orientar o processo de análise dialógica (Riessman, 2008) mantendo da vigilância epistemológica (Bourdieu, 2010).

3.4.1.1 Questões de verdade e validação

Ao explicar sobre o critério de correspondência como possibilidade para persuadir a audiência sobre a validade da pesquisa narrativa, Riessman (2008) fala desse critério tanto numa abordagem realista, quanto construtivista. Na primeira a história contada representa a história real e, neste caso, a busca por correspondências nas histórias contadas pode ser uma forma de persuadir sobre a validade das análises. Em uma abordagem mais construtivista, ela ressalta que a correspondência não é muito relevante e, às vezes até inadequada, na medida em que “uma narrativa não é simplesmente um relato factual de eventos, mas é uma articulação contada de um ponto de vista que busca persuadir outras pessoas a ver os eventos de maneira semelhante” (Riessman, 2008, p. 265, tradução nossa). Ela explica que em muitos casos a verificação dos fatos são menos importantes do que a compreensão de seus significados para indivíduos e grupos – a autora cita, por exemplo, uma pesquisa, na qual foi examinada a relação entre a narrativa de uma organização – Alcoólicos Anônimos – e as histórias sobre bebida construídas pelos membros individuais. Neste caso, lembra a autora, o foco era a criação de significado dos narradores e não se a vida de um alcoólatra “realmente” (grifo do autor) se desenrolou na sequência relatada ou se todos os detalhes estavam corretos (Riessman, 2008).

Sustento a abordagem metodológica na tese a partir desta visão. Em outras palavras, o que importa nas histórias sobre a Samarco em Mariana desenvolvidas pelos entrevistados, documentos, observações e pelo pesquisador, são os significados subjetivos e não a factualidade da história. Neste sentido a correspondência é vista não como um critério de verdade, mas como uma forma de também de construção de significado por parte do pesquisador. A vigilância epistemológica, contudo, exige que para além de interpretar os significados das narrativas, deve-se levar em conta antes as condições de produção destas histórias, em termos bourdieusianos, compreender a posição dos agentes (narradores e personagens) no espaço social, seus *habitus* e capitais. Para tanto, foram utilizados dados tanto das narrativas quanto de informações factuais obtidas nas entrevistas, documentos e observações.

3.4.1.2 Transcrições

A transcrição das entrevistas é uma prática interpretativa e como tal deve ser empreendida pelo pesquisador já com fins de interpretação (Riessman, 2008). O ato de transcrever produz uma representação parcial de fala incluindo algumas características da fala e excluindo outras, o que promove transformação e reorganização da fala, de tal modo que as decisões sobre como uma fala é exibida reflete compromissos teóricos e não devem ser vistas apenas como decisões técnicas (Riessman, 2008). As decisões sobre os limites dos segmentos narrativos dão base para argumentos e interpretações de tal modo que diferentes transcrições de um mesmo trecho de conversa produzem distintos significados. A Figura 11 apresenta uma simbologia utilizada para compreensão das narrativas transcritas neste documento.

Figura 11

Lista de símbolos utilizados na construção das narrativas

Símbolo	Significado
[...]	Supressão de falas
...	Pausa ou corte na fala
[]	Inclusão de elementos não evidentes, porém significativos à apreensão da narrativa
[<i>itálico</i>]	Informações omitidas por questões de sigilo
‘ ’	diálogos dentro da narrativa

3.4.1.3 Narrativas, contra-narrativas e histórias contadas

As narrativas foram organizadas a partir das fontes, que são três. Narrativas historicamente produzidas pela Samarco difundidas através dos *disclosure* de sustentabilidade. Este tipo de relatório é considerado um dos diversos tipos de materiais relacionados à contabilidade que podem ser objetos de pesquisas com abordagem narrativa (Dornelles & Sauerbronn, 2019). Caracterizado nesta pesquisa como *disclosure* voluntário da sustentabilidade, tais relatórios oferecem narrativas nas quais busca-se analisar o que, como, por que e para quem a empresa seleciona, organiza, conecta e avalia como significativo (Riessman, 2008).

Em outra perspectiva, as narrativas emanadas de outros agentes do espaço social podem ser entendidas como contra-narrativas produzidas no espaço de disputas em torno das discussões sobre sustentabilidade. Tanto as narrativas escritas presentes nos documentos (relatórios, documentos, notícias, sites) emitidos pelos diversos agentes, quanto as narrativas orais constituídas pelas entrevistas e transcrições compõem o que a pesquisa caracteriza como *disclosure* involuntário da sustentabilidade. As coerências e contradições entre as narrativas da Samarco e as contra-narrativas constituídas nas falas dos diversos agentes são base para interpretações do papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa.

Finalmente, as histórias contadas pelos agentes que vivenciam as relações com a Samarco produzem significados criados a partir de suas experiências ao longo da história da relação entre a Samarco e o território de Mariana. A partir da análise destas narrativas foram interpretados os aspectos relacionados ao *habitus*, ao capital simbólico e à *doxa*, bem como a relação destes com o *disclosure* de sustentabilidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção se ocupa da organização e descrição dos dados constituídos pelos processos de entrevistas, observação e análise de documentos. Serão apresentadas as interpretações e discussões baseadas nas descrições dos dados, bem como no retorno à teoria e literatura anterior. Neste sentido, na próxima subseção caracterizo o espaço social mapeando os principais agentes, *habitus*, os capitais que são valorizados e acumulados no espaço social pelos agentes, bem como elementos que remetam à *doxa* e ao poder simbólico do espaço em questão (Bourdieu, 1989, 2008, 2013). Nas três subseções seguintes apresento como os capitais são articulados nas disputas relacionadas à sustentabilidade no âmbito do caso Samarco. Na sequência, ainda relacionado às articulações de capital, descrevo suas implicações para o processo participativo no âmbito do caso Samarco. Na seção de discussões busco atender ao objetivo de interpretar as narrativas da Samarco no *disclosure* de sustentabilidade e sua relação com a promoção de *accountability* a partir das relações de força determinadas pelas articulações de capital.

4.1 O TERRITÓRIO DA MINERAÇÃO COMO ESPAÇO DE LUTAS E A DISPUTA PELA NOÇÃO LEGÍTIMA DE SUSTENTABILIDADE

Os primeiros passos que me guiaram a esta investigação, na condição de um pesquisador estrangeiro ao território da mineração, estavam ligados a uma inquietude acerca de como organizações, aparentemente, aderentes a boas práticas de sustentabilidade podem manter uma posição de dominação, mesmo diante de desastres socioambientais de proporções devastadoras como foram os rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho-MG⁵, de propriedade da Samarco e da Vale, respectivamente. Empresas estas que adotam políticas de sustentabilidade, aderem a sistemas conceituais padronizados de contabilidade considerados as melhores práticas de sustentabilidade, ganham prêmios e exibem certificados, estão ranqueadas nos melhores índices que mensuram desempenho em sustentabilidade, como é o caso da Samarco e de uma de suas controladoras, a Vale, perpetuam um simbolismo, essa aparência de organização modelo.

Os discursos acadêmicos para compreender o papel do *disclosure* de sustentabilidade a partir de teorias econômicas, seja pela via da sustentabilidade enquanto estratégia para criação

⁵ Rompimento da Barragem 1 da mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, localizada no município de Brumadinho, estado das Minas Gerais, Brasil, ocorrido em 25 de janeiro de 2019 (Vale, 2019)

de valor a diversos *stakeholders*, seja pela via da busca da legitimidade, ou outras vertentes todas muito ligadas ao discurso dominante da contabilidade tradicional, pareciam não fornecer boa compreensão para essa situação. Compreender o contexto social e político, implicado na produção do discurso, dito através dos *disclosure* de sustentabilidade parecia necessário.

Tal inquietude parecia ir ao encontro das proposições da sociologia bourdieusiana que se preocupava com os mecanismos pelos quais “arranjos socialmente atravessados por relações de hierarquia e dominação são reproduzidos com a cumplicidade tácita da maior parte de seus membros” (Peters, 2012). Como explica Everett (2018), a compreensão dos fenômenos contábeis depende da superação dos limites normalmente pré-concebidos pela contabilidade e o pesquisador deve se colocar em contato com atores em uma rede maior de campos para que compreenda melhor como o espaço em que está inserido está posicionado em relação ao campo de poder (Everett, 2018).

O desastre provocado pela Samarco em Mariana se apresentava chamativo e aderente a essa perspectiva na medida em que, como mostram Carneiro e Souza (2020), muitos são os agentes envolvidos nos múltiplos processos referentes ao desastre, tais como, as próprias empresas, os órgãos do sistema de justiça, as comunidades atingidas, movimentos populares, ambientalistas, poderes públicos e a academia, permitindo pensar essas disputas e a possibilidade de *accountability* a partir da lente teórica bourdieusiana. Importante notar que a análise aqui desenvolvida tem como escopo uma perspectiva mais ampla da história da Samarco em Mariana não se limitando às relações no âmbito do rompimento da barragem, mas reconhece este como o apogeu de um processo, o qual foi capaz de promover uma ruptura do poder simbólico da Samarco, além de ter potencializado as lutas e o debate sobre sustentabilidade e *accountability* corporativa obrigando os dominantes a saírem do silêncio e produzirem um discurso defensivo ortodoxo a fim de restaurar a *doxa* (Bourdieu, 2019).

4.1.1 A Samarco, a mineração e o poder simbólico

A relação da cidade de Mariana com a mineração constitui uma história que vem desde o tempo da colonização (Trocatte & Alves, 2020) e a vida das pessoas que vivem no espaço social da mineração – suas formas de agir e pensar, o trabalho, o lazer, a cultura – se constitui a partir de um senso prático (Bourdieu, 2013) intrincado a elementos da atividade minerária

. Nos termos de Cris [E2], que já trabalhou na Samarco, mas atualmente atua no serviço público, a mineração tem uma relação de “simbiose” com a cidade.

Logo no início das conversas que tive em Mariana, foi possível notar que as pessoas quando falam da história da Samarco em Mariana, por vezes falam das empresas mineradoras como um todo, mostrando que a mineração está mais inculcada em suas mentes do que necessariamente uma única empresa. Não obstante, em vários momentos foi possível perceber que a Samarco acumula um capital simbólico superior às outras mineradoras em Mariana como será descrito. O fato de a Samarco ser uma mineradora menor do que a Vale pode passar uma ideia de que esta última é mais desejada por quem sonha em trabalhar no setor de mineração. Contudo, a Samarco, uma empresa nativa de Mariana e com atuação mais concentrada, parecia ter uma ligação mais forte com a cidade desenvolvendo significações de afeto nas pessoas, uma identidade com a região.

O sonho de trabalhar na mineração sempre foi algo compartilhado pelas pessoas de Mariana, mas trabalhar na Samarco parecia ter um simbolismo maior. No fim do século passado, em um contexto no qual Vale era considerada a grande mineradora da região, a Samarco é contada por Lou [E3] como sonho de toda pessoa daquele território para se trabalhar. Lou [E3], da área de serviço social, com grande histórico de atuação social e política, liderança em movimentos sociais e sindicatos, conta que aquele era “um sonho possível”, na medida em que o ingresso na Vale era considerado muito difícil por ser uma empresa estatal na época e preenchia suas vagas por concurso público. Como Lou [E3] conta:

ela [a Samarco] se apresentava para todos nós que fazíamos mineração naquele tempo como um sonho de empresa a se trabalhar e uma possibilidade real, uma vez que a grande mineradora aqui era a Companhia Vale do Rio Doce e ela era uma empresa estatal que estava migrando naquele tempo para um processo... quase próximo já do processo de privatização que veio a acontecer anos depois, mas era de difícil acesso para a população. As pessoas para trabalharem na mineração na Vale, elas tinham que participar do serviço público e isso inviabilizava muito aqui na região a aproximação das pessoas. Quando vieram empresas como a Samitri, que foi absorvida pela Vale no primeiro momento, inclusive, ela foi sufocada pela Vale, e depois a própria Samarco, abriu-se um leque, a oportunidade das pessoas que fizessem a formação, principalmente lá na Escola Técnica Federal de Ouro Preto, tivessem a oportunidade de entrar para a mineração (Lou [E3]).

Esse sentimento de maior aproximação das pessoas com a Samarco, em relação a Vale, é marcante nas histórias dos entrevistados. Para Noah [E1], que trabalha no setor de meio ambiente no serviço público e viveu todos os seus 41 anos em Mariana, a Samarco acumula um conjunto de características que a habilitava competir com a Vale pelo prestígio na região.

Características que nos termos de Pierre Bourdieu podem ser pensadas como acúmulo de capital cultural objetivado (Bourdieu, 1986), representado por bens materiais que impressionam as pessoas, como explica Noah [E1]:

[...] Os caminhões fora de estrada, que a roda é maior do que você. E o glamour para a criança, para aquele ambiente. É tudo muito assim, dez toneladas de uma vez, não sei quantas mil toneladas dia. É uma estrutura... os trens... algumas coisas são descidas ...escoadas do trem... são 40 vagões de trens em sequência. Tudo é muito gigantesco (Noah [E1]);

E também como capital cultural institucionalizado, relacionado às suas qualificações, através de certificados, prêmios, a marca estampada na camisa de quem trabalha. Sob uma perspectiva bourdieusiana, certificados e outros elementos do gênero podem servir como indicadores do capital cultural de um agente já que representam a aquisição formal de um conhecimento e reconhecimento de suas competências por instituições (Bourdieu, 1986). Como conta Noah [E1]: "[...] e como ela [a Samarco] era privada e ela sempre ganhava certificação, ISO, essas coisas, e divulgava muito esses trabalhos, então era visto [a Samarco] como uma coisa que era a paixão de muita gente" (Noah [E1]).

À Samarco é atribuída melhorias no progresso econômico da região em função dessa proximidade maior com Mariana, que acabava privilegiando profissionais da região para serviços terceirizados, o que não ocorria no caso da Vale. Para Lou [E3], o fato de a Samarco não ser uma multinacional e ter a atenção de suas atividades voltadas para a cidade de Mariana fazia dela a principal força motriz para o desenvolvimento econômico local, o que lhe lega maior significação e poder simbólico em relação à Vale, que já tinha atuação em diversos lugares, sendo Mariana apenas mais um território. Lou [E3] conta sobre o papel da Samarco nesse desenvolvimento:

E a Samarco tem um papel fundamental nisso [chegada de profissionais de saúde na região], porque os médicos que atendiam pela Vale, muitas vezes, eles tinham um distanciamento da população. A Vale tinha a possibilidade de remeter os seus profissionais para Belo Horizonte, inclusive. Mas, à medida que isso foi crescendo aqui, [...] foi fazendo com que essa região desenvolvesse muito. A Samarco, em si, [...]ela trouxe grande riqueza e desenvolvimento para Mariana (Lou [E3]).

Na medida em que as conversas avançavam foi possível perceber que o poder simbólico das empresas de mineração e, principalmente, da Samarco foi historicamente constituído de tal forma que faz parte do imaginário da maior parte das pessoas moldando suas formas de pensar e sonhar, seus objetivos de vida, determinando, em parte, suas crenças sobre o que é

considerado vida boa naquele lugar. A Samarco podia ser tida até como “uma empresa mãe” (Ariel [E5]). Na Figura 12 é possível apreender algumas histórias que denotam essa representatividade e simbolismo da Samarco para alguns dos entrevistados.

Figura 12

A Samarco na visão de moradores de Mariana

Alexis [E4]	[...] eu comecei minha carreira, minha vida como trabalhador aos 14 anos; trabalhei em uma...vender picolé; depois passei para a área de vendas. Mas, assim como os jovens da cidade, a gente pensa em trabalhar nas grandes mineradoras, que é aonde que se gira a maior parte da economia da cidade. E a gente vê que os jovens da cidade se preparam para trabalhar na mineração. Então, são cursos de qualificações voltados para a área de mineração. E assim foi comigo. Eu entrei para a mineração em 2004, na Vale, como primeira formação profissional que a Vale fez. Não entendia nada de mineração até então. Entrei para a área de operação de mina e lá fui fazendo a minha carreira profissional dentro da mineração. [...] A Samarco ainda muito mais bem vista do que a própria Vale. A Samarco, em Mariana, sempre teve um nome muito grande, muito respeitado. Dentro da nossa cidade, é a que pagava os melhores salários e tudo mais. Então, é um sonho de boa parte da população trabalhar na mineração. Principalmente a Samarco, que era sempre muito bem vista (Alexis [E4]).
Noah [E1]	[...] antes do rompimento, a Samarco era uma referência. Era o sonho de toda a pessoa querer trabalhar lá. Os pais que trabalhavam lá tinham uma renda, um salário muito alto, então o poder aquisitivo de quem trabalhava lá era grande (Noah [E1]).
Olive [E7]	[...] antes do rompimento, era uma empresa grande, assim... como posso te falar... as pessoas tinham admiração. Inclusive, eu tenho um filho, então era meu sonho que ele pudesse ser um funcionário da Samarco (Olive [E7]).
Cris [E2]	Meu pai veio para cá para trabalhar na mineração, a antiga Samitri, e todos os meus irmãos também foram doutrinados na mesma linha... que... antigamente nós só enxergávamos a mineração como fonte de renda. Hoje a gente consegue vislumbrar outras questões, mas vai demorar um pouquinho mais até todo mundo conseguir enxergar outras possibilidades de trabalho, de geração de renda sem ser a mineração. Meu pai é aposentado como

	eletricista da Samitri, eu fiz o Senai na Samarco, concluí, salvo engano, em 2000, que eu concluí o curso do Senai, salvo engano, acho que foi em 2000 a 98, não estou lembrando bem certo a data. Mas, de qualquer forma, a gente sempre foi doutrinado para trabalhar na mineração, isso aí é fato. Quando as pessoas conseguiam... eu lembro quando meu irmão fichou na mineração, passou da conta contratada [empresa terceirizada prestadora de serviços para a Samarco] para a empresa principal, ele fez até uma festa, então esse era o motivo de comemoração, a gente foi doutrinado para isso (Cris [E2]).
Akira [E9]	ela [a história da Samarco para mim] começou ainda quando [eu era] criança, pelo desenvolvimento das atividades da empresa... a gente sempre tem um parente que trabalha para a Samarco, que presta serviço para a Samarco, inclusive o comércio da minha família prestou serviço para a Samarco na área da saúde, tanto com convênio com os planos de saúde que atendem e atendiam a Samarco, quanto também alguns primos e tal que já trabalhavam, e tem um, inclusive, que trabalha ainda para a empresa, diretamente (Akira [E9]).
Ariel [E5]	[...] quando eu vim para Mariana, e eu comecei a trabalhar numa contratada [empresa terceirizada da Samarco], né, da Samarco, prestadora de serviço, e particularmente eu não conhecia [a Samarco], o que eu ouvia e vivenciava no ambiente era uma situação, assim, confortável, de que ela tinha um nome, tanto na sociedade, como internamente, nos órgãos ambientais, com população. E esse tempo que eu fiquei trabalhando indiretamente, e eu vivenciei isso (Ariel [E5]).

Alexis [E4] enfatiza sua história pessoal de ligação com a cidade de Mariana afirmando que nasceu e foi criado a vida inteira naquele espaço, situando o lugar de onde está contanto sua histórica. Sindicalista e atuante na mineração, alguém que viveu e vive uma história não apenas de Mariana, mas de alguém inserido na atividade minerária, destaca que o sonho de todo jovem cidadão marianense é trabalhar na mineração, bem como corrobora as visões de Noah [E1] e Lou [E3] sobre o significado que a Samarco tem na região, refletindo o poder simbólico das empresas mineradoras no território. Olive [E7], que atua no setor administrativo não ligado diretamente à mineração, assim como quase todos, relata que também tinha como sonho o trabalho na Samarco, mas na ocasião, se referia ao sonho de ver o filho como funcionário da empresa.

Já a história que Noah [E1] conta sobre a relação da Samarco com Mariana remete a uma empresa com um capital simbólico acumulado muito representativo. A empresa representa uma referência para as pessoas daquele lugar, o sonho de toda pessoa. Ações desenvolvidas pela Samarco como a relatada em: "ela [a Samarco] tinha um trabalho de levar as escolas lá para conhecer as estruturas, o local, dava lanche. Então... assim... os alunos já cresciam indo na empresa" (Noah [E1]), mostram sobre o modo como as crianças já cresciam recebendo estímulos e viam a possibilidade de trabalhar na empresa como um sonho.

Cris [E2] traz exemplos da própria família e de sua vida para demonstrar o simbolismo que predomina em Mariana. Destaca a dificuldade de as pessoas vislumbrarem outras possibilidades de geração de renda fora da atividade minerária, noção compartilhada com muita convicção por Quinn [E10], ainda atualmente, quando diz: "eu não me vejo aqui em Mariana sem a Samarco" (Quinn [E10]). Cris [E2], assim como outros, reforça o objetivo comum entre as pessoas de trabalhar na Samarco. Segundo ele, essa vontade de trabalhar na mineração era resultado de um processo de "doutrinação" (Cris [E2]). Entrar na Samarco significava acumular um capital simbólico refletido nas festividades de quem alcançava esse feito.

Veja que Akira [E9], profissional liberal do Direito, inicia a fala deixando claro o seu sentimento particular e envolvimento com a história da Samarco. Dizer que a história da Samarco "começou ainda quando criança" (Akira [E9]), me fez refletir sobre o termo "simbiose" utilizado por Cris [E2] para se referir ao envolvimento da Samarco com a vida das pessoas. Uma simbiose entre as histórias de Akira [E9] e da Samarco, mesmo não sendo Akira [E9] de uma origem que o remetesse à condição de desejar ser trabalhador da mineração como forma de ascensão social. Isso remete a um poder simbólico da Samarco muito significativo, para além do poder econômico, uma vez que marca de modo claro a forma como a ideia sobre Samarco é desenvolvida na noção de mundo desde criança, nas práticas familiares.

Mesmo Ariel [E5], ressalta que, durante os vinte anos em que vivia em Mariana e trabalhou em empresas terceirizadas e depois na Samarco, vivenciava o conforto que era oferecido pela empresa. O termo "mesmo Ariel [E5]" que utilizo aqui se justifica na medida em que Ariel [E5] é pessoa atingida que trabalhava na Samarco no momento do rompimento. Pessoa arrastada pela lama e que fala de um lugar que, notadamente, revela seus sentimentos negativos de mágoa e injustiça. Isso porque, após ter a vida por um fio sob a lama, conta que a empresa não cumpriu acordos pré-estabelecidos. Esse reconhecimento da Samarco pelas pessoas de Mariana confere uma posição privilegiada à empresa, um acúmulo de capital simbólico no espaço social (Bourdieu, 1989) que lhe garante muito poder.

4.1.2 Agentes de distintos campos no espaço social em Mariana

É salutar notar que o espaço social abrangido pelo território da mineração em Mariana é construído historicamente a pelo menos três séculos e a história da Samarco a mais de 40 anos (Trocate & Alves, 2020). No entanto, o rompimento da barragem foi responsável, no caso de Mariana, por criar novas disputas e novos agentes neste espaço, além de potencializar as lutas daqueles que já estavam no campo. Outros agentes surgiram ou apresentaram nova dinâmica em suas posições no espaço após o rompimento da barragem, na medida em que o processo de reparação apresentou desafios e embates que, se não começaram com o rompimento, foram alavancadas devido as proporções catastróficas dos danos causados pelo rompimento. Agentes que lutam em campos distintos, muitas vezes campos dentro dos quais o capital que vale é o capital cultural, tal como o campo acadêmico, o campo jurídico, o campo político, enquanto outros estão inseridos dentro das disputas do campo econômico. A seguir nas próximas subseções apresento os principais agentes, além da Samarco, identificados no espaço social.

4.1.2.1 Fundação Renova (FR)

Os acordos TTAC e TAC Governança – Termos de Ajustamento de Conduta que provocaram diversas mudanças, principalmente no que diz respeito à participação, no processo de reparação após demandas e lutas dos diversos agentes frente a FR e a Samarco – estabeleceram uma estrutura de governança que tenta organizar o processo de reparação através da interação entre uma instância tida como decisória, representada pela FR, e uma instância de fiscalização e controle, representada por um Comitê Interfederativo (CIF), de responsabilidade do poder público e independente da FR (DA7; DA11).

O CIF foi colocado como de responsabilidade do Poder Público, que serviria como uma instância externa e independente da Fundação, porém, em interlocução permanente com ela, definindo prioridades na implementação e execução de projetos, além de realizar o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos resultados (DA7).

Essa estrutura estabelece ainda um conjunto de instâncias, tais como Câmara Local, Comissão Local, Assessoria Técnica, Fórum de Observadores, que tem como principal função o controle, com participação das pessoas atingidas, do processo de reparação, como pode ser visto na descrição de pesquisadores da RPRD:

Assim, as Câmaras Locais devem não apenas ter acesso às informações relativas a esses programas [programas gerenciados pela FR], como também fazer críticas, propostas e

sugestões sobre tais programas, ou sobre a atuação das diferentes instâncias vinculadas ao acordo. Para a realização dessas tarefas, cada Comissão Local, contará com uma Assessoria Técnica. O Fórum de Observadores, por sua vez, serve como uma segunda instância de participação; nesse espaço, pessoas indicadas pelas Comissões Locais poderão dialogar com grupos de acadêmicos e movimentos sociais para construir avaliações críticas tanto em relação aos programas, quanto sobre a atuação do grupo de *experts* contratados pelo MP (DA11).

A FR foi criada pelo acordo TTAC como estratégia para conduzir o processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, na perspectiva dos participantes do acordo, de forma mais centralizada, assertiva e célere. É responsável por gerir os 42 programas socioeconômicos e socioambientais pactuados no TTAC. A percepção generalizada sobre sua atuação, no entanto, revela que a FR é vista mais como uma articulação das mineradoras para manutenção do seu capital simbólico.

Para a Cáritas, a FR não atua de forma autônoma como se propunha no acordo inicial, mas funciona como mecanismo de blindagem das empresas desviando de sua finalidade de garantir a reparação integral às pessoas atingidas (DES2). Nos termos da tese, essa atuação da FR configura estratégia de dissimulação da responsabilização das empresas, possível apenas em função do capital simbólico acumulado pelas mineradoras, Samarco e Vale. As histórias dos entrevistados, mesmo falando de posições muito diferentes, mostram o mesmo sentido em relação a FR, conforme descrito no Figura 13.

Figura 13

Fundação Renova contada pelos entrevistados

Cris [E2]	[...] foi uma tentativa frustrada, para a população. Na verdade, para eles eu não sei se está sendo interessante. No começo eu falei que seria - é uma questão política - porque apagou o nome da Samarco em relação ao crime. Todo mundo fala muito em Renova, esqueceu o nome da Samarco [...] para mim, a Fundação Renova não está trazendo benefício para a gente, muito pelo contrário, está gastando dinheiro da empresa [...] a gente vê relatos de pessoas que até hoje não teve o seu ressarcimento, de um bezerro que morreu, e em contrapartida a gente vê pessoas que já tiveram milhões de indenização. Então são coisas muito distantes, que eles não estão conseguindo
-----------	---

	equalizar, e muito menos reparar... Porque o objetivo que ela foi criada, está com viés totalmente ao contrário. Então a Fundação Renova não está sendo interessante para o município, não" (Cris [E2]).
Alexis [E4]	A Fundação Renova veio aí, essa criação foi feita, no meu entendimento, para tirar um pouquinho o foco das mineradoras. Colocou-se a responsabilidade na Renova das indenizações. E a gente vê muita coisa errada dentro da Renova, muitos desmandos, muitas indenizações mal pagas, algumas coisas superfaturadas (Alexis [E4]).
Quinn [E10]	Agora, a Fundação Renova, eu não entendi muito bem o papel dela até hoje. Eu acredito que ela veio para resolver esses problemas todos. Só que é muita troca de funcionário, a hora que começa a resolver um problema, aí sai, começa outra pessoa. Então, eu acho que isso também atrapalhou um pouquinho nessas negociações aí (Quinn [E10]).

4.1.2.2 Atingidos

Um novo grupo que pode ser considerado como agente neste espaço social são os atingidos. Como dito na seção de método, as suposições iniciais a partir das primeiras conversas ainda por telefone e da análise documental preliminar apontavam para essa divisão das pessoas da cidade entre atingidos e não atingidos. Essa separação formou grupos que podem ser considerados, especificamente no caso de Mariana, agentes com interesses e capitais distintos no espaço de lutas (Bourdieu, 1990). As pessoas reconhecidas como atingidas no processo de reparação passaram a ser estigmatizadas (Noah [E1]), consideradas por muitos como privilegiadas e gananciosas (Quinn [E10]), por haver uma percepção generalizada de que estariam ganhando muito dinheiro com a reparação. A história que Noah [E1] conta sobre isso esclarece:

Vou te dar um exemplo prático que aconteceu comigo. Eu precisava pintar a minha casa, toda de gesso, não precisava lixar, só pintar. Com quatro a cinco dias, fazendo devagar, a pessoa pintava a casa. Aí ele [um prestador de serviço] cobrou de mim seis mil reais, com material... não, quatro mil, com material meu. Eu falei para ele: ‘você está louco,

que profissional que ganha quase mil reais por dia, só de mão de obra, é médico? Se você... se pintor está ganhando quase mil reais por dia, eu vou sair [*do trabalho que exerce*] e vou ser pintor’. Aí ele falou: ‘Ah! Mas você não precisa se preocupar não, porque é a Renova [FR] que banca você’. Eu falei: ‘não, a Renova não banca eu não’. Aí essa pessoa sabia que [os atingidos] era identificável, que era muito conhecido. Você sabe quem é e quem não é, fato. Uma pessoa que não me conhecia fez o orçamento e cobrou quatrocentos e cinquenta reais com material meu. E aí, com quem que eu fechei? (Noah [E1]).

Um outro relato de uma pessoa atingida, mas não entrevistada no escopo desta pesquisa, reforça essa visão dos não-atingidos sobre como as pessoas atingidas estariam se aproveitando da situação.

[...] Um cidadão colocou uma matéria em um jornal falando que nossas casas no Bento [distrito de Bento Rodrigues] eram barracos de lona e que estávamos aproveitando dessa situação para ganhar mais do que nos devem. São situações pelas quais não passávamos e não precisávamos estar passando (DPP2).

As pessoas de Mariana atingidas diretamente pelo rompimento da barragem, aqueles que buscaram e ainda buscam reconhecimento junto à FR para serem reparadas pelos danos sofridos, desde dezembro de 2015 se organizaram através da CABF, que tem o “intuito de unir as forças, as dúvidas e as demandas das populações atingidas e a fim de dar continuidade a um processo de reparação justa e integral” (S05). A Comissão reúne pessoas atingidas que representam os territórios de Bento Rodrigues, de Paracatu de Baixo e da zona rural (Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Campinas, Borba e Camargos) que são as regiões por onde a lama passou (S04).

Esse grupo pode ser visto como um agente com pouco poder para fazer frente aos interesses das mineradoras. Desprovidos de capital econômico e com capital cultural pouco representativo, a força deste grupo está na coletividade, que pode ser vista como um capital social, visto que formam uma rede de relações que pode produzir ganhos simbólicos para a coletividade dos participantes por se unirem na perspectiva de uma comunidade (Bourdieu, 1986; Lebaron, 2017), mas com objetivo final de conversão em capital econômico na forma da reparação de seus bens perdidos. Ademais, como diz Noah [E1], esse grupo também conta com o capital cultural do Ministério Público local, que tem sido a “prefeitura dos atingidos” (Noah [E1]), pois tudo o que conquistaram foi graças a este agente.

4.1.2.3 Poder público

O poder público é o agente no espaço social investigado que, do ponto de vista da teoria política, deveria representar a população e, neste sentido, configurar a maior possibilidade de fazer frente ao poder simbólico da Samarco. No caso de Mariana, no entanto, o poder público local é percebido como cooptado pela força das mineradoras (DA3; Ariel [E5]; Noah [E1]; Yael [E8]). Na verdade, o poder simbólico da Samarco é de tal grandeza que as pessoas passaram com o tempo a atribuir funções do poder público à Samarco, acreditando que a empresa deveria conduzir políticas públicas para a cidade (Akira [E9]; Ariel [E5]). Entendimento que foi alimentado historicamente pelos custos sociais causados pelas atividades das mineradoras e que gera um sentimento de que a empresa deve executar políticas públicas como forma de compensação.

Essa questão dos custos sociais foi relatada por alguns entrevistados e mostra que as políticas públicas acabam não sendo gerenciadas nem pelo poder público, e nem pelas empresas de mineração. Akira [E9] aborda a questão apresentando como uma contradição o fato de haver tantas mazelas como invasões, moradias em locais de risco e em condições precárias, falta de saneamento básico e energia elétrica, coleta de lixo, apesar de a cidade reconhecidamente usufruir de uma arrecadação que é percebida pela maioria dos entrevistados como suficiente para atender às necessidades da população.

[...] os complexos minerários como um todo das grandes mineradoras e a Samarco que está dentro delas, eles causam um impacto social muito grande e que nós vemos a olho nu aqui em Mariana, basta olhar ao redor da cidade, você vê as invasões, as pessoas morando em casas em locais de risco, casas com a qualidade de construção muito baixa, em condições precárias, sem fornecimento de água, sem fornecimento de esgoto, sem fornecimento de energia elétrica, sem coleta de lixo. Então pessoas vivem em condições sub-humanas aqui em Mariana, nesses locais (Akira [E9]).

Akira [E9] destaca, ainda, a superlotação da cidade e incapacidade de o sistema de mercado por si só dar conta de alocar os trabalhadores, que vem de outras localidades atraídos pela mineração (Akira [E9]; Cris [E2]; Lou [E3]), e atender as necessidades básicas do território, mesmo com o alto volume de recursos econômicos que circula no território.

Então, esse impacto social que a mineração gera e aí obviamente que não os trabalhadores diretos da empresa, a maioria das vezes os trabalhadores são indiretos de empresas, prestadores de serviços que às vezes cumprem determinados projetos e a empresa vai embora e os seus trabalhadores ficam aqui ou são mandados embora no curso do projeto e acabam não voltando para as cidades de origem. E o município não

dá conta de absorver essas pessoas, requalificá-las, recolocá-las no mercado. E as pessoas acabam morando em condições degradantes (Akira [E9]).

Ademais, Akira [E9] descreve a questão da inflação imobiliária como um custo social causado pela atividade minerária, que tem dificultado a vida das pessoas de Mariana em relação à moradia.

Hoje, lotes irregulares – sob análise imobiliária são irregulares – são vendidos a preços muito altos. Então, isso valoriza os imóveis regulares e valoriza os irregulares também. E as pessoas acabam não tendo onde morar. Então, a procura... a demanda é grande, a oferta é pequena e acaba tendo invasões e esse tipo de crescimento desordenado da cidade (Akira [E9]).

Todas essas questões relatadas por Akira [E9] são reforçadas por outros agentes como por exemplo se vê no relato Ariel [E5]:

Hoje, aqui em Mariana, por exemplo, a gente tem problemas vários...desde questão de superinflação em tudo, alimentos, aluguéis, serviços gerais. E você vê que o município tem uma renda grande, esse retorno da mineração. E hoje não tem os principais [serviços à população]... tratamentos de água, esgoto, coisas simples, que é problema constante no município. E essa questão aí também, por chegar tantos trabalhadores, sobrecarrega o município com questão de saúde, questão de... igual falei, de preços, aluguel, tudo. E isso a gente percebeu em expansões que ela fez também, vários impactos que foram ali tratados momentaneamente. Você chega com um projeto, você implanta um projeto, você precisa de mão de obra, você precisa do município, você precisa de recursos, que são ali tratados naquele espaço de tempo que o projeto fica pronto. Quando passa essa etapa de projetos que é concluído e começa a operação, isso é deixado de lado. Deixar de lado todas as necessidades básicas que precisam da sequência que toda a sociedade precisa, todas as cidades precisam, vizinhos, todos os distritos que são impactados, a gente sente que é deixado (Ariel [E5]).

Essa situação de descaso com as políticas públicas talvez possa ser mais bem entendida a partir da instabilidade do poder público local, que o impede de acumular capital para fazer frente às mineradoras. Em conversa com Yael [E8], foi possível perceber como as disputas internas dentro do campo político local, com agentes políticos lutando pelos seus interesses próprios inerentes ao jogo político, refletem essa desarticulação do poder público, um agente que no espaço de discussões sobre as questões sociais e ambientais que afetam a cidade acaba agregando pouco capital simbólico para fazer frente às empresas de mineração (Yael [OB-E8]). Essa instabilidade política é corroborada por Ariel [E5], que contou que em dois anos e quatro

meses o município experimentava o quarto prefeito à frente do executivo municipal. Houve impedimento do prefeito eleito que assumiu o cargo em 2021 e, neste caso, o presidente da Câmara de Vereadores é que assume o cargo. Como a cada seis meses muda-se o presidente da câmara, logo muda-se o prefeito.

[...] aqui a gente vê o município (...) nos últimos anos aí, problemas eleitorais, tudo, disputa política, troca de prefeito, sai prefeito, entra prefeito. E a gente viu que isso contribuiu mais ainda para que as empresas ganhassem força, porque um município sem uma autoridade, assim, representativa que tenha voz, que dê voz aos interesses da comunidade, ele acaba perdendo, e Mariana está há muito tempo perdendo com isso. Com isso, as empresas vão só ganhando mais força, mais poder (Ariel [OB-E5]).

Vê-se aqui que os representantes públicos se mobilizam em disputas internas em busca do acúmulo de capital político pessoal, o que não tem necessariamente relação com os problemas da sociedade local. Essa instabilidade traz implicações como, falta de legitimidade, falta de planejamento de médio ou longo prazo (Cris [E2]; Yael [E8]), o que dificulta a atuação do órgão em demandas das comunidades e dos atingidos (Noah [E1]). Esse tipo de a instabilidade institucional implica um poder público ausente, incapaz de executar políticas públicas mesmo havendo recursos considerados de grandes proporções para o tamanho da cidade advindos da atividade minerária (Cris [E2]; Noah [E1]).

Por conseguinte, o enfraquecimento do capital político destes agentes contribui para o aumento do capital simbólico da Samarco que, em certa medida, passa a ocupar o lugar do poder público no imaginário das pessoas como agente com autoridade para planejar e executar as políticas públicas, financiando obras, cultura, laser, e estendendo a crença de que é seu papel executar essas políticas (Cris [E2]; Haru [E6]; Ariel [E5]; Alexis [E4]). Cris [E2], por exemplo, relata a questão da água que parece ser um problema crônico na região. A distribuição da água não é eficiente em Mariana e Cris [E2] usa isso como exemplo para sugerir que a Samarco, se se preocupasse com questões sociais, poderia contribuir melhor para a solução da questão da água no município:

[...] a água, por Mariana ter muita água ainda... tem muita água, mas não é captada de forma para poder distribuir para a população de forma eficiente... então acho que isso deixa muito a desejar nesse sentido, porque não tem uma efetiva contribuição da mineração, das mineradoras no caso (Cris [E2]).

4.1.2.4 Ministério Público, Defensoria Pública e o campo dos profissionais do direito

Órgãos como Ministério Público e Defensoria Pública têm sido atuantes no processo de reparação e podem ser considerados agentes na tentativa de impor sobre a FR e a Samarco noções mais profundas sobre as questões sociais relacionadas à reparação das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem. Noah [E1], em tom de denúncia, fala daquela desarticulação do poder público local, que é tido por ele como ausente e omissa, pois precisa, na sua visão, atender agentes que estão em posições contraditórias. Por um lado, precisa atender à população, pois dali vem o capital político. Por outro, precisa atender às demandas da mineradora, pois esta é a origem do capital econômico, o qual é condição para manutenção do capital político, através de investimentos públicos. Para Noah [E1], é neste contexto que o Ministério Público é visto como agente mais relevante na luta em favor das pessoas atingidas, especificamente na figura do promotor de justiça de Mariana.

Não vejo como ajuda [poder público local]... Ele fica entre... ‘olha, vou bater em quem me sustenta ou em quem me vota?’ Aí fica naquilo: ‘eu tenho que agradar quem me vota, mas eu tenho que agradar também quem me sustenta’. E nesse jogo aí, a omissão é melhor. O caminho é a omissão. Porque ‘eu não posso desagradar nenhum dos dois’. ‘Eu não posso falar sim para os dois’[...] Ausência... para mim, é a ausência de poder público. Hoje, quem pressiona? Eu falo que a prefeitura dos atingidos se tornou o fórum, o Ministério Público. Se tudo que a gente conseguiu, tudo que a gente tem como conquista, foi por imposição do Ministério Público junto com o Judiciário. Se não for... a diferença toda nossa está na pessoa do doutor Guilherme [Guilherme de Sá Meneghin], o promotor de Mariana. Ele dá todo o suporte para a comissão, para as assessorias, tudo. Se está acontecendo, tudo está no TTAC, construído e elaborado por ele. Então, assim, aí a gente precisa de alguma coisa, recorre ao promotor. Eu falo, a prefeitura dos atingidos se tornou o fórum. Então, só o judiciário mesmo, que hoje tem dado voz mesmo para os atingidos, no geral" (Noah [E1]).

Importante notar que, tanto os representantes do MP quanto da DP estão nessa luta pela reparação dos atingidos, mas também jogam um jogo num campo específico dos profissionais do direito, um espaço que pode ser pensado como de lutas simbólicas por posições vantajosas entre esses profissionais. Akira [E9], que não é atingido diretamente, mas se mostrou defensor da causa das pessoas atingidas, como profissional do direito em Mariana descreve o que argumenta ser uma disputa dentro desse campo e que tem seus efeitos, não necessariamente ligados aos interesses das pessoas atingidas, no espaço do território em Mariana. No relato de Akira [E9] apreende-se que o MP agrega condições legais que o permite tomar a frente de um

caso tão expressivo e que gera muito capital simbólico para aqueles que estão mais bem posicionados.

O sistema de justiça como um todo... a gente viu que o Ministério Público no início tomou a frente de todas as ações, acabou tomando para si todas as responsabilidades colocando os atingidos sob sua asa, vamos dizer assim, e acabou deixando os advogados de fora, sob a justificativa que os advogados estão ali para ganhar dinheiro e não para fazer justiça. E isso criou uma situação que envolvia tanto os direitos coletivos, que na minha visão... e difusos, que na minha visão realmente é o papel do Ministério Público: o reassentamento, auxílios emergenciais, toda essa parte que envolve a sobrevivência dos atingidos e moradia, além da reparação ambiental... ele acabou lidando também com direitos individuais e isso gerou um descontentamento e uma situação que hoje depois de sete anos nem todos foram indenizados... alguns foram indenizados mas nem todos (Akira [E9]).

O trecho a seguir, também, contado por Akira [E9] esclarece melhor os efeitos dessa disputa:

Só que o nosso sistema de justiça é todo anacrônico, em questões complexas como foi rompimento da barragem. Houve discussões sobre competência onde deveria o processo seguir ou não. Então aqui em Mariana nós temos uma ação, na Justiça Federal em Belo Horizonte nós temos outra. Há um conflito entre esses dois foros inclusive hoje esse conflito vai ser decidido pelo Superior Tribunal de Justiça. As ações aqui em Mariana estão todas suspensas aguardando uma decisão do STJ sobre onde deve correr essas ações, se é aqui em Mariana ou se é na Justiça Federal em Belo Horizonte (Akira [E9]).

O surgimento de vários sistemas de indenização, os que atendem interesses dos mais diversos é descrito nos próprios relatórios da Samarco.

[...] o Programa de Indenização Mediada teve início efetivo em outubro de 2016, com o intuito de elaborar e executar um programa de ressarcimento e de indenizações. Em 2020, ocorreu uma mudança nesse cenário, com a implementação, pelo juízo da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, do Novo Sistema Indenizatório, conhecido como Novel. O Novel surgiu como uma nova modalidade de indenização concedida aos indivíduos, de forma simplificada. A partir da criação do Novel e diversos aspectos das indenizações por danos gerais passaram a ser definidos através do processo de judicialização, com base nas decisões proferidas pelo juízo da 12ª Vara da Justiça Federal (Samarco, 2022a).

Akira [E9] conta ainda sobre o processo de reparação e indica a influência desse campo dos profissionais do direito neste espaço de disputa. Revela que a OAB local tentou estabelecer

um sistema indenizatório para os atingidos com os advogados fazendo a mediação, o que, segundo Akira [OB-E9] não foi possível por falta de interesse das mineradoras e devido ao advento da FR. Neste caso, sob um ponto de vista bourdieusiano, os profissionais do direito e a OAB local estão em uma disputa específica do campo profissional com o Ministério Público pelo reconhecimento como legítimos defensores dos direitos das pessoas atingidas. Nessa disputa, para Akira [E9], as mineradoras não tiveram interesse que os advogados estivessem à frente desse processo.

A gente atuou institucionalmente tentando criar um comitê de conciliação entre os atingidos e a empresa. Infelizmente, por falta de interesse das mineradoras Samarco e suas controladoras, Vale e BHP, e posteriormente com a criação da fundação renova, não quiseram dar sequência nessa tentativa de estabelecer um sistema indenizatório para os atingidos com a OAB, os advogados fazendo a mediação (Akira [OB-E9]).

Ademais, independente de articulação por parte da Samarco, a disputa interna no campo dos profissionais do direito pode influenciar a posição destes agentes na medida em que a atuação em um caso desta proporção proporciona o acúmulo de um capital cultural significativo dentro daquele campo.

4.1.2.5 Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Cáritas

O processo de reparação também envolveu entidades sociais novas ou potencializou a legitimidade de quem já pressionava empresas mineradoras por suas atividades. Os agentes que aparecem como relevantes nesse espaço de lutas são a Cáritas e o MAB. A Cáritas é um organismo ligado à Igreja Católica que atua em projetos sociais e que, em Mariana, desempenha o papel de assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem. O MAB é um movimento social ativista pela causa das pessoas que tem suas vidas afetadas pela construção de barragens em todo o Brasil.

Não obstante a perspectiva moral que tende a formar o senso comum sobre estas entidades, do ponto de vista bourdieusiano, elas não estão fora dos jogos de disputa por posições nos espaços sociais nos quais estão inseridas. A luta de movimentos sociais nos territórios da mineração é histórica e não se limita ao processo de reparação da barragem de Fundão (DES3). Contudo, num processo como o que tem ocorrido para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem em Mariana, perpassam muitos interesses, não apenas econômicos, mas também políticos, acadêmicos, sociais, que podem se passar por desinteresse (Bourdieu, 1986), mas que dentro de cada campo específico confluem para o acúmulo de capitais que

conferem posições vantajosas. Como conta Ariel [E5], “[...] nessa última audiência que teve, a gente percebeu que foram mais movimentos, esses vários movimentos que atuam, mas, igual eu falei, cada um possui seu propósito, sua força, mas é limitado” (Ariel [E5]).

Neste sentido, a luta entre os movimentos sociais também é percebida e seus capitais predominantes, cultural e social, tendem a estabelecer suas forças de atuação. Uma luta para se estabelecer qual movimento é mais bem recebido, bem visto, ou terá o apoio da população. Lou [E3], que tem legitimidade para falar do tema devido sua formação na área de serviço social, além de uma longa história ligada a movimentos e lutas sociais, detalha melhor a participação e luta desses movimentos, e descreve o MAB como um movimento mais coletivista e historicamente mais bem preparado para defesa dos atingidos:

Eu posso estar sendo tendencioso por tudo que eu acredito, mas eu vejo que a luta que é travada pelo MAB, ela realmente gera frutos maiores e educa muito as pessoas a lutarem coletivamente. Não estou dizendo que com isso a luta que a Cáritas trava nesse território é menor ou é maior. O que eu digo é o seguinte, a forma de luta do MAB faz com que crie-se uma consciência de coletivo maior, faz com que a classe se entenda como uma classe que só terá de fato um resultado positivo se ela lutar muito no coletivo (Lou [OB-E3]).

O MAB é visto aqui como um agente mais proeminente na defesa das pessoas atingidas e com mais força e consciência de coletividade. A luta em prol da difusão da noção de coletividade é relevante neste caso, na medida em que, como será abordado na seção que trata das articulações de capitais, um processo de individualização da reparação dos atingidos pode ser compreendido como uma articulação da Samarco que, ao fazer acordos individuais promove um enfraquecimento e desmobilização das lutas e de demandas organizadas em prol da coletividade. Neste sentido, é interessante para o agente dominante, no caso a Samarco, garantir que agentes com força para mobilizar a coletividade não consigam conquistar legitimidade num espaço de lutas por direitos sociais e ambientais. Este pode ser o caso do MAB, que foi preterido para atuar como assessoria técnica dos atingidos em detrimento da Cáritas, que também é um agente com grande capital simbólico na região e com característica menos combativa. Sobre isso Lou [E3] conta:

Já ouvi várias vezes e senti na pele lá em 2015, que foi feito por parte das empresas um movimento muito grande para ver a expulsão, a impossibilidade de entrada, principalmente do MAB aqui [em Mariana], como uma instituição de apoio a seus atingidos para a reivindicação de seus direitos. E isso aconteceu e acontece o tempo todo. Eles não são quistos aqui dentro do território. Claro que também a Caritas não é

bem quista, porque ela está fazendo o papel de quem está defendendo o trabalhador, a trabalhadora atingida desse território. Mas o MAB enfrenta um certo terrorismo midiático de que é uma organização terrorista, de que é uma organização que só quer briga, de que não querem fazer de fato contato, querem simplesmente obter lucro desse processo (Lou [E3]).

Em uma observação durante a entrevista com Quinn [E10], do ramo empresarial e que fala claramente como agente envolvido no jogo do campo econômico, foi possível corroborar o que Lou [E3] contara. Quinn [E10] é agente no campo econômico num estado de consentimento, que é a condição para a dominação do espaço de lutas (Bourdieu, 2013) construído por um processo de, nos termos de Lou [E3], “apaziguamento” que fundado na dependência econômica da Samarco, bem como em valores ligados à religiosidade local, promove o afastamento de agentes como o MAB, a inibição de lutas coletivas e consentimento para as ações da Samarco, além da concentração dos interesses apenas no jogo do campo econômico. Conforme conta Quinn [E10]:

[...] teve pessoas também que, às vezes, não queriam brigar tanto, falar tanto. Mas aí vem aquelas associações, aqueles grupos de pessoas: ‘Não, a gente tem que exigir isso, exigir aquilo’. Eu acho que tornou, assim, muita ganância através desse rompimento (Quinn [E10]).

A Cáritas foi escolhida pelos próprios atingidos para desempenhar o papel de assessoria técnica no processo de reparação (DES1). Numa perspectiva bourdieusiana, no entanto, essa escolha também não deve ser compreendida fora do processo histórico, das condições de produção dessa escolha. A Cáritas é uma organização ligada à igreja católica e, por isso, acumula um capital simbólico muito representativo para o território de Mariana, um território que, além da mineração, é marcado por uma religiosidade significativa. Mariana foi a sexta diocese brasileira, instituída em 1748, e se tornou arquidiocese em 1928, um lugar onde “se ergueram sólidos os umbrais da Religião Católica” (S06). São diversos templos centenários e que carregam uma arquitetura do período colonial (OB2) com uma história que, em parte, é estruturante dos modos de vida naquele território.

Neste sentido, um movimento social fundado em uma ideologia mais alinhada aos valores religiosos daquele espaço, com um ar mais “apaziguador” (Lou [E3]), no caso a Cáritas, tende a ter a preferência em relação a um movimento ideologicamente mais combativo e comprometido com lutas para além dos valores morais estabelecidos, no caso o MAB. Neste sentido, o agente dominante daquele espaço, a Samarco, diante da obrigatoriedade de admitir a entrada de um movimento social para atuar diretamente no processo de reparação (DA8), pode

articular seus capitais para que seja aquele que ofereça menos riscos a sua posição de dominação.

4.1.2.6 Agentes do campo acadêmico

Pesquisadores diversos estão presentes no território minerado e podem ser vistos, do ponto de vista da tese, como agentes, que como todos os demais têm seus interesses. Neste sentido, foi possível localizar ações de alguns grupos de pesquisa atuantes principalmente no processo de reparação. O que serviu de base para esta investigação foi, prioritariamente, a RPRD que surgiu, em 2018, como resultado de articulações entre diferentes grupos de pesquisas, os quais estavam vinculados a universidades públicas e realizando trabalhos de pesquisa e extensão a fim de participar na compreensão e construção de conhecimento sobre as relações em torno do rompimento da barragem. A RPRD é composta pelos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e pesquisas Socioambientais vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (GEPSA/UFOP); Centro de Referência em Direitos Humanos vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (CRDH/UFJF); Centro de Direitos Humanos e Empresas vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (HOMA/UFJF); Núcleo de Estudo, pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (Organon/Ufes); e Núcleo política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (POEMAS/UFJF) (DA7).

Trabalhos de outras duas redes de pesquisa foram mapeados, as redes ComRio ComMar (CRCM) e Rio Doce Mar (RDM). O CRCM tem como foco municípios do ES e o RDM tem como foco o impacto à vida marinha costeira (RPRD, 2018). O escopo de trabalho destas redes sugeriu a concentração em observar apenas a RPRD como agente do espaço social sob investigação, na medida em que a RPRD tem origem e foco mais centrado na região de Mariana, apesar de não se limitar a ela. Vale notar que a escolha por analisar documentos produzidos pelo grupo RPRD foi principalmente pelo fato de cumprirem o papel de agente - no caso, a academia - no espaço social sob análise na tese, ou seja, com presença ativa nos territórios contribuindo, conforme o próprio grupo afirma, com a decodificação de documentos, com filtro das informações, bem como apoiando as comunidades atingidas em suas demandas (DA7). Não obstante, suas contribuições teóricas também são articuladas nas interpretações desta tese.

Com a participação ativa deste grupo de pesquisadores no território de Mariana entende-se que os documentos (relatórios e/ou artigos acadêmicos) produzidos por eles podem ser entendidos como textos que contam sobre o relacionamento da Samarco com as comunidades

de Mariana sob o ponto de vista de um agente que está no espaço social de lutas proposto nesta tese, bem como no campo científico. O campo científico é também um espaço de lutas relativamente autônomo, dentro do qual seus agentes estão num jogo com suas regras, e onde suas posições são determinadas pela quantidade de capital científico acumulado (Bourdieu, 2004). A atuação de acadêmicos como os da RPRD como agentes no espaço de lutas do território da mineração e nas disputas sobre sustentabilidade devem ser analisadas levando-se também em consideração suas lutas e interesses internos, suas posições na estrutura, o acúmulo de capital simbólico.

Neste sentido, o GEPSA, que deu início a essa frente de trabalho, e que é resultado dos esforços de pesquisadores da UFOP, universidade pública em Ouro Preto-MG, atua “como um grupo de apoio às pessoas atingidas e de resistência acadêmico-institucional frente à utilização da universidade para atender interesses do mercado” (DA6). A referida rede se referêcia como possibilitadora de uma “interlocução em nível de excelência acadêmica” (DA6) tendo seu capital simbólico reconhecido por diversos agentes, tais como, atingidos, assessorias técnicas, MP e DP (DA6). Nos termos da tese, trata-se de um agente de fora do campo econômico, que tem seu poder vinculado ao capital cultural intelectual e que nas disputas sobre sustentabilidade se posiciona contra o agente dominante que é a Samarco.

4.1.2.7 Outros agentes

Outros agentes com posições menos preponderantes para os objetivos da tese puderam ser percebidos como agentes no território em Mariana. A Aciam é uma instituição ligada aos interesses de setores empresariais não necessariamente com ligação direta com a mineração. Trata-se de uma entidade que tem poder representativo perante o grupo de agentes empresariais que contam com o setor de mineração para dinamizar a economia local e, por isso, tende a se posicionar no campo econômico de forma a se associar sempre que possível à Samarco. Como conta Yael [E8]:

[...] desde que se instalou na cidade, ela [a Samarco] sempre fez parte do cotidiano da cidade. E quando eu falo fazer parte do cotidiano da cidade, é participar ativamente nos eventos. [...] Ela sempre foi parceira da Associação Comercial, de eventos esportivos, eventos culturais, trazendo cultura para a população, trazendo uma assistência para a população (Yael [E8]).

A mídia local também pode ser considerada agente que participa deste espaço. Foi possível apreender uma influência significativa de veículos de comunicação local, os quais, na

visão de Cris [E2], tem vinculação financeira com as empresas de mineração que pagam propaganda, ou não tem disposição ou intenção de enfrentar as mineradoras. Em conversa sobre esse agente Akira [E9] explica que,

a mídia chega através dos veículos de comunicação aqui da cidade, de uma forma bem positiva para a empresa. Então é sempre nesse sentido, de mostrar que é uma empresa que gera emprego, é uma empresa que gera arrecadação de tributos. Então ela compra alguns espaços na mídia, tanto de áudio, no caso das rádios, Rádio Ouro Preto, Rádio Mariana, quanto também nos jornais Ponto Final, Panfletos, etc... então, fazendo propaganda de que é uma empresa sustentável. Mas aquela mídia aquele marketing raso, aquele marketing com pessoas felizes, mostrando fotos de pessoas felizes, sorrindo e falando que é uma empresa que investe no futuro. Mas, futuro de quem?... (inaudível)... Quem tem uma análise mais crítica se questiona e quem não tem, acaba vendo aquele marketing bonito, bem feito, no sentido visual e de cor e as pessoas acabam... (Akira [OB-E9]).

A fala de Olive [E7] em uma conversa após a entrevista, uma pessoa da classe trabalhadora que não está engajada politicamente, e que se informa por essa mídia local ajuda a entender a explicação de Akira [E9]. Olive [E7] diz que:

é através dessas mídias que a gente, às vezes, chega a essas informações. [...] Aqui dentro de Mariana, a Rádio Mariana, né? E tem a Rádio Itatiaia também, que muitos escutam a Rádio Itatiaia. [...] Jornal impresso tem o Panfletos e tem o Ponto Final” (Olive [OB-E7]).

Os relatos sobre a mídia local criaram um sentido em linha com as primeiras impressões constituídas pelo pesquisador ainda antes do início do trabalho de campo. Na ocasião, realizei busca em alguns sites de notícias da cidade de Mariana, quais sejam, os jornais “O Espeto” e “Portal da Cidade”, os quais a princípio pareceram ser influentes na região, bem como nos sites da Prefeitura e da Câmara Municipal de Mariana e não encontrei com facilidade notícias que se referissem à situação das pessoas atingidas, ou relacionadas ao processo de reparação conduzido pela FR ou, ainda, sobre as relações entre mineração e meio ambiente. Durante o trabalho de campo, obtive um exemplar impresso do jornal “Ponto Final”, citado pelos entrevistados como relevante na região, edição 1.403, e também não encontrei menções relacionadas a temas relacionados à mineração ou processo de reparação. O processo de reparação e disputas em torno da atividade minerária parece não fazer parte da comunicação midiática local para as pessoas não atingidas em Mariana.

4.1.3 Espaço social e *habitus*

Esse espaço de lutas em torno da atividade minerária já tem sido tratado por alguns pesquisadores como um espaço social na perspectiva bourdieusiana, um campo de lutas em torno da atividade de mineração (Araújo, 2021; Robayo, 2012; Zucarelli, 2021). Argumento que este espaço, o qual pode ser apreendido em Mariana, guiado pela lógica de um campo econômico, mas com características particulares relacionadas à atividade minerária (Robayo, 2012), configura um espaço social dominado pelas empresas mineradoras, no caso desta tese a Samarco, no interior do qual outros agentes de outros campos, acadêmicos, profissionais do direito, poder público, movimentos sociais, estão em disputa com a Samarco pela definição do que importa sobre questões sociais e ambientais, ou seja, pela definição da noção legítima de sustentabilidade.

Depreende-se que há uma dimensão, um lugar particular onde ocorrem disputas no âmbito da mineração. Grande parte da sociedade não tem consciência da mineração, a não ser a partir de desastres como os ocorridos em Mariana e Brumadinho, o que revela uma certa autonomia deste espaço, que pode alicerçar a ideia de um campo econômico da mineração. Como contam pesquisadores da RPRD:

Se para grande parte da sociedade brasileira a mineração passou a existir como uma questão apenas após os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração em Mariana (2015), pertencente à Samarco, à Vale e à BHp Billiton, e Brumadinho (2019), pertencente à Vale, o problema mineral faz parte da realidade de populações espalhadas em todas as regiões do Brasil há bastante tempo. Enfrentar o conflito mineral, de forma coletiva, se materializou em lutas de diferentes maneiras e naturezas (DA4).

Essa pouca consciência acerca da questão minerária por parte das pessoas em geral é condição para a dominação. Nos termos de Pierre Bourdieu, o mal reconhecimento, por parte dos agentes dominados, da arbitrariedade que sofrem é o que garante o reconhecimento do dominante como detentor de poder simbólico (Bourdieu & Wacquant, 1992). O território da mineração impõe uma forma de organização social e econômica peculiar, que captura desde o processo educacional, que por vezes concentra a formação e capacitação para áreas relacionadas à mineração; são agentes políticos que trabalham ou já trabalharam na mineração e compartilham o *habitus* deste campo nas decisões da gestão pública; são muitas pessoas estrangeiras aos territórios que chegam atraídas pela mineração e desintegram a cultura local. Trata-se de uma transformação, uma imposição de uma nova organização social e econômica

que, uma vez inculcada nas pessoas daquele espaço, passa a ser o modo de vida indiscutível, inevitável, “um mal necessário” (DA5).

A crença de que a vida no território só é possível de uma forma, uma *doxa* que é expressa muitas vezes sob o discurso da “vocação minerária” (DA2; Akira [E9]), “um discurso muito reducionista de que existe uma voca o minerária e, então, por isso nós temos que liberar as atividades da empresa de qualquer forma, sem contrapartidas, sem condicionantes, sem mitiga o de impactos” (Akira [E9]). A atividade minerária, os discursos, além da invasão de grande quantitativo de estrangeiros, aos poucos v o desintegrando a cultura local, o que favorece a inculca o do *habitus* do território minerado. Para Alves *et al.* (2020),

[...] as comunidades não precisam sequer ser retiradas dos seus territórios para que seus territórios sejam tirados delas, pois aos poucos vão perdendo seus hábitos, a liberdade de usar as vias públicas e o direito   paisagem a que estão acostumadas, tornando-se comunidades atingidas e em conflito. Nesse contexto, pode-se constatar que as formas de organiza o social e econômica em territórios de minera o tamponam a resistência, pois qualquer economia alternativa   minera o, como a agricultura familiar, por exemplo, passa a ser invisibilizada. Em algumas localidades, todo ensino técnico   voltado para a capacita o para o trabalho na minera o. Também no campo político, observa-se que em algumas localidades a maior parte dos agentes políticos (de todos os poderes) já trabalharam na minera o, de modo que essa forma de ver o mundo está enraizada nas empresas, na sociedade e no Estado (Alves *et al.*, 2020, p. 54).

E continua:

[...] a chegada de grande quantidade de pessoas de fora (uma massa de trabalhadores forasteiros), sem vínculo afetivo e histórico com a região, tende a destruir a cultura local, interferindo nos modos e projetos de vida da comunidade (Alves *et al.*, 2020, p. 54).

A naturaliza o da minera o, o *habitus* minerário, sustentado pela ideia do desenvolvimento, e também de desenvolvimento sustentável, pode também ser pensado como suportado pela no o de sustentabilidade economicamente orientada e difundida por organiza es e entidades multilaterais dentro da perspectiva capitalista e reproduzida pelas empresas mineradoras.

[...] em Minas Gerais observa-se uma certa naturaliza o da minera o, o que se reflete no próprio nome do estado e de vários municípios, como, por exemplo, Catas Altas, Ouro preto e Ouro Branco. Essa naturaliza o se reflete também na rela o produzida entre a popula o e a minera o, sustentada pela ideia de “desenvolvimento do país”, que habita o imaginário daqueles que trabalham, que pretendem trabalhar ou que

desejam que seus filhos trabalhem nas grandes mineradoras. A mineração em Minas Gerais vem se beneficiando desse imaginário da população e utilizando de todos os recursos materiais e simbólicos para capturar a subjetividade do povo mineiro (Alves *et al.*, 2020, p. 96).

Esse *habitus* minerário, essa *doxa* da vocação mineral implica também uma *doxa* da sustentabilidade, ou seja, um conjunto de crenças inquestionáveis sobre a sustentabilidade. A *doxa* da sustentabilidade neste espaço é estruturada sob uma perspectiva economicamente orientada, uma sustentabilidade tecnocêntrica (Gladwin *et al.*, 1995), fraca (Zanoni *et al.*, 2021), que nos termos bourdieusianos é praticada segundo as regras do campo econômico, de tal modo que o capital que é valorizado é o econômico, mesmo que tenha-se que aceitar as mazelas sociais e a destruição da natureza. Como conta Akira [E9], “a visão que as pessoas têm aqui na cidade são sempre dos impactos econômicos, que na maioria das vezes são positivos na medida que proporciona emprego e arrecadação de impostos e CEFEM [Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais] para o município” (Akira [E9]).

Trata-se de uma *doxa* da sustentabilidade baseada em uma análise de relação custo-benefício econômico como um pilar aceitável para se estabelecer o que importa a respeito de questões sociais e ambientais. Nas palavras de Cris [E2], “[...] é uma questão praticamente de simbiose: a mineração vem, explora, paga o que tem que pagar e fica por isso mesmo” (Cris [E2]). Esse tipo de crença parte sempre da noção de que o econômico é o que importa, enquanto a degradação ambiental e social são custos necessários para garantir o desenvolvimento do território. Do ponto de vista discursivo, essa é a imposição da noção legítima de sustentabilidade, ou seja, uma sustentabilidade economicamente orientada e preocupada com o social e o ambiental apenas se não comprometer o lucro econômico. Uma noção de sustentabilidade economicamente orientada que é formada no espaço da mineração, não como intenção, mas a partir das “disposições adquiridas que fazem com que” as práticas de sustentabilidade possam ser interpretadas como orientadas “em direção a tal ou qual fim, sem que se possa dizer que elas tenham por princípio a busca consciente” (Bourdieu, 2008, p. 164).

A naturalização da mineração, uma simbiose (Cris [E2]), uma vocação minerária (Akira [E9]), e, conseqüentemente uma sustentabilidade economicamente orientada e apenas mitigadora dos problemas sociais e ambientais é condição para os efeitos do poder simbólico da Samarco. Para que a dominação simbólica ocorra é preciso que ambas as partes, dominantes e dominados, compartilhem as mesmas categorias de percepção e avaliação (Bourdieu, 2008, p. 168). Aqueles que discordam a respeito da sustentabilidade praticada pela Samarco, os que não estão no jogo econômico da mineração, são rechaçados como conta Akira [E9]:

E quem contesta isso, é criticado e toma a pecha de que é contra o progresso. Mas na verdade o progresso não se resume a geração de renda e de emprego. Na minha visão o progresso significa qualidade de vida. Na medida que a gente tem uma melhor qualidade de vida a gente vai ter progresso, independente de que forma que seja. E os índices para o cálculo da qualidade de vida eles não são puramente econômicos. Não é o tanto que o município arrecada e nem o tanto de emprego que a empresa gera. Existem outros indicadores que devem ser colocados nesse cálculo, que são os indicadores ambientais, qualidade do ar, qualidade da água, a própria vida, o ambiente que a gente vive, o trânsito, a qualidade dos serviços públicos. Então tudo isso deve ser colocado em questão (Akira [E9]).

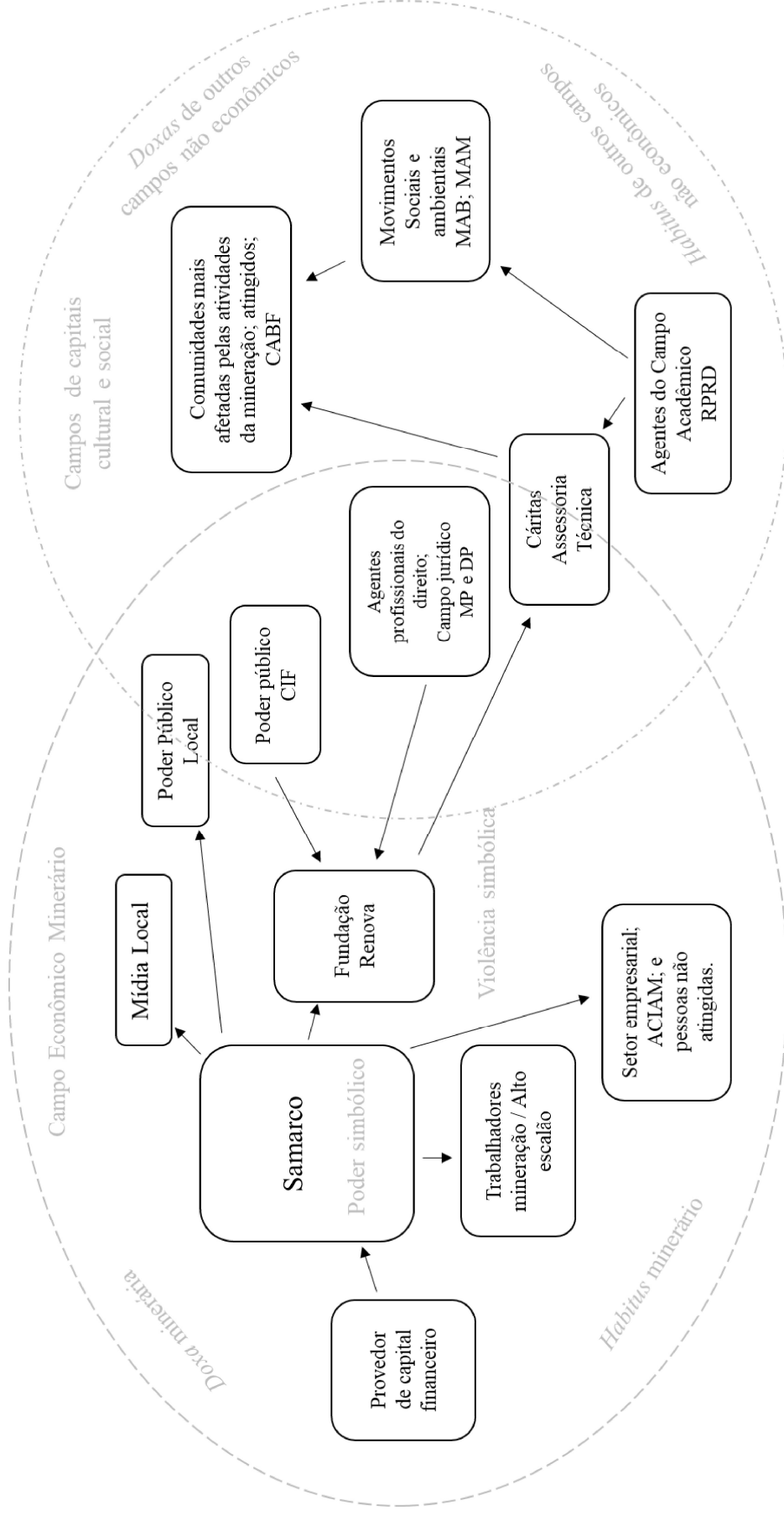
É nesse contexto que ocorre a violência simbólica, que não é violência física e que se vale do poder simbólico acumulado pelo dominante, que ao dissimular as relações de força nas disputas sobre questões sociais e ambientais, impõe a noção legítima de sustentabilidade. Que se vale ainda da cumplicidade do dominado, o qual vê como natural as representações e ideias sociais dos dominantes (Vasconcellos, 2002), neste caso, vêem como natural as ideias sobre sustentabilidade produzidas pela mineradora no território. É como consente Cris [E2]: “para a mineração é necessário que se faça essa degradação ambiental. Isso é fato, destrói o meio, isso não tem nem que ver” (Cris [E2]). Ou como foi possível apreender no discurso acadêmico em DA2:

[...] os impactos e danos causados pela mineração nos territórios e nas comunidades não estão necessariamente vinculados à ocorrência de desastres, porque são inerentes a essa atividade econômica. Basta a chegada da mineração no território para que os seus efeitos danosos sejam sentidos pela população: na oferta e qualidade da água; no aumento do custo de vida (notadamente moradia e alimentação); na produção de desigualdade socioeconômica, violência e conflitos nas comunidades; no controle da população; na destruição da cultura local para promover a narrativa do 'desenvolvimento (DA2).

Com base nos elementos apresentados é possível apreender um espaço de lutas, composto por agentes de distintos campos, que lutam pelas questões sociais e ambientais em Mariana. Este espaço é historicamente dominado pela Samarco através do poder simbólico que possui. A Figura 6 apresenta um diagrama representativo do espaço social em Mariana. Nele os agentes estão dispostos em função da maior vinculação com o campo econômico minerário ou com os campos de capital cultural. As setas indicam o sentido predominante das relações de força.

Figura 14

Espaço social das lutas em torno da sustentabilidade em Mariana



4.2 A DINÂMICA DOS CAPITAIS DA SAMARCO E DE OUTROS AGENTES NO TERRITÓRIO DE MARIANA

Nesta subseção apresento como os capitais são articulados nas disputas relacionadas às questões sociais e ambientais no âmbito do caso Samarco. Os capitais econômico, cultural e social são mobilizados pela Samarco historicamente de formas disfarçadas e dissimuladas (Bourdieu, 2008) para manutenção da posição dominante no espaço social.

4.2.1 O capital econômico e a dependência da mineração

4.2.1.1 A acumulação do capital econômico

O capital econômico é acumulado historicamente pelas empresas de mineração nos territórios minerados e os relatos de acadêmicos, agentes presentes no território minerário, ajudam a identificar esse processo. Trocate e Alves (2020), analisaram a conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil caracterizaram a atividade minerária como modelo de extração caracteristicamente colonial, que se estende desde o período de colonização do Brasil, passando por transformações relevantes no período do surgimento da empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – ainda enquanto estatal na metade do século XX – e chegando a um modelo, que para os autores, é de reprimarização econômica, nos últimos trinta anos, ou seja, um regresso a formas econômicas extrativistas mais primárias. Em suma, trata-se do funcionamento da economia nacional com base primordialmente na venda de commodities agrícolas e minerais com foco no resultado positivo da balança comercial (Trocate & Alves, 2020).

Trocate e Alves (2020) ainda argumentam que, após séculos de extração no período colonial, a criação da CVRD não representava mudança na premissa básica da atividade minerária que era a exploração com característica colonial, ou seja, um tipo de extração que tira os recursos naturais de um país pobre para suprir as necessidades e ampliar as riquezas de países desenvolvidos (Trocate & Alves, 2020). No final do século passado, a privatização da CVRD, que coincide com o fim do período desenvolvimentista no Brasil, marca para os autores o surgimento do modelo baseado no equilíbrio da balança comercial que, como argumentam os autores, empobrece as regiões mineradas (Trocate & Alves, 2020).

Os autores defendem que a atividade mineral apresenta problemas estruturais fundados (1) no uso intensivo dos bens naturais, (2) na superexploração da força de trabalho e (3) em uma rede ideológica que estimula a dialética – entre periferia e centro – permanente (Trocate & Alves, 2020). Neste sentido, o setor de mineração acumula muito poder, pois é tido como essencial por ser uma atividade que está na base de um tipo de poder compartilhado pelo Estado e pelos detentores do capital financeiro (Trocate & Alves, 2020).

As marcas do acúmulo e articulação de capital econômico por parte das grandes corporações do setor de mineração podem ser identificadas ao longo deste desenvolvimento histórico. A dependência econômica da atividade minerária é um elemento reconhecido por praticamente todos os agentes em territórios onde ocorre a mineração (Alves *et al.*, 2020; Milanez *et al.*, 2019; Trocate & Alves, 2020).

4.2.1.2 A articulação do capital econômico

A dependência econômica da atividade minerária pode ser percebida também em Mariana com uma influência marcante da Samarco que através da articulação do capital econômico exerce sua dominação. As histórias constituídas nas entrevistas e nos documentos revelam algumas formas que podem ser compreendidas como articulação do capital econômico que são destacadas aqui.

4.2.1.2.1 Monopolização da geração de renda da cidade

A articulação do capital econômico da Samarco em Mariana pode ser apreendida como uma forma de articulação mais dispersa e difícil de perceber pela simples tendência de monopolização da geração de renda na cidade. Relatos como o de Olive [E7] quando quer se referir aos benefícios econômicos que a empresa proporcionou e proporciona à cidade quando diz que a Samarco trouxe “rendimento”, ou quando se refere aos impostos gerados e aos valores que circulam na cidade e movimentam a economia evidenciam a dependência econômica que a cidade tem, não só da mineração, mas especialmente da Samarco: “[...] ela trouxe um bom rendimento para a cidade, sempre trouxe. Com relação aos impostos. E são muitos funcionários de Mariana. Então, aquele custo era um gasto daqui mesmo, dentro da cidade” (Olive [E7]). Situação compartilhada por Akira [E9], que conta que “a visão foi sempre de uma empresa que gerava renda e proporcionava empregos para a cidade” (Akira [E9]).

O capital econômico, neste caso não apenas da Samarco, mas de outras mineradoras também, impõe sua força sobre o território em Mariana também de forma indireta através do domínio econômico sobre o setor de saúde. Para Alexis [E4], que por ter envolvimento com atividades sindicais acompanha de perto questões relacionadas à saúde dos trabalhadores da mineração, os efeitos da dominação na renda da cidade podem ser percebidos também no setor de saúde, uma vez que os profissionais de saúde tendem a subestimar doenças dos trabalhadores na medida em que sua renda principal é oriunda de seguros de saúde financiados pelas próprias mineradoras.

A gente tem um outro problema muito grande que a gente identifica, é que os trabalhadores que procuram médicos na nossa região, muitas vezes não conseguem laudos realmente que dizem a realidade, porque muitos dos médicos estão no plano de saúde da empresa também. Então acaba que se os médicos começam a afastar, começam a dar laudos que... não seria... favoráveis não seria a palavra certa..., mas laudos que realmente atestam a doença do trabalhador, acabam que são retirados do plano de saúde e tudo mais (Alexis [OB-E4]).

No mesmo sentido, foi possível observar, na conversa com Lou [E3], que a cooptação dos profissionais dessa área do Serviço Social, que vinculados ao setor de mineração ganham altos salários (7, 9 mil reais) sendo que, em situações normais, teriam condições de trabalho e salário “precarizados”, como forma de estimular o “apaziguamento” (OB1). Apaziguamento, que ecoa também em falas como a de Quinn [E10], pessoa do ramo empresarial e sem relação direta com a atividade minerária, e que expressa todo seu consentimento em relação aos problemas sociais e econômicos causados pela Samarco em troca dos benefícios econômicos que acredita proverem para o território, quase que exclusivamente, em função da existência da empresa no território.

Eu, no meu ver, tem uns marianenses aqui que muitas vezes reclamam, falam: ‘ah, Samarco prejudica aqui Mariana, não sei o que...’. Eu falei assim, ‘gente, tudo que você usa hoje depende de minério’. Eu acho que as mineradoras são importantes, elas são super importantes, é um papel assim, essencial, e Mariana é rica em minério. Então eu acho que tinha que ter uma... acho que uma relação mais próxima assim, da comunidade com a mineradora, para eles exporem mais o trabalho e o benefício que ele [o trabalho da Samarco] traz para a cidade, que ela [a Samarco] traz para a cidade, entendeu? (Quinn [E10]).

4.2.1.2.2 A não diversificação econômica como forma de articulação

A diversificação econômica aparece como uma demanda histórica e que seria o contraponto para atenuar a capacidade da Samarco e outras empresas mineradoras de dominar o espaço da mineração através da mobilização de capital econômico. Nos levantamentos realizados por um grupo de trabalho, o GR Mineração/Minas do Projeto Brasil Popular (DA2), que realizou discussões em encontros compostos por pessoas de diversos grupos sempre ligados ao tema mineração, e que teve como objetivo apresentar propostas e diretrizes sobre a questão da mineração no Brasil, a diversificação econômica aparece como um dos principais pontos de mudança necessário.

Alega-se que, apesar de movimentar a economia local, “a geração de empregos na mineração tem limites, pois o número de postos de trabalho criados diretamente é pequeno em relação ao tamanho do investimento de capital. Além disso, a modernização e o desenvolvimento tecnológico vêm reduzindo as necessidades de força de trabalho” (DA4). Foi possível observar, no entanto, que a diversificação econômica é um desafio e tem se limitado apenas a um discurso. Como conta Haru [E6]:

Mineração toda tem a data limite de paralisar suas atividades. E isso causa para nós [...] muita preocupação, porque, o que vai ser da cidade depois? Pode ser que venha a ser uma cidade fantasma no futuro, a gente não sabe. Como é que vai estar a economia, se vai ser diversificada. Muito se fala em diversificação da economia, mas até o momento não se viu nenhuma política pública e nada a respeito disso. Só se fala, mas nada de concreto até agora foi feito (Haru [OB-E6]).

Como agente dominante do campo, a manutenção do *status quo* é o interesse da Samarco. Dentro das regras do jogo do campo econômico da mineração a Samarco tende a atuar em busca da manutenção da dominação no campo e a simples inércia da empresa em relação a promoção da diversificação pode ser pensada como uma articulação do seu capital econômico, na medida em que o empresa para concentrar as oportunidades de renda para a população. O discurso acadêmico a partir de trabalhos no território aponta essa concentração quando conta que:

A dependência também se traduz nessas regiões na afirmação de que ‘tenho que trabalhar na empresa’, sendo uma realidade que precisa ser superada com a discussão com os trabalhadores e a construção de alternativas de emprego [...]. As *mineradoras monopolizam a geração de renda local* [grifo nosso], e, com isso, perdem-se as alternativas, que ficam secundarizadas e relegadas (DA2).

No âmbito do processo de reparação outras formas de articulação do capital econômico passam a ser empreendidas pela Samarco, as quais, aliadas às formas históricas que já estavam entranhadas no *habitus* minerário local, buscam a manutenção do poder simbólico da empresa diante de um momento de contestação de sua legitimidade por parte da sociedade. Algumas dessas articulações puderam ser observadas no âmbito da atuação do CIF, através de narrativas documentais relatadas pelas suas câmaras técnicas.

A diversificação econômica como demanda histórica para enfrentar a dependência econômica foi um dos pontos que ganharam evidência. O próprio acordo TTAC estabeleceu a diversificação econômica como uma ação necessária por parte da Samarco, de tal modo que o tema foi incorporado ao processo de reparação como um programa socioeconômico a ser conduzido pela FR com o objetivo de

implementar estratégias para o desenvolvimento de outras atividades econômicas na região que promovam a diminuição de sua dependência com relação à indústria minerária, estimulando o surgimento de novas indústrias na região, baseada em alternativas tecnológicas de base sustentável e capaz de promover uma maior integração produtiva da população (S08).

É possível notar, contudo, como a Samarco tem mobilizado capital econômico para reestabelecer atividades que já existiam antes do rompimento da barragem e se apropriar dessa articulação como promoção de diversificação econômica. Esse movimento pode ser visto nos esforços da FR para retomar as operações de produção de leite em Mariana, consideradas pela CTEI como estratégias para a diminuição da dependência da indústria minerária na região. Em setembro de 2017, a CTEI contextualiza a proposta da FR, relativa à retomada do Laticínio de Mariana, como estratégia para diversificação econômica e resgata uma breve história da criação de um complexo de produção de leite em Mariana-MG.

O laticínio foi implantado em 2009 com esse objetivo [agregação de valor à produção local]. A implantação foi viabilizada com recursos da Prefeitura no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Município tendo sido no Distrito Agroindustrial implementado naquela ocasião, com o mesmo objetivo de promover a diminuição da dependência da mineração. Para sua gestão foi criada uma Cooperativa predominantemente de agricultores familiares. [...] Vale destacar que a bovinocultura de leite é também a principal atividade praticada pela maioria dos produtores que foram atingidos pela lama oriunda do rompimento da barragem do Fundão (D05).

A CTEI se posicionou a favor da continuidade do processo ressalvando apenas a necessidade de inserção de uma empresa especialista em laticínios no processo e o apontamento

de como os cooperados existentes serão inseridos no processo. No entanto, o que se apresenta como um esforço por parte da FR para diversificação econômica, pode ser problematizado em função de que o rompimento da barragem gerou grandes implicações para a produção de leite na região, destruiu fazendas, equipamentos, matou animais leiteiros, reduzindo a renda de diversos produtores e até inviabilizando a continuidade da produtividade. Como conta um ex-presidente de associação de produtores de leite da região, entidade pela qual o produto dos associados era distribuído em diversos distritos da cidade de Mariana:

Toda a estrutura que montamos foi comprada em conjunto graças à associação. Nós chegamos a vender 10 mil litros por dia e um único ponto de coleta, o que é raro. Agora as pessoas perderam a capacidade de produção. Muitos já desistiram da atividade (N1).

Neste sentido, vê-se que a atividade de produção de leite, historicamente estabelecida em Mariana e com participação representativa na geração de renda local (N1) não pode ser vista como diversificadora da econômica. O capital econômico aqui mobilizado contribui para a manutenção do *status quo*, servindo para a Samarco se apropriar do processo de reparação para o acúmulo de capital simbólico.

Outras articulações realizadas através da atuação da FR ajudam a entender que o capital econômico da Samarco e suas controladoras continua sendo mobilizado para manutenção de sua dominação, só que através da FR. Para a Cáritas, a FR “aproveita dos recursos técnicos e econômicos que possui para impor um programa de indenização extrajudicial sem transparência e garantias às pessoas atingidas” (DES2). Além disso, a Cáritas conta que a FR “utiliza de sua influência sobre o procedimento da Fase de Negociação Extrajudicial (FNE) [parte do processo de reparação] para que essa se prolongue no tempo” (DES2).

Tema correlato e que ajuda a evidenciar a não diversificação econômica foi o problema para operacionalizar a contratação de mão de obra local para os trabalhos de reparação. A CTEI, ao avaliar relatórios da FR sobre o programa de estímulo à contratação local, corrobora a falta de diversificação econômica ao constatar que não há mão de obra produzida historicamente no território para além da atividade minerária. Conforme Lou [E3] e Akira [E9] já haviam relatado, a cidade forma mão de obra quase exclusivamente para a atividade de mineração. Essa escassez de qualificação em outras áreas não é ao acaso, mas resultado do processo histórico de reprodução da cultura minerária dominante nas escolas e no cotidiano das pessoas do território. Tudo gira em torno da atividade minerária, de tal modo que a dependência da mineração não proporcionou historicamente a diversificação resultando, neste momento, na falta de diversidade de mão de obra local.

[...] em outubro de 2017, a Renova contratou 305 profissionais dos quais apenas 88 encontravam-se nos municípios diretamente impactados, ou seja, 29%, um valor ainda modesto. A justificativa para este baixo índice de contratação pode estar na necessidade de contratação de mão de obra especializada (D06).

O MAB em seu relatório sobre o desastre, reforça elementos que também apontam para os efeitos da mobilização do capital econômico da Samarco. O relato diz que o órgão responsável por fiscalizar barragens de mineração era mantido com recursos de *royalties* da mineração. Ou seja, a Samarco, mesmo indiretamente, articulava capital econômico de modo que o fiscalizador era dependente economicamente do agente a ser fiscalizado (DES3). Ainda para o MAB, em novembro de 2020, cinco anos após o rompimento, as ações da empresa apenas reforçavam a situação de dependência econômica das pessoas em relação à empresa, uma vez que não havia resultados acerca de reestruturação produtiva e econômica das famílias. Como conta o MAB,

Até hoje não há qualquer programa em andamento de reestruturação produtiva e econômica para as famílias. Pelo contrário, as que recebem auxílio emergencial se tornaram dependentes, não havendo por parte das empresas nenhuma política de transição, apenas anualmente a ameaça de corte (DES4).

Lou [E3], por sua vez, apresenta uma compreensão de que, mesmo diante da ruptura em relação ao capital simbólico da Samarco após o desastre, a atividade minerária se transmuta em busca da manutenção de sua dominação no território. Ao falar do rompimento da barragem da Samarco, Lou [E3] toca na questão da continuidade dos lucros econômicos e destaca uma espécie de pulverização, o surgimento de várias pequenas mineradoras, o que é entendido por Lou [E3] como um processo planejado para explorar mais regiões de forma mais rápida. Lou [E3] conta que:

[...] as empresas conseguiram se refazer dentro daquilo que é a expectativa do acionista, que é lucro [...]. Assim que passou o baque do ano de 2015, 2016, essa vem sendo crescente [expectativa de lucro], mesmo com toda oscilação internacional, propaganda errada desse minério, mas parece que a demanda continuou. E o que nós entendemos de imediato, que fica muito visível, é a ampliação da exploração. Houve uma parada ali pelo ano de 2017, de lá para cá aumentaram demais as mineradoras menores, que era uma coisa que lá atrás a Samitri e a Samarco fizeram, enfrentando a grande mineração, a grande mineradora do Estado brasileiro, que era a Vale, e hoje várias e várias outras menores ligadas a essa estão espalhadas por todo o município [...]. E só ampliou o

afetamento do território [...] parece que eles estão coadunando agora, nesse momento, com esse território aqui, principalmente nos últimos três anos (Lou [E3]).

Finalmente, há de se destacar que, mesmo diante dessa dominação histórica, alguns posicionamentos durante o processo de reparação revelam um esforço e articulação de capital contra a Samarco. O entendimento do CTEI (D07) revela uma noção de sustentabilidade que confronta a noção imposta pelas mineradoras, ou seja, aquela em que a dimensão econômica é colocada como centralidade nas decisões. Foi possível observar que, para o CTEI, o critério para o volume de investimento no programa de diversificação econômica não deve ser econômico, mas deve se basear na necessidade imperiosa de reparação aos danos causados. É este sentido que há aí uma demonstração de força de um agente frente à Samarco, tentando impor e subverter a noção de sustentabilidade economicamente orientada. Ao tratar do projeto de diversificação econômica conduzido pela FR no âmbito do processo de reparação, o CTEI, impõe que:

Nenhuma das iniciativas do Programa deve ser limitado ao volume de investimentos e/ou ao tamanho de equipe disponibilizada. Trata-se de um processo de reparação/compensação de danos onde o volume de investimentos e equipes devem ser dimensionados de acordo ao diagnóstico da realidade (D07).

4.2.1.2.3 Emprego de recursos para conservação de monumentos

O emprego de recursos financeiros diretos para restauração e manutenção de igrejas e monumentos históricos, que têm custo muito elevado (Noah [E1]) – vale lembrar que a cidade tem uma arquitetura histórica representativa –, bem como para patrocínio de eventos culturais é visto por Noah [E1] como uma forma da Samarco exercer um poder na cidade podendo ser apreendido também como mais uma forma da Samarco articular capital econômico em busca da manutenção de sua legitimidade. Quando os valores não eram empregados diretamente nos projetos, ainda assim a empresa era vista como financiadora na medida em que a arrecadação do município é historicamente suportada com os tributos da Samarco. Conforme conta Noah [E1]:

[...] as igrejas, os monumentos, essas coisas de restauração, manutenção, o custo é muito alto. E ela tinha esses programas, né, de recuperar a igreja ou patrocinava eventos culturais. Então tinha essa... e sem falar que a arrecadação do município... oitenta por cento da arrecadação do município, em torno de 80%, né, girava em torno dela [da

Samarco]. Então, assim, aí, até o que não era de programas de incentivo deles ou de investimento na área cultural... os investimentos saíam desse dinheiro [valor arrecadado em tributos da Samarco] (Noah [E1]).

4.2.1.2.4 Emprego de recursos para ações sociais e ambientais de forma mitigatória

Lou [OB-E3], compreende a sustentabilidade como algo além do desenvolvimento econômico aliado a ações de mitigação dos problemas sociais e ambientais e fala, em tom de denúncia, que a forma de atuação da Samarco em relação à sustentabilidade é apenas um processo mitigatório a partir de coações pontuais. Aqui pode-se compreender a articulação do capital econômico nas ações como financiamento de programas sociais, de lazer e cultura, bem como no apoio com equipamentos às prefeituras para manutenção em vias, essas muitas vezes desgastadas pela própria atividade da mineradora. Como conta Ariel [E5], corroborando essa ideia, "o pouco que ela [Samarco] fazia", conseguia "suprir as necessidades de todos ao redor".

Esse tipo de articulação retroalimenta a expectativa das pessoas que vivem no território sobre o papel da Samarco nas políticas públicas, ajuda a inculcar essa noção de sustentabilidade criticada por Lou [E3], aquela baseada no desenvolvimento econômico aliada à mitigação dos problemas socioambientais, ensejando um processo de apropriação e manutenção do seu capital simbólico.

Na verdade, é um processo mitigatório [responsabilidade social da Samarco] e ele é pontual. Acontece lá um programa anual que destina uma verba para custeio da existência de ONGs, de projetos do terceiro setor; um show musical na época tal no município tal; um apoio com maquinário para as prefeituras fazerem uma melhoria numa via, que essa mineração mesmo que está impactando tanto, e que está trazendo a degradação dessa via daquele espaço (Lou [E3]).

4.2.1.2.5 Financiamento à pesquisa científica

Uma forma de articulação de capital econômico que tem interseção com o campo acadêmico refere-se à influência nas atividades de pesquisa para estabelecer uma posição dominante sobre o campo acadêmico. Diante de restrição de recursos públicos para o financiamento de pesquisas, o investimento por parte de grandes corporações para financiar pesquisas através da estrutura governamental – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas

Gerais (Fapemig) – tende a situar as pesquisas alinhadas aos interesses corporativos, inclusive com efeitos negativos em pesquisas relacionadas a investigar os impactos da própria mineração. Sobre isso inclusive, a Fapemig promoveu convênio junto à Vale, uma das controladoras da Samarco, por exemplo, o qual buscava apoiar projetos de pesquisa para “o desenvolvimento de pesquisas alinhadas aos interesses da Vale S.A., do setor de mineração e do Estado de Minas Gerais” (DA3).

A dependência econômica da atividade minerária é uma característica histórica nos territórios explorados. Agentes acadêmicos que atuam no território apontam a minério-dependência como uma situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um local na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios alheios (DA2). O fato é que o volume de recursos econômicos acumulados nas grandes transnacionais do setor de mineração torna essas empresas muito poderosas e dominantes em cidades e comunidades pequenas.

O poder acumulado pela Samarco nesta forma de capital tende a impor, tanto uma dominação e tentativa de conversão desta forma de capital para outras formas, cultural, social e simbólico, dentro do campo econômico da mineração, quanto uma dominação na disputa pela noção legítima de sustentabilidade com os agentes de outros campos presentes no território da mineração. Isso porque, conforme sugere Pierre Bourdieu, os campos de capital cultural são dominados pelo poder político e econômico exercido de maneira estrutural através de mecanismos tal como o mecanismo de mercado (Bourdieu, 1990).

4.2.2 O capital cultural

4.2.2.1 Acumulação do capital cultural

O capital cultural está mais relacionado a agentes individuais e menos a agentes institucionais, porém ele pode ser apropriado simbolicamente (Bourdieu, 1986). No caso da Samarco, a acumulação de capital cultural tem se constituído como riqueza cultural a partir da reprodução de uma cultura minerária ao longo de sua história em Mariana. Na forma incorporada em sua cultura organizacional que influencia as formas de agir, pensar, gostos, espaços de esporte e lazer típicos de funcionários da mineração (DA5). Na forma objetivada, em objetos materiais culturais da cidade que são apropriados disfarçados em forma de projetos. Ou ainda na forma institucionalizada através de certificados, prêmios, e outras qualificações,

forma que implica uma competência oficialmente reconhecida que envolve uma "magia performativa do poder de instituir" (Everett, 2002, p. 63).

Antes do rompimento da barragem, por exemplo, a Samarco detinha um conjunto de premiações extensivo, tais como: empresa do ano na categoria Mineração de grande porte pela Revista Brasil Mineral; Selo *Benchmarking* Brasil e Prêmio Reconhecimento de Excelência – Projeto Taboa Lagoa na categoria Projeto Socioambiental concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2012; eleita, em 2014, pelo segundo ano consecutivo como a Melhor Mineradora e a segunda Maior Mineradora do País pela Revista exame; pela quarta vez entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil no Guia Você S/A; reconhecimento no *Ranking Benchmarking* 2013 – 12.^a Edição do Programa *Benchmarking* Brasil; dentre muitos outros (Samarco, 2015).

O capital cultural não é o capital preponderante para a Samarco no campo econômico da mineração. Não obstante, a acumulação deste tipo de capital cumpre o papel de valorização dos bens simbólicos, na medida em que é no universo do simbólico que se garante a legitimidade para a manutenção da dominação no território da mineração. Neste sentido, passo a destacar algumas formas de articulação do capital cultural pela Samarco no território de Mariana.

4.2.2.2 Articulação do capital cultural

4.2.2.2.1 Influência na formação escolar e profissional

O capital cultural permanece sempre marcado por suas primeiras condições de aquisição, tais como as características de uma classe ou região (Bourdieu, 1986). Em Mariana pode-se apreender que, similarmente à reprodução do capital cultural das classes dominantes pelo sistema educacional, conforme propuseram Bourdieu e Passeron (1992), ocorre uma espécie de reprodução do capital cultural minerário. Uma articulação da cultura minerária que é inculcada desde cedo nas crianças que, como conta Cris [E2], desde pequenas são doutrinadas.

Um programa da Samarco, vigente em 2014, chamado “Cidadão do Futuro” que teve por objetivo, segundo a Samarco, “contribuir para a melhoria da qualidade da educação em municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo” (Samarco, 2015, p. 47) e que desenvolvia atividades como “qualificação de professores, melhoria na gestão escolar e oficinas complementares com alunos” (Samarco, 2015, p. 47) demonstra que a empresa atua diretamente no processo de reprodução da cultura minerária no ambiente escolar, inclusive, moldando as

formas de atuação das escolas e influenciando na priorização dos conteúdos. Como é dito pela Samarco, o programa previa a realização até mesmo de “avaliações e diagnósticos sobre os métodos de ensino utilizados nas instituições” (Samarco, 2015, p. 47) .

Além de influenciar no sistema básico de ensino, a Samarco tem participação ativa na determinação do que deve ser aprendido no sistema de formação profissional do território. Os trabalhos do, já mencionado, GT-Mineração apontam que “em algumas localidades, todo ensino técnico é voltado para a capacitação para o trabalho na mineração” (DA2). Esse processo de reprodução da cultura minerária e imposição de uma cultura legítima é identificada também nos relatos de acadêmicos do território, que afirmam que como resultado dos debates com diversos agentes do território, não só estão presentes na vida escolar como também moldam o debate sobre mineração nas escolas:

As reflexões sobre Educação e Mineração colocaram em evidência as estratégias e práticas historicamente presentes na relação das corporações mineradoras com a educação e com as instituições de ensino, a natureza do debate sobre mineração nas escolas situadas em territórios minerados e os referenciais a serem adotados (DA2).

Cris [E2] conta que essa influência ficou evidente durante o processo de reparação, quando a FR precisou contratar profissionais da construção civil para reconstrução das comunidades atingidas, mas a cidade carecia de mão-de-obra no setor, uma vez que concentra sua formação em cursos voltados para suportar as atividades de mineração:

[...] Com as obras da Fundação Renova, houve uma demanda muito grande de profissional que o município de Mariana não ia conseguir fornecer, principalmente porque nosso viés é na mineração e nós não temos mão de obra para a construção civil, isso é um fato. Tanto é que as escolas técnicas, SENAI... O que nós temos aqui é tudo voltado para a área de mineração, nós temos SENAI aqui que tem técnico de elétrica, técnico de mecânica, salvo engano, e alguns cursos profissionalizantes nessa área voltados para mineração, até então a gente não tinha capacitação para a mão de obra da construção civil (Cris [E2]).

Essa questão do envolvimento das mineradoras com a educação nos territórios pode ser vista como uma articulação de capital historicamente promovida pela Samarco, é a reprodução no ambiente escolar da cultura minerária que domina o território. Ao ouvir Noah [E1], foi possível corroborar que se trata um processo histórico de influência da Samarco que “sempre promoveu sua imagem dentro das escolas, patrocinando eventos, participando de apresentações e palestras” (Noah [E1]). Ademais, a Samarco adotava a estratégia de levar os alunos para visitar as estruturas da organização, bem como as áreas mineradas como forma de ,desde muito

cedo, ir inculcando um *habitus* minerário nas pessoas daquele espaço social. Como contou Noah [E1]: “tem a participação dela, por exemplo, que tinha na semana das crianças, que dava o lanche, ou pegava os alunos nos seus ônibus e levava os alunos lá para conhecer as estruturas, que é tudo gigantesco, é uma coisa gigantesca” (Noah [E1]).

4.2.2.2.2 *Influência nas atividades culturais*

Uma outra forma de articulação de capital cultural pode ser apreendida quando a Samarco participa de ocasiões que reforçam sua imagem enquanto empresa responsável e relevante para a cidade. Noah [E1] explica que “[...] havia sim a presença dela [da Samarco] em inauguração de monumentos, inauguração de praça pública, que teve apoio, que teve recurso, patrocínio” (Noah [E1]). A apropriação dos bens culturais do território se apresenta como mais uma forma de articulação de capital e impõe novos sentidos a tais bens, como foi o caso da estação ferroviária de Mariana.

A estação ferroviária de Mariana ou Estação Parque, “é um complexo cultural composto pela Praça Lúdico-Musical, elo Espaço Museográfico e por vagões fixos localizados nos arredores do prédio” (S03). Um patrimônio cultural da região que foi apropriado pela Vale (uma das controladoras da Samarco), não apenas como forma de promoção de sua imagem, mas como apropriação e transformação da cultura local (Sousa, Maranhão, & Sena, 2018). A famosa Maria Fumaça, que faz passeio turístico entre Mariana e Ouro Preto, passou a ser reconhecida no território como “Trem da Vale” (DA12; OB1).

4.2.2.2.3 *Influência nas pesquisas científicas*

Uma forma de articulação e dominação do capital cultural ocorre na interseção com o campo científico. Conforme já mencionado, as mineradoras se valem da escassez de recursos econômico públicos para aplicação no desenvolvimento de pesquisa científica no Brasil para capturar os sistemas de financiamento à pesquisa (DA3). Aqui, do ponto de vista da articulação do capital cultural, as empresas mineradoras se valem da legitimidade do discurso científico para ganhar lucros simbólicos como se ações de reparação e o conhecimento daí construído pudessem ser apropriados pelas empresas para a construção de suas imagens. Elas pautam temas de pesquisa e até impõe cláusulas de confidencialidade (DA6). A apropriação do capital

científico serve para conversão em capital cultural e simbólico. Como é dito por acadêmicos do território:

já que para defender seus interesses as empresas mineradoras podem utilizar os serviços [acadêmicos] disponíveis no mercado, contratando outras empresas para atender às suas demandas, o acionamento da academia passa a funcionar como um selo de certificação ou de chancela para suas práticas, sob a alcunha do cientificismo. Ou seja, o uso das universidades, por parte das empresas mineradoras e da Fundação Renova, no processo de reparação no caso de Fundão, tem o condão de comprometer grupos de pesquisa e pesquisadoras/es autônomas/os com os seus interesses, garantindo o controle sobre a produção do conhecimento e mobilizando a ciência para justificar seu *modus operandi* (DA6).

Acadêmicos do território ainda contam que Vale e Samarco atuam historicamente capturando à comunidade acadêmica, o capital científico, para atender seus interesses, seja para desenvolver pesquisas direcionadas à suas demandas específicas, seja para se valer do discurso científico como forma de acumular e manter seu capital simbólico, ou ainda para influenciar em decisões que impactam a sociedade e que dependem do campo acadêmico. A FR e as mineradoras assediam grupos de pesquisa e universidades "a fim de terem as suas condutas validadas pelo discurso científico" (DA10, p. 130), o que no caso do rompimento da barragem chegou a promover o que os autores chamam de uma "guerra de laudos" (DA10, p. 130). Nos termos dos autores, esse é o "uso do discurso científico como dispositivo para justificar as práticas corporativas danosas à natureza e à sociedade, além de manter o setor distante da crítica social" (DA10, p. 126).

O capital cultural é acumulado de forma menos direta e mais lenta do que o capital econômico (Bourdieu, 1986). As articulações mencionadas são historicamente constituintes das relações de força no território de Mariana de tal modo que colocam a Samarco em uma posição vantajosa na hierarquia dos detentores de capital cultural, mesmo não sendo um agente de um campo de capital cultural. Além da dominação econômica que é preponderante nas disputas do espaço minerário, a articulação e acumulação de capital cultural confere à Samarco uma quantidade de capital simbólico relevante para fazer frente a agentes de outros campos de capital cultural, como o campo acadêmico, político, de lutas sociais, que lutam pela imposição de uma noção de sustentabilidade não centrada na dimensão econômica.

O acúmulo do capital cultural é importante para a Samarco nas disputas pela noção legítima de sustentabilidade, pois esse tipo de capital é o mais propício a ser convertido em capital simbólico. Bourdieu (1986) explica que as condições sociais de transmissão e aquisição

do capital cultural são mais disfarçadas o que o torna mais predisposto, do que o capital econômico, “a funcionar como capital simbólico, ou seja, a não ser reconhecido como capital e ser reconhecido como competência legítima, como autoridade exercendo um efeito de (mal)reconhecimento” (Bourdieu, 1986, p. 18). É neste sentido que, por exemplo, as pessoas que estão envolvidas na *doxa* do campo minerário podem reconhecer a autoridade da Samarco, mesmo diante da ruptura reputacional causada pelo desastre da barragem de fundão. A história de Noah [E1] sobre o apoio de grande parte das pessoas de Mariana à Samarco após o rompimento da barragem ajuda a apreender esse sentido:

Portanto, que até mesmo com o rompimento houve uma manifestação, houve um sentimento de defesa dela [da Samarco]. Muitas pessoas fizeram até uma manifestação "volta Samarco"... teve um movimento, os comerciantes colocaram... Alguns colocaram faixa em solidariedade a ela [à Samarco], por estar fechada, depois do rompimento. Então, assim, você vê o nível de trabalho que a empresa tinha em manter a imagem dela na cidade (Noah [E1]).

4.2.3 O capital social

4.2.3.1 Acumulação do capital social

O capital social da Samarco se acumula na forma de capital político na medida em que consegue se apropriar da representação política, originariamente concedida a representantes políticos locais, e produzir lucros não econômicos, de tal modo que pode ser vista inclusive como responsável pela proposição e execução de políticas públicas. Se acumula também através de redes de pessoas, normalmente empregados e pessoas do setor empresarial, que estão ou querem estar vinculadas de alguma forma a Samarco por acreditarem se beneficiar simbolicamente desta vinculação.

4.2.3.2 Articulação do capital social

4.2.3.2.1 Dominação exercida pelo setor minerário sobre o poder público

Há uma estreita relação entre o capital econômico das empresas de mineração e o poder político no território minerado. Não obstante a dominação econômica da Samarco sobre o poder público local em Mariana devido o cenário de dependência econômica, outro tipo de

mobilização de capital social pode ser visto pela acumulação e articulação de capital político. O capital político como uma espécie de capital social se dá pela apropriação privada de bens e serviços públicos, bem como pela perpetuação nas estruturas do poder público (Bourdieu & Wacquant, 1992; Bourdieu, 2008). No caso da Samarco, esta forma de articulação pode ser pensada como a tomada da posição dos agentes do poder público tornando-se capaz de influenciar e até determinar, não apenas diretrizes que lhe favoreçam, mas até as políticas públicas do território.

Essa articulação, não necessariamente direta da Samarco, mas também a partir da Vale, ocorre através da forte influência sobre a formulação de leis e regulamentos, da intervenção de grandes corporações do setor de mineração na flexibilização de licenciamentos ambientais e de normas trabalhistas e tributárias, as quais, muitas vezes, foram alicerçadas em processos de sucateamento de órgãos públicos, bem como em financiamentos a políticos durante processo eleitoral, os quais atuam em prol do setor minerário em troca de financiamentos (Milanez *et al.*, 2019). Em 2014, por exemplo, 78,4 % dos deputados federais e estaduais do estado de Minas Gerais foram eleitos com financiamento de empresas do setor de mineração sendo que alguns ocupam, inclusive, cargos em comissões relacionadas a questões minerárias e ambientais (N08; Milanez *et al.*, 2019). Milanez *et al.*, (2019) salientam que, apesar das mudanças na legislação eleitoral que vetam este tipo de financiamento, muitas decisões relacionadas à legislação ambiental são de períodos anteriores à proibição.

Pesquisadores no território ainda relatam a estratégia conhecida como porta giratória que possibilita as empresas mineradoras acesso e influência às decisões de entidades públicas relacionadas a seus interesses.

Esta tática consiste na circulação de funcionários das empresas para cargos de confiança no governo, ou na contratação por grandes empresas de servidores públicos que estiveram em cargos públicos estratégicos. Tais práticas têm sido largamente utilizadas pelo setor mineral, tanto em escala estadual (ao menos em Minas Gerais) como federal. Por exemplo, no estado de Minas Gerais, Sávio de Souza Cruz, que foi Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre 2015 e 2016, havia sido fundador da Ambio Geologia e Engenharia Ambiental Ltda., empresa que prestava consultoria ambiental para mineradoras. Mais recentemente, Aline Faria Souza Trindade, ex-chefe de gabinete e ex-vice-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), pediu uma licença de dois anos e, durante esse período, foi contratada pela Anglo American para viabilizar o licenciamento ambiental da expansão do Projeto Minas-Rio (DA10).

Milanez *et al.*, (2019) descrevem mecanismos que contribuem para as empresas de mineração exercerem influência junto ao poder público em prol de seus interesses. Relatam a dependência econômica do poder público em relação às mineradoras, chamada pelos autores de estruturalismo material, no qual os políticos são incentivados a priorizarem a lógica do crescimento econômico para garantirem seu capital político e, para isso, estão dispostos a atenderem às demandas de grandes corporações, às quais são atribuídos, sob tal lógica, os méritos do crescimento (Milanez *et al.*, 2019).

Outro elemento que revela a dominação das empresas de mineração sobre o poder público refere-se a um processo contínuo de migração de representantes do alto escalão entre órgãos públicos e mineradoras. Milanez *et al.*, (2019) mostram alguns exemplos de pessoas que atuaram no alto escalão de órgãos públicos relacionados à questão ambiental também atuaram em posições estratégicas em empresas de mineração ou ligadas à mineração. Aliada a isso, destaca-se ainda o *lobby* dentro das instituições públicas com indicação e participação de representantes de mineradoras em conselhos participativos de órgãos ambientais, revelando uma estrutura ampla de influência das mineradoras em instituições que devem cumprir o papel de regulamentar as atividades daquelas.

O âmbito do processo de reparação, também em termos de capital social apresenta-se como relações de força distinta que proporciona compreensão para o espaço social. A própria assinatura do TTAC e a criação da FR podem ser apreendidos como articulações políticas, uma “jogada política” como contou Cris [E2], da Samarco em busca da manutenção de sua situação dominante em um momento de ruptura de sua legitimidade. O TTAC reforça o domínio que a Samarco, bem como outras empresas da mineração, exercem sobre o poder público na medida em que a empresa controla a execução de atividades que estariam na alçada decisória da gestão público. Para o MAB:

[o TTAC] repassa para a FR, controlada pela própria Samarco, a execução das atividades. Ou seja, o Estado e Governos repassam a implementação das políticas para a Empresa, num claro processo de privatização da gestão pública, de captura da democracia, uma vez que essas empresas não estão subordinadas a critérios de participação popular e elegibilidade, apenas estão pautadas pela maximização de lucros (DES3).

Uma estratégia que, mesmo sob crítica, tem efeito simbólico na medida em que foi possível apreender também o desejo, por parte de pessoas de Mariana, de que a FR assumisse o papel do Estado na execução de políticas públicas como no caso da distribuição da água, saneamento básico, construção de hospitais (capital simbólico Samarco). A conversa com Haru

[E6] revela: “Mariana não tem esgoto tratado, não tem água de qualidade. E era uma coisa que a Fundação Renova devia fazer como compensação. Não é nem de reparação, porque aqui foi o foco, o epicentro da tragédia foi aqui” (Haru [OB-E6]).

4.2.3.2.2 Na interação com o campo dos profissionais do direito

Uma forma de articulação de capital social percebida foi a tentativa de cooptar o agente DP para participar de um programa estabelecido nos moldes da empresa durante o processo de reparação. Um agente interno da Defensoria Pública conta que as empresas buscaram, no início do processo de reparação, inserir o órgão em um dos programas de reparação instituídos pelo TTAC, o Programa de Indenização Mediada (PIM), como forma de legitimar suas ações de reparação. Em reuniões entre Samarco e DP, a empresa sugeriu que os defensores deveriam estar presentes nos escritórios regionais para prestar “apoio jurídico”, fazer a “validação dos critérios” e “validação da contratação da medição” (DPP1). É a empresa tentando utilizar sua imagem, um aspecto do capital simbólico, por meio de sua “força política e econômica” (DPP1), ou capital político e econômico, para impor sua dominação, mesmo diante de um momento de ruptura do seu poder simbólico. Como contam os defensores públicos:

Logo no início do planejamento e execução do PIM, as Defensorias Públicas foram procuradas pelas empresas, ocasião em que os primeiros esboços do programa foram apresentados. Solicitava-se, à época, a disponibilização de Defensores Públicos em tempo integral nos escritórios de atendimento em um modelo de atendimento fechado e predeterminado. O referido ‘auxílio’ [grifo do autor] foi negado de imediato, sob a justificativa de que, antes de tudo, a Defensoria Pública precisava compreender as balizas do programa de indenização. A estratégia da presença de uma instituição de justiça, seja MP ou DP, dentro do programa serviria como legitimador das ações a serem promovidas. Tal participação irrefletida foi imediatamente objetada pela DPES, posição que foi seguida posteriormente pela DPU e DPMG” (DPP1).

4.2.3.2.3 Na interação com o campo científico

A Samarco também articula capital social e converte-o em dominação nas relações com o campo científico quando a alta gestão da Samarco é historicamente formada por egressos da UFOP. Pesquisadoras do território que atuam em apoio aos atingidos destacam a relação

histórica entre a UFOP e as empresas minerárias, dado que é uma universidade que forma os profissionais da alta gestão da Samarco. Na época do rompimento, por exemplo, o próprio diretor presidente era formado pela UFOP. Apesar de esse fato não ser um problema em si, pesquisadores, a partir de suas experiências relatam que a reação da UFOP nos dias seguintes ao rompimento da barragem resumia-se a silêncio e atividades para minimizar a percepção do tamanho do desastre, disponibilizando o capital simbólico acadêmico em prol da Samarco.

[...] nossa experiência institucional durante os meses que sucederam ao rompimento da barragem de Fundão possibilitou verificar que essa relação tão próxima entre a UFOP e as empresas mineradoras levou a universidade a tomar predominantemente duas posturas após o rompimento da barragem de Fundão: para o público externo, manteve um injustificável silêncio em relação ao que havia acontecido e, para o público interno, realizou várias atividades em que se reafirmava a segurança das barragens de rejeitos da mineração e tratava o desastre como um “acidente”, atribuído à época a um tremor de terra que sequer chegou a ser confirmado como causa do rompimento da barragem (DA6).

Percebe-se que esse vínculo entre universidade e Samarco gera benefícios simbólicos para ambos. Ter o apoio institucional de uma universidade pública, detentora de grande capital simbólico e dominante no que diz respeito ao capital científico naquele espaço social, pode ser considerado um capital social que imputa o simbolismo da cientificidade também à Samarco.

4.2.3.2.4 Distinção social promovida no território

Uma articulação que pode ser pensada como capital social por parte da Samarco e que em longo período se converteu em capital simbólico é a divisão entre as pessoas que trabalham na Samarco e as que não trabalham. Os benefícios econômicos promovidos pela Samarco ao longo da história aos seus empregados acabavam promovendo uma distinção social na cidade. Esse aspecto retrata uma posição distinta que coloca a classe dos trabalhadores, estratificados ainda de acordo com a posição hierárquica que ocupam na organização, em situação de privilégio perante os demais naquele território. Condição que reforça o desejo generalizado das pessoas em Mariana de um dia trabalharem na empresa, de fazerem parte deste grupo que ocupa uma posição melhor no território minerado. A formação desta rede distinta pode ser apreendida no relato de Noah [E1] que, ao contar sobre benefícios conferidos a funcionários da Samarco refere-se a um verdadeiro “*apartheid*”:

E era muito assim também, meio que, vou dizer assim, nós tínhamos ali um... indiretamente, o nosso *apartheid* aqui. Vila da Samarco, prédios da Vale, Vila da Vale, um bairro só de funcionários da Vale. Então, assim, havia assim, se você era funcionário das mineradoras, os comércios se abriam as portas, se fazia tudo. E aí a presença nesses bairros, nessa manuten... ela tinha o seu bairro próprio, que é a Vila da Samarco. A chefia, o alto escalão, os funcionários dela moravam em suas próprias vilas. No seu próprio bairro. Aí a assistência aos serviços públicos era feita por ela [Samarco]. E isso coloca como na contabilidade de serviços sociais, serviço para a comunidade. Ela tinha a sua escola lá (Noah [E1]).

Noah [E1] conta que esse seletivo grupo de trabalhadores da Samarco frequentava espaços muito específicos como clubes espaços de lazer próprios para eles e mercados. Esses espaços distintos conferiam às pessoas autorizadas que estarem ali um capital por estarem vinculados a essa rede de relações, um capital social (Bourdieu, 2007b). Noah [E1] conta um pouco mais sobre esse processo:

E tinha aqui, também igual, tem o sindicato, tem o clube, tem o clube da... Clube de piscina, sauna, quadra, campo, dos seus funcionários. Tinha o supermercado deles. Quando a Vale era estatal. Então, assim, tem um sindicato com um clube próprio. Se é funcionário da Vale ou da Samarco, você podia estar no clube. Então, assim, era muito bem... Separado. [...] por muitos anos, por uma coisa aí de regra do patrimônio, não poderia construir casa... não pode construir casa acima de dois andares. Em Mariana, você não vai ver prédio. Os únicos prédios que existiam por muitos anos no entorno da cidade eram os prédios da Vale. São vários blocos de prédio, acho que é de cinco andares. Cinco ou quatro andares, não tenho certeza. Mas é... não é tão grande também. Mas era um prédio construído pela Vale para os seus funcionários. Então, assim, está entendendo o conceito de separado? Não é pela cor, era pelo uniforme. A diferença é essa (Noah [E1]).

A história de Alexis [E4] reforça essa marca de distinção presente na cidade de Mariana e que é reproduzida historicamente pelas empresas mineradoras. Alexis [E4] conta que:

Antigamente, a gente tinha logo na entrada da cidade ali...Vai acabar se misturando, Vale e Samarco, que no final das contas é a mesma empresa...a vila da Vale ali, uns predinhos logo na entrada de Mariana, que até então foram construídos pela Vale. Nós temos na saída de Mariana, depois do Antônio Pereira [localidade em Mariana], uma vila chamada Vila Samarco. Foi a Samarco que construiu essa vila para os funcionários (Alexis [E4]).

Ainda, foi possível depreender a partir dos relatos de agentes pesquisadores no território a atuação não apenas da Samarco, mas das mineradoras em geral, para garantir a afiliação de parte das pessoas e aumentar a rede de apoiadores:

não é incomum que em territórios onde a mineração está instalada aqueles que não participam de movimentos grevistas recebam agrados das empresas, como, por exemplo, o apoio financeiro para festas de aniversário e casamento. Além disso, em muitas localidades existem *clubes de trabalhadores* [grifo do autor], por meio dos quais as empresas exercem verdadeiro controle sobre o comportamento dos seus funcionários, tanto em relação ao consumo de bebida alcoólica quanto sobre as relações de amizade com pessoas *indesejadas* [grifo do autor], como é o caso dos sindicalistas (DA2).

Argumento que esse vínculo entre pessoas que compartilham um estilo de vida considerado superior no território, morando em vilas próprias, com escolas, serviços de saúde, lazer, condições muito específicas oferecidas pela Samarco (Noah [E1]; Alexis [E4]), forma uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas (Bourdieu & Wacquant, 1992) que confere a posse coletiva de um capital social, do qual se auferem lucros simbólicos por estar vinculado a ela (Saint Martin, 2017). O investimento da Samarco na criação dos meios que tendem a formar este grupo pode ser pensado como uma articulação de capital econômico. No entanto, o aspecto central aqui é a acumulação pelos trabalhadores dessa distinção que é convertida em capital cultural e ou econômico de forma muito lenta.

Do ponto de vista da Samarco, os lucros simbólicos da formação dessa classe distinta se refletem na instituição de uma rede de apoio a suas atividades. A empresa amplia seu capital simbólico quando consegue que parte da população se mantenha solidária em relação à exploração mineral e passe a defender as atividades da empresa em função dos lucros desta afiliação (Bourdieu, 1986). Mesmo que não seja um grupo formal, como membro de uma classe profissional ou de um clube, há uma classe de pessoas que têm expectativa de ganhos por estarem afiliadas a um grupo que concorda com as ações e fala a mesma língua do agente dominante, no caso a Samarco. Neste sentido, tem-se aí a possibilidade de acumulação de capital social, pois até as formações mais amplas, no contexto de bairros e comunidades, podem ser concebidas como redes que conferem capital social (Lebaron, 2017) .

4.2.4 Limites e lutas por participação

Não obstante a literatura contábil sobre *accountability* reconhecer a participação como elemento fundamental de um processo de *accountability* corporativa e da produção de *disclosures* de sustentabilidade capazes de promover *accountability*, sob a lente teórica bourdieusiana, a compreensão da *accountability* corporativa passa pela reflexão sobre o processo participativo. As condições sociais nas quais se reproduzem as relações de força entre a Samarco e outros agentes são marcadas por lutas que determinam a participação em função dos capitais possuídos pelos agentes do espaço social e em função de como esses capitais são articulados para manutenção ou subversão da ordem dominante.

O acúmulo de capital simbólico por parte de agentes dos campos de capital cultural capaz de promover maior participação, ele mesmo requer maior envolvimento político e atuação coletiva. Neste sentido, o processo participativo é produto e produtor das condições sociais históricas de produção das relações de força no espaço social em Mariana. As comunidades em busca de aumentarem sua participação em processos decisórios corporativos que lhes afetam, ou seja, de serem capazes de expressar suas demandas e de terem-nas levadas em conta nas decisões das grandes corporações minerárias, engendram relações de força no espaço social com outros agentes.

Nesta seção, procura-se apreender como as articulações de capitais podem condicionar a existência e o funcionamento de espaços participativos nas relações entre a organização e o as comunidades em Mariana. Ademais, são descritas algumas mobilizações de capital por parte de agentes representantes da sociedade civil, que podem ensejar maior participação das comunidades nas decisões da Samarco relacionadas a questões sociais e ambientais que atingem o território minerado.

4.2.4.1 Estratégias restritivas da participação

As articulações de capitais descritas até aqui, as quais refletem a dominação da Samarco no espaço social em Mariana, implicam em restrição da participação da sociedade e comunidades em decisões corporativas que lhes afetam. Foi possível perceber que parte das pessoas que vivem em Mariana, agentes dominados no campo econômico da mineração, compartilham um conjunto de disposições historicamente constituídas em função dos capitais possuídos pela Samarco. Como explica Bourdieu (2008), para que a dominação simbólica ocorra é preciso que ambas as partes, dominantes e dominados, compartilhem as mesmas

categorias de percepção e avaliação as quais são produto da incorporação de estruturas objetivas (Bourdieu, 2008).

Neste sentido, as relações de força no território permitem a Samarco, através da reprodução da dependência econômica, da apropriação e transformação da cultura local e da constituição de redes socializantes, reproduzir as condições históricas de dominação no espaço minerado e de imposição de uma noção de sustentabilidade economicamente orientada, associada a investimentos socioambientais mitigatórios. Trata-se de um processo histórico que sustenta o poder simbólico da Samarco por meio da reprodução de uma *doxa* minerária, uma crença, uma doutrina (Cris [E2]), uma lei geral incontestada de que Mariana tem uma “vocação minerária” (Akira [E9]), aquele estado de consentimento que reconhece a Samarco como autoridade e que reproduz as condições sociais para o processo participativo.

A seguir discorro sobre dois aspectos apreendidos nesta investigação que ajudam a demarcar a constituição do processo participativo no espaço sob investigação: (1) distanciamento e (2) desarticulação da coletividade. Ademais, a análise desta seção tem sua atenção mais voltada para o período posterior ao rompimento da barragem, apesar de não se restringir a ele, na medida em que as condições de produção das relações de força e das possibilidades de participação parecem ter sofrido mudanças nesse período que contribuem para melhor compreensão do processo de *accountability*.

4.2.4.1.1 Distanciamento entre empresa e território

Chamo de distanciamento o processo de relação cada vez mais distante das empresas de mineração em relação às comunidades, processo destacado em Alves *et al.*, (2020), e que pode ser visto como processo inerente às articulações de capital historicamente constituídas no território minerário. Um distanciamento que ajuda a estabelecer, de forma dissimulada porque se vale de trocas simbólicas que tem como característica o desinteresse que disfarça o interesse (Bourdieu, 2008), condições favoráveis à restrição da participação das pessoas de territórios atingidos. Trata-se de uma estrutura e *modus operandi*, no qual os detentores de capital da Samarco estão difundidos e escondidos por traz de estruturas financeiras que se desdobram em controladoras e grandes fundos de investimentos, contribui para estabelecer um distanciamento entre o centro de decisões das mineradoras e os territórios explorados, na medida em que quem decide não está envolvido com, e desconhece os, problemas sociais e ambientais ocasionados

pela mineração nos territórios (Alves *et al.*, 2020). Ao relatar sobre os trabalhos nos territórios minerados, Alves *et al.* (2020) destacam que:

as empresas e incorporadoras ao mesmo tempo que escapam do controle do Estado, controlam o Estado e distanciam-se de uma relação de responsabilidade para com os territórios minerados e suas comunidades, desorganizando-os social, econômica e ambientalmente – o que é parte da própria política de atuação e do *modus operandi* dessas empresas (Alves *et al.*, 2020, p. 42).

No caso da Samarco, esse distanciamento parece se intensificar exatamente a partir de sua aquisição pela Vale, fazendo com que uma empresa que nasceu no território de Mariana e que sempre teve relações mais próximas com a cidade passasse a ter seu centro decisório deslocado para mais longe de Mariana, como conta Haru [E6]:

A gente divide Samarco em dois pontos, antes dela pertencer à Vale e à BHP, que foi no final da década de 90, e aí já começou a cair muito essa questão de ótima empresa, mas ainda se manteve em um patamar bom. Mas depois do rompimento, isso caiu drasticamente. (Haru [E6]).

A aquisição da Samarco foi um movimento de expansão do capital, a transformação da empresa em multinacional a partir da sua aquisição pelas maiores empresas do setor no mundo, que contribui para um distanciamento das comunidades, para a diminuição do envolvimento. Fomenta-se uma relação distante, assumidamente de exploração, a qual Trocate e Alves (2020) nomearam reprimarização da economia. Os pretensos mecanismos de diálogo e participação não promovem um envolvimento de fato com a comunidade, mas criam uma situação em que nunca é possível alcançar as instâncias decisórias, como conta Ariel [E5]:

Criaram um canal, é em 0800, mas às vezes as pessoas não têm um certo... não é chamativo, não é um convite, não é uma forma presencial que traz uma melhor representação da voz da população para com a empresa. Então eu acho que isso é muito omissivo, isso deixou muito a desejar, tanto antes como agora, hoje em dia (Ariel [E5]).

Ariel [E5] conta, ainda, que no limite, as lutas pela participação e diálogo precisam ser manifestadas de forma mais brusca, em formas de manifestações e protestos. São situação que, às vezes até com violência, representam o esforço último para lidar com a ausência de uma participação dialógica, o que reforça a interpretação de que é no processo conflituoso que o processo de *accountability* é possível. Um exemplo de manifestação mais contundente é contado por Ariel [E5]:

[...] quando se tentou fazer, acho que foi em Barão de Cocães ou Catas Altas, houve um conflito porque a população tem um certo rancor. Quando você vê que as coisas não são

atendidas e que a empresa tem o poder de fazer as coisas para que as operações delas aconteçam, isso cria um certo rancor e as pessoas acabam tomando uma certa birra das operações, justamente por não serem ouvidas. E quando isso acontece, você vê aí interrupções de rodovias, você vê manifestações, isso é o que algumas pessoas às vezes têm coragem de ir ali e fazer porque já chegou no limite e que todos os seus argumentos, todas as necessidades não são ouvidas (Ariel [E5]).

No âmbito do processo de reparação, a própria criação da FR é vista por muitos como pouco eficaz e pode ser pensada na perspectiva de uma estratégia de distanciamento entre a Samarco e o território.

A dificuldade de execução dos programas socioeconômicos é reflexo claro do distanciamento que o TTAC criou entre atingidos e poderes públicos. Com muito custo, algumas instituições tentam estreitar esse caminho, mas ainda é insuficiente. A solução apresentada através o TTAC, ao delegar a execução de todas as medidas de compensação e reparação a uma pessoa jurídica de direito privado demonstra a forte tendência de privatização do desastre ambiental (DPP1).

Para Cris [E2], a criação da FR foi uma “jogada política”. Nos termos de Pierre Bourdieu esse ponto de vista corrobora a ideia dos acordos TTAC como uma articulação de capital social e político, ou seja, essa “jogada” que é interessante para a empresa no sentido de que contribui para a manutenção do seu capital simbólico, dado que neste sentido a FR funciona como uma camada que protege, em parte, a reputação da empresa a ponto de as pessoas “esquecerem” (Cris [E2]) que a Samarco é responsável pelo rompimento da barragem em detrimento da pouca eficiência da FR em garantir a reparação. Cris [E2] conta que:

[...] com relação ao que aconteceu em 2015, que foi o crime do rompimento da barragem, o município sentiu bastante, deu para perceber que em todos os sentidos, inclusive teve a formatação dessa Fundação Renova, que para mim foi uma das piores coisas que poderiam ter acontecido... foi a criação da Fundação Renova. Acho que foi uma jogada política muito interessante para a empresa, hoje ninguém mais fala do crime da Samarco, e sim da não eficiência, ou da deficiência da Fundação Renova em resolver todas as questões relacionadas ao crime ambiental de 2015. Então hoje em dia as pessoas falam o nome da Renova, mas não falam o nome de Samarco mais. Então foi uma jogada política, achei muito interessante, interessante para a empresa, para ela foi sem sombra de dúvida a melhor coisa que poderia ter acontecido para ela, mas para a gente, a gente não vê muito resultado enquanto munícipe não, enquanto cidadão marianense (Cris [E2]).

Em 2017, o Grupo Interdefensorial do Rio Doce (GIRD), formado pelas Defensorias Públicas Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo, relataram ao CIF sobre a insuficiência de informações fornecidas pela FR como forma de dificultar que pessoas atingidas buscassem seus direitos (D3). Num momento e que era a FR que determinava os critérios para incluir pessoas atingidas nos programas de reparação, essas pessoas não tinham acesso aos motivos de sua não inclusão em um programa socioeconômico. Ademais, ao não responder formalmente quando solicitada, a FR atuava como obstáculo para os atingidos buscarem seus direitos por meios judiciais. O documento do GIRD conta que se percebia:

uma preocupante 'cifra negra' [de acordo com o documento, este é um conceito oriundo da criminologia e se refere a porcentagem de crimes não solucionados ou não informados à autoridade policial, não sendo, portanto, computados para fins estatísticos] relacionada aos atingidos que ainda não foram cadastrados ou contabilizados, bem como daqueles que tiveram a sua condição indeferida e sequer tem consciência disso (D3).

Ainda no âmbito dos embates entre a FR e o CIF, em 2018, a CTPDCS relata que a estrutura montada pela FR para atender os atingidos em suas localidades não satisfaziam a demanda por maior participação por parte dos atingidos. Em reuniões e/ou assembleias entre FR e atingidos, por exemplo, por vezes a FR não se fazia presente ou era representada por pessoas sem poder de decisão (D08). Para a CTPDCS a FR atuava protelando a solução de problemas sob a alegação de que a estrutura do processo de reparação é burocrática.

Nos termos da CTPDS a atuação da Renova nos territórios “não traduz uma política garantidora de direitos, *de escuta qualificada e diálogo acolhedor com os/as atingidos, não se estabelecem mecanismos participativos* [grifo nosso] adequados para reparação e compensação dos danos causados" (D08). Esse tipo de posicionamento da FR pode ser interpretado como tentativa de inibir o processo participativo de comunidades atingidas na medida em que a traz à tona o discurso da eficiência versus a burocracia, tentando impor a ideia de que é detentora da solução para os problemas, solução unilateral que não leva em conta as necessidades expressadas pelos próprios atingidos.

A Cáritas, assistência técnica dos atingidos no processo de reparação, também se manifesta e revela um conjunto de práticas arbitrárias da FR no processo de reconhecimento das pessoas atingidas que indicam que o distanciamento da população dos territórios continua a ser uma estratégia de dominação, mesmo depois do desastre. A dominação econômica e política em função dos capitais que possui permite que a empresa imponha critérios para reconhecer o direito da pessoa atingida desconsiderando “as peculiaridades das comunidades

atingidas que são marcadas pela informalidade, pela tradição e pela boa-fé entre conviventes” (DES2, p. 38).

Uma pessoa ligada à Cáritas do escritório de Mariana compartilhou que muito dinheiro é gasto em projetos diversos, mas sem a participação dos atingidos na concepção dos mesmos. Em suas palavras, “os projetos não nascem de dentro da comunidade, mas são impostos de cima para baixo”. Isso leva a Fundação Renova a propagandear tais projetos como resultados alcançados, porém não há a reparação dos modos de vida das pessoas. Modos de vida prioritariamente rurais, pessoas que plantavam, criavam animais, agora lhes são oferecidas casas urbanas com quintal (OB4).

Pude observar e refletir também sobre esse distanciamento durante a reunião entre membros da CABF e da FR. As pessoas participantes da reunião, mesmo os representantes da FR no território, parecem estar muito distantes do processo decisório. O tom amistoso e até de compadecimento dos representantes da FR para com as pessoas atingidas parecia revelar a vontade pessoal, um valor moral, em solucionar problemas, os quais estão vivenciando no território, mas não têm posição que permita influenciar nas decisões corporativas. Neste sentido, as trocas constantes de representantes da FR no território, conforme queixas dos atingidos, podem ser compreendidas como estratégia de distanciamento, na medida em que o tempo no território faz com que tais representantes incorporem o *habitus* dos atingidos, e coloquem em questão os interesses aos quais são responsáveis por defender neste jogo (OB3).

Apesar de as pessoas que representavam a FR frente aos atingidos parecerem bastante envolvidas e interessadas em solucionar os problemas locais, as decisões pareciam estar muito além de suas possibilidades. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando, ao responder sobre a constante troca de profissionais que atuam na linha de frente junto aos atingidos, promovida pela FR, a representante da FR alegara que as trocas de profissionais não afetam o andamento dos trabalhos de reparação, pois “as decisões são institucionais” (OB3). Ou seja, a agente revela as contradições do processo de reparação, na medida em que considera que o processo independe da pessoa que está na linha de frente conversando diretamente com os atingidos, apesar de parecer, por vezes, compartilhar com os atingidos um sentimento de impotência diante dos encaminhamentos direcionados pela FR.

Ademais, ainda sobre a reunião, quando se refere às reclamações sobre falhas na execução dos projetos, a agente afirma que o “processo de reparação é muito grande” (OB3) e que, por isso, precisa-se estabelecer critérios e premissas, “senão a coisa não anda, e isso implica perdas” (OB3). Não desprezando a importância de controles para um projeto tão grande como é o caso das obras de reconstrução dos distritos destruídos pela lama, vale notar que, ao

mesmo tempo em que mostra preocupação com a situação dos atingidos, a agente que representa a FR parece revelar que sua atuação tem como objetivo muito mais uma espécie de gerenciamento e contenção das reclamações do que estabelecer uma relação dialógica propositiva com os atingidos, o que cumpriria um papel de mediação entre atingidos e empresa.

Defensores públicos que atuaram em intervenções e enfrentamentos diante das empresas e da FR na tentativa de tentar minimizar a assimetria existente entre empresas e atingidos na luta por uma reparação justa contam sobre o processo de informação e participação situado nos primeiros dois anos de implementação do processo de reparação, momento em que ainda não havia atuação das assessorias técnicas para auxiliar os atingidos. Foi possível apreender também nos relatos dos defensores como o processo de distanciamento da empresa em relação à população do território em Mariana se reproduz no âmbito do processo de reparação:

É comum ouvir dos atingidos que ao entrar em contato com os canais de relacionamento da Fundação Renova recebem dois tipos de resposta: “aguardar ser chamado para o PIM” ou “você não tem perfil”. Em outros casos, é respondido, seja presencialmente ou por telefone, que a dúvida do atingido deve ser dirigida ao programa socioeconômico correto. Por exemplo, o responsável pelo programa de indenização não tem informações sobre o programa de auxílio financeiro (DPP1).

O distanciamento também se reproduz na interação com o campo jurídico e proporciona um juízo a partir de noções muito distantes do território, dos problemas em relação à população atingida. Neste sentido, o MAB ressalta que: “até hoje [2018] nenhum atingido foi ouvido pelo Juiz, bem como o mesmo não esteve nos territórios para acompanhar o debate” (MAB como citado em DA7). Sobre esse distanciamento do julgador com o território, o relato de pesquisadoras do território que contam a história do rompimento sob o ponto de vista das articulações jurídicas revela esse distanciamento também entre o juízo e a população atingida.

[...] a audiência de conciliação na qual foi proferida a sentença de homologação conjunta do TAC Governança e do termo aditivo ao TAP, apesar de contar com a presença e participação das empresas responsáveis pelo desastre, foi mais um ato processual sobre o caso do rompimento da barragem de Fundão que não contou com a participação dos atingidos e atingidas, marcando o forte distanciamento do julgador em relação à realidade da população atingida, titular dos direitos debatidos (DA7).

As pesquisadoras contam ainda a inércia do julgador quando solicitado a realizar diligências para melhor compreensão do caso:

Ainda quanto ao distanciamento do Juiz em relação aos atingidos e atingidas é importante lembrar que, em novembro de 2017, após o Seminário de Balanço de Dois

Anos do Rompimento da Barragem de Fundão, realizado no Campus da Ufes, em Vitória - ES, entre os dias 06 e 08 de novembro de 2017, foi produzida a carta do Rio Doce¹⁴, endereçada ao Juiz da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, na qual se pedia ao magistrado que fizesse diligências nos locais atingidos pela lama da Samarco para que pudesse compreender melhor o caso que estava julgando, observar os danos físicos, conhecer e conversar com a população atingida, para melhor entender suas demandas. Essas diligências seriam embasadas juridicamente pelo Princípio da Centralidade do Sofrimento da Vítima, cunhado por Antônio Augusto Cançado Trindade, durante sua atuação enquanto juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos e não representariam qualquer mácula à imparcialidade do julgador pelos motivos acima já apontados, que envolvem a utilização de técnicas jurídicas para pautar as decisões e explicitar os raciocínios desenvolvidos e não esperar um desprendimento de qualquer vivência prévia do julgador. No entanto, o pedido de diligências também foi sumariamente ignorado pelo juiz federal que, mais uma vez, não se manifestou quanto à solicitação (DA7).

Esse mesmo juiz seria acusado pelo MPMG e DP de MG e ES de suspeição por participar de movimentos junto à advogados para se beneficiarem do processo de reparação, no que se tornou o Sistema Indenizatório Simplificado. É o interesse econômico de agentes do judiciário direcionando as decisões (DES5). Em suma, o TTAC deu poder às empresas rés para decidir sobre a reparação, conforme narram pesquisadoras no campo:

os termos do acordo davam às empresas responsáveis, tidas como rés no processo original, o poder de influenciar e decidir sobre o sistema de reparação dos danos e, por esse motivo, adotar medidas que preservassem seu patrimônio ao máximo possível, em detrimento da realização da total reparação dos danos causados (DA7).

Nas falas daqueles que estão jogando o jogo do campo econômico apenas, é possível apreender a noção de participação capturada pela lógica corporativa, como conta Quinn [E10], do setor empresarial e pessoa envolvida pela *doxa* do campo econômico, para quem palestras são consideradas formas de participação.

Só que a participação das pessoas de Mariana é que são poucas. O pessoal aqui em Mariana não é de participar de reunião, às vezes é uma coisa importante... várias vezes fomos chamados lá no centro de convenções para palestras sobre o meio ambiente, sobre o socioeconômico mesmo, e a gente chega lá e tem meia dúzia de pessoas só (Quinn [E10]);

No mesmo sentido, como sugere Yael [E8], também atuante no setor empresarial, a noção de participação é objetivada em situações estanques de “sentar com a Samarco” ou apresentar demandas via “carta de intenções”:

[...] eu vejo que a população precisa também participar mais. Ela precisa sentar com a Samarco, de repente, apresentar uma carta de intenções e de reivindicações. E não só apresentar, no decorrer do curso, ir vendo o que está sendo atingido (demandas), o que não está sendo, por que não está sendo atingido (Yael [E8]).

Em ambos os casos, a pouca participação, ou pouco diálogo, entre Samarco e comunidades são atribuídos ao pouco interesse e envolvimento da população. Agentes envolvidos na *doxa* econômica minerária, que reconhecem a Samarco como autoridade legítima, desconhecem a relação de poder que impede esse controle, essa participação.

4.2.4.1.2 *Desarticulação da coletividade*

O outro aspecto que destaco como constituinte do processo de participação é a desarticulação da coletividade, movimento constituído e reproduzido historicamente pelas articulações de capital da Samarco no território de Mariana. Ao chegar à Mariana, uma coisa que me chamou a atenção foi a ausência de referências visuais, à primeira vista, que fizessem alusão ao rompimento da barragem. É como se não tivesse acontecido, do ponto de vista de alguém que não conhece a história do desastre, algo de proporção catastrófica naquele território. Essa impressão depois foi corroborada por Noah [E1], que confirmou que no centro da cidade não existem ou ocorrem referências sobre o rompimento da barragem (OB1). Situação sobre a qual, apenas posteriormente, pude refletir e analisar sob a perspectiva de um processo de desarticulação das demandas coletivas.

Apesar de não se limitar a esta forma, a desarticulação da coletividade ocorre na forma disfarçada, na constituição do simbólico, porque é no simbólico que a dominação pode ser dissimulada mais facilmente (Bourdieu & Wacquant, 1992). Ela ocorre na forma de uma estrutura de governança pretensamente promotora de processos participativos no âmbito da reparação, que serve para mitigar as concessões sob as quais a Samarco foi subjugada após a ruptura de sua legitimidade causada pelo desastre. Uma desarticulação, histórica e inerente ao processo capitalista, que se reproduz na definição das entidades sociais com um viés, como contou Lou [E3], mais “apaziguador” e no afastamento de entidades com maior apelo aos processos coletivos, à luta coletiva por direitos.

Mas a desarticulação pode ser observada de forma mais objetiva nos relatos dos diversos agentes. Akira [E9], envolvido no processo de reparação e também nas disputas com profissionais do direito, conta sobre ações que ocorreram durante o processo tais como, oferta de propostas de reparação individualizadas, burocratização do processo de reconhecimento dos atingidos, cooptação de pessoas e empresas para atuarem como porta-vozes. A descrição de Akira [E9] remete ao que também foi dito por Lou [E3] sobre o fato de a reparação em Mariana estar sendo mais individualizada do que em outros lugares (OB1). Akira [E9] conta que:

Samarco, Vale e BHP através da fundação renova, começaram a procurar alguns atingidos diretos e fazendo propostas que na minha visão as vezes eram até indecorosas, mas que as pessoas acabaram aceitando com medo de que futuramente não visse a indenização, poderia morrer antes e acabaram aceitando toda essa questão. E a fundação renova vem atuando dessa forma desde quando foi criada dificultando a reparação dos danos atingidos com exigências de documentos, exigências de reuniões, exigências assim, exageradas para poder fazer a reparação e também com propostas em valores muito baixos sem considerar muitas das vezes os reais danos que as pessoas atingidas sofreram. A fundação renova também acaba por beneficiar pessoas chaves aqui dentro do município contratando empresas e beneficiando essas empresas nesse processo de reparação para que essas pessoas formadoras de opinião possam chancelar a atuação da Fundação Fenova aqui dentro do município (Akira [E9]).

O esforço para desconstrução de uma coletividade em torno dos direitos dos atingidos já vinha sendo denunciado pelo MAB (DES3) no primeiro ano após o rompimento da barragem, quando apontava que o discurso da Samarco atribuía a crise econômica sofrida pela cidade às demandas da população atingida, que implicavam a paralisação da empresa. Discurso que na visão do MAB reforçava a distinção de classes na cidade. Num momento em que as comunidades atingidas ainda não contavam com o auxílio de assessorias técnicas a atuação da FR era no sentido de cooptar lideranças que atendessem seus anseios e mitigassem suas obrigações, como contam defensores públicos que participantes do processo de reparação:

Outro ponto de especial atenção foi a chegada de diversas reclamações de atingidos acerca da realização de reuniões apenas para atingidos convidados ou por “lista fechada”. O processo já se demonstrava de cunho excludente, com “eleição” por parte da Fundação Renova de supostas lideranças que os atingidos não se sentiam representados (DPP1).

Essa situação de cooptação de lideranças também é denunciada nas falas dos pesquisadores atuantes nos territórios:

As pessoas cooptadas passam a representar as empresas dentro da comunidade, posto que elas cumprem duplo papel, tanto de omissão (deixar de participar de reuniões, manifestações, aproximação dos movimentos sociais, dentre outras) quanto de ação (reproduzir os discursos das empresas e atuar na sua defesa). Essa dupla posição gera a quebra dos laços afetivos e a divisão da comunidade (DA5).

Uma pessoa atingida revela que:

As empresas procuram as lideranças das comunidades, que passam a defender a empresa e com isso ficam contra a comunidade tendo acesso a todos os direitos. passam a trabalhar pela empresa contra a comunidade. Na minha comunidade o líder foi cooptado, hoje ele teve todos os danos reparados" (pessoa atingida como citado em DA5).

A instituição de assessorias técnicas representou uma conquista para as pessoas atingidas de Mariana, que passaram a ser assessoradas jurídica e tecnicamente pela Cáritas, entidade considerada independente, na luta pelos seus direitos. De qualquer modo, mesmo após a atuação da Cáritas, estabelecendo métodos de reconhecimento e cadastramento de pessoas atingidas com a participação dialógica destas, a FR continuou a elaborar propostas de indenização individualizadas (DES2). Para a Cáritas, é uma maneira de a FR conduzir de forma arbitrária as negociações e, se valendo da vulnerabilidade e o baixo poder de negociação dessas pessoas, conduzir um processo que seja mais vantajoso para seus interesses econômicos (DES2).

A assinatura do TTAC, como explica Roland *et al.* (2018), teve o intuito de colocar fim aos processos judiciais contra a Samarco, sob a justificativa de que “a autocomposição seria a melhor forma de resolver a questão com celeridade e efetividade” (Roland *et al.*, 2018, p. 10). Como já abordado anteriormente, esse acordo em si pode ser concebido como articulação de capital pela Samarco sob várias formas e as implicações para o processo participativo são diversas.

Milanez *et al.*, (2019) também abordam a questão do TTAC apontando a não participação dos atingidos no processo de construção da TTAC como uma articulação, não só da Samarco, mas também do poder público, para mantê-los fora das deliberações sobre um assunto no qual eram os maiores interessados. Destacam que a própria causadora dos danos ficou responsável, de acordo com o TTAC, pela definição do que era ser um atingido. Ademais, argumentam que o poder público se ausenta, com o TTAC, das responsabilidades de acompanhar o processo de reparação concordando que as negociações poderiam acontecer de forma direta entre FR e pessoas atingidas (Milanez *et al.*, 2019).

Uma das grandes motivações e explicações para os movimentos que levaram ao estabelecimento de um novo acordo, o TAC Governança, foi exatamente o problema da pouca participação das pessoas atingidas. Não uma participação pela participação, mas a busca por meios efetivos de participação que possibilitassem influência efetiva destes nas decisões relacionadas ao processo de reparação (DA7). Ao se referir ao TAC-Gov a Samarco diz que o acordo estabelece "entre outros assuntos, inovações na governança da Fundação Renova para assegurar uma maior participação das pessoas afetadas" (Samarco, 2022a).

Para os agentes defensores públicos, a criação do TTAC e da FR é resultado de um desejo tanto de empresas, quanto do poder público executivo em conduzir um programa de indenização de forma extrajudicial e a empresa agiu rápido para sacramentar o acordo. Uma estratégia da Samarco para obter o reconhecimento e legitimidade dos acordos celebrados no TTAC foi criar rapidamente ramificações nas comunidades atingidas, uma vez que o acordo suspendia os processos judiciais em andamento e um contra-ataque do judiciário seria esperado. Defensores públicos contam que:

Embora fosse esperado e desejável que instituições como Ministério Público Federal [...] tenham tido postura rígida acerca do não reconhecimento da Fundação Renova e da estrutura recém-criada (dentre outros motivos pela ausência de participação popular na elaboração dos seus termos), fato é que a mesma já havia criado ramificações em todas as comunidades atingidas com uma velocidade espantosa (DPP1).

O TTAC foi visto pelo MAB, em 2017, como um acordo feito para proteger a Samarco e suas acionistas. O MAB destaca que o TTAC não assegura a entrada da população atingida em instâncias decisórias. Uma clara articulação que implica na inibição de um processo participativo. Nas palavras do MAB:

A construção do 'acordo' não contou com a participação das populações atingidas, constatando-se uma clara violação aos direitos humanos, uma vez que as vítimas são os sujeitos mais legítimos para avaliar a dimensão do impacto e definir como, onde, e quando querem ter recuperação dos seus territórios, seu modo de viver (DES3).

Ademais, a ausência do poder público e a informalidade aparecem como recursos para a FR criar barreiras para indenização dos atingidos. As empresas querem usar critérios baseados em instituições estabelecidas pela burocracia capitalista para determinar o direito à indenização à membros de comunidades com outros modos de vida. Comunidades que vivem na informalidade e na ausência do poder público, como relatam os defensores públicos: “[...] estamos falando de comunidade tradicionais, cuja informalidade e ausência do poder público são características determinantes” (DPP1).

Apesar de não ser o objetivo traçar relações objetivas entre as articulações de capital e os dois aspectos nomeados distanciamento e desarticulação da coletividade, vale fazer uma reflexão e destacar alguns pontos que evidenciam como estes aspectos são possibilitados graças as relações de forças desiguais entre a Samarco e os demais agentes, conforme descrito nas articulações de capital. A criação da FR como uma estratégia para blindar e distanciar as mineradoras do território atingido, por exemplo, é possibilitada em parte pelo capital social político que confere à Samarco capacidade de influenciar o poder público.

Sobre isso, foi visto que o acordo TTAC que criou a FR foi celebrado pelas empresas, Samarco e controladoras, e governos federal e dos estados atingidos, mas não contou com participação do MP e da DP, que já moviam processos contra as empresas, nem de outros agentes com capital suficiente para influenciar o acordo, muito menos com a participação dos atingidos, maiores interessados (DPP2; DA7; DA8). O fato de a Samarco e FR terem criado ramificações rapidamente antes de poderem ser contestadas por outros agentes (DPP1), conforme já descrito, corrobora essa proposição de que agentes mais combativos não puderam participar deste processo.

A desarticulação da coletividade, por sua vez, pode ser vista nas articulações de capital econômico, cultural e social. A dependência econômica da atividade minerária, no caso de Mariana uma dependência que se concentra na Samarco, impõe às pessoas de Mariana uma condição material de necessário apoio à Samarco. Tanto é que após o rompimento da barragem, boa parte da população, pessoas que não haviam sido atingidas diretamente, além de trabalhadores da mineração, fizeram movimentos e protestos em favor da volta das atividades da empresa (Noah [E1]; Alexis [E4]). Necessidade que é reproduzida também pelo financiamento que a Samarco faz historicamente tanto em políticas públicas mitigatórias, quanto em acesso à cultura (Noah [E1]; Lou [E3]).

A influência na formação escolar de crianças e adultos, além da influência nas atividades culturais (Yael [E8]; Noah [E1]; DA2; OB1) contribui para a lenta formação dos valores simbólicos e formação do *habitus* minerário, que constituído a partir do jogo econômico pouco preocupado com as questões socioambientais reproduz a *doxa* de uma sustentabilidade fraca, economicamente orientada, não consciente dos problemas sociais e ambientais causados pela própria Samarco e, por conseguinte, pouco engajada politicamente. A articulação do capital social que implica a desarticulação coletiva de forma mais evidente é a distinção social promovida no território (Alexis [E4]; Noah [E1]; DA2), na medida em que aqueles que vinculados a uma rede de beneficiados pela Samarco ocupam uma posição privilegiada e não têm motivos para questionar a legitimidade da empresa.

4.2.4.1.3 *Articulações de capital de outros agentes no enfrentamento da dominação da Samarco*

As lutas e articulações dos demais agentes de outros campos estão associadas à ideia de que a capacidade de mobilizar recursos e construir alianças formando redes coletivas é fundamental para desafiar a dominação da Samarco e de outras mineradoras. Diante da situação de dominação da Samarco no caso de Mariana, apresento algumas articulações de capital de outros agentes como possibilidades de enfrentamento que tem ocorrido em busca de subversão da força e consequente aumento de participação.

Começo destacando a ação coletiva como articulação de capital cultural e social através da atuação do MP organizando encontro entre atingidos e Grupo de trabalho sobre empresas e direitos humanos da ONU. Esse tipo de ação se contrapõe ao processo de individualização presente no território e fomentado pelas mineradoras. Como relata o próprio agente do MP:

Dois exemplos concretos podem ilustrar como a articulação entre ação coletiva, sob a forma de mobilização social dos atingidos, e a atuação de atores institucionais, como o Ministério Público, na arena jurídica pode contribuir para reduzir a assimetria das forças em disputa e para a obtenção de resultados favoráveis. O primeiro exemplo foi o encontro de representantes dos atingidos com membros do Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. A reunião ocorreu em Mariana, em 12 de dezembro de 2015, e a organização prévia dos atingidos garantiu objetividade e profundidade na narrativa da problemática do desastre. Como organizador do encontro, ao Ministério Público coube garantir o lugar de fala dos atingidos com o protagonismo necessário para que pudessem contar a própria história” (DPP2).

Outro movimento foi a articulação do MPF e MPMG, juntamente com entidades da sociedade civil, para realização de *workshop* e formação de grupo de trabalho para pensar alternativas que possibilitassem a participação da sociedade civil no processo de construção do eixo de programas socioeconômico. Esse grupo recomendou, por exemplo, a substituição de uma empresa chamada *Integratio*, responsável pelo diagnóstico socioeconômico e assistência técnica aos atingidos no início do processo de reparação, pela entidade Fundo Brasil, uma fundação independente, sem fins lucrativos (DA7). A *Integratio* não foi escolhida pelos atingidos, que já se organizavam junto ao MAB e à Cáritas (DA7), sendo que essa mudança significou a substituição de uma entidade privada, posicionada no campo econômico, por uma

entidade sem fins lucrativos, posicionada mais próxima aos campos de capital cultural em relação aos aspectos sociais.

Esse movimento pode ser entendido como uma articulação de capital dos agentes de campos de capital cultural na disputa por questões sociais. Em contrapartida, as empresas conseguiram impor que essa substituição fosse vinculada à contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que dividiria atribuições no processo de construção do eixo socioeconômico com o Fundo Brasil (DA8). Nos termos bourdieusianos, foi uma articulação de capital por parte das empresas em resposta aos demais agentes e para manutenção de sua posição.

O TAC Governança também pode ser visto como articulação de capital dos agentes dos campos culturais representando avanços na luta contra a Samarco e suas controladoras. Pode ser entendido também como exemplo de avanço para os modelos de participação. Roland *et al.* (2018) listam alguns dos avanços que favorecem o processo participativo para os atingidos:

[...] inserção e o aperfeiçoamento de estruturas que realmente possibilitassem a manifestação dos atingidos e atingidas em todas as etapas do processo que levará à reparação, tanto nas instâncias decisórias quanto nas consultivas. Para isso, foram criadas: as Comissões Locais, órgãos formados pela população atingida que, através do apoio das assessorias técnicas, pudessem participar de processos de tomada de decisão sobre a recuperação e gestão da Bacia do Rio Doce; e as Câmaras Regionais, enquanto espaços de discussão e interlocução com a Fundação Renova acerca de seus programas e projetos de reparação. Houve, ainda, a inserção desses indivíduos em alguns eixos, como: no Comitê Interfederativo (CIF), responsável por validar e orientar a atuação da Renova, com a participação de três pessoas atingidas ou técnicos por elas indicados; nas Câmaras Técnicas, entes que auxiliam o trabalho do CIF, de dois atingidos e atingidas em cada uma delas; no Conselho dos Curadores da Renova, com a escolha de dois atingidos ou atingidas pelas Câmaras Regionais e em seu Conselho Consultivo, com espaço para sete pessoas atingidas, definidas após a implementação das Comissões Locais e suas respectivas Assessorias Técnicas. Além desses espaços, os atingidos e atingidas farão parte do chamado Fórum de Observadores (DA7).

Observa-se que apesar de ter sido construído um espaço para participação, parece ter havido uma articulação de capital para ajustar as demandas aos interesses das corporações. E isso ocorre por meio do agente do poder público judiciário.

A sentença homologou o TAC-Governança em sua integralidade, no entanto, impôs “ressalvas interpretativas aditivas” ao texto do termo aditivo ao TAP. Essas ressalvas abrigam diversos problemas, a começar pelo fato de que o pedido foi no sentido de

homologar os acordos que foram construídos após diversas discussões entre as partes, sendo fruto inclusive de discussões entre o Ministério Público e um grupo de trabalho formado para esse fim, que contou com representantes de movimentos sociais e grupos acadêmicos envolvidos com o caso para enriquecer a discussão e construir um acordo mais atinente às demandas dos atingidos e atingidas. Contudo, o magistrado, ao incluir ressalvas ao texto, ignorou toda essa construção e alterou substancialmente o conteúdo do acordo (TAP), reformulando, principalmente, a composição das assessorias técnicas aos atingidos e atingidas, um ponto extremamente sensível de todo o processo de reparação de danos ao longo da bacia. Podemos falar aqui em abuso do poder jurisdicional do magistrado que deu uma decisão para além do pedido, que consistia apenas na homologação do acordo formulado pelas partes, modificando cláusulas debatidas e acordadas pelas partes, configurando uma decisão ultra petita, sendo, portanto, passível de reforma pelo Tribunal Regional Federal, para se adequar aos limites do pedido formulado (DA7).

A inserção de pessoas atingidas ou representantes indicados por elas pode ser compreendida como aumento de poder por parte dos agentes que não dominam o campo, conforme proposto no desenho teórico. Percebe-se, no entanto, que os avanços são sempre contidos pelo poder das mineradoras. Apesar da melhoria em termos de estrutura de governança a partir da TAC-Gov, ainda permanece um desequilíbrio significativo em termos de quantidade de participantes (DA7). “É o que ocorre no Conselho de Curadores da Fundação Renova, por exemplo, que conta com nove membros, sendo dois escolhidos pelas Câmaras Regionais dentre os atingidos e atingidas e seis indicados pelas empresas” (DA7). Defensores públicos contam um exemplo de como a FR restringiu o acesso a reparação e apenas diante da confrontação judicial se reposicionava:

[...] critérios restritivos (ou a ausência de critérios) estavam afetando diretamente atingidos em situação de vulnerabilidade formalmente reconhecida pela Fundação Renova. Um dos casos mais emblemáticos é o de uma moradora de Povoação, idosa, analfabeta, portadora de deficiência auditiva e visual, cujo impacto direto pelo desastre foi atestado pela própria Fundação Renova. Embora tenha vulnerabilidade acentuada reconhecida, teve o seu auxílio financeiro negado pois não houve comprovação suficiente de impacto na renda. O seu direito ao auxílio financeiro veio apenas judicialmente, a partir da confrontação entre o seu parecer de avaliação de impacto e a justificativa da negativa do auxílio financeiro (DPP1).

O promotor de justiça presente no território de Mariana fala da mobilização dos atingidos para manter o processo de reparação no território sob competência do MP de Mariana sob a alegação de que, assim, a participação direta dos atingidos seria mais exitosa. O MP local articulou esse movimento. Em tese, trata-se de uma articulação que fortalece os agentes dos campos de capital cultural na medida em que acumula capital em um agente do poder público judiciário que está próximo do território de Mariana, experienciando parte das disputas daquele lugar. Mesmo que esse movimento seja impulsionado também pelo (des)interesse do agente nos lucros simbólicos no campo dos profissionais do direito.

Com um processo judicial na Inglaterra para garantir reparação aos atingidos, o que foi possível devido ao fato de uma das controladoras da Samarco ter sede naquele país, outros agentes articulam força nas disputas contra a Samarco. Pode-se pensar nisso como uma articulação de capital cultural por parte de agentes do campo dos profissionais do direito, na medida em que, como diz Akira [E9], a justiça do Brasil parece não acumular capital cultural, no sentido de agregar habilidades e competência jurídica, e simbólico de mesma grandeza que a justiça da Inglaterra. Akira [E9] conta que:

[...] alguns advogados viram a oportunidade de poder demandar uma das controladoras da Samarco, a BHP Billiton, lá na Inglaterra devido a descrença que existe no poder judiciário brasileiro e a inabilidade ou a incompetência, não no sentido jurídico, mas no sentido moral, do poder judiciário resolver o conflito. O sistema de justiça brasileiro não conseguir resolver essas questões complexas de uma forma efetiva (Akira [E9]).

Como evidência dessa diferença de capital cultural entre o sistema jurídico brasileiro e britânico, Akira [E9] argumenta que as respostas tanto da Samarco, quanto da justiça brasileira, são estimuladas por decisões da justiça inglesa. Como conta Akira [E9]:

A própria repactuação que está sendo discutida hoje lá também ela tem influência da ação da Inglaterra que a gente vê que as reuniões do Conselho Nacional de Justiça e da União dos Estados, todas elas acontecem sempre em datas próximas a alguma data de audiência lá na Inglaterra. É o caso, por exemplo, da última audiência que ocorreu agora no final de março, que as partes se reuniram aqui no Brasil, houve uma reunião lá em Brasília com todos os ministérios os estados, as instituições de justiça. E ontem também teve uma outra reunião lá e agora a gente tem outra reunião... uma outra audiência lá na Inglaterra, agora dia 20. Então sempre nessas datas os sistemas de justiça no Brasil e os órgãos públicos, eles se mexem para poder dar uma resposta para a sociedade brasileira de que no Brasil também estão sendo feitas ações para poder se obter essa reparação (Akira [E9]).

Aqui é possível observar como a dinâmica do jogo do campo dos profissionais do direito implica as disputas sobre questões sociais e ambientais no espaço minerário. Essa articulação parece estar relacionada à impossibilidade desses mesmos advogados participarem do processo de reparação através de um comitê proposto pela OAB local (Akira [OB-E9]) como num movimento dos profissionais do direito que articulando seus capitais cultural e social buscam se manter no espaço de disputa por questões sociais relacionadas às atividades da Samarco no território minerário de Mariana, na medida em que ali há a possibilidade de conversão destes capitais em capital econômico, além do acúmulo, no longo prazo, de mais capital cultural e social no campo da profissão.

Ademais, Akira [E9] completa seu ponto de vista, que enfatiza o fraco capital cultural da justiça brasileira, poder judiciário que sucumbe ao capital político e econômico das empresas minerárias, na medida em que a articulação do capital político aqui é vista como um movimento em prol das empresas a partir da tentativa de acumular capital por meio da aproximação ao agente dominante que são as mineradoras.

Então, passados aí sete anos e meio do rompimento da barragem a gente vê que nós brasileiros não estamos preparados para poder dar justiça para as pessoas. A gente tem que evoluir muito, tanto no sentido legislativo, das leis, tentar simplificar as leis, como também de vontade política. Porque a gente vê que essa reparação também tem um aspecto político muito grande, porque eles estão tentando livrar as empresas das obrigações que elas têm de reparar os danos e tomar para si, para os entes políticos, municípios, Estado e União, essa responsabilidade. E nós sabemos como que os órgãos públicos atuam aqui no Brasil, atuam para manter os mandatários no poder e não para realmente beneficiar a sociedade (Akira [E9]).

Na interação deste espaço sob investigação com o campo científico, o movimento de acadêmicos dentro da universidade pública, a UFOP, como forma de articulação do capital cultural científico contra as empresas mineradoras também pode ser percebido. Pesquisadores politicamente posicionados e envolvidos com a causa dos atingidos pelo rompimento da barragem, denunciam a inércia da UFOP em se manifestar institucionalmente em relação ao desastre e contam sobre as disputas internas do campo e sua mobilização para enfrentamento às mineradoras:

Naquele momento, pudemos observar não apenas uma disputa quanto aos conceitos que começaram a ser usado como referência para o tema – tais como acidente, evento, desastre, tragédia, atingidos, afetados, impactados etc. –, mas também quanto à cobrança de uma postura da universidade frente aos danos ocasionados às pessoas atingidas.

Compreendíamos que se o posicionamento institucional não fosse marcado por uma postura de apoio às populações atingidas, isso significaria o apoio implícito às empresas causadoras dos danos. Com a persistência do silêncio institucional frente ao maior desastre ambiental do Brasil, ocorrido às suas barbas, o grupo de professoras e professores [...] passaram a se encontrar, a fim de organizar uma ação estratégica de apoio às pessoas atingidas e, com isso, assumir o que entendíamos como o dever de uma universidade pública, que é produzir conhecimento de interesse social (DA6).

São acadêmicos presentes no território da mineração que contam também um pouco da história e pautas que guiam um movimento chamado de Movimento pela Soberania popular na Mineração (MAM), que surgiu da organização de diferentes agentes em conflito com a mineração. Esse tipo de movimento com apoio da academia organiza formas de luta contra o tipo de mineração que é praticada atualmente, as quais podem ser pensadas como articulação do capital social por uma coletividade de sociedade civil posicionados em campos onde predomina os capitais cultural e social e que tentam empreender maior participação nas lutas por questões sociais e ambientais relacionadas às atividades de empresas minerárias.

Em todas as regiões nos quais o MAM atua, o trabalho de base é um eixo central de atuação. E a busca pela construção de parcerias nos territórios, é ação essencial, por entender que a luta contra algum projeto mineral só terá êxito se for travada com todos os parceiros que estão em oposição com este modelo. Nesse contexto, é importante destacar a ferramenta das Assembleias populares da Mineração, iniciadas em 2017, que são formas de reunir a população, conversar sobre os problemas e pensar coletivamente as linhas de ações. A assembleia popular não é o evento, mas, sim, a metodologia de um processo, e tem se mostrado muito eficaz nos processos organizativos. Desde 2017, foram realizadas dezenas de assembleias, em todas as regionais do MAM.

[...] Outra frente de luta importante para o MAM está relacionada com a discussão sobre o problema mineral brasileiro. Dirigentes nacionais do movimento, conjuntamente com pesquisadores e professores universitários parceiros, têm formulado propostas sobre diversos aspectos do modelo de mineração: diversificação econômica; monitoramento de barragens; controle popular da atividade mineradora, dentre outros. O MAM criou um espaço de encontro dos pesquisadores e professores parceiros, que se reúne anualmente e desenvolvem juntos projetos, como o Dicionário Crítico da Mineração, lançado em 2018. O MAM também produziu outros livros, como a coleção sobre A Questão Mineral no Brasil, publicada em parceria com a editora Iguana e a coletânea de poemas Poema Mineral (DA4).

No decorrer das lutas em torno do processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão a força de agentes sociais contra a Samarco conseguiu impor o reconhecimento de que a falta de participação dos atingidos estava levando a decisões que não os beneficiavam. Neste contexto, foi se estabelecendo a ideia e o discurso de que a participação das pessoas atingidas seria um requisito fundamental para melhores respostas aos problemas decorrentes do rompimento. No desenvolvimento de novos acordos a participação ganha, então, caráter de princípio, inclusive, sendo adotado como tal pelo sistema de justiça (Losekann, 2020; DA7; DA8; DA11).

Losekann (2020) problematiza a questão conceitual da participação a partir das relações no território de Mariana, afirmando que apesar do reconhecimento da necessidade de participação, questões como a diversidade de necessidades e expectativas, bem como a assimetria de poder entre empresas transnacionais e governos frente a comunidades locais e movimentos sociais são grandes desafios para se determinar um processo participativo. Losekann (2020) destaca que, apesar das divergências teóricas sobre o assunto, é bem aceito que a participação tem, por um lado, caráter educativo e construcionista e, por outro, caráter procedimental mais ligado ao processo decisório. Argumenta, ainda, que a ideia de participação tem se reduzido a este último relegando o processo contínuo de construção e reconstrução de um bem comum substancial ao segundo plano (Losekann, 2020). Em suma, o que se tem como resultado das relações de força entre a Samarco e outros agentes é uma pretensa participação apenas para cancelar decisões já determinadas por quem detêm o poder, a Samarco.

Aqui é importante refletir sobre o papel do *disclosure* de sustentabilidade no sentido de que essa dinâmica política e social tem implicações em sua capacidade de promover *accountability*. Importa notar que se a participação não se constitui como um processo de (re)construção dos interesses coletivos, mas se reduz apenas ao endossamento de deliberações impostas, não há como se pensar num processo de *accountability* plural na medida em que as necessidades plurais não são contempladas nas relações entre os agentes. Por conseguinte, o *disclosure* de sustentabilidade apenas pode dar conta de necessidades pré-determinadas pelo agente dominante, mas que irá encontrar respaldo no território em função de sua autoridade simbólica para determinar o que importa sobre questões sociais e ambientais.

As histórias contadas enfatizam um processo histórico de acumulação de capitais por parte da Samarco que a coloca em posição de dominação no espaço social marcado pelo jogo da mineração em Mariana e, por conseguinte, nas disputas sobre a noção legítima de sustentabilidade, inclusive pelo controle do que é comunicado. Como relatam acadêmicos do campo,

onde as empresas mineradoras estão instaladas é comum que elas exerçam, além do controle sobre a economia local: *o controle sobre a informação* [grifo nosso]; uma espécie de paramilitarização do território; o controle sobre os corpos; cooptação de trabalhadores e lideranças locais; perseguição, coação (quando a cooptação não funciona) e criminalização das pessoas atingidas que opõem resistência aos seus interesses. Além das táticas já citadas, as empresas seduzem a comunidade por meio da oferta de emprego, compram terras (baixo custo) nas áreas próximas à mineração, controlam os espaços da educação e saúde do município e usam o discurso técnico para impor seus interesses (DA2).

Essa dominação tem efeitos históricos também no processo de participação, tanto por meios objetivos de restrição aos acessos participativos, quanto por meio da dissimulação possibilitada pelo capital simbólico (Bourdieu, 2008). Para as pessoas que romperam com a *doxa* minerária, que participaram dos trabalhos do GT-Mineração:

Não existem mecanismos de controle social, e os processos acontecem de maneira acelerada, violando o direito à vida e aos modos de vida. Não existe um plano sobre o que será feito das comunidades, apenas se exploram os minérios, num dado momento, sem uma visão de longo prazo (DA2).

Esse ponto de vista vai ao encontro da tese de restrição de um processo de *accountability* corporativa que alcance sociedade e comunidades afetadas pelas atividades da Samarco. Na seção seguinte analiso as implicações deste contexto para compreensão do papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa.

4.3 NARRATIVAS SOBRE PARTICIPAÇÃO NO *DISCLOSURE* DE SUSTENTABILIDADE DA SAMARCO FRENTE AO PROCESSO PARTICIPATIVO EM MARIANA.

Nas subseções anteriores apresentei uma construção de como os capitais são articulados no espaço social da mineração em Mariana, a partir das narrativas dos agentes inseridos naquele espaço. Também propus uma forma de apreender como o processo participativo é constituído historicamente pelas condições sociais de produção desse processo, ou seja, pela posição ocupada pelos agentes naquele espaço de poder em função dos capitais possuídos e articulados. Nesta subseção analiso narrativas nos *disclosures* de sustentabilidade da Samarco associadas à noção de participação relacionando-as com a estrutura social participativa constituída pelas relações de força entre a Samarco e agentes de outros campos a fim de estabelecer bases para

interpretação do papel do no *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa. Se do ponto de vista da *accountability* o *disclosure* de sustentabilidade configura a informação que garante transparência para o controle social, as narrativas da Samarco sob uma perspectiva comunicativa bourdieusiana (Bourdieu, 1996) representa o discurso do agente dominante. Neste sentido, os elementos que guiaram esta análise estão relacionados ao nível de eufemização quando a Samarco fala sobre assuntos relacionados à participação e relacionado ao nível de censura e os valores que os mercados receptores dessa comunicação lhe impõem (Bourdieu, 1996; Barreiros, 2023).

4.3.1 Contradições nas noções de participação nas narrativas da Samarco e de outros agentes

Ao longo do tempo a Samarco se vale de um alto nível de eufemismo sugerindo que suas decisões relacionadas a aspectos sociais e ambientais que afetam as pessoas de comunidades onde atua se fundamentam em processos participativos e de construção conjunta. Num relato sobre sua atuação no ano de 2012, antes do rompimento da barragem, intitulado “Sociedade: para construir juntos”, a empresa relata que tem a responsabilidade de estabelecer uma comunicação transparente com a sociedade, não necessariamente para construir um planejamento que considere as demandas das comunidades afetadas por suas atividades, mas para construir “laços de confiança” (Samarco, 2013), que a possibilite promover o que a empresa chama de transformação social a partir de prioridades de investimento e gestão conforme necessidades locais. A Samarco conta que:

Por meio de nossas operações, estamos presentes em 81 comunidades de 29 municípios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, relacionando-nos com mais de 840 mil pessoas. A dimensão desse impacto expõe a Samarco à responsabilidade de estabelecer uma *comunicação transparente com a sociedade* [grifo nosso] e as diferentes esferas de governo – compromisso que reforçamos em 2012, com a criação da Gerência Geral de Comunicação e Desenvolvimento Socioinstitucional. Reflexo de nosso amadurecimento em relação ao tema, essa área leva à prática nosso objetivo, descrito no Modelo de Sustentabilidade e em nosso Mapa Estratégico, de *construir laços de confiança com a sociedade* e promover o desenvolvimento mútuo. Cabe à Gerência de Desenvolvimento Socioinstitucional, ligada a essa nova Gerência Geral, gerir as relações estabelecidas entre a Empresa, as comunidades e o poder público, bem como definir políticas de investimento social e institucional. O ano de 2012 foi relevante para a estruturação de

um modelo mais consistente de desenvolvimento baseado em nossas práticas. Como parte da revisão de nossos planos socioambiental e de negócios, com destaque para o Modelo de Sustentabilidade, *desenvolvemos a Estratégia de Transformação Social – que define as prioridades de investimento e gestão de acordo com as necessidades locais* [grifo nosso] e a essência da Empresa. A ideia é atuar nos eixos de educação, qualificação profissional, cidadania e *participação social* [grifo nosso] e dinamização das regiões em que atuamos, além de *fortalecer os diálogos entre o poder público, a Samarco e a comunidade* [grifo nosso]. Essa estratégia será implantada de modo efetivo em 2013 (Samarco, 2013, p. 76).

No primeiro *disclosure* de sustentabilidade publicado após o rompimento da barragem, o qual conta sobre as ações da empresa nos dois anos seguintes ao desastre, a empresa fala de um “processo de envolvimento, participação e construção conjunta com diversos públicos interessados: população atingida, especialistas e agentes públicos” (Samarco, 2017), dessa vez capitaneado pela FR e alegando que “o engajamento das pessoas diretamente impactadas é uma premissa destacada no TTAC” (Samarco, 2017). Importa notar, no entanto, que naquele período houve um grande esforço coletivo de agentes diversos, pesquisadores, MP e DP, movimentos sociais, que entenderam que a participação era um dos principais problemas do processo de reparação desde sua origem na criação do TTAC (DA7; DA9; DPP1; DPP2; DES2; DES3).

A mesma forma de falar sobre a participação junto às comunidades é mantida no *disclosure* de sustentabilidade referente ao ano 2020, primeiro ano de retorno às atividades após cinco anos de paralisação em função do rompimento da barragem. A Samarco conta que o retorno às atividades foi objeto de “intensa discussão com as comunidades” (Samarco, 2021, p. 10), aquelas comunidades que a recebe, a empresa destaca:

O retorno que fizemos é *objeto de intensa discussão com as comunidades que nos recebem* [grifo nosso], com autoridades, com empregados e acionistas e com a sociedade brasileira. Junto dele, damos e daremos continuidade aos esforços em gestão de riscos e segurança para garantir que eventos como o rompimento da barragem de Fundão nunca se repitam em nossa história (Samarco, 2021, p. 10).

Importa notar que dizer que a discussão é feita com comunidades que recebem a Samarco implica no reconhecimento das disputas e que a empresa não está tão disposta a discutir suas decisões com todos os agentes. Um entendimento possível é que as comunidades que não recebem a Samarco, na verdade, lutam mais ríspidamente por suas demandas, às vezes até com violência como último recurso para serem ouvidos, como já relatado antes nas falas de Ariel [E5].

O que Noah [E1], pessoa atingida com atuação de liderança a luta pela reparação conta é que historicamente a Samarco não mantém uma comunicação direta com as comunidades, mas sim uma relação com o poder público local. Uma atuação alinhada entre esses agentes em função do capital econômico que a Samarco acumula no espaço social em Mariana, bem como da situação de instabilidade e falta de legitimidade política (Yael [E8]; Ariel [E5]), na qual os políticos são incentivados à priorizarem a lógica do crescimento econômico para garantirem seu capital político e, para isso, estão dispostos a atenderem às demandas de grandes corporações (Milanez *et al.*, 2019). Noah [E1] fala, ainda, das associações de bairro como um agente que não é integrado pela Samarco nos seus processos de comunicação.

Antigamente, antes, a comunicação acontecia via prefeituras. [Se] Queria fazer um trabalho de conscientização lá nas escolas, ia no gabinete do prefeito, no escritório dos secretários, o corpo institucional deles, ia nos órgãos públicos, os órgãos públicos falavam: ‘vai em tal quadra, vai em tal comunidade, ah, faz esse trabalho ali’. A relação [Samarco x] comunidade era via prefeitura. Não era direto com as associações de bairro, não era direto com a comunidade. Mesmo porque ela [a Samarco] sempre usou as estruturas públicas para as suas atividades. Então... o elo de ligação... a comunidade nunca teve acesso assim de chegar e reivindicar até hoje os seus problemas... a poluição, essas coisas (Noah [E1]).

Ademais, quando o tema é de interesse tão relevante, no entendimento da empresa, que extrapola a competência do poder local, tal como o estabelecimento de rotas de expansão, os governos em nível estadual e federal aparecem como agentes relevantes, pois uma vez que negociações e autorizações para atendimento dos interesses das empresas são feitas diretamente nessas esferas, as quais não têm a característica de proximidade e envolvimento com as comunidades, há o endossamento do distanciamento entre empresa e comunidades. Noah [E1] conta o roteiro normalmente seguido para a empresa viabilizar projetos maiores:

Primeiro, que as autorizações eram tudo no Estado ou na União. Lá eles conseguiam e pronto. Se a gente esbravejasse ou não, brigasse ou não, porque vai ter uma mineração ou vai abrir uma rua na minha fazenda, por exemplo, não pedia ao prefeito, não pedia ao morador. Consequia-se no Estado e pronto. Então, não tem que ter submissão ao município. E as pessoas? Como que lutam, brigam contra isso? E aí, o Bento era uma dessas... Ela estava na rota da expansão dela [da Samarco]. É uma rota. É uma comunidade tricentenária, muito anterior à empresa, mas era... A rota de expansão é por ela, passava por ela. Havia várias discussões de tirar essa comunidade de lá (Noah [E1]). O pretenso processo participativo empreendido pela Samarco também pode ser

apreendido quando a Samarco fala sobre o “diálogo social” (Samarco, 2013). Nota-se que a empresa compreende, por exemplo, que reuniões no âmbito de seus projetos de capital, tal como o Projeto Quarta Pelotização (P4P), um dos maiores projetos de expansão do setor minerário no Brasil, concluído em 2014 (Samarco, 2015), configuram fóruns de participação para as comunidades. A Samarco conta:

Dispomos de diversos canais de diálogo social para ouvir as demandas de comunidades vizinhas. No âmbito do P4P, possuímos um calendário anual de *reuniões com a comunidade* [grifo nosso] no Espírito Santo e em Minas Gerais, *prática que também é aplicada aos nossos demais projetos de capital* [grifo nosso]. No total, realizamos 239 reuniões, com a participação de 5.795 pessoas, ao longo do ano (Samarco, 2013, p. 77).

Não obstante reuniões constituírem uma forma de promover diálogo entre partes interessadas é preciso observar as condições que constituem esses momentos para que não sejam apenas ocasiões tecnicistas e formais para atendimento apenas de aspectos procedimentais (Losekann, 2020). Algumas histórias de entrevistados puderam ser contrapostas a esse discurso da Samarco, as quais contam que a Samarco apenas se reúne com as comunidades quando é necessário para o consentimento e aprovação de seus projetos de capital, o que ao mesmo tempo que corrobora a ocorrência de reuniões para os projetos, mostra a contradição entre as noções de participação dos agentes.

Cris [E2], por exemplo, refere-se a duas audiências públicas que ocorrem no fim do mês de março de 2023 para contar que a Samarco recorre a reuniões com as comunidades apenas para comunicar ações quando isso é uma condição para avançar em questões do seu interesse. No caso contado por Cris [E2] e também por Alexis [E4], a Samarco precisava dessa “audiência pública para conseguir o licenciamento para operar [...] outra usina que ela tem interesse” (Alexis [E4]). Ademais, foi possível notar que na história de Cris [E2] a pouca preocupação da Samarco para com as questões sociais e ambientais, na medida em que nas poucas situações de confrontação das pessoas presentes na audiência pública os representantes da Samarco mostraram desconhecimento dos problemas da cidade de Mariana, o que leva Cris [E2] a compreender que a empresa apenas aporta o dinheiro, se for o caso, e deixa por conta da FR as soluções.

[...] na semana retrasada, se não me engano, ela [Samarco] fez ...dia 23, 22 e 23, acho, segunda e terça, ela fez uma audiência pública em Ouro Preto, e na terça fez a audiência pública aqui no município de Mariana. Só que a audiência pública que ela fez, foi no sentido de explicar a questão da ampliação [das atividades] [...] foi questionado muito a Samarco com relação a algumas coisas que a Fundação Renova não estava executando.

E eles sempre falavam, vou olhar, vou olhar, vou olhar, mas eles nunca têm uma resposta efetiva, porque na verdade, o que dá a entender é isso, que eles aportaram dinheiro, fizeram fundo para a Fundação Renova, aportaram dinheiro e tiraram o time de campo. E quem está tentando resolver isso aí, e não está sendo de forma eficaz, é a Fundação Renova. Então, *a comunicação da Samarco, para quando ela tem que fazer alguma questão nova, que precisa da autorização, ou então até a informação da população, ela faz* [grifo nosso]. Mas agora o restante das informações não chega para a gente nada, é ineficiente, quase nula (Cris [E2]).

Há um momento, quatro anos após o rompimento da barragem, em que ao se aprofundar na justificação dos objetivos de diálogos com as comunidades afetadas pelas suas atividades, a Samarco até corrobora esse interesse por traz dos seus diálogos. A Samarco conta que:

[...] a comunicação e o diálogo nos territórios vizinhos aos complexos industriais e estruturas operacionais da Samarco, mesmo quando sobrepostas às áreas atingidas, foram realizadas, em 2018 e 2019, com dois grandes focos: promover esclarecimentos sobre os processos de licenciamento que estiveram em curso (Sistema de Disposição de Rejeito de Alegria Sul e Licenciamento Operacional Corretivo) e cumprir obrigações legais e normativas vigentes, tendo em vista a retomada operacional da Empresa (Samarco, 2020, p. 62).

Vale notar que é uma revelação que pode ser dita ali porque o *disclosure* de sustentabilidade tem uma audiência, um mercado receptor (Bourdieu, 1996), formado prioritariamente por acionistas, detentores e operadores de capital financeiro pouco interessadas nos vínculos com as comunidades e que valoriza o desempenho financeiro e informações sobre coisas que possam impactar esse desempenho financeiro. Sobre isso foi possível perceber que as pessoas moradoras de Mariana, exceto os trabalhadores da Samarco, não acessam ou não compreendem o que é falado nos *disclosures* de sustentabilidade (Alexis [E4]; Ariel [E5]; Noah [E1]; Lou [E3]; Olive [E7]). Neste caso, esse mercado simbólico que é a principal audiência do *disclosure* de sustentabilidade não censura (Bourdieu, 1996) o fato de a Samarco assumir a noção de diálogo com as comunidades apenas com objetivos de obter licenciamentos e cumprir normativas vigentes (Samarco, 2020).

Ainda, sobre o que a empresa chama de diálogo social, em 2012, seu programa de visitas às operações, a sua estrutura produtiva, era considerada atividade de diálogo social. Como conta a Samarco: “outra ferramenta importante é o programa de visitas às operações. Em 2012, realizamos 55 recepções e levamos quase 1,3 mil moradores, estudantes e demais interessados às nossas operações” (Samarco, 2013, p. 77). Esse é um nível bastante elevado de contradição

e eufemismo, na medida em que, conforme já abordado nesta tese, essa prática de levar a população, principalmente crianças em visitas escolares, para conhecer suas estruturas, a partir de uma perspectiva bourdieusiana, pode ser vista como um processo de produção do simbólico, capitais que são articulados para reprodução da *doxa* minerária e manutenção do poder simbólico no espaço social.

Ademais, a Samarco sugere que um processo cada vez mais objetivo e automatizado, em detrimento a um processo político, deve conduzir o diálogo e a participação de comunidades que são afetadas por suas atividades (Samarco, 2021, 2022b). Neste sentido, a Samarco adota “uma metodologia para pesquisas, diagnósticos e diálogo permanente com as lideranças dos territórios” (Samarco, 2021) que realiza “diagnósticos específicos (contínuos ou pontuais), relacionados à *percepção socioambiental e escuta de públicos* [grifo nosso] das áreas de influência direta de seus empreendimentos” (Samarco, 2021). Um processo realizado por empresas terceirizadas a partir de um “Sistema de Inteligência de *Stakeholders*, plataforma de monitoramento de temas críticos que utiliza inteligência artificial e [...] permite visualizar demandas da sociedade” (Samarco, 2021).

Importante notar que as noções de diálogo e participação difundidas pela Samarco neste caso estão relacionadas a uma coleta automatizada de percepções dos públicos. Um automatismo que tende a inibir um processo dialógico com trocas de proposições e argumentos (Dillard & Vinnari, 2019), e reproduzir um *habitus* fundado numa participação reduzida à ideia de consulta, o qual é historicamente constituído a partir da relação de dominação imposta pela Samarco (Bourdieu, 2013), o *habitus* minerário. Em outros termos, um sistema automatizado de diagnóstico das questões socioambientais a partir dos esquemas de percepção engendrados nos agentes do espaço social e condicionados à noção legítima de sustentabilidade propagada pela própria Samarco.

A entrega de contrapartidas irrelevantes para as comunidades afetadas pelas atividades da Samarco complementa um discurso sobre participação imputando às pessoas destes espaços a responsabilidade pela determinação do que importa sobre as questões socioambientais. São escolhas feitas a partir das percepções de pessoas com um *habitus* minerário que compreende a sustentabilidade como um desenvolvimento econômico acompanhado de mitigações dos problemas socioambientais. Essas entregas pouco relevantes e pouco associadas aos problemas socioambientais causados pela atividade minerária – problemas mal reconhecidos como tal devido à *doxa* minerária e a noção simbólica de sustentabilidade imposta – estavam sistematizadas na Política de investimento socioinstitucional que Samarco mantinha (Samarco, 2013). Sobre contrapartidas que a Samarco entregou no âmbito do projeto P4P, por exemplo,

vê-se que campanhas sobre temas desassociados à mineração, tais como combate à exploração sexual infantil e uso de drogas, são entendidos como contrapartidas válidas em troca do desenvolvimento econômico.

O Programa de Investimento Social do P4P, por sua vez, é desenvolvido com base na consulta e no diálogo com as cerca de 60 comunidades de 25 municípios da área de influência da expansão. Foram desenvolvidas, pelas comunidades, 72 iniciativas para receber apoio da Empresa, em um total de cerca de R\$ 4 milhões de investimento. A participação dos próprios moradores na elaboração e escolha das ações apoiadas aconteceu por meio de capacitação em elaboração de projetos, realizada pela Samarco ao longo do ano, contemplando representantes de todas as comunidades envolvidas. Em outubro e novembro, os projetos foram escolhidos pela própria comunidade. As ações serão executadas em 2013. Um dos programas mais significativos que mantemos na área de influência direta é o Viver Consciente, implantado em 2011 com o objetivo de mitigar impactos sociais nas comunidades vizinhas às obras, tanto do P4P quanto do projeto de acesso à rede básica de Germano para captação de energia. A iniciativa, que aborda, por meio de campanhas e eventos, temas como sexualidade e gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas e combate ao abuso e exploração sexual infantil, teve sua primeira etapa concluída em outubro de 2012 e alcançou mais de 12 mil pessoas. O objetivo das atividades é conscientizar empregados das obras, incluindo as contratadas e as subcontratadas, e as comunidades para esses problemas, permitindo a redução de ocorrências e seu correto tratamento (Samarco, 2013, p. 45).

Os projetos podem ser considerados pouco expressivos e desconectados das questões sociais e ambientais provocadas pela atividade minerária para serem consideradas contrapartidas para as pessoas das comunidades. Estrategicamente, o *disclosure* de sustentabilidade apresenta timidamente tais projetos, uma vez que isso denunciaria a irrelevância dos mesmos em relação aos investimentos para a empresa. Por exemplo, o projeto “Viver Consciente” (Samarco, 2013, p. 45), descrito como “campanhas e eventos” para abordar temas como sexualidade e gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas e combate ao abuso e exploração sexual infantil. Claro que os temas são importantes, porém, não têm relação direta com os impactos negativos promovidos pelos projetos dos quais são contrapartida, quais sejam, P4P e rede captação de energia Germano (Samarco, 2013).

A mesma lógica pode ser percebida quando se atenta para a questão relacionada à água que historicamente tem distribuição precária no território de Mariana, mas é captada em abundância pela Samarco, conforme contado pelos entrevistados (Cris [E2]; Ariel [E5]; Akira

[E9]). Por exemplo, para implantar novo projeto de captação de água em Santa Bárbara, a empresa entregou praças, casa de artesanato, entre outras pequenas contrapartidas:

Santa Bárbara [...] cederá seus recursos hídricos e receberá, em troca, algumas ações sociais e ambientais, consideradas pequenas por alguns membros da comunidade. [...] Entre as ações de responsabilidade social da empresa para Brumal [distrito de Santa Bárbara] estão: *auxílio na implantação de uma escola de culinária, ajuda na implementação de uma oficina de costura, aulas de dança e criação de uma feira de artesanato* [grifo nosso]. A mineradora ajudará na aquisição dos equipamentos, mas a gestão das atividades ficará a cargo da comunidade (N7).

Importante observar que as contradições sobre as noções de diálogo e participação da Samarco frente as relações de participação no espaço social são fundamentas e sistematizadas a partir de discursos mais profundos reproduzidos institucionalmente pelas entidades produtoras de normas e estruturas padronizadas de divulgação da sustentabilidade, tal como o GRI. É a linguagem para se falar de sustentabilidade no seu nível formal, que impõe critérios de objetividade, tal como a materialidade, e ajudam a moldar a noção de diálogo e participação, como será discutido a seguir.

4.3.2 A noção objetiva de participação imposta pelo critério da materialidade no *disclosure* de sustentabilidade

A materialidade aparece como elemento central na narrativa da Samarco em todos os *disclosures* de sustentabilidade ao longo do período analisado (Samarco, 2012; 2013; 2014; 2015; 2017; 2018; 2020; 2021; 2022b), o que foi corroborado na fala da pessoa ligada à Samarco com quem conversei, como o fundamento objetivo para justificar que o processo de construção do *disclosure* de sustentabilidade alcança os interesses de uma ampla gama de *stakeholders*, inclusive comunidades (Samarco, 2012; 2021; OB5). No campo da contabilidade financeira a ideia de materialidade é bastante difundida e, apesar de ser considerado um conceito pouco claro, é geralmente compreendido como um princípio orientador para assegurar uma representação dita verdadeira, justa e útil da situação financeira de uma empresa, em apoio à tomada de decisões (Edgley, 2014; Lai *et al.*, 2017; Puroila & Mäkelä, 2019; Calabres *et al.*, 2019).

A Samarco adota uma matriz de materialidade proposta pelo GRI como referência para a definição das questões sobre sustentabilidade consideradas relevantes (Samarco, 2022b). Uma matriz de materialidade é, normalmente, utilizada para apresentar a análise da materialidade

identificando e classificando temas considerados mais relevante com base em critérios de materialidade (Puroila & Mäkelä, 2019). Apesar do alegado processo participativo deste método, há de se trazer aqui a crítica do que se entende como participação (ver Losekann, 2020). O que pude observar na conversa com representante da Samarco (OB5) e nos *disclosures* de sustentabilidade da Samarco foi uma noção de participação sob a forma de consulta, porém, com indícios de pouca ou nenhuma efetividade na decisão final sobre o que é considerado tema material (Samarco, 2022b).

A esse respeito, foi possível notar que o levantamento dos temas relevantes é realizado *a priori* internamente e só então são levados aos *stakeholders* para sinalizarem sobre os temas mais relevantes (Samarco, 2022; OB5). O procedimento implica uma noção de participação muito limitada, pois os *stakeholders* podem apenas “sinalizar” (OB5) sobre temas já restringidos pela organização. Ademais, após consulta aos *stakeholders*, os critérios utilizados para decisão sobre o que é material são a “qualidade da consulta” e a “intensidade do relacionamento” (Samarco, 2022b), ou seja, critérios vagos que privilegiam a imposição do que a empresa considera importante. Tal procedimento não pode ser confundido com um processo participativo dialógico e agonístico, o qual pressupõe uma construção com base no diálogo e no contraditório, além de considerar as demandas na origem das formulações (Brown, 2009; Brown & Dillard, 2013b, 2015).

A aplicação da noção de materialidade no processo de produção dos *disclosure* de sustentabilidade tem sido considerada problemática e não dá conta da complexidade que é responder questões como o que pode ser considerado (materialmente) sustentável, sustentável para quem e quem decide (Edgley, 2014; Lai *et al.*, 2017; Puroila & Mäkelä, 2019). Em geral, a ideia de materialidade concebida pelas entidades normatizadoras, como o GRI, se refere a um conceito que “visa aumentar a transparência e a prestação de contas, tornando os relatórios mais focados no “que importa” e reduzindo a quantidade de informações de sustentabilidade desnecessárias (Puroila & Mäkelä, 2019, p. 1043). Contudo, o problema central em adotar a noção de materialidade no contexto dos *disclosure* de sustentabilidade está na perspectiva de se criar uma métrica universal sobre o “que importa”, quando, na verdade, a própria materialidade, ao invés de um artefato técnico, representa uma disputa social, econômica e política que se constitui historicamente (Edgley, 2014; Lai *et al.*, 2017; Puroila & Mäkelä, 2019).

Esse posicionamento da materialidade como critério universal para definição do que importa pode ser contrastado com a posição de Puroila e Mäkelä (2019), que com base na análise dos *disclosures* de sustentabilidade de 44 companhias apreenderam a materialidade

como um fenômeno socioeconômico e político, e não como um fenômeno técnico e racional. Sob esta perspectiva, a sugestão da Samarco de que ao adotar um método baseado na materialidade garante a participação da comunidade na definição “do que”, “de como” e “para quem” é reportado não se sustenta por si só. A avaliação da materialidade é um processo que requer julgamentos sobre quais informações serão relatadas, de modo que a delimitação deste conceito implica na qualidade e quantidade dos *disclosures* de sustentabilidade (Puroila & Mäkelä, 2019).

Puroila e Mäkelä (2019) concordam que confiar às estruturas de padronização dos relatórios sustentabilidade, neste caso a padronização proposta pelo GRI, o papel de definir e orientar a agenda de sustentabilidade significa colocar essas entidades como autoridades no assunto. Em outros termos, na medida em que estabelecem indicadores e acumulam capital simbólico a ponto de serem consideradas autoridades legítimas para impor a estrutura discursiva dominante (Bourdieu, 1996, 2008) para se falar sobre sustentabilidade, uma espécie de referência em capital cultural no debate da sustentabilidade, essas entidades acabam por impor simbolicamente os padrões de sustentabilidade aceitáveis.

Importante notar que a adoção de critérios e métodos baseados em materialidade para definição das questões relevantes de sustentabilidade conforme tem sido induzida pelas diversas entidades normatizadoras e praticada pela Samarco tem um caráter técnico-racional baseado num discurso empresarial que define o que é materialidade e impõe uma noção de sustentabilidade (Puroila & Mäkelä, 2019), uma materialidade que para as empresas significa estratégia (Lai *et al.*, 2017). Nos termos bourdieusianos defendido nesta tese, trata-se da imposição da noção legítima de sustentabilidade através de uma linguagem dominante padronizada sobre a sustentabilidade. Para Puroila e Mäkelä (2019)

O caráter técnico-racional das práticas contemporâneas de relato parece visar a criação de uma “visão verdadeira e justa” da sustentabilidade empresarial, com o entendimento da sustentabilidade empresarial como algo claramente definido, mensurável e gerenciável. Baseando-se nesse tipo de retórica e autoridade, e na matriz como ferramenta, o processo de avaliação da materialidade cria uma ilusão de fechamento, uma visão supostamente neutra e ‘verdadeira’ do que é material. É provável que isso tenha consequências futuras concretas e materiais na forma de desenvolvimento de educação, políticas e legislação, por exemplo (Puroila & Mäkelä, 2019, p. 1058, tradução nossa).

Na conversa que tive com a pessoa ligada à Samarco (OB5), foi possível notar que, dentre as estratégias de consulta às partes interessadas, a entrevista face a face, que é um método

com maior potencial de influência do que um questionário online por exemplo, é destinada prioritariamente a pessoas consideradas formadoras de opinião, tais como, jornalistas e representantes de instituições – por exemplo, o Instituto Brasileiro de Mineração, uma entidade que representa as empresas e instituições que atuam no setor mineral (OB5). Essas escolhas reforçam a ideia de um interesse prioritariamente na reprodução do poder simbólico, na medida em que produz um alinhamento entre as ações realizadas, e também divulgadas, e o que é difundido pela mídia e instituições, e menos interessada em apreender as demandas de pessoas que experienciam os problemas dos territórios da mineração.

A partir da análise dos *disclosures* de sustentabilidade da Samarco, bem como da sua confrontação com discursos de outros agentes e com as articulações de capital, foi possível apreender que a posição de dominação sobre o espaço político, molda a forma de participação. Uma participação pautada pelo distanciamento, visto que a cooptação do poder político dos agentes políticos locais, adquirido pela conversão do capital econômico, serve para a empresa se comunicar com as comunidades por intermédio do poder público, mas nunca diretamente junto às comunidades (Noah [E1]), não obstante a empresa se utilize eufemisticamente de termos como “construção conjunta” e “diálogo social” em suas narrativas (Samarco, 2013; 2022b).

O objetivo dos pretensos diálogos parece ser apenas a obtenção do que a Samarco chama de licença social para operar (Samarco, 2012; 2022b). Alcançar a licença social para operar pode ser entendido como a dominação da Samarco consentida pelos agentes do espaço minerário, é o reconhecimento de sua legitimidade, o poder simbólico estabelecido (Bourdieu, 1989, 2008). Como diz a Samarco:

Ao longo de toda a história [...], nós nos posicionamos lado a lado com a sociedade, em especial com as comunidades das áreas de influência direta de nosso negócio e, com diálogo e transparência nas relações, *conquistamos a licença social para operar – ativo que ocupa lugar central em nosso Modelo de Sustentabilidade* [grifo nosso] (Samarco, 2012).

Pode-se apreender que a empresa alega falar para uma ampla gama de *stakeholders*, inclusive as comunidades e a sociedade em geral, visto que afirma que o objetivo de sua comunicação é “oferecer aos nossos empregados, clientes, acionistas, comunidades e à sociedade em geral as principais informações que resumem a trajetória da Samarco” (Samarco, 2013). Porém, o que é falado nos *disclosure* de sustentabilidade da Samarco está de acordo com a estrutura imposta pelo grande mercado discursivo que fala sobre sustentabilidade, estruturado

por grandes entidades padronizadoras de normas de divulgação de sustentabilidade. Mercado que confere a legitimidade sobre o que é dito, como afirmava a própria Samarco:

alcançamos o nível A+ de aplicação da GRI – o que significa que respondemos à base completa de indicadores de desempenho socioambiental e de perfil, além de 11 indicadores específicos do Suplemento Setorial de Mineração e Metais, que trata de questões de nosso setor de atuação. O relato foi submetido à análise pela GRI e também a processo de verificação externa/independente (Samarco, 2013).

Esta subseção apresentou uma análise das narrativas nos *disclosures* de sustentabilidade da Samarco associadas à noção de participação relacionando-as com a estrutura social de participação em Mariana. Apresentei as falas, relacionadas ao processo participativo das comunidades nas decisões da empresa ditas nos *disclosures* de sustentabilidade da Samarco, como discursos que apresentam pouca conexão com as relações sociais ocorridas no campo. Relações estas, no que diz respeito ao processo participativo, marcadas pelo distanciamento da empresa em relação às comunidades, e pela desarticulação da coletividade, movimentos impostos pela relação de forças no campo e que enfraquecem o processo participativo. Os discursos nos *disclosures* de sustentabilidade, estruturados por estruturas formais – neste caso, o GRI – para se comunicar sobre sustentabilidade corporativa com base em critérios objetivos, tal como a materialidade, contrapostos ao processo participativo desarticulado e distanciado imposto pela Samarco no campo, sugerem mercados simbólicos distintos para os quais a Samarco comunica a sustentabilidade. Na seção a seguir apresento uma discussão e interpretação com base nas teorias propostas.

5 DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO *DISCLOSURE* DE SUSTENTABILIDADE NA PROMOÇÃO DE *ACCOUNTABILITY* CORPORATIVA

As proposições teóricas desta tese apresentaram a *accountability* como um processo que contempla duas dimensões nomeadas, envolvimento – espaço situado na estrutura social, nas relações face a face, no informal, resultado de relações de participação e poder – e informação – dimensão comunicativa, formal, pretensamente garantidora de transparência (Cooper & Owen, 2007; Roberts, 1991). Foi proposto, ainda que a dimensão envolvimento para o caso Samarco, sob um ponto de vista bourdieusiano, pode ser concebida como o espaço social historicamente constituído pelas relações da Samarco com outros agentes em Mariana, no qual agentes de distintos campos articulam seus capitais em torno de atividades deletérias ao mundo social e ambiental.

Neste mesmo espaço, simultaneamente, ocorrem disputas simbólicas, dentre elas disputas discursivas, visto que todo espaço social de lutas tem seus gêneros de discurso (Bourdieu, 1996; Girardi Jr, 2017). Ademais, como Shenkin e Coulson (2007) e Girardi Jr (2017) sugerem, práticas e posições dominantes no espaço social, na periferia do campo, ou seja, na dimensão do envolvimento, passam a servir de critério para a dispersão de práticas distintivas por todo o espaço social e pelos diversos mercados simbólicos (Girardi Jr, 2017). Em outras palavras, a forma de comunicar depende das relações de força material e simbólica dos agentes (Shenkin & Coulson, 2007), pois, na perspectiva bourdieusiana, o interesse ao se referir ao processo comunicativo não está apenas na linguagem, mas na importância de práticas e estruturas não discursivas que interagem com o que está sendo dito (Everett, 2002). Neste sentido, as interpretações e discussões a seguir se fundamentam na perspectiva de que os *disclosures* de sustentabilidade são discursos não neutros e que sempre refletem as estruturas sociais que expressam e ajudam a criar (Everett, 2002).

Uma apreensão relevante para os propósitos desta tese foi perceber que, diferente do pressuposto inicial intrínseco ao pensamento do pesquisador – o qual insistia em permanecer em minhas reflexões apesar das tentativas de eliminar os pré-conceitos – o *disclosure* de sustentabilidade da Samarco não parecia ter ligação com a maioria das pessoas de Mariana. Alberti-Alhtaybat *et al.* (2021) apontaram que o *disclosure* de sustentabilidade pode contribuir para a formação de um *habitus* de sustentabilidade, porém, em Mariana as comunidades não têm acesso a essas informações devido à falta de condições para sua compreensão e reconhecimento (Lou [E3]). De outro modo, o *disclosure* de sustentabilidade da Samarco parece contribuir para formação do *habitus* apenas dos seus funcionários diretamente, uma vez que

estes são expostos a essas informações (Ariel [E5]). Essas são apreensões que me conduziram a reflexões mais profundas sobre o papel dos *disclosures* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa.

Ao analisar o processo de *accountability* sob uma perspectiva bourdieusiana, na qual a realidade social não é pensada substancialmente, mas constituída historicamente nas relações de força entre agentes detentores de diferentes níveis de capital (Bourdieu & Wacquant, 1992), a promoção de *accountability* pelos *disclosures* de sustentabilidade está implicada nestas relações de força. Neste sentido, o processo de *accountability* corporativa, do ponto de vista da dimensão envolvimento (Roberts, 1991; Cooper & Owen, 2007), se constitui nas relações de força que ocorrem no território minerado em Mariana e depende de uma quantidade de capitais suficientes dos agentes da sociedade para garantir um nível de participação eficaz nas decisões das grandes empresas de mineração.

Os capitais possuídos e articulados pela Samarco no território de Mariana, no entanto, impõem um processo participativo historicamente restringido. Um processo participativo que, por um lado, é reconhecido como suficiente e legítimo para aqueles que estão prioritariamente no jogo do campo econômico da mineração – como é o caso de Yael [E8], que vê a Samarco “sempre presente como parceira nos eventos da associação [Aciam], [...] trazendo uma palestra [...] ou um curso para o empresariado local” (Yael [E8]) – mas que, por outro lado, é considerado limitado por aqueles que estão menos envolvidos no jogo do campo econômico minerário e mais vinculados aos campos de capital cultural. Estes valoram em uma escala mais alta as questões sociais e ambientais e percebem o processo participativo no território fundado no distanciamento, conseqüentemente no desconhecimento da realidade local, e na desarticulação da coletividade e conseqüente desintegração da força dos demais agentes.

O pensamento do processo de *accountability* em sua dimensão do envolvimento enquanto um espaço de lutas tem implicações para sua dimensão informação. Na perspectiva social bourdieusiana, qualquer processo comunicativo não deve ser visto como mera comunicação de uma realidade externa, mas como um discurso que pode ser também concebido como uma espécie de capital cultural possuído pelos agentes (Bourdieu, 1996). Um capital discursivo que é mobilizado num espaço de disputas, um mercado simbólico, e que é articulado (assim como os outros capitais) nas disputas com o propósito de manutenção da posição dominante (Bourdieu, 1996). Neste sentido, o discurso da Samarco, tanto nos *disclosures* de sustentabilidade quanto diretamente no território e as diversas narrativas, principalmente de agentes acadêmicos e jurídicos no território, constituem disputas discursivas em torno de termos que se inserem num léxico relacionado à sustentabilidade.

Sobre isso, Alves *et al.* (2020) chamam a atenção para o uso das palavras no campo da mineração, pois compreendem que neste espaço há uma disputa discursiva que opõe aqueles que se beneficiam da atividade minerária daqueles que arcam com os ônus do modelo de exploração. A título de exemplo, agentes ligados ao campo dos profissionais do direito, ao falarem sobre o rompimento da barragem, se baseiam em normas e conceitos jurídicos para justificar o uso do termo “desastre tecnológico” (DPP2). Outros tantos termos têm sido empregados para se referir ao desastre, tanto vindos de agentes críticos às empresas de mineração, tais como, “desastres criados” (DA6), “desastre socio-técnico” (DA6), “desastre tecnológico” (DPP2) “desastre/crime” (DA1; DES2), quanto oriundos de agentes que buscam um abrandamento da situação, tais como, “evento” (Samarco, 2018; D01), “rompimento” (Samarco, 2022) “desastre natural” (Haru [E6]), “acidente” (Haru [E6]; Alexis [E4]; Quinn [E10]).

As disputas se constituem no território de Mariana, que é espaço de lutas materiais e simbólicas no qual os agentes, posicionados em campos distintos – a Samarco dominante no campo econômico minerário; pesquisadores, que estão no campo científico, mas que também estão envolvidos com os problemas dos atingidos; MP, DP e advogados, que travam lutas no campo dos profissionais do direito, mas que na busca por interesses distintos, econômicos e simbólicos, acabam atuando em favor dos atingidos; entidades sociais e poder público no campo político – empregam seus capitais, inclusive discursivo, na tentativa de subverter a noção legítima de sustentabilidade.

A forma de se falar historicamente sobre questões sociais e ambientais, mesmo sem o rótulo do termo sustentabilidade – na medida em que no informal percebe-se que os entrevistados em geral não significam o termo – cria sentido para os agentes, no território e fora dele, e como num mercado simbólico proposto por Bourdieu (1996), os agentes tendem a se expressar a partir de escolhas que gerem lucros simbólicos para si (Bourdieu, 1996). Gerar lucros simbólicos, neste caso, implica ter seus posicionamentos político-ideológicos relacionados às questões de sustentabilidade não apenas compreendidos quando se fala sobre sustentabilidade, mas também reconhecidos como legítimos (Bourdieu & Wacquant, 1992; Bourdieu, 1996).

Fundamento estas proposições nas contradições históricas entre um *habitus* discursivo sobre sustentabilidade da Samarco, o qual é reproduzido por agentes (Yael [E8], Olive [E7] e Quinn [E10]) envolvidos pela *doxa* do campo econômico da mineração, e um *habitus* discursivo de agentes de outros campos, nos quais há predomínio do capital cultural; agentes disputam a noção de sustentabilidade contra a forma dominante de se falar sobre sustentabilidade, formas

reproduzidas por agentes como MAB, Cáritas, DPP1, DPP2, Noah [E1], Akira [E9] e Ariel [E5], além de acadêmicos. O primeiro, refere-se a um *habitus* discursivo que impõe uma noção de sustentabilidade economicamente orientada, sustentabilidade fraca (Zanoni *et al.*, 2021), tecnocêntrica (Gladwin *et al.*, 1995), e que sustenta a *doxa* do campo econômico minerário, ou seja, uma noção de sustentabilidade fundada no desenvolvimento econômico “para alguns no território” (Lou [E3]) e que trata os problemas sociais e ambientais de forma mitigatória (Lou [E3]; Akira [E9]). Assim como Belal *et al.* (2015) compreenderam, este *habitus* discursivo aceita a política neoliberal que promove um desenvolvimento econômico através da absorção pelas comunidades de um alto custo social e ambiental.

O segundo é aquele que reproduz um modo de falar sobre sustentabilidade que reflete as demandas sociais e ambientais de comunidades atingidas do território. Demandas que só podem ser compreendidas a partir do senso prático adquirido no território atingido, ou seja, apenas por aqueles agentes que estão menos subordinados à *doxa* do campo econômico minerário. Essa apropriação lenta pode ser apreendida nas experiências dos agentes da FR que estão diretamente nas interações com os atingidos, mas que como pude observar (OB3) são substituídos a medida em que incorporam a forma de falar e pensar as questões sociais e ambientais das comunidades atingidas.

A partir destas interpretações, argumento que o processo de *accountability* – que poderia chamar aqui de a possibilidade de dar e demandar razões para conduta de uma mineradora – depende das relações de força não apenas materiais, mas também discursivas, as quais impõem uma noção legítima de sustentabilidade, que é a noção de sustentabilidade reconhecida e autorizada a ser praticada. Em outros termos, é dessa noção legítima de sustentabilidade que depende tanto o processo de *accountability* quanto o papel do *disclosure* de sustentabilidade na sua promoção. Sob uma noção legítima de sustentabilidade imposta pela Samarco e outras mineradoras no território de Mariana, uma noção de sustentabilidade economicamente orientada e mitigatória dos problemas sociais e ambientais, cuja crença compartilhada legitima a criação de problemas sociais e ambientais em prol do crescimento econômico sob a condição de que ações mitigadoras sejam promovidas, nestas circunstâncias há menos coisas a se demandar da Samarco.

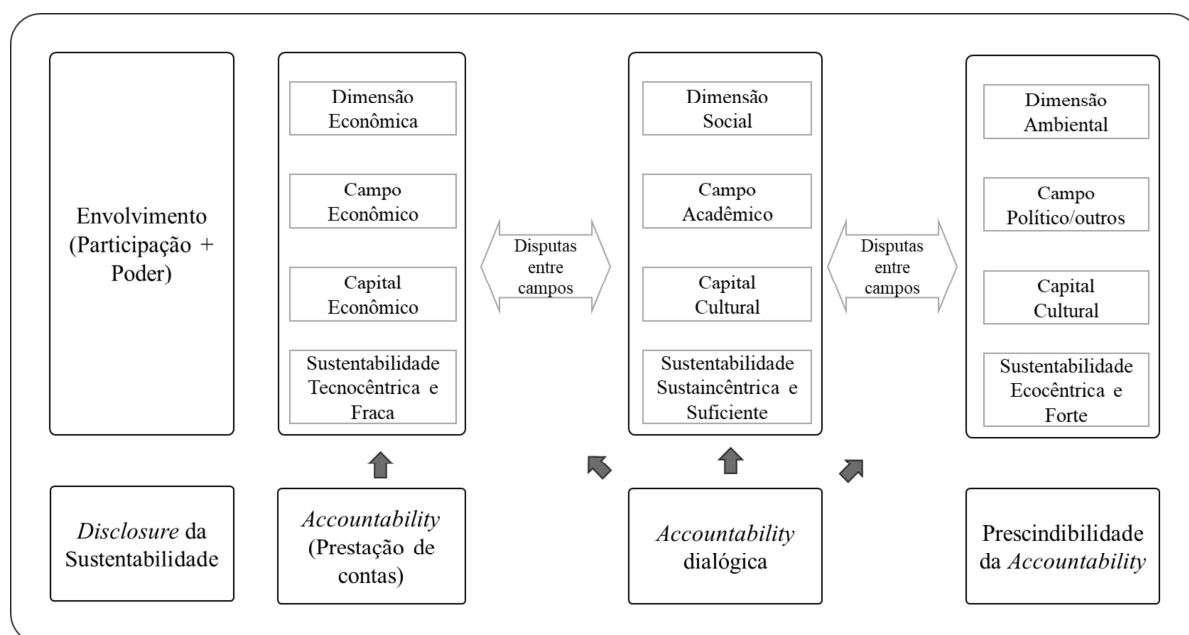
Por outro lado, se agentes de outros campos de capital cultural, que estão nas disputas materiais e simbólicas por questões sociais e ambientais relacionadas às atividades das empresas mineradoras, puderem acumular capital simbólico suficiente para romper com a *doxa* de sustentabilidade economicamente orientada, em outros termos, puderem impor uma noção de sustentabilidade orientada a uma perspectiva multidimensional que, reconhecida como

legítima exerceria poder simbólico, haveria mais coisas a se demandar e requerer razões em relação às atividades da Samarco. A implicação para os *disclosures* de sustentabilidade é que menos demandas da sociedade impõem menos coisas para a Samarco dizer sobre sua conduta e vice e versa.

Em meio às lutas discursivas o papel dos *disclosures* de sustentabilidade é reproduzir o discurso corporativo a um mercado simbólico, que nos termos bourdieusianos, deve estar disposto a receber e reconhecer esse discurso como legítimo (Bourdieu, 1996). O que é falado e como é falado nos *disclosures* de sustentabilidade depende, então, das estruturas sociais de dominação, marcada pelas articulações de capitais, que também caracterizam o mercado simbólico discursivo que recepciona e valora o que é falado (Girardi Jr, 2017). Entender o papel dos *disclosures* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa sob esta perspectiva implica conceber, então, que existem mercados dispostos a receber o que é dito, e a partir daí apreender para qual mercado a empresa fala. A Figura 15 apresenta a incorporação desse pensamento sobre o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa na perspectiva teórica da sustentabilidade defendida nesta tese.

Figura 15

Papel do disclosure de sustentabilidade na promoção de accountability no espaço de disputas sobre sustentabilidade



Fonte: elaborado com base em Borim-de-Souza *et al.* (2015), Gladwin *et al.* (1995), Lélé (1991), Mebratu (1998) e Zanoni *et al.* (2021) e nos dados da pesquisa.

Argumento que o *disclosure* de sustentabilidade assume, neste sentido, papéis distintos para a promoção da *accountability* corporativa em função dos mercados simbólicos para os quais a Samarco fala. Nos seus *disclosures* de sustentabilidade a Samarco fala uma linguagem formal, estruturada pelos formuladores de normas contábeis (GRI), linguagem que não é falada nas comunidades atingidas (Lou [E3]; Ariel [E5]), na medida que nas comunidades o que impera é o informal (Bourdieu, 1996; Shenkin & Coulson, 2007). Nas comunidades a Samarco fala diretamente aos trabalhadores (Ariel [E5]); fala às pessoas em audiências públicas, quando conveniente (Cris [E2]; Alexis [E4]); aos atingidos no âmbito da reparação por meio de agentes seus que são trocados constantemente (OB3; Quinn [E10]); fala também através da mídia local, que é dominada pelas mineradoras (Olive [E7]; Akira [E9]).

Neste sentido, nos *disclosures* de sustentabilidade a Samarco fala para outro mercado, para detentores de capital financeiro. Fala para os agentes que jogam o jogo do campo econômico e que estão longe do território de Mariana, discurso que chega apenas indiretamente no território através de mídias locais (Olive [E7]; Akira [E9]); fala sobre uma sustentabilidade economicamente orientada e mitigadora dos problemas sociais e ambientais relacionados às atividades da empresa, uma sustentabilidade tecnocêntrica e fraca (Gladwin *et al.*, 1995; Zanoni *et al.*, 2021); forma eufemizada de falar sobre sustentabilidade e condicionada pelas censuras (Bourdieu, 1996) do campo contábil-financeiro, valorada e reconhecida como legítima por esse mercado simbólico.

Desta forma, o *disclosure* de sustentabilidade da Samarco promove uma forma de *accountability* na perspectiva do modelo por delegação (Grant & Keohane, 2005), cumprindo o papel de gerar informação e garantir transparência sobre as ações da Samarco para os agentes do campo econômico. Um relato que ajuda apreender para quem a Samarco fala foi compartilhado por Ariel [E5]:

Esses relatórios são publicados muito para o público interno, para os trabalhadores, e site, no site dela publica, mas até eu mesmo as vezes acesso a relatórios são muito complexos, são informações que a empresa [...] tem a obrigação de publicar, mas que as vezes é de difícil entendimento para quem está recebendo a informação, mas no geral *é somente para um certo público, e esse certo público tem acesso, e a maioria que deveria ter acesso a esses relatórios, que a comunidade não tem*” [grifo nosso] (Ariel [OB-E5]).

Ariel [E5], um trabalhador da Samarco e atingido, compreende que a Samarco fala em seus relatórios apenas porque é obrigada, mas o que fala é sempre voltado a um público específico e seletivo, que possui não apenas condições para compreensão, mas também,

disposição para reconhecer a legitimidade do que é falado (Bourdieu, 1996). Nos *disclosures* de sustentabilidade a Samarco segue as estruturas formais propostas pelos padrões de contabilidade, neste caso o padrão GRI, uma linguagem dominante e formal para se falar de informações sociais e ambientais corporativas, reconhecida por pessoas qualificadas para tal, que reconhecem como legítimo, por exemplo, um processo participativo objetivado pelo critério da materialidade (GRI, 2022a; Puroila & Mäkelä, 2019).

Por conseguinte, o mercado para quem a Samarco fala e que precifica essa forma de falar sobre sustentabilidade é composto por detentores e operadores do capital financeiro e não pelas comunidades. O público formal, qualificado, que está distante das condições de produção materiais daquilo que, pretensamente, se refere à sustentabilidade e está escrito nos *disclosures* de sustentabilidade, mas que valoriza aquilo que ali está dito da forma como está dito porque é a forma reconhecida pelos participantes deste mercado discursivo como legítima para se falar de sustentabilidade, visto que quanto mais formal a situação, maior a legitimidade da forma dominante de se falar (Bourdieu, 1996).

Em conversa posterior que tive com Lou [E3], ele contou sobre a incapacidade de leitura e interpretação dos relatos corporativos e que não há incentivo neste sentido na região. Segundo Lou [E3], o sindicato dos trabalhadores da mineração já teve enfrentamentos sobre a necessidade de formar pessoas capazes de interpretar os relatórios corporativos, inclusive informações financeiras, divulgadas pelas empresas mineradoras, visto que não há formação para esse fim na região. Contudo, o que ele trata como “processo de silenciamento” produziu efeito restritivo sobre essa iniciativa (OB1), o que sugere articulação de capital também para que pessoas das comunidades sequer tenham acesso à essa espécie de linguagem formal que é a comunicação corporativa.

Importa notar que a linguagem que valoriza as questões sociais e ambientais, que é usada e valorizada pelos campos de capital cultural, também pode ser usada pelos dominantes em situações oficiais caso esse uso lhes renda lucros no mercado discursivo (Bourdieu, 1996). Eles devem estar providos de legitimidade discursiva suficiente para não deixar suspeita de que tal uso é oportunista (Bourdieu, 1996). Neste sentido, o discurso sobre o social e sobre o ambiental da Samarco direcionado ao território de Mariana é falado apenas quando a empresa compreende que seu uso rende lucros simbólicos relevantes (Bourdieu, 1996) nas audiências, reuniões para apresentação de projetos de capital, sempre que conveniente (Ariel [E5]; Cris [E2]; Alexis [E4]).

Sobre isso resgato aqui a noção de distanciamento entre os detentores do capital financeiro e da Samarco em relação ao território de Mariana para exemplificar como as relações

de força, que moldam o processo participativo, implicam a disputa discursiva sobre sustentabilidade em mercados distintos. O *habitus* discursivo de uma sustentabilidade orientada a multidimensionalidade, valorizada em campos de capital cultural, estava presente, por exemplo, na reunião da CABF com a FR (OB3), onde os representantes da FR, envolvidos com os atingidos, confrontados com os problemas reais destes, bem como com suas noções de responsabilidade social e ambiental, intercalam discursos. Eles se deslocaram por vezes entre a tentativa de impor a linguagem dominante – quando tentam impor a noção de empresa socialmente responsável que conduz o processo de reparação “seguindo critérios e premissas”, para que as coisas andem, mesmo que “isso implique perdas” (OB1) – e a linguagem falada nas comunidades – quando se compadecem com os atingidos reconhecendo suas demandas (OB1).

Por outro lado, o *disclosure* de sustentabilidade não parece ser capaz de uma comunicação que associe as ações corporativas às demandas das comunidades de Mariana, na medida em que o que é dito e como é dito não atende as demandas de um mercado simbólico – formado por campos de capital cultural – que estabelece preços mais elevados (Bourdieu, 1996) para os assuntos sociais e ambientais. A forma de se falar sobre as questões sociais e ambientais daqueles agentes de campos de capital cultural e menos envolvidos no jogo do campo econômico confronta a linguagem dominante da sustentabilidade. O MAB quando fala, denuncia a postura prioritariamente econômica nas decisões da Samarco (DES3); acadêmicos falam de outros modelos minerários que privilegiam o bem estar de todas as pessoas (social) e a preservação ecológica (meio ambiente) (DA2; DA4); são outras formas de falar sobre sustentabilidade – sem necessariamente o uso do termo sustentabilidade – mas que não configuram formas dominantes, pois não é a língua valorizada em um mercado simbólico condicionado às estruturas sociais dominadas pelas mineradoras.

Em outros termos, o *disclosure* de sustentabilidade não fala em resposta às demandas dos agentes menos envolvidos com a *doxa* minerária, aqueles que tem mais a demandar da Samarco. Neste sentido, uma dimensão comunicativa, como proposta nesta tese (Cooper & Owen, 2007; Roberts, 1991), que cumpra o papel de promover *accountability* corporativa depende da subversão das relações de força materiais e discursivas. De acordo com Shenkin e Coulson (2007), é na periferia das comunidades, no caso desta tese, no território minerado de Mariana, que se constrói o simbólico, que se impõe o modo de se falar, apreciar e agir sobre objetos culturais, entendido aqui como o modo de falar e tratar as questões sociais e ambientais, em outros termos, a noção legítima de sustentabilidade.

Neste sentido, a Samarco está autorizada por parte do território de Mariana – funcionários, potenciais funcionários, empresários e outros agentes envolvidos na *doxa*

minerária – a falar nos *disclosures* de sustentabilidade como fala, em função da dominação simbólica que impõe naquele espaço. Também está autorizada pelo grande mercado contábil-financeiro a falar a língua dominante que é ali reconhecida como legítima. Neste sentido, a Samarco inclusive evoca os guardiões da linguagem formal da sustentabilidade, para legitimar o que está sendo dito sobre sustentabilidade:

Para estruturar o documento, aderimos a um conjunto de metodologias e referências que inclui as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), opção de acordo Essencial; as diretrizes de Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council / Value Reporting Foundation* (VRF); e os dez *Mining Principles* do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês). Outros balizadores importantes de nossa atuação e comunicação de resultados são o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Todos esses compromissos são referenciados nas aberturas de capítulos e no sumário de indicadores (Samarco, 2021).

Sob as condições impostas por este mercado simbólico formal, o *disclosure* de sustentabilidade se constitui como parte de uma estrutura estruturante, a qual impõe a noção legítima de sustentabilidade economicamente orientada. O *disclosure* de sustentabilidade da Samarco desempenha seu papel nesta estrutura numa dimensão discursiva formalizando o modo dominante de se falar sobre sustentabilidade, o modo em que aqueles que estão no jogo econômico valorizam falar, sempre sob uma expectativa de cálculo dos lucros simbólicos daí esperados. E desempenha seu papel também na dimensão material na medida em que sua estrutura formal serve de parâmetro para definição do que é (ou não) material em termos de sustentabilidade (critérios de materialidade do GRI, por exemplo), critérios que irão guiar as ações da Samarco (Samarco, 2021).

Assim, argumento que as articulações de capitais que ocorrem no território da mineração em Mariana moldam o *habitus* dos agentes, um *habitus* minerário, que reproduz uma *doxa* de sustentabilidade economicamente orientada, tecnocêntrica (Gladwin *et al.*, 1995), fraca (Zanoni *et al.*, 2021), vigente no campo econômico da mineração. Essa dinâmica implica o processo comunicativo formal, o *disclosure* de sustentabilidade, o qual reproduz uma língua dominante para falar de sustentabilidade, a um mercado de detentores de capital financeiro que valora esta forma de falar, em função da dominação simbólica exercida pela Samarco através dos capitais por ela possuídos, com cumplicidade de parte dos agentes do território.

A cumplicidade de parte da população se fundamenta na medida em que se beneficia material e simbolicamente, acumulando capital econômico e simbólico, seja pelos benefícios

econômicos oferecidos pela Samarco, seja pelos lucros simbólicos por estar associado à empresa (Bourdieu, 1986). Relações que reforçam o poder simbólico da Samarco, de modo que boa parte daqueles que ainda não estão vinculados a este grupo, lutam para alcançar essa condição. Essa cumplicidade de parte das pessoas do território em mariana parece homóloga àquela argumentada por Killian e O'Regan (2016), que revelaram o papel da própria comunidade num processo de reprodução da legitimidade do agente dominante através de relatórios sociais na comunidade que investigaram.

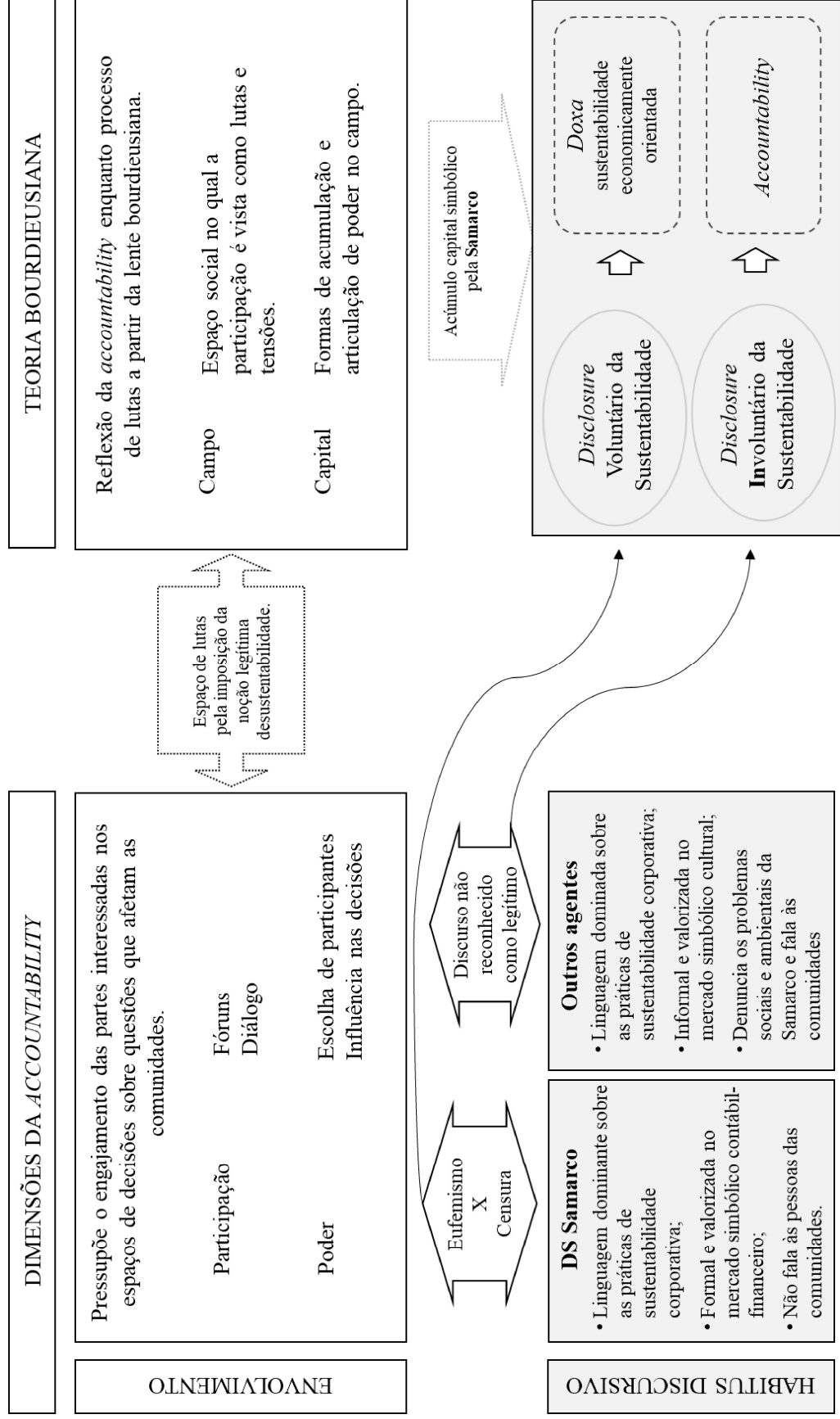
A partir de tais proposições, as informações produzidas por *disclosures* involuntários de sustentabilidade, comunicação valorizada por agentes de outros campos que não o econômico minerário, podem configurar o tipo de comunicação necessária a um processo de *accountability* corporativa coerente com as demandas de comunidades afetadas pela Samarco. Apenas após uma improvável subversão da dominação neste espaço de disputa simbólica sobre a noção de sustentabilidade é que o *disclosure* voluntário de sustentabilidade poderia agregar elementos que o caracterizasse como capaz de promover *accountability* corporativa coerente com as demandas dessas comunidades. Esse movimento já tem sido feito e pode ser visto nas propostas de intervenção discutidas por pessoas envolvidas no território minerário que compreendem que é preciso disputar as subjetividades, os espaços e as narrativas (Alves *et al.*, 2020).

A partir das interpretações propostas, a Figura 16 apresenta uma nova representação do esquema conceitual. Neste novo esquema a dimensão da *accountability* denominada informação é representada como disputa discursiva entre os agentes do espaço social. A dominação simbólica exercida pela Samarco implica em um *disclosure* de sustentabilidade que tende a reproduzir a *doxa* da sustentabilidade implicada na *doxa* do campo econômico minerário.

Por outro lado, o tipo de comunicação que tem sido utilizado para informar comunidades e sociedade sobre problemas sociais e ambientais, problemas estes não reconhecidos pela *doxa* minerária, são os *disclosures* involuntários da sustentabilidade representados pelas diversas formas que os agentes de outros campos utilizam para comunicarem ações da Samarco acerca de questões sociais e ambientais omitidas pela empresa. Estes representam os discursos dos agentes que lutam contra a Samarco por uma noção de sustentabilidade que valoriza em níveis mais altos as questões sociais e ambientais e tende a promover um processo de *accountability* corporativa que alcança as comunidades afetadas pela Samarco, bem como a sociedade mais ampla.

Figura 16

Papel do disclosures de sustentabilidade da Samarco na promoção de accountability



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida nesta tese teve como preocupação central gerar compreensão sobre como a dinâmica envolvendo capitais, numa perspectiva bourdieusiana, possibilita ou restringe o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa. Em termos gerais, a ideia de *accountability* tem relação com dar e demandar razões para conduta (Roberts & Scapens, 1985), sendo que do ponto de vista da responsabilidade social corporativa isso implica em alguma forma de controle social sobre as organizações (Gray, 1992; Valor, 2005).

Buscou-se delinear uma noção de *accountability* a partir da abordagem sociológica de Pierre Bourdieu como tentativa de elucidar a tese de que o *disclosure* de sustentabilidade é constituído em um contexto no qual a noção de sustentabilidade está em disputa, contexto este especificado em um espaço de lutas materiais e simbólicas, no qual o acúmulo e a articulação de capitais determinam o que, o porquê e para quem é divulgado. Por conseguinte, um contexto que molda o processo de *accountability* e o papel do *disclosure* de sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa.

Ao se valer da abordagem sociológica de Pierre Bourdieu buscou-se contestar o argumento normativo de abordagens econômicas, predominantes nos estudos em contabilidade social e ambiental, sobretudo a teoria dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010), e faz isso situando essas partes interessadas como agentes em um campo de poder (Bourdieu & Wacquant, 1992). Alguns agentes pertencentes ao mesmo campo econômico dominado pela grande corporação, no caso da tese a Samarco, outros vinculados a outros campos, notadamente, caracterizados pelos capitais cultural e social, tais como o campo político, o campo acadêmico e o campo dos profissionais do direito.

Neste espaço de lutas ocorre uma disputa pela noção legítima de sustentabilidade. Ademais, não é novidade abordar os *disclosures* de sustentabilidade como discurso de legitimação de sua imagem e reputação (Deegan, 2002) nas investigações da contabilidade social e ambiental. A pesquisa, no entanto, mais do que a constatação do uso dos relatórios corporativos para tais fins, oferece uma abordagem que problematiza o contexto social que implica o *disclosure* de sustentabilidade.

Para condução da pesquisa o primeiro passo foi mapear e caracterizar o espaço social para compreensão dos principais agentes envolvidos nas disputas pela noção de sustentabilidade, seus *habitus*, o poder simbólico e a *doxa* predominantes no espaço. A Samarco, empresa com longa história na cidade de Mariana, uma história marcada por um

desastre que provocou efeitos relevantes nas relações sociais daquele lugar, foi escolhida como caso que possibilitou a investigação. Neste sentido, acadêmicos que conduzem pesquisas relacionadas aos problemas causados pela atividade minerária consideram que os problemas são historicamente invisibilizados no Brasil e que desastres como o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, despertam a sociedade para enfrentá-los (Alves *et al.*, 2020; Milanez *et al.*, 2019).

Com base na análise de narrativas (Riessman, 2008) de pessoas que vivem em Mariana, bem como de diferentes agentes envolvidos no espaço sob investigação, além da análise de documentos e observações de campo, foi possível apreender que o espaço de disputas para imposição do que importa sobre as questões sociais e ambientais é constituído por agentes posicionados em distintos campos, dentro dos quais os agentes ocupam posições dominantes e dominadas em função da posse de diferentes tipos de capitais – econômico, cultural, social e simbólico. O campo econômico da mineração é predominante de tal modo que a Samarco, detentora de um capital econômico que lhe garante o poder simbólico no território de Mariana, ocupa uma posição de agente dominante, exercendo um predomínio sobre os demais agentes de outros campos como poder público local, agentes do campo científico, movimentos sociais, entre outros.

Outra etapa da pesquisa objetivou apreender as articulações de capitais nas disputas relacionadas à sustentabilidade no âmbito das relações de força entre a Samarco e demais agentes. Foi possível apreender que a distribuição do capital econômico no espaço investigado é desigual em favor da Samarco, de tal modo que ao articular este tipo de capital a Samarco historicamente consegue convertê-lo em outras formas de capital, cultural, social e simbólico, que lhe garantem a perpetuação do poder simbólico (Bourdieu, 1989) naquele espaço moldando um *habitus* minerário e reproduzindo uma *doxa* da sustentabilidade economicamente orientada, fundada no desenvolvimento econômico e que consente responder aos problemas sociais e ambientais apenas de forma mitigatória.

As implicações desta dominação para a *accountability* se verificam nos efeitos que as relações de forças no espaço social impõem ao processo participativo – elemento fundamental da *accountability* corporativa no contexto da sustentabilidade – das comunidades em decisões da Samarco que afetam essas mesmas comunidades (Cooper & Owen, 2007; Dillard & Vinnari, 2019). Apreendeu-se que as relações de força historicamente dominadas pela Samarco impõem, de forma dissimulada (Bourdieu, 2008), um processo participativo marcado pelo distanciamento da empresa em relação às comunidades que são afetadas por suas atividades,

bem como pela desarticulação da coletividade para constituição das demandas dessas comunidades.

Finalmente, a apreensão do espaço social e das articulações de capital neste espaço permitiram avançar para a etapa que consistia em interpretar as narrativas da Samarco no *disclosure* de sustentabilidade e sua relação com promoção de *accountability* a partir das relações de força determinadas pelas articulações de capital da Samarco e de outros agentes no território de Mariana. As narrativas da Samarco no *disclosure* de sustentabilidade relacionadas à participação da sociedade nas decisões organizacionais, contrastadas com o processo participativo constituído pelas histórias de distintos agentes e caracterizado pelas relações de força no espaço social dominado pela Samarco, levaram a interpretação de que o *disclosure* de sustentabilidade da Samarco configura um mecanismo discursivo e tende a não contribuir objetivamente para responder às demandas das comunidades afetadas pela organização.

Apreendeu-se que a Samarco, agente dominante das relações de força materiais e simbólicas no espaço de lutas pela imposição da noção de sustentabilidade, reproduz uma linguagem dominante (Bourdieu, 1996) no contexto da sustentabilidade. Uma forma de apreender e falar sobre questões sociais e ambientais que, vinculados ao *habitus* minerário de Mariana, moldam um *habitus* de sustentabilidade economicamente orientado e conformado aos problemas socioambientais. Trata-se de um discurso que reconhecido e valorizado como legítimo por um mercado simbólico contábil e financeiro que aprecia essa forma dominante de comunicar sobre sustentabilidade (Bourdieu, 1996). Através de seu discurso, a Samarco reproduz a noção legítima de sustentabilidade para o mercado formado pelos detentores e operadores do capital financeiro, e a impõe à uma parte das pessoas no território de Mariana, aquelas inseridas no jogo econômico do campo minerário.

Importante notar que, ao impor uma forma legítima e dominante de se referir à sustentabilidade, aquela noção econômica de sustentabilidade, sustentabilidade fraca e tecnocêntrica (Gladwin *et al.*, 1995; Zanoni *et al.*, 2021) – linguagem essa, a qual todos os agentes passam a querer falar porque podem lucrar simbolicamente (Bourdieu, 1996) – outras formas de se referir à sustentabilidade, ou seja, outras noções do social e do ambiental perdem espaço neste mercado discursivo. Perde-se a noção de multidimensionalidade, de pluralidade, de antagonismo inerentes as relações sociais.

Em outras palavras, a reprodução da *doxa* do campo econômico minerário, o saber as regras do jogo, mas sem conhecer as condições de produção (Deer, 2018) desse jogo, a *doxa* que implica uma *doxa* de sustentabilidade economicamente orientada, limita a capacidade de se pensar em termos de necessidades sociais e ambientais e inibe-se as lutas, pois não se conhece

as regras de outros campos (de capital não econômico); não há envolvimento com as lutas pelos interesses divergentes, pela participação, mas apenas a luta do campo econômico minerário. Implica dizer que ocorre historicamente a inibição do processo de *accountability* na medida em que se passa a não perceber as divergências de interesses, não havendo necessidade de controle, visto que o que é feito e dito pela corporação é tomado como certo, como legítimo.

Neste sentido, o *disclosure* de sustentabilidade, enquanto mecanismo (re)produtor de uma linguagem dominante, delineada aos interesses corporativos sobre a sustentabilidade, tem seu papel restringido na promoção de um processo de *accountability* corporativa que incorpore as comunidades atingidas como parte interessada. Trata-se de um mecanismo que materializa o discurso corporativo para um mercado que o valoriza, que reconhece a Samarco como autoridade legítima para falar, produto das relações de força, ou seja, das articulações dos capitais, que tem parte na reprodução da estrutura e do *habitus* que garantem a dominação simbólica da Samarco no espaço de lutas por questões sociais e ambientais no território de Mariana.

Por outro lado, a subversão do discurso dominante no espaço de discussão da sustentabilidade é o modo pelo qual a *accountability* pode ser promovida de forma a alcançar os interesses de comunidades afetadas pelas atividades da Samarco. Isso porque, numa perspectiva bourdieusiana, apenas através do acúmulo de capital por parte de outros agentes menos dependentes do capital econômico, os quais são detentores de outras formas de capital, cultural e social, com suas outras formas de pensar e falar de uma sustentabilidade mais preocupada com as questões sociais e ambientais, é que permite novas tomadas de posição, novos *habitus*, consequentemente, permite o questionamento da *doxa*.

Esse rompimento com a *doxa* pode possibilitar a luta pelo reconhecimento de necessidades plurais nas decisões corporativas. Essas novas formas de pensar e falar de sustentabilidade, as quais já ocorrem – na dimensão do envolvimento do modelo de *accountability* proposto nesta tese – só podem emergir na dimensão informação por meio dos *disclosures* involuntários de sustentabilidade, ou seja, os discursos em relatos de outros agentes, academia, mídia, movimentos sociais, independentes da vontade da organização.

As crises, como no caso do rompimento da barragem de Fundão, são pontos de inflexão que provocam ruptura no estado de consentimento por parte dos agentes nas posições dominadas, neste caso a população de Mariana e, nos termos de Pierre Bourdieu, promovem momentos de descasamento entre o campo e o *habitus* dos agentes, a contestação da *doxa* (Hardy, 2018). Momento este em que surge um espaço para a inserção de novos dominantes no campo (Hardy, 2018), o que pode representar mudança de *habitus* minerário e da

sustentabilidade. Pela perspectiva bourdieusiana, contudo, esse movimento não é trivial e também depende dos capitais acumulados pelos outros agentes, sendo que a tendência é que os agentes dominantes consigam articular capitais e até mesmo promover alterações no campo, mas apenas de modo a restabelecer o compasso entre o *habitus* e o campo sem, contudo, representar uma subversão da ordem dominante (Hardy, 2018).

Sobre isso Milanez *et al.* (2019), por exemplo, revelam que uma legislação responsável por aumentar o controle sobre as atividades de mineração no estado de Minas Gerais, proposta após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, estava sendo protelada e tendo suas propostas mitigadas em favor das mineradoras ao longo de três anos, o que representa o restabelecimento do poder simbólico do dominante, no caso a Samarco. Apenas após o rompimento da barragem do Feijão em Brumadinho, em 2019, é que se conseguiu a aprovação de tal legislação (Milanez *et al.*, 2019).

As interpretações nesta tese sugerem alinhamento à ideia defendida por Shearer (2002) de que no atual sistema econômico neoliberal, de livre mercado em uma base global, o processo de responsabilização de grandes corporações dentro das regras de um sistema que caminha por si só não é possível. Como forma para se refletir sobre intervenções, as proposições de Shenkin e Coulson (2007) podem configurar caminho aderente as proposições e interpretações desta tese. Para os autores, os *disclosures* de sustentabilidade, da forma como têm sido produzidos, representam a posição liberal de responsabilidade social corporativa. Trata-se de tecnologias contábeis capturadas pela, e baseadas na, lógica neoliberal que tende a reproduzir os problemas de participação, de desigualdade de poder, e por conseguinte, um processo de *accountability* limitado e que não alcança as comunidades que se relacionam diretamente com a Samarco.

Shenkin e Coulson (2007) argumentam que, numa perspectiva bourdieusiana pós-liberal, *accountability* deve ser pensada à luz dos vínculos entre a prática acadêmica e o ativismo social. Neste sentido, um processo de mudança social pode ter como caminho a comunicação informal e não institucionalizada como forma de escapar das restrições impostas pelo *habitus* institucionalizado. Os *disclosures* de sustentabilidade capazes de promover *accountability*, neste caso, poderiam estar associados a essa noção de comunicação informal, na dimensão do envolvimento, pois é através da produção do cultural e do simbólico que o conhecimento pode começar a incitar respostas comportamentais de agentes diretamente engajados no mundo social (Shenkin & Coulson, 2007). Como afirmam os autores, é “a partir desta posição que a legitimidade é dada à voz de uma comunidade social e removida das estruturas de controle institucional baseadas em regras” (Shenkin & Coulson, 2007, p. 308, tradução nossa).

Ademais, esse processo comunicativo informal e não institucionalizado pode ser articulado na pesquisa contábil pela lógica dos *disclosures* involuntários, os quais na literatura contábil têm sido abordados como contra-relatos (George *et al.*, 2021). George *et al.* (2021) compreendem que os sistemas de contabilidade por si só, adequados ao modelo neoliberal, não são suficientes para promover *accountability* corporativa. Os autores argumentam que os relatos produzidos por movimentos sociais configuram uma prática política desafiadora da hegemonia neoliberal e a pesquisa contábil pode ser parte desse movimento para compreensão do conteúdo, do uso e dos impactos destes relatos nas intervenções dos movimentos sociais (George *et al.*, 2021).

No caso desta tese esse mecanismo, tratado como *disclosure* involuntário, pode ser pensado para desempenhar o papel de promover o processo de *accountability* corporativa e já pode ser visto nas lutas do campo da mineração. Movimentos em busca de uma soberania popular sobre a atividade de extração mineral têm apontado a necessidade de comitês formados pela população que levanten informações para contrapor as informações produzidas pelas empresas (Alves *et al.*, 2020). Alves *et al.* (2020) ainda expõem a necessidade de formatos de participação mais representativos e com maior capacidade decisória tais como audiências públicas em maior quantidade e com caráter deliberativo, além de repensar a representatividade de conselhos. Os autores falam ainda da necessidade de difusão de informação e educação para a população a respeito da atividade mineradora (Alves *et al.*, 2020).

Outra questão a ser discutida a partir da abordagem desta tese refere-se à regulação do *disclosure* de sustentabilidade, considerada uma condição pela maioria dos estudos em contabilidade social e ambiental para que o *disclosure* de sustentabilidade comunique de maneira a promover *accountability* para a sociedade e comunidades. Em uma perspectiva bourdieusiana, a regulação dos *disclosures* de sustentabilidade tende a não ser eficaz por si só, na medida em que o processo de *accountability*, tanto na sua dimensão envolvimento, quanto no que diz respeito ao processo comunicativo, é dependente das relações de força constituídas historicamente no espaço de lutas entre agentes possuidores de capitais, no qual os próprios agentes reguladores estão inseridos em distintos jogos e sob os efeitos do poder simbólico dominante destes.

As leis, também, como resultado das relações sociais deste espaço de lutas, não são escapáveis ao esquema de disposições deste espaço e tendem a produzir regras especificadas pelos agentes dominantes. O *disclosure* de sustentabilidade, então, circunscrito num contexto em que o *habitus* é representado por esquemas de disposições voltados para uma sustentabilidade economicamente orientada, tende, assim como as regularidades que o

determina, a ser um elemento reprodutor do discurso dominante e que tende a contribuir para mais acúmulo de capital simbólico ao agente dominante (Shenkin & Coulson, 2007).

Algumas limitações da pesquisa merecem ser destacadas, a primeira delas é sobre a dificuldade de acesso ao campo. Considerando o posicionamento epistemológico e as abordagens teórica e metodológica da pesquisa, uma maior aproximação com o campo poderia contribuir para o entendimento do espaço social. Um pesquisador estrangeiro ao território de Mariana, como no caso desta tese, tende a encontrar dificuldades para acessar pessoas para falar de um tema sensível e caro para elas.

Como destacado por Milanez *et al.* (2018), são muitos pesquisadores estrangeiros ao território, que preocupados com os lucros simbólicos que um desastre como o ocorrido em Mariana pode lhes render, adentram ao território, extraem informações, mas sem se envolver ou ao menos refletir sobre as lutas daquele espaço. Neste sentido, escolhas de quem entrevistar e de documentos a serem analisados acabam ficando limitados, fato que deve ser considerado para as reflexões resultantes da pesquisa.

As limitações de recursos materiais e financeiros também foram limitadoras para uma coleta de dados que, apesar de usar como estratégia um estudo de caso, teve como *locus* um espaço social mais amplo do que os limites de uma organização específica. A coleta de dados implicou no acesso a pessoas de comunidades afetadas pelas atividades da Samarco para realização das entrevistas, além de uma análise documental que emergiu ciclicamente do próprio processo de formação do conjunto de dados. Cabe destacar ainda que, sendo uma pesquisa com abordagem interpretativa e crítica, as interpretações não têm como intenção qualquer forma de generalização para outros casos configurando apenas uma interpretação possível que busca criar compreensão sobre um fenômeno contábil, social, político, histórico e ideológico a partir da análise das relações histórias de uma organização com comunidades afetadas por ela.

Finalmente, importa destacar que pensar a contabilidade a partir da construção do objeto de pesquisa com base na perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu ofereceu grande desafio e um distanciamento da contabilidade tradicional. O esforço de pesquisa foi pautado na percepção de que outras formas de se pensar o mundo e, principalmente, de que levar a sério o contexto no qual as práticas de contabilidade acontecem (Everett, 2002), são relevantes para a compreensão do fenômeno contábil. Pesquisas futuras podem considerar outros casos de organizações com atividades de relevante impacto socioambiental gerando outras interpretações que podem ajudar a refletir sobre os resultados desta pesquisa. Ademais, estudos sobre diferentes formas de *disclosure* involuntário de sustentabilidade podem contribuir para a

compreensão e o desenvolvimento de outras formas de comunicação que interessam à sociedade e às comunidades afetadas por atividades de grandes corporações.

Discutir sobre como a noção de contabilidade tem sido estabelecida a partir de interesses do campo econômico, que encontra reverberação nas disputas pelo acúmulo de capital simbólico dentro do campo acadêmico da contabilidade, é uma necessidade apontada não só por agentes do próprio campo acadêmico contábil (Lukka, 2010; Carnegie *et al.*, 2021), mas também por pessoas que estão vivenciando suas lutas em comunidades afetadas por grandes corporações, as quais lucram com a extração da riqueza local. Pessoas essas que se questionam: “[...] É lucrativo? É lucrativo? É lucrativo! Mas quais são as métricas que dizem o que de fato é lucro e quanto é esse lucro? Não! Não há esse conhecimento geral da população. Ele está restrito à universidade, ele está restrito a pessoas... mas ele não é debatido nem nos movimentos sociais” (pessoa moradora de Mariana).

7 REFERÊNCIAS

- Adams, C. A., & McNicholas, P. (2007). Making a difference: Sustainability reporting, accountability and organisational change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(3), 382–402. <https://doi.org/10.1108/09513570710748553>.
- Alberti-Alhtaybat, L. von, Alhatabat, Z., & Al-Htaybat, K. (2021). Investigating the sustainability habitus: Insights from Aramex's sustainability practices and reports. *Meditari Accountancy Research*, 29(3), 477–501. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2019-0545>
- Alves, M. da S., Carneiro, K. G., Souza, T. R., Motta, G. M. V., Fantinel, L. M., Iorio, G. S., & Coelho, T. P. (2020). Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: Realidades e resistências. Em M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Orgs.), *Mineração: Realidades e resistências* (pp. 41-100). Expressão Popular.
- Alvesson, M., & Sandberg, J. (2011). Generating research questions through problematization. *Academy of management review*, 36(2), 247–271.
- Araújo, G. M. (2021). *O panorama das serras: Investigando a dimensão política do conceito de paisagem nos conflitos entre mineração e a preservação do patrimônio cultural no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.]. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40373>
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>
- Baldam, R. (2021). *Science Mapping (Bibliometria) with R Studio, Bibliometrix and international indexes* [Slides de PowerPoint]. <http://cope.ufes.br>

- Barreiros, B. C. (2023). Uma pragmática sociológica? Sobre as possibilidades da análise das práticas discursivas a partir de bourdieu. *Sociologia & Antropologia*, 13(1), e200120. <https://doi.org/10.1590/2238-38752022v13i110>
- Bauer, M. W., & Aarts, B. (2013). A Construção do *Corpus*: Um princípio para a coleta de dados qualitativos. Em M. W. Bauer e G. Gaskel (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático (Pedrinho A. Guaresch. Trad.)*, (2a ed., pp. 39-63). Vozes.
- Beattie, V. (2014). Accounting narratives and the narrative turn in accounting research: Issues, theory, methodology, methods and a research framework. *The British Accounting Review*, 46(2), 111–134. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.05.001>
- Bebbington, J., Brown, J., & Frame, B. (2007a). Accounting technologies and sustainability assessment models. *Ecological Economics*, 61(2–3), 224–236. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.10.021>
- Bebbington, J., Brown, J., Frame, B., & Thomson, I. (2007b). Theorizing engagement: The potential of a critical dialogic approach. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(3), 356–381. <https://doi.org/10.1108/09513570710748544>
- Belal, A. R., Cooper, S. M., & Khan, N. A. (2015). Corporate environmental responsibility and *accountability*: What chance in vulnerable Bangladesh? *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 44–58. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2015.01.005>
- Borim-de-Souza, R., Balbinot, Z., Travis, E. F., Munck, L., & Takahashi, A. R. W. (2015). Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory: Proposing styles of reasoning for an unknown metropole. *Cross Cultural Management*, 22(2), 201–235. <https://doi.org/10.1108/CCM-02-2013-0027>
- Borim-de-Souza, R., Woitas, N. M. A., Zanoni, B. L., & Chiba, J. H. F. (2018). Internationalisation and sustainability as a field: A contingent view of comparative

- management via Bourdieusian sociology. *International Journal of Comparative Management*, 1(1), 26–44.
- Borim-de-Souza, R., Zandoni, B. L., Jan-Chiba, J. H. F., & Borinelli, B. (2019). Organizations and sustainability: A field of knowledge. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 31(2), 365–384. <https://doi.org/10.1108/MEQ-09-2019-0203>
- Borsatto Junior, J. L., & Dal Vesco, D. G. (2021). Sistemas de controle gerencial como instrumento de poder sob a ótica de Bourdieu. *Revista Universo Contábil*, 16(1), 27–53.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. Em J. Richardson, *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (p. 241–258). Greenwood Press.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1990). *Coisas ditas*. Editora Brasiliense.
- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. Edusp.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Unesp.
- Bourdieu, P. (2007a). *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Souk/Edusp.
- Bourdieu, P. (2007b). O capital social: Notas provisórias. Em M. A. Nogueira & A. Catani (Orgs.), *Escritos de Educação* (9a ed., pp. 65-69). Editora Vozes.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação* (9a ed.). Papirus.
- Bourdieu, P. (2010). *Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia* (7a ed.). Vozes.
- Bourdieu, P. (2013). *O senso prático* (3a ed.). Vozes.
- Bourdieu, P. (2019). *Questões de Sociologia*. Vozes.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1992). *A reprodução* (3a ed.). Francisco Alves.

- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. University of Chicago Press.
- Brennan, N. M., & Solomon, J. (2008). Corporate governance, *accountability* and mechanisms of *accountability*: An overview. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(7), 885–906. <https://doi.org/10.1108/09513570810907401>
- Brown, J. (2009). Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(3), 313–342. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.08.002>
- Brown, J., & Dillard, J. (2013a). Agonizing over engagement: SEA and the “death of environmentalism” debates. *Critical Perspectives on Accounting*, 24(1), 1–18. a. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.09.001>
- Brown, J., & Dillard, J. (2013b). Critical accounting and communicative action: On the limits of consensual deliberation. *Critical Perspectives on Accounting*, 24(3), 176–190. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.06.003>
- Brown, J., & Dillard, J. (2015). Dialogic Accountings for *Stakeholders*: On Opening Up and Closing Down Participatory Governance: Dialogic Accountings for *Stakeholders*. *Journal of Management Studies*, 52(7), 961–985. <https://doi.org/10.1111/joms.12153>
- Brown, J., Dillard, J., & Hopper, T. (2015). Accounting, accountants and *accountability* regimes in pluralistic societies: Taking multiple perspectives seriously. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(5), 626–650. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2015-1996>
- Calabres, A., Costa, R., Levialedi Ghiron, N., & Menichini, T. (2019). Materiality analysis in sustainability reporting: A tool for directing corporate sustainability towards emerging economic, environmental and social opportunities. *Technological and Economic Development of Economy*, 25(5), 1016–1038. <https://doi.org/10.3846/tede.2019.10550>

- Campos, A. M. (1990). *Accountability*: Quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 24(2), 30–50.
- Carnegie, G., Parker, L., & Tsahuridu, E. (2021). It's 2020: What is Accounting Today? *Australian Accounting Review*, 31(1), 65–73. <https://doi.org/10.1111/auar.12325>
- Carneiro, K. G., & Souza, T. R. (2020). A resistência no campo de luta acadêmico: Ciência para quem? Para que? Em M. da S. Alves, K. G. Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Orgs.), *Mineração: Realidades e resistências* (pp. 161-192). Expressão Popular.
- Chase, S. E. (2018). Narrative inquiry: Toward theoretical and methodological maturity. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (Vol. 5, pp. 946–970). SAGE.
- Chueke, G. V., & Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Internext*, 10(2), 1–5. <https://doi.org/10.18568/1980-48651021-52015>
- Claro, P. B. de O., Claro, D. P., & Amâncio, R. (2008). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração-RAUSP*, 43(4), 289–300.
- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. (2a ed). Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Cooper, S. M., & Owen, D. L. (2007). Corporate social reporting and *stakeholder accountability*: The missing link. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7–8), 649–667. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.02.001>
- Corcuff, P. (2001). *As novas sociologias: Construções da realidade social*. EDUSC.
- Czarniawska, B. (2017). An emergence of narrative approaches in social sciences and in accounting research. Em *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Research Methods* (p. 184–199). Routledge.

- Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Deer, C. (2018). *Doxa*. Em M. Grenfell (Ed.), *Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*. Editora Vozes Limitada.
- Dillard, J., & Vinnari, E. (2019). Critical dialogical accountability: From accounting-based accountability to accountability-based accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 62, 16–38. doi: 10.1016/j.cpa.2018.10.003
- Diniz, J. M. A., Marquesan, F. F. S., Diógenes, A. P., & Mesquita, R. F. de. (2020). O lado obscuro das empresas ganhadoras do guia de sustentabilidade da revista exame. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 17(3), 239. <https://doi.org/10.25112/rgd.v17i3.2247>
- Djelic, M.-L., & Etchanchu, H. (2017). Contextualizing Corporate Political Responsibilities: Neoliberal CSR in Historical Perspective. *Journal of Business Ethics*, 142(4), 641–661. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2879-7>
- Dornelles, O. M., & Sauerbronn, F. F. (2019). Narrativas: Definição e Aplicações em Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(4), 19–37. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v14i4.27082
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166–185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130–141. <https://doi.org/10.1002/bse.323>

- Edgley, C. (2014). A genealogy of accounting materiality. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), 255–271. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2013.06.001>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of management review*, 14(1), 57–74.
- Elkington, J. (1997). Cannibal^s with forks. *The triple bottom line of 21st century*, 73.
- Everett, J. (2002). Organizational Research and the Praxeology of Pierre Bourdieu. *Organizational Research Methods*, 5(1), 56–80.
<https://doi.org/10.1177/1094428102051005>
- Everett, J. (2018). Bourdieu. Em R. Roslender (Ed.), *The Routledge companion to critical accounting*. Routledge.
- Faria, A., & Sauerbronn, F. F. (2008). A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *Revista de Administração Pública*, 42, 7–33.
- Farjaudon, A.-L., & Morales, J. (2013). In search of consensus: The role of accounting in the definition and reproduction of dominant interests. *Critical Perspectives on Accounting*, 24(2), 154–171. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.09.010>
- Fernandes, S. M. (2013). Os efeitos do *disclosure* ambiental negativo involuntário: Um estudo de evento nas companhias brasileiras com alto índice de poluição. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7(17), 56–68.
- Ferreira, C. C., Borim-de-Souza, R., Marinello, R. M., & Chiba, J. H. (2020). The *doxa* about sustainability: A path constructed by narratives from an organisational field. *International Journal of Comparative Management*, 3(1–2), 104–124.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed). Artmed.
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>

Freeman, R. Edward., Harrison, J. S., Wicks, A. C., Parmar, B. L., & Colle, S. de. (2010).

Stakeholder Theory: The State of the Art. Cambridge University Press.

George, S., Brown, J., & Dillard, J. (2021). Social movement activists' conceptions of political action and counter-accounting through a critical dialogic accounting and accountability lens. *Critical Perspectives on Accounting*, 102408.

<https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102408>

Gibassier, D. (2015). The corporate reporting landscape: A market for virtue or the virtue of marketization? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(4), 527–536. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2015-0061>

Girardi Jr, L. (2017). Pierre Bourdieu: Mercados lingüísticos e poder simbólico. *Revista FAMECOS*, 24(3), 25978. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.3.25978>

Gladwin, T. N., Kennelly, J. J., & Krause, T.-S. (1995). Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research. *Academy of management Review*, 20(4), 874–907.

Grant, R. W., & Keohane, R. O. (2005). *Accountability* and abuses of power in world politics. *American political science review*, 99(1), 29–43.

Gray, R. (1992). Accounting and environmentalism: An exploration of the challenge of gently accounting for *accountability*, transparency and sustainability. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 399–425. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90038-T](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90038-T)

Gray, R. (2002). The social accounting project and Accounting Organizations and Society Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique? *Accounting, organizations and society*, 27(7), 687–708.

- Gray, R. (2006). Does sustainability reporting improve corporate behaviour?: Wrong question? Right time? *Accounting and Business Research*, 36(sup1), 65–88.
<https://doi.org/10.1080/00014788.2006.9730048>
- Gray, R., Owen, D., & Adams, C. (1996). *Accounting & accountability: Changes and challenges in corporate social and environmental reporting*. Prentice hall.
- Grenfell, M. (2018). *Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*. Editora Vozes Limitada.
- Global Reporting Initiative. (2022a). The materiality madness: Why definitions matter. *The GRI Perspective*, 3, 4.
- Global Reporting Initiative. (2022b). ESG standards, frameworks and everything in between. *The GRI Perspective*, 4, 4.
- Hardy, C. (2018). Hysteresis. Em M. Grenfell, *Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*. Editora Vozes Limitada.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1–3), 405–440.
- International Integrated Reporting Council. (2013). *Framework integrated reporting*.
<https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>
- Jayasinghe, K., & Wickramasinghe, D. (2011). Power over empowerment: Encountering development accounting in a Sri Lankan fishing village. *Critical Perspectives on Accounting*, 22(4), 396–414. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2010.12.008>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), Artigo 4.

- Kajikawa, Y., Ohno, J., Takeda, Y., Matsushima, K., & Komiyama, H. (2007). Creating an academic landscape of sustainability science: An analysis of the citation network. *Sustainability Science*, 2(2), 221–231. <https://doi.org/10.1007/s11625-007-0027-8>
- Kates, R. W. (2016). Sustainability Science. Em D. Richardson, N. Castree, M. F. Goodchild, A. Kobayashi, W. Liu, & R. A. Marston (Orgs.), *International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology* (p. 1–4). John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0279>
- Killian, S., & O'Regan, P. (2016). Social accounting and the co-creation of corporate legitimacy. *Accounting, Organizations and Society*, 50, 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2016.02.004>
- King, N. (2004). Using interviews in qualitative research. Em C. Cassell & G. Symon, *Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research* (p. 11–22). Sage.
- Klann, R. C., Gomes, E. do C. O., Greuel, M. A., & Bezerra, F. A. (2014). Influência do risco moral e da *accountability* nas tomadas de decisões. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(1), 99–118.
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2017). What does materiality mean to integrated reporting preparers? An empirical exploration. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 533–552. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2017-0113>
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2018). Integrated reporting and narrative *accountability*: The role of preparers. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1381–1405. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2016-2674>
- Larrinaga, C., Carrasco, F., Correa, C., Llena, F., & Moneva, J. (2002). *Accountability* and accounting regulation: The case of the Spanish environmental *disclosure* standard. *European Accounting Review*, 11(4), 723–740. <https://doi.org/10.1080/0963818022000001000>

- Leavy, P. (2017). *Research design: Quantitative, qualitative, mixed methods, arts-based, and community-based participatory research approaches*. Guilford Press.
- Lebaron, F. (2017). Capital. Em A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey, & C. C. C. de medeiros (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: A critical review. *World development*, 19(6), 607–621.
- Lewin, K. (1947). Frontiers in group dynamics. Em D. Catwright, *Field Theory in Social Science* (p. 143–153). Social Science Paperbacks.
- Losekann, C. (2020). Desafios da participação na reparação de desastres: Entre modelos, públicos e comunidades imaginadas. *Ciência e Cultura*, 72(2), 34–36.
<https://doi.org/10.21800/2317-66602020000200010>
- Lourenço, R. L., & Sauerbronn, F. F. (2018). Teorias da prática social para pesquisas em contabilidade gerencial: Possibilidades a partir de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 204–232.
<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p204>
- Lukka, K. (2010). The roles and effects of paradigms in accounting research. *Management Accounting Research*, 21(2), 110–115. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2010.02.002>
- Lupu, I., & Empson, L. (2015). Illusio and overwork: Playing the game in the accounting field. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(8), 1310–1340.
<http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-02-2015-1984>
- Mahama, H., & Khalifa, R. (2017). Field Interviews: Process and analysis. Em Z. Hoque, L. D. Parker, & M. A. Covalski (Orgs.), *The Routledge companion to qualitative accounting research methods*. Routledge, Taylor & Francis Group.

- Malmi, T., & Brown, D. A. (2008). Management control systems as a package—Opportunities, challenges and research directions. *Management Accounting Research*, 19(4), Artigo 4. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2008.09.003>
- Malsch, B., Gendron, Y., & Grazzini, F. (2011). Investigating interdisciplinary translations: The influence of Pierre Bourdieu on accounting literature. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(2), 194–228. <https://doi.org/10.1108/09513571111100681>
- Marquesan, F. F. S., & Figueiredo, M. D. de. (2018). Do ecoambientalismo à sustentabilidade: Notas críticas sobre a relação organização-natureza nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 25(85), 264–286. <https://doi.org/10.1590/1984-9250855>
- Masayuki Nakagawa, M., Relvas, T. R. S., & Dias Filho, J. M. (2007). *Accountability: A razão de ser da contabilidade. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 1(3), 83–100.
- McGrath, S. K., & Whitty, S. J. (2018). *Accountability and responsibility defined. International Journal of Managing Projects in Business*.
- Mebratu, D. (1998). Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, 18(6), 493–520.
- Messner, M. (2009). The limits of *accountability*. *Accounting, Organizations and Society*, 34(8), 918–938. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.07.003>
- Messner, M., Moll, J., & Strömsten, T. (2017). Credibility and authenticity in qualitative accounting research. *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Research Methods*, Routledge, London and New York, NY, 432–443.
- Meuer, J., Koelbel, J., & Hoffmann, V. H. (2020). On the Nature of Corporate Sustainability. *Organization & Environment*, 33(3), 319–341. <https://doi.org/10.1177/1086026619850180>

- Milanez, B., & Losekann, C. (Orgs.). (2016). *Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Folio Digital: Letra e Imagem.
- Milanez, B., Magno, L., & Pinto, R. G. (2019). Da política fraca à política privada: O papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(5), e00051219. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00051219>
- Milanez, B., Souza, T. R. de, Carneiro, K., Roland, M. C., & Losekann, C. (2018). Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce. Em C. Losekann & C. Mayorga (Orgs.), *Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para a universidade e para instituições estatais* (pp. 123-148). Folio Digital: Letra e Imagem.
- Mio, C. (2020). Relatórios integrados: O estado da arte dos Relatórios Corporativos. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 31(83), 207–211.
- Misoczky, M. C. A. (2003). Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(spe), 9–30. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000500002>
- Mohammed, M. (2013). Corporate *accountability* in the context of sustainability – a conceptual framework. *EuroMed Journal of Business*, 8(3), 243–254. <https://doi.org/10.1108/EMJB-05-2013-0026>
- Montiel, I. (2008). Corporate Social Responsibility and Corporate Sustainability: Separate Pasts, Common Futures. *Organization & Environment*, 21(3), 245–269. <https://doi.org/10.1177/1086026608321329>
- Moore, R. (2018). Capital. Em M. Grenfell (Ed.), *Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*. Vozes.
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de sociologia e política*, 11–23.

- Munck, L., & Souza, R. B. de. (2011). O ecletismo do paradigma da sustentabilidade: Construção e análise a partir dos estudos organizacionais. *Revista de Ciências da Administração*, 202–242. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n29p202>
- Muylaert, C. J., Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Narrative interviews: An important resource in qualitative research. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), 184–189. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>
- Nogueira, M. A. (2017). Capital cultural. Em A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey, & C. C. de medeiros (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica.
- Owen, D. L., Swift, T. A., Humphrey, C., & Bowerman, M. (2000). The new social audits: *Accountability*, managerial capture or the agenda of social champions? *European Accounting Review*, 9(1), 81–98. <https://doi.org/10.1080/096381800407950>
- Pagani, R. N., Kovaleski, J. L., & Resende, L. M. (2015). Methodi Ordinatio: A proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. *Scientometrics*, 105(3), 2109–2135.
- Parker, L. D. (2005). Social and environmental *accountability* research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18(6), 842–860. <https://doi.org/10.1108/09513570510627739>
- Peters, G. (2012). O social entre o céu e o inferno: A antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. *Tempo Social*, 24, 229–262.
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2009). *Accountability*: Já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343–1368. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>
- Pletsch, C. S., Vogt, M., Silva, M. Z. da, & Venturini, J. C. (2021). Revisitando pressupostos metodológicos no uso da análise de conteúdo, discurso, conversação e narrativas em

- contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(48), 89–104.
<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e77001>
- Puroila, J., & Mäkelä, H. (2019). Matter of opinion: Exploring the socio-political nature of materiality *disclosures* in sustainability reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(4), 1043–1072. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2016-2788>
- Purvis, B., Mao, Y., & Robinson, D. (2019). Three pillars of sustainability: In search of conceptual origins. *Sustainability Science*, 14(3), 681–695.
<https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>
- Rede de Pesquisa Rio Doce. (2018). Rompimento da Barragem de Fundão: Dossiê TAC Governança. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, 2(1), 1.
- Ribeiro, A. M., Bellen, H. M. V., & Carvalho, L. N. G. de. (2011). Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 137–154. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200002>
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Sage Publications.
- Robayo, M. L. S. (2012). Habitus productivo y minería: El caso de Marmato, Caldas. *Universitas humanística*, 74, 145–172.
- Roberts, J. (1991). The possibilities of *accountability*. *Accounting, organizations and society*, 16(4), 355–368.
- Roberts, J. (2009). No one is perfect: The limits of transparency and an ethic for ‘intelligent’ *accountability*. *Accounting, Organizations and Society*, 34(8), 957–970.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.005>
- Roberts, J., & Scapens, R. (1985). Accounting systems and systems of *accountability*—Understanding accounting practices in their organisational contexts. *Accounting*,

- Organizations and Society*, 10(4), 443–456. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(85\)90005-4](https://doi.org/10.1016/0361-3682(85)90005-4)
- Roland, M. C., Faria Júnior, L. C. S., Mansoldo, F. F., Senra, L. M., & Ferreira, L. F. (2018). Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas: Uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem de Fundão. *Versos*, 2(1), 3–25.
- Rupley, K. H., Brown, D., & Marshall, S. (2017). Evolution of corporate reporting: From stand-alone corporate social responsibility reporting to integrated reporting. *Research in Accounting Regulation*, 29(2), Artigo 2. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2017.09.010>
- Saint Martin, M. (2017). Capital Social. Em A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey, & C. C. de medeiros (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica.
- Samarco. (2012). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2011*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2013). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2012*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2014). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2013*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2015). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2014*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2017). *Relatório Bienal 2015-2016*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2018). *Comunicação de Progresso (COP) ao Pacto Global das Nações Unidas 2017*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2020). *Relatório Bienal 2018-2019*. <https://www.samarco.com/relatorios/>
- Samarco. (2021). *Relatório de Sustentabilidade 2020*. <https://www.samarco.com/relatorios/>

Samarco. (2022a). *Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras 2021*.

<https://www.samarco.com/relatorios/>

Samarco. (2022b). *Relatório de Sustentabilidade 2021*. <https://www.samarco.com/relatorios/>

Scapens, R. W. (2004). Doing case study research. Em Humphrey, C. & Lee, B. (Eds.), *The real life guide to accounting research* (p. 257–279). Elsevier.

Semeen, H., Islam, M. A., & Quayle, A. (2016). The Accounting and Accountability Practices of Fairtrade International (FLO). *Social and Environmental Accountability Journal*, 36(3), 170–187. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2016.1246376>

Shearer, T. (2002). Ethics and *accountability*: From the for-itself to the for-the-other.

Accounting, Organizations and Society, 27(6), 541–573.

[https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00036-8](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00036-8)

Shenkin, M., & Coulson, A. B. (2007). *Accountability* through activism: Learning from Bourdieu. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(2), 297–317.

<https://doi.org/10.1108/09513570710741037>

Silberman, I. M., Pacheco, L. O., & Fonseca, A. C. P. D. da. (2016). Relações de Poder e Legitimidade dos Produtos Vendidos nas Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro: Uma Análise Crítica à Luz da Teoria do Poder Simbólico de Bourdieu e da Escola Estratégica de Poder de Mintzberg. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(3).

https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i3.13365

Silva Junior, A. da, Silva, P. de O. M. da, Vasconcelos, K. C. de A., Silva, V. C. da, Brito, S.

L. M. S. de, & Monteiro, J. M. R. (2018). A sustentabilidade na perspectiva de

discentes de administração de uma universidade pública federal: Na prática a

sustentabilidade fica no discurso. *Revista Gestão Universitária na América Latina -*

GUAL, 11(4), 292–313. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n4p292>

- Silva Junior, A. da, Vasconcelos, K. C. de A., Silva, V. C. da, & Campos, G. M. (2019). A sustentabilidade na perspectiva de discentes de graduação em Ciências Contábeis: Prevalece a lógica oportunista e utilitarista. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(41), 93–116. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p93>
- Sinclair, A. (1995). The chameleon of *accountability*: Forms and discourses. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2–3), 219–237. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)E0003-Y](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)E0003-Y)
- Skillius, A., & Wennberg, U. (1998). *Continuity, credibility and comparability: Key challenges for corporate environmental performance measurement and communication*. Intenational Institute for Industrial Environmental Economics, Lund University.
- Stake, R. E. (2005). Qualitative case studies. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (3a ed, pp. 443–466).
- Stringfellow, L., McMeeking, K., & Maclean, M. (2015). From four to zero? The social mechanisms of symbolic domination in the UK accounting field. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 86–100. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.06.001>
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: A teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40, 27–53.
- Thomson, P. (2018). Campo. Em M. Grenfell (Ed.), *Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*. Vozes.
- Torraco, R. J. (2005). Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356–367. <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>
- Trocate, C., & Alves, M. da S. (2020). Análise da conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários. Em M. da S. Alves, K. G.

Carneiro, T. R. Souza, C. Trocate, & M. Zonta (Orgs.), *Mineração: Realidades e resistências*. Expressão Popular.

Termo de Transação e Ajustamento de Conduta. (2016). *Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado entre a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis—IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Agência Nacional de Águas—ANA, o Departamento Nacional de Produção Mineral—DNPM, a Fundação Nacional do Índio—FUNAI, o Estado de Minas Gerais, o IEF-MG, a FEAM, o Estado do Espírito Santo, o IEMA-ES, o IDAF-ES, a AGERH-ES e a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda.* <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif>

Unerman, J., & Bennett, M. (2004). Increased *stakeholder* dialogue and the internet: Towards greater corporate *accountability* or reinforcing capitalist hegemony? *Accounting, Organizations and Society*, 29(7), 685–707. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2003.10.009>

Unerman, J., & O'Dwyer, B. (2007). The business case for regulation of corporate social responsibility and *accountability*. *Accounting Forum*, 31(4), 332–353. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2007.08.002>

Valor, C. (2005). Corporate Social Responsibility and Corporate Citizenship: Towards Corporate *Accountability*. *Business and Society Review*, 110(2), 191–212. <https://doi.org/10.1111/j.0045-3609.2005.00011.x>

Vasconcellos, M. D. (2002). Pierre Bourdieu: A herança sociológica. *Educação & Sociedade*, 78, 11.

Villiers, C. D., & Sharma, U. (2017). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 101999. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003>

- Vogt, M., da Silva, M. Z., & Venturini, J. C. (2019). As relações de poder nas pesquisas em contabilidade: Uma análise a partir da perspectiva de Foucault e Bourdieu. *Cuadernos de Contabilidad*, 20(49), 97–111.
- Vogt, M., Silva, M. Z. D., & Valle, I. R. (2021). “Comendo pelas beiradas”: Vigilância epistemológica e a abordagem Bourdieusiana no campo contábil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1), 58–69. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190117>
- Zaccarelli, L. M., & Godoy, A. S. (2013). “Deixa eu te contar uma coisa...”: Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. *Revista Gestão Organizacional*, 6(3).
- Zanoni, B. L., Borim-de-Souza, R., Ford Travis, E., & Jan-Chiba, J. H. F. (2021). Capitals and decisions about sustainability in a Brazilian ecocide organization: A narrative analysis based on Bourdieusian sociology. *Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, 19(2), 162–190. <https://doi.org/10.1108/MRJIAM-08-2020-1085>
- Zucarelli, M. C. (2021). *A Matemática Da Gestão E a Alma Lameada: Os Conflitos Da Governança No Licenciamento Do Projeto De Mineração Minas-Rio E No Desastre Da Samarco*. Eduepb - Editora Da Universidade Estadual Da Paraíba.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Papel do *disclosure* da sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa: uma análise do caso da Samarco a partir dos capitais de Bourdieu.

Nome do Pesquisador Responsável: Anderson Fioresi de Sousa

Contato: Telefone (27) 99874-0994; e-mail: andersonfioresi@gmail.com

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Papel do *disclosure* da sustentabilidade na promoção de *accountability* corporativa: uma análise do caso da Samarco a partir dos capitais de Bourdieu**”, que tem por objetivo analisar como a dinâmica social entre uma organização e comunidades onde ela opera influencia o significado de sustentabilidade e repercute na construção dos relatórios de sustentabilidade desta organização. A importância desta pesquisa é justificada pela necessidade de se desenvolver relatórios mais úteis para fins de se exercer controle sobre grandes corporações por parte daqueles que são afetados pelas atividades destas.

Sua participação, que ocorrerá por sua própria vontade, consistirá em oferecer informações relacionadas ao seu perfil demográfico e suas percepções e pontos de vista acerca das relações entre a organização e os atores que vivem no local de atuação desta organização. Os dados serão coletados por meio de análise documental, observação e entrevista com gravação de áudio e serão utilizados exclusivamente para os fins deste estudo. Vale lembrar que apesar de sua entrevista ser gravada, eu pesquisador só usarei a transcrição das informações, ou seja, sem divulgar a sua voz. O tempo estimado para a realização das entrevistas é de, aproximadamente, 1 (uma) hora.

Por meio de articulação e apoio de sindicatos, associações e outros organismos da sociedade civil os contatos serão agendados previamente e antes da entrevista você receberá informações quanto ao tempo de duração e os procedimentos que serão utilizados para registro da entrevista. Os documentos a serem analisados serão aqueles de domínio público ou aqueles de acesso restrito desde que devidamente autorizados pelo detentor do documento.

Sua participação é isenta de despesas, e você também não receberá qualquer incentivo financeiro, sendo a finalidade de sua colaboração exclusiva para os fins da pesquisa. Entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, haverá ressarcimento.

Sua identidade e os dados coletados serão mantidos em sigilo durante e após a pesquisa sendo que todos os arquivos, transcrições das entrevistas e anotações de observações serão acessados apenas pelo pesquisador para desenvolvimento desta pesquisa e para publicações científicas, neste caso, garantido o sigilo de suas informações pessoais. Todo material resultante será guardado sob o poder do pesquisador durante 05 (cinco) anos, sendo destruído após este prazo.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, é garantido a você: a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa a qualquer momento em que

desejar, sem necessidade de qualquer explicação; o direito a buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa; o direito de receber uma das vias deste TCLE (o qual será emitido em duas vias) que estará assinada e rubricada em todas as páginas por ambos, você e o pesquisador.

Cabe ressaltar que sua participação na pesquisa poderá envolver riscos mínimos, tais como: conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; insegurança sobre como elaborar uma resposta; desconforto, incômodo ou constrangimento por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe trazer lembranças desagradáveis. Para atenuar tais riscos o pesquisador esclarecerá os objetivos do estudo antes de iniciar sua participação e você tem a liberdade de se recusar a continuar, em qualquer momento, sem qualquer prejuízo a você. Mesmo assim, percebido algum dano como os mencionados, o pesquisador interromperá a coleta de dados a fim de resguardar a condição do participante, discutindo no que couber, medidas necessárias, inclusive incluindo o informe ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e à Coordenação Nacional de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CONEP).

Quanto aos benefícios diretos, espera-se que os resultados da pesquisa possam proporcionar aos participantes e à sociedade melhor compreensão sobre seus papéis no estabelecimento das políticas corporativas de sustentabilidade e a construção dos relatórios de sustentabilidade de grandes corporações ampliando a noção acerca do uso dos relatórios corporativos para o exercício do controle social sobre estas organizações.

Em caso de dúvidas e/ou maiores esclarecimentos sobre a pesquisa o contato poderá ser realizado diretamente com o pesquisador responsável Anderson Fioresi de Sousa, através do telefone (27) 998740994 ou por e-mail andersonfioresi@gmail.com. Em caso de denúncias e/ ou intercorrências na pesquisa o participante poderá contatar o Comitê de Ética e Pesquisa da UFES por meio do telefone: (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, através do endereço: Av. Fernando Ferrari, 514; Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Eu, ... abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar deste estudo e declaro ainda que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo Pesquisador Responsável sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinatura

Local e data

O **pesquisador responsável declara** que esta pesquisa foi avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFES e que todos os procedimentos experimentais estão de acordo e obedecendo aos princípios éticos, conforme Resoluções nº 466/12 e 510/16 do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, que estabelecem as diretrizes e normas regulamentadoras para as pesquisas envolvendo seres humanos no país.

Pesquisador Responsável:

Local e data:

Assinatura:

APÊNDICE B – Protocolo Para Entrevistas

- Convidar para participar da entrevista apresentando brevemente o escopo da pesquisa e atentar para a afinidade com a história da Samarco na região (experenciou, trabalhou, ouviu, viu, percebeu, etc).
- Agradecer a participação e explicar sobre os resultados e divulgação científica.
- Apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, se for o caso, lê-lo, explicando o que vai acontecer (entrevista narrativa, não existe resposta certa ou errada, perspectiva histórica, gravação, pode interromper quando quiser, etc.) e colher assinatura.
- Iniciar entrevista.
- Agradecer e encerrar.

APÊNDICE C – Roteiro Para Entrevistas

Bloco I – Identificação

Nome: _____
 Idade: _____
 Sexo: () Masculino () Feminino () Prefiro não informar
 Formação: _____
 Ocupação: _____
 Tempo de residência: _____
 Trajetória de vida na cidade/comunidade (profissão, associações, voluntariado, etc): _____
 Considera-se atingido: () sim () não
 Samarco como fonte de renda direta ou indireta (entrevistado ou familiar): () sim () não

Bloco II - Relação histórica da Samarco junto à comunidade.

- 1) Fale sobre a relação da Samarco com a sociedade/comunidade em termos econômicos, sociais e ambientais.

Aspectos relacionados⁶:

- ✓ Importância da Samarco; o que a Samarco representa.
- ✓ Emprego, renda, desenvolvimento.
- ✓ Impulsiona o empreendedorismo (pequenos negócios).
- ✓ Filantropia, responsabilidade social.
- ✓ Preservação e cuidados com o meio ambiente.
- ✓ Certificações, indicadores, prêmios.
- ✓ Contradições sociais e ambientais.
- ✓ Noção de sustentabilidade/responsabilidade social.

Bloco III - Lutas pela reparação.

- 2) No âmbito das lutas pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem em Fundão. Comente sobre problemas enfrentados e sobre como os encaminhamentos têm (ou não) sido satisfatórios.

Aspectos relacionados:

- ✓ Capacidade de demandar.
- ✓ Agentes relevantes.
- ✓ Participação.
- ✓ Trabalho, emprego e renda;
- ✓ Meio ambiente;

Bloco IV - Comunicação organização x sociedade.

⁶ Aspectos para guiar e estimular novas narrativas, caso não tenham sido contemplados.

- 3) Comente sobre a acessibilidade para se comunicar (levar demandas e receber repostas – historicamente) com a Samarco.

Aspectos relacionados:

- ✓ Participação em reuniões com a Samarco (audiências públicas, reuniões específicas...).
- ✓ Fóruns (lugares, eventos, reuniões...) para a sociedade/comunidade demandar a Samarco.
- ✓ Principais atores que organizam e realizam as demandas (ONGs, Poder público, entidades, academia, pessoas...).
- ✓ Enquetes ou pesquisas (feitas pela Samarco) sobre interesses da sociedade/comunidade.

- 4) A respeito da comunicação/informações da Samarco para a sociedade, fale sobre a divulgação (por parte da organização) de informações sociais e ambientais.

Aspectos relacionados:

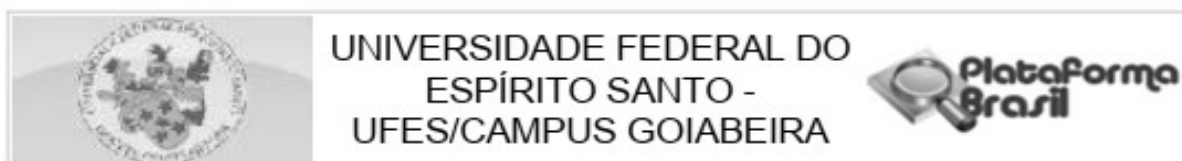
- ✓ Meios de comunicação existentes (Reuniões, apresentações, relatórios).
- ✓ Forma como os relatórios de sustentabilidade) são utilizados pela sociedade; clareza; do que fala [ênfase].
- ✓ Papel da mídia (jornais, rádio, tv, internet, redes sociais...)
- ✓ Informação vs realidade.
- ✓ Funcionalidade para prestação de contas (satisfeito com as informações que receber da empresa ou da mídia?)

Outras informações

Local de realização da entrevista: _____

Data: _____ Horário e início/término: _____

ANEXO A – Parecer Consubstanciado CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PAPEL DO DISCLOSURE DA SUSTENTABILIDADE NA PROMOÇÃO DE ACCOUNTABILITY CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DO CASO DA SAMARCO A PARTIR DOS CAPITAIS DE BOURDIEU.

Pesquisador: Anderson Fiorese de Sousa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65402922.0.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.836.302

Apresentação do Projeto:

A pesquisa é uma tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O objeto de investigação é a história da Samarco Mineração S/A junto às duas principais cidades afetadas pelas atividades dessa organização, quais sejam, Mariana-MG e Anchieta-ES, sendo o elemento expoente desta história o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana-MG, de propriedade da Samarco. O objetivo da pesquisa é analisar como a dinâmica envolvendo capitais, numa perspectiva bourdieusiana, possibilita ou restringe o papel do disclosure da sustentabilidade na promoção de accountability corporativa. O aspecto central a ser destacado está no papel que os relatórios corporativos de evidenciação da sustentabilidade possuem no processo de controle social de grandes corporações. Para alcançar o objetivo de pesquisa o público abordado será composto por membros da sociedade civil, mais especificamente, moradores e trabalhadores das cidades citadas, pessoas ligadas ao processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, e ex-funcionários da Samarco, totalizando vinte pessoas. Do ponto de vista metodológico a pesquisa se caracteriza pela natureza qualitativa, alinhada a uma perspectiva ontológica historicista, na qual a noção de um realidade socialmente construída é tida como pressuposto para compreensão do espaço social (Bourdieu, 1990). Como estratégia de investigação adota-se o estudo de caso, estabelecendo a

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO -
UFES/CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 5.836.302

relação histórica da Samarco com comunidades onde atua como um caso de interesse, tratado na pesquisa como Caso Samarco. Isso porque o referido caso manifesta as contradições sobre a sustentabilidade corporativa e oferece um espaço de conflitos, o qual entende-se ser capaz de oferecer compreensão para o fenômeno estudado (Scapens, 2004; Stake, 2005). A construção do corpus de dados será realizada por meio de análise de documentos públicos disponíveis nos sítios eletrônicos das entidades envolvidas no processo de reparação e entrevistas individuais com os atores descritos acima. O conjunto de materiais (documentos, vídeos, notícias) hospedados em sítios de entidades envolvidas no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão são de acesso público. Por fim, a análise dos dados será procedida por meio da técnica de análise de narrativas (Chase, 2018) e as discussões serão propostas a partir da articulação dinâmica entre os dados obtidos nas três dimensões descritas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a dinâmica envolvendo capitais, numa perspectiva bourdieusiana, possibilita ou restringe o papel do disclosure da sustentabilidade na promoção de accountability corporativa.

Objetivo Secundário:

* Mapear os principais agentes sociais participantes das disputas em torno da sustentabilidade no âmbito do Caso Samarco;

* Identificar tipos e disposição de capitais e como eles são articulados nas disputas para determinação de uma lógica da sustentabilidade no âmbito do Caso Samarco;

* Interpretar a articulação entre disclosure da sustentabilidade e accountability a partir da dinâmica envolvendo os capitais à luz de conceitos teóricos propostos por Pierre Bourdieu.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos aos participantes estão relacionados a: conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; insegurança sobre como elaborar uma resposta; desconforto, incômodo ou constrangimento por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe trazer lembranças desagradáveis.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO -
UFES/CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 5.836.302

Benefícios:

Espera-se que os resultados da pesquisa possam proporcionar aos participantes e à sociedade melhor compreensão sobre seus papéis no estabelecimento das políticas corporativas de sustentabilidade e a construção dos relatórios de sustentabilidade de grandes corporações ampliando a noção acerca do uso dos relatórios corporativos para o exercício do controle social sobre estas organizações. Os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de tese de doutorado de Anderson Fioresi de Sousa, sob orientação do Prof. Annor da Silva Junior do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base nas resoluções nº 466/20 e nº 510/2016, foram analisados os seguintes termos:

1. Folha de rosto: sem pendências;
2. Projeto de pesquisa básico: sem pendências;
- 3) Projeto de pesquisa brochura: sem pendências;
- 4) TLCE: sem pendências;
- 5) Cronograma: sem pendências;
- 6) Orçamento: sem pendências;
- 7) Carta de anuência: não se aplica, pesquisa realizada com pessoas externas à organização estudada e documentos públicos.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

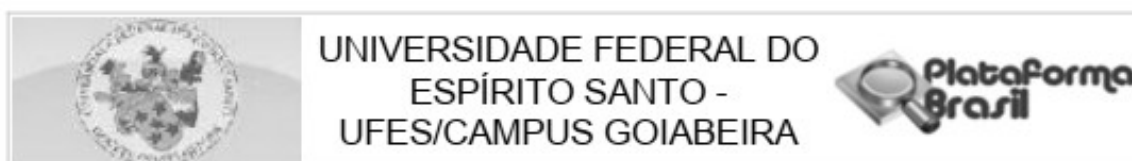
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.836.302

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2049718.pdf	22/11/2022 15:13:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_v2.docx	22/11/2022 15:12:17	Anderson Fioresi de Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_v2.docx	22/11/2022 15:12:02	Anderson Fioresi de Sousa	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	16/11/2022 13:35:48	Anderson Fioresi de Sousa	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.docx	16/11/2022 13:31:18	Anderson Fioresi de Sousa	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_assinado.pdf	16/11/2022 13:29:55	Anderson Fioresi de Sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 22 de Dezembro de 2022

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
UF: ES Município: VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com